

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	4
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	5
-------------------------------	---

3.2 - Medições não contábeis	6
------------------------------	---

3.3 - Eventos subsequentes às DFs	8
-----------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	10
-----------------------------------------	----

3.5 - Distribuição de dividendos	12
----------------------------------	----

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	13
------------------------------------------	----

3.7 - Nível de endividamento	14
------------------------------	----

3.8 - Obrigações	15
------------------	----

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	16
---------------------------------------------	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	17
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	37
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	38
------------------------------------------	----

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	50
--------------------------------------------------	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	51
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	52
----------------------------------------	----

4.7 - Outras contingências relevantes	54
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	55
-------------------------------------------	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	56
-------------------------------------------	----

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	59
------------------------------------------------------	----

5.3 - Descrição - Controles Internos	62
--------------------------------------	----

5.4 - Alterações significativas	63
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	64
---------------------------------------------------	----

Índice

6.3 - Breve histórico	65
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	70
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	76
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	77
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	79
7.3 - Produção/comercialização/mercados	82
7.4 - Principais clientes	87
7.5 - Efeitos da regulação estatal	88
7.6 - Receitas relevantes no exterior	104
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	105
7.8 - Políticas socioambientais	106
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	107
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	109
8.2 - Alterações na condução de negócios	110
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	111
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	112
9.1.a - Ativos imobilizados	145
9.1.b - Ativos Intangíveis	146
9.1.c - Participação em sociedades	152
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	154
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	155
10.2 - Resultado operacional e financeiro	171
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	187
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	190
10.5 - Políticas contábeis críticas	196
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	197
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	198
10.8 - Plano de Negócios	199

Índice

10.9 - Outros fatores com influência relevante	201
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	202
11.2 - Acompanhamento das projeções	206
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	208
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	219
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	222
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	223
12.7/8 - Composição dos comitês	243
12.9 - Relações familiares	250
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	251
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	255
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	256
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	257
13.2 - Remuneração total por órgão	263
13.3 - Remuneração variável	266
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	268
13.5 - Remuneração baseada em ações	269
13.6 - Opções em aberto	270
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	271
13.8 - Precificação das ações/opções	272
13.9 - Participações detidas por órgão	273
13.10 - Planos de previdência	274
13.11 - Remuneração máx, mín e média	276
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	277
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	278
13.14 - Remuneração - outras funções	279
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	280
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	281

Índice

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	282
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	283
14.3 - Política remuneração dos empregados	284
14.4 - Relações emissor / sindicatos	288

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária	289
15.3 - Distribuição de capital	295
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	296
15.5 - Acordo de Acionistas	297
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	298
15.7 - Principais operações societárias	299

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	300
16.2 - Transações com partes relacionadas	301
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	330

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social	331
17.2 - Aumentos do capital social	332
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	333
17.4 - Redução do capital social	334
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	335

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	336
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	338
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	339
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	340
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	342
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	344
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	
18.8 - Títulos emitidos no exterior	
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	347

Índice

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	349
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	350
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	351
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	353
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	354
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	355
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	356
21.3 - Responsáveis pela política	357
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	358

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Djalma Bastos de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Fernando Rolla

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu		
CPF/CNPJ	49.928.567/0006-26		
Período de prestação de serviço	30/06/2004 a 01/07/2007		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contábeis Anuais(Brasil e USSGAAP), Trimestrais e Serviços de consultoria de implantação de controles internos e elaboração de relatório.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$32.000,00 referentes a serviço de auditoria no período de 01/01/2007 a 01/07/2007.		
Justificativa da substituição	As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2007 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, sendo que a partir dessa data foi substituída pela KPMG-Auditores Independentes, que realizou os serviços de auditoria independente nos demais períodos de 2007 e nos exercícios de 2008 e 2009. A Companhia, em atendimento à Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, que em seu artigo 31 obriga a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos consecutivos, substituiu a Deloitte Touche Tohmatsu pela KPMG Auditores Independentes, pelo fato daquela ter atingido o prazo máximo legal.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Gilberto Grandlpho	30/06/2004 a 01/07/2007	007.585.878-99	rua Paraiba, 1122, 13 ANDAR, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (031) 51866686, e-mail: ggrandolpho@deloitte.com

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	02/07/2007		
Descrição do serviço contratado	<ul style="list-style-type: none"> • Auditoria das demonstrações contábeis anuais (Legislação Brasileira); • Auditoria das demonstrações contábeis trimestrais (Legislação Brasileira); • Auditoria das demonstrações contábeis anuais (USGAAP); • Consultoria para implantação dos controles internos e relatório atestando avaliação dos mesmos (Lei Sarbanes-Oxley); • Tradução de Relatórios; • Revisão de Declaração de Rendimentos • Revisão trimestral das provisões do IR e CS s/lucro 		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria = R\$1.688 mil; Outros Serviços = R\$199 mil.		
Justificativa da substituição	<p>As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2007 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, sendo que a partir dessa data foi substituída pela KPMG-Auditores Independentes, que realizou os serviços de auditoria independente nos demais períodos de 2007 e nos exercícios de 2008 e 2009.</p> <p>A Companhia, em atendimento à Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, que em seu artigo 31 obriga a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos consecutivos, substituiu a Deloitte Touche Tohmatsu pela KPMG Auditores Independentes, pelo fato daquela ter atingido o prazo máximo legal.</p>		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007	499.953.166-68	rua Paraíba, 1122, 13 ANDAR, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (31) 21285702, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)	Exercício social (31/12/2007)
Patrimônio Líquido	10.275.505.000,00	9.351.634.000,00	8.408.056.000,00
Ativo Total	28.866.273.000,00	24.341.468.000,00	24.157.396.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	11.705.083.000,00	10.890.319.000,00	10.245.914.000,00
Resultado Bruto	4.274.735.000,00	4.067.171.000,00	3.921.819.000,00
Resultado Líquido	1.861.403.000,00	1.887.035.000,00	1.742.761.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria Unidade	620.377	496.301	486.461
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	17,280000	18,840000	16,570000
Resultado Líquido por Ação	3,001460	3,803820	3,584050

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**a. informar o valor das medições não contábeis**

<i>Descrições</i>	2007	2008	2009
Atendimento	2007	2008	2009
<i>Número de consumidores (em milhares) (1)</i>	10.321	10.531	10.828
<i>Número de empregados</i>	10.818	10.422	9.746
<i>Número de consumidores por empregado</i>	954	1.010	1.111
<i>Número de localidades atendidas</i>	5.415	5.415	5.415
<i>Número de municípios atendidos</i>	805	805	805

Mercado	2007	2008	2009
<i>Área de concessão (Km2)</i>	578.448	578.448	578.448
<i>Geração Própria (GWh) (2)</i>	33.130	31.163	32.830
<i>Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)</i>			
<i>Residencial</i>	505,73	475,54	422,27
<i>Comercial</i>	449,51	429,47	385,22
<i>Industrial</i>	136,93	149,99	162,86
<i>Rural</i>	270,65	249,45	254,21

Operacionais	2007	2008	2009
<i>Número de Usinas em Operação</i>	62	63	65
<i>Número de Subestações</i>	472	474	540
<i>Linhas de Transmissão (Km)</i>	5.313	5.725	7.506
<i>Linhas de Subtransmissão (Km)</i>	16.676	16.810	16.959
<i>Linhas de Distribuição (Km)</i>			
<i>Urbana</i>	91.412	92.929	96.971
<i>Rural</i>	337.987	349.819	353.345
<i>Capacidade Instalada (MW)</i>	6.678	6.691	6.754

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Conciliação do lucro líquido com Lajida	2007	2008	2009
<i>Lucro Líquido</i>	1.743	1.887	1.861
<i>+ Provisão IR e C.Social Correntes e Diferidos</i>	625	914	911
<i>+ Resultado Financeiro</i>	346	94	219
<i>+ Amortização e Depreciação</i>	778	715	736
<i>+ Participação dos Empregados no Resultado</i>	455	370	239

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

<i>+ Participação dos Acionistas não Controladores</i>	115	119	73
<i>LAJIDA</i>	4.062	4.099	4.039

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

- *Pode ser utilizado na análise da lucratividade entre as empresas;*
- *Por eliminar os efeitos dos financiamentos, sua utilização pode fornecer uma comparação relativamente boa para o analista, pois mede a produtividade e a eficiência do negócio;*
- *O Lajida como percentual de vendas pode ser utilizado para identificar empresas que sejam as mais eficientes operadoras dentro de um determinado segmento de mercado;*
- *O Lajida pode ser utilizado para comparar a tendência de lucratividade nas empresas similares e o impacto dos financiamentos de grandes inversões de capital;*
- *A variação percentual do Lajida de um ano em relação a outro mostra aos investidores se uma empresa conseguiu ser mais eficiente ou aumentar sua produtividade;*
- *O Lajida é uma excelente ferramenta de medição para organizações que apresentem uma utilização intensiva dos equipamentos (mínimo de vinte anos).*

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Em 09/03/2010, na 2495ª Reunião de Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, foi aprovada a conclusão das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social de 2009, que faz referência aos eventos subsequentes discriminados abaixo, ressaltando-se que os eventos subsequentes descritos se referem às demonstrações financeiras consolidadas.

Em 10 de março de 2010, a Cemig Geração e Transmissão S.A. concluiu a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 270.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10mil, totalizando R\$2.700.000mil, destinada ao pré pagamento da 3ª Emissão de Notas Promissórias (Commercial Papers). As debêntures da primeira série, no montante de R\$1.586.058mil (valor atualizado em 09/03/2010), têm prazo de vencimento de 24 meses a contar da data de emissão e remuneração de taxa DI mais Spread de 0,90%. As debêntures de segunda série, no montante de R\$1.162.222mil (valor atualizado em 10/03/2010) têm prazo de vencimento de 60 meses a contar da data de emissão e remuneração de juros de 7,6796% ao ano. Essas debêntures contam com o aval da sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Em 27-05-2010, a Cemig D emitiu duas Cédulas de Crédito Comercial em favor do Banco do Brasil S.A., no valor total de R\$600 milhões, cuja data de vencimento é 10-05-2013 e cuja taxa de juros é de 11,43%a.a.. Adicionalmente, a empresa celebrou contratos de swap com o próprio banco, no mesmo valor das cédulas, substituindo a taxa de juros de 11,47%a.a. pela taxa de 96% do CDI. Uma das cédulas, no valor de R\$230 milhões, teve seus recursos utilizados no refinanciamento de dívidas existentes e é garantida pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. A outra cédula, no valor de R\$370 milhões, teve seus recursos utilizados para reforçar o caixa da companhia e é garantida por recebíveis da venda de energia.

Aquisição de participação adicional na Light

A Cemig assinou dois contratos de compra e venda de ações com a AGC (Andrade Gutierrez Concessões) e a PCP (controladora da Equatorial), com o objetivo de reestruturação societária do bloco de controle da Light SA.

Para a aquisição dessa participação na Light, deverá ser constituída uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), em conjunto com um FIP (Fundo de Investimento de Participações), tendo a Cemig participação minoritária, cujo formato e abrangência ainda encontram-se em negociação com potenciais parceiros.

O fechamento das operações está condicionado a aprovações, em especial pelos órgãos competentes, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e pelas demais aprovações de agentes financiadores e debenturistas da Light e de suas controladas que forem necessárias. A data de fechamento da operação será determinada após o atendimento destas condições.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Contrato com a AGC:

Contrato de Compra e Venda de Ações referente à aquisição de aproximadamente, 13,03% do capital total e votante da Light. O preço total de aquisição foi de R\$785.000 mil (base dez/2009), equivalente a R\$29,54 por ação, sendo que o valor de R\$753.051 mil, correspondentes a 12,50% do capital total da Light, ou R\$28,18 por ação, foram pagos em 25 de março de 2010. O remanescente, correspondente a 1.081.649 ações, ou 0,53% do capital total da Light, será pago até setembro de 2010, devendo este valor ser corrigido pela Taxa CDI – Certificado de Depósitos Interbancários e deduzido dos dividendos e juros sobre o capital próprios eventualmente pagos ou declarados pela Light nesse período.

Contrato com o PCP:

Contrato de Compra e Venda de ações referente à aquisição de 7,22% do capital social total e votante da Light. Para consumir esta transação, a Equatorial deverá passar por um processo de cisão para segregar os ativos indiretos da Light para uma nova empresa ("Newco") a ser constituída e listada no mais alto nível de governança corporativa da BM&F Bovespa (Novo Mercado). Desta forma, a Newco será detentora das ações da Light pertencentes atualmente à Equatorial. Posteriormente a esta cisão e à listagem das ações da Newco no Novo Mercado, na BM&F Bovespa, o grupo controlador da Equatorial (FIP PCP) alienará a totalidade de sua participação direta e/ou indireta na Newco a uma sociedade de cujo capital a Cemig participe em proporção não inferior a 20%. O preço de aquisição será o mesmo daquele negociado com a AGC, de R\$29,54 por ação da Light, o que corresponde a R\$434.969 mil para a participação indireta detida atualmente pelo FIP PCP na Light.

O valor da operação poderá se estender para R\$785.000 mil, valor correspondente ao total de ações ordinárias de emissão da Light que a Newco irá deter de forma indireta, representando, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante da Light, se os acionistas minoritários da Newco exercerem o seu direito de venda nas mesmas condições do controlador (tag along).

A Reorganização Societária da Equatorial deverá ser concluída dentro do prazo máximo de 18 meses e o preço de aquisição será corrigido nesse período pela Taxa DI-CETIP, desde 1º de dezembro de 2009 até a data do pagamento, e serão deduzidos do valor, conforme o caso, os dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente pagos ou declarados pela Light nesse período.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Conforme previsto no Estatuto da Cemig, é estabelecido que:

a. regras sobre retenção de lucros

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;*
- 50% (cinquenta por cento) será distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, observadas as demais disposições do citado Estatuto e a legislação aplicável;*
- o saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Companhia, com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, nos termos do artigo 30 do Estatuto, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei de Sociedade por Ações.*

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia. Eventualmente, de acordo com o disposto no item 3.4a, poderão ser distribuídos dividendos extraordinários.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, regulamentação especial aplicável, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008	Exercício social 31/12/2007
Lucro líquido ajustado		1.861.403.000,00	1.887.035.000,00	1.735.449.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		50,000000	50,000000	50,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		18,000000	20,000000	21,000000
Dividendo distribuído total		930.702.000,00	943.518.000,00	867.725.000,00
Lucro líquido retido		923.782.000,00	961.394.000,00	867.724.000,00
Data da aprovação da retenção		29/04/2010	29/04/2009	25/04/2008

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			203.395.500,00	30/12/2010	206.108.500,00	18/12/2009	189.728.000,00	17/12/2008
Ordinária			203.395.500,00	29/06/2010				
Preferencial			261.955.500,00	30/12/2010	265.650.500,00	18/12/2009	244.134.500,00	17/12/2008
Preferencial			261.955.500,00	29/06/2010				
Ordinária					206.108.500,00	30/06/2009		
Preferencial					265.650.500,00	30/06/2009		
Ordinária							189.728.000,00	27/06/2008
Preferencial							244.134.500,00	27/06/2008

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Não foram declarados, nos últimos 03 exercícios sociais, dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	18.583.820.000,00	Índice de Endividamento	1,80923157	
	0,00	Outros índices	0,40061800	Índice => Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º alínea b) do Estatuto Social do emissor, conforme descrito abaixo: b) Manter uma relação consolidado de endividamento medida por Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 40% (quarenta por cento).
	0,00	Outros índices	1,70064300	Índice => Dívida líquida / Lajida Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º alínea a) do Estatuto Social do emissor, conforme descrito abaixo: a) Manter o endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2009)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		508.892.930,34	401.667.047,85	407.656.150,95	896.998.594,90	2.215.214.724,04
	Garantia Flutuante		11.827.651,33	27.226.000,00	25.329.000,00	8.748.000,00	73.130.651,33
	Quirografárias		2.920.915.048,60	1.221.083.675,64	3.259.807.361,17	1.602.794.118,90	9.004.600.204,31
Total			3.441.635.630,27	1.649.976.723,49	3.692.792.512,12	2.508.540.713,80	11.292.945.579,68
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	62.568	33.808	31.209	28.609	4.497	2.176	2.176	64.350	229.393
Euro	4.10	4.447	3.050	1.654	1.654	1.654	1.653	-	18.722
UMBNDDES **	392	322	322	322	322	322	322	827	3.151
Total	67.570	38.577	34.581	30.585	6.473	4.152	4.151	65.177	251.266
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA	2.101	1.226	105.798	56.639	-	148.153	148.153	148.152	610.222
Unidade Fiscal de Referência - UFIR	45.719	53.397	49.916	44.267	42.916	38.332	30.865	48.455	353.867
Certificado Depósito Interbancário - CDI	3.966.918	1.062.178	1.209.438	1.065.440	602.835	236.570	9.774	9.774	8.162.927
Índice Interno da Eletrobrás - FINEL	12.323	12.323	12.323	11.296	-	-	-	-	48.265
URTJ *	114.798	138.131	142.399	145.976	157.258	146.668	109.783	428.075	1.383.088
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	20.736	2.411	2.411	2.411	302.920	1.316	1.192	45.803	379.200
UMBNDDES **	8.807	8.750	9.069	9.420	9.749	9.961	4.670	442	60.868
Taxa Referencial - TR	37.851	-	-	-	-	-	-	-	37.851
Outros (IGP-DI, INPC) ***	2.870	-	371	404	779	421	183	365	5.393
Total	4.212.123	1.278.416	1.531.725	1.335.853	1.116.457	581.421	304.620	681.066	11.041.681
TOTAL	4.279.693	1.316.993	1.566.306	1.366.438	1.122.930	585.573	308.771	746.243	11.292.947

* URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros.

** UMBNDDES - Unidade Monetária do BNDES.

*** IGP-DI - índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4- Fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

Dificuldades na captação de recursos.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito às companhias brasileiras são influenciados, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. Crises no Brasil e em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, dos Estados Unidos em particular, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito para as companhias brasileiras.

Caso, no futuro, a Cemig apresente necessidade de obter recursos junto a instituições financeiras ou por meio da captação de recursos no mercado de capitais, eventuais dificuldades na sua obtenção poderão postergar ou impedir a realização de projetos da Companhia ou representar um aumento nos custos de captação da mesma. Em ambos os casos, os resultados financeiro e operacional da Companhia poderão ser adversamente afetados, bem como a sua capacidade de honrar compromissos financeiros.

Necessitaremos de recursos de curto prazo para pagar nossas obrigações e financiar nossas aquisições atuais e previstas.

Em 31 de dezembro de 2009, nossa dívida total era de R\$9.277 milhões, dos quais R\$3.913 milhões vencem em 2010. Não obstante o fato de termos postergado parte dessas obrigações, por meio da emissão de R\$2.700 milhões em debêntures, ainda necessitaremos de recursos em curto prazo para pagar ou refinarciar o saldo remanescente de nossas obrigações e para financiar nossas atuais e futuras aquisições e investimentos. Entretanto, não podemos garantir que seremos capazes de obter tais fundos tempestivamente e nos montantes necessários ou a taxas competitivas, ou que teremos, de outra forma, dinheiro em caixa suplementar disponível para quitar integralmente nossas obrigações ou financiar todas as nossas aquisições. Se não formos capazes de captar recursos conforme planejado, poderemos não ser capazes de quitar nossas dívidas ou satisfazer nossos compromissos de aquisição e nosso programa de investimento poderá sofrer atrasos ou mudanças significativas, o que poderia prejudicar nosso negócio, condição financeira e perspectivas futuras.

Decisões adversas em processos judiciais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia é parte em vários processos judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais, que são ajuizados no curso habitual dos seus negócios. Se a Companhia for condenada a efetuar pagamentos em montante superior aos valores provisionados, poderá haver um impacto negativo em sua condição financeira e seu resultado operacional. Para maiores informações vide item 4.3 deste relatório.

A Companhia necessita de novos financiamentos para cumprimento de seu Plano de Investimentos.

A Companhia possui uma política de obtenção de recursos para suas atividades baseada em financiamentos adquiridos junto a instituições financeiras, instituições de fomento nacionais e internacionais e operações de colocação de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados brasileiro e internacional, além de financiamentos via Eletrobrás. O insucesso na realização de novas operações similares, com o objetivo de refinar suas operações vincendas, poderá resultar em dificuldades na obtenção dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas em operações de financiamento já contratadas ou em um aumento nos custos de captação da Companhia, o que poderá afetar negativamente seu resultado financeiro e operacional, bem como afetar sua capacidade de pagamento das obrigações assumidas.

A Companhia está sujeita a regras e limites para contingenciamento de crédito do setor público e a restrições para utilização de determinados recursos por ela captados, o que poderá dificultar a obtenção de financiamentos.

Como uma sociedade de economia mista indiretamente controlada pelo Estado de Minas Gerais, a Companhia está sujeitas às regras e limites impostos às instituições financeiras com relação ao contingenciamento de crédito ao setor público editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Essas regras estabelecem determinados parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a entidades do setor público. Dessa forma, a Companhia poderá ter dificuldades para obter financiamentos perante instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, o que poderá dificultar a implementação de seu Plano de Investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras. Essas regras também estabelecem que uma empresa estatal, de modo geral, somente poderá captar recursos: (i) no mercado local, por meio de empréstimos para refinanciamento de dívida e por meio de captações de recursos mediante a emissão de valores mobiliários; e (ii) no mercado externo, por meio de financiamento de importações, refinanciamento de dívidas registradas no Banco Central do Brasil e financiamentos concedidos por organismos multilaterais. Em decorrência dessas regulamentações, a capacidade de contrair dívida da Companhia fica mais uma vez limitada, podendo afetar negativamente a implementação do seu Plano de Investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além dos limites para contingenciamento de crédito do setor público, a Companhia está sujeita a certas cláusulas e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos em virtude de contratos por ela celebrados para a captação de recursos. Na hipótese de descumprimento, pela Companhia, de qualquer disposição dos referidos contratos, tornar-se-ão exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações da Companhia poderá acarretar sérios efeitos sobre sua situação financeira, considerando-se inclusive a previsão de vencimento cruzado de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamento por ela celebrados com terceiros. Ademais, a existência de limitações ao endividamento da Companhia poderá afetar sua capacidade de captar novos recursos necessários ao financiamento de suas atividades e de suas obrigações vincendas, o que poderá influenciar negativamente a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros.

A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica da Companhia podem afetar adversamente seu resultado operacional e financeiro.

A Companhia prevê um aumento na sua capacidade de geração e uma ampliação em seu sistema de transmissão de energia elétrica. A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica da Companhia em virtude dos riscos associados à construção de aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão de energia elétrica, tais como o aumento do custo de mão de obra, bens e serviços, riscos de erros de projeto, perdas e danos causados a terceiros, restrições ambientais e atraso no término da construção das obras, poderá implicar custos operacionais e/ou financeiros adicionais, afetando adversamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos.

A Companhia mantém apenas seguro de incêndio e riscos operacionais, tais como danos em equipamentos. A Companhia não pode garantir que seus seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados podem gerar custos adicionais inesperados e significativos para a Companhia, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados operacionais e condição financeira.

Temos responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, temos responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de transmissão e

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

distribuição de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios dos sistemas de geração, transmissão ou distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do ONS (Operador Nacional do Sistema), ou do ONS propriamente dito, os mesmos deverão ser compartilhados entre companhias de geração, distribuição e transmissão. Até que um critério final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia recebe nas Assembleias Gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados.

Operamos sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil.

Não possuímos seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicitamos propostas relativas a este tipo de seguro. Ademais, não solicitamos proposta para, tampouco contratamos, cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar nossas instalações, tais como terremotos e inundações, risco de paralisação dos negócios ou falhas operacionais do sistema. Acidentes ou eventos catastróficos poderão afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira. Além disso, podemos incorrer em obrigações além dos limites previstos nas nossas apólices de seguros atuais.

Nem todos os bens e ativos da Companhia poderão ser objeto de execução para satisfazer suas obrigações financeiras.

Na qualidade de concessionária de serviços públicos, todos os bens da Companhia, essenciais à prestação de serviços públicos e vinculados às concessões por ela detidas, devem ser revertidos ao poder concedente ao final dos Contratos de Concessão e não estão sujeitos à penhora ou execução judicial. Desse modo, na hipótese de inadimplemento pela Companhia, nem todos os seus bens e ativos poderão ser objeto de execução para satisfazer suas obrigações.

Disputas trabalhistas, greves e/ou interrupções de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

Praticamente todos os empregados da Companhia estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. Todos os anos são celebrados acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria dos empregados da Companhia. Ademais, atualmente, a Companhia encontra-se como parte em uma grande quantidade de reclamações trabalhistas instauradas por seus empregados e que se referem, de forma geral, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. A Companhia também é parte em ações relacionadas à terceirização de mão-de-obra, instauradas por empregados de seus contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes. Para maiores informações sobre processos trabalhistas, vide item 4.3 deste relatório.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes aos empregados da Companhia ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre seus negócios, resultados operacionais ou situação financeira e sobre sua capacidade de manter os níveis normais de serviço ou operar seus negócios da maneira que seus consumidores esperam.

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócio, podendo gerar prejuízos em seus negócios e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de:

- estabelecimento de posições de compra e venda vantajosas;*
- crescimento com disciplina financeira;*
- maximização da eficiência da carteira de clientes;*
- aumento da carteira de clientes livres; e*
- eficiência operacional.*

A Companhia não pode garantir que quaisquer desses objetivos serão integralmente realizados. Caso a Companhia não seja bem sucedida em concretizar suas estratégias, a condição financeira e os resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Podemos não ser capazes de receber o montante total de um recebível relevante a nós devido pelo Governo Estadual.

Possuímos uma conta de recebíveis devidos pelo Governo Estadual, denominada Contrato de Cessão de Crédito de Saldo Remanescente, ou Conta CRC, que totalizava R\$1.824 milhões em 31 de dezembro de 2009. O contrato que rege a Conta CRC, entre a CEMIG e o Governo Estadual, é denominado Contrato da Conta CRC. Renegociamos e alteramos os termos da Conta CRC em algumas ocasiões tendo em vista estas dificuldades. Não podemos assegurar que receberemos o pagamento tempestivamente no futuro.

As nossas condições financeiras divulgadas e os nossos resultados podem ser afetados por alterações aos princípios contábeis brasileiros devido ao processo de convergência com o IFRS.

Os princípios contábeis brasileiros têm sofrido um processo de transformação rápido conforme a legislação adotada em 2007, que dispôs dentre outras questões, que os órgãos brasileiros responsáveis pela definição dos padrões contábeis priorizassem a convergência com o IFRS, que será obrigatória a partir do exercício social de 2010. Diversos novos padrões contábeis foram adotados e estão sendo atualmente implementados. A adoção de outros padrões contábeis é aguardada em um futuro próximo. Não podemos prever ainda os efeitos que terão impacto sobre nossas demonstrações financeiras quando tais mudanças entrarem em vigor. Esses efeitos podem incluir a redução de nossas receitas divulgadas, de nosso lucro operacional ou

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

lucro líquido, ou afetar adversamente nosso balanço patrimonial. Essas mudanças podem afetar nosso cumprimento de índices financeiros previstos em nossos contratos de financiamento. Além disso, podem também reduzir a capacidade de nossas subsidiárias de nos pagar dividendos, ou nossa capacidade de pagar dividendos aos nossos acionistas.

Dois aspectos do IFRS que podem ter um impacto material sobre nós são o reconhecimento de ativos regulatórios e a contabilização de nossas concessões. A contabilização de nossas concessões inclui uma potencial reclassificação de propriedades, usinas e equipamentos como ativos intangíveis, ativos financeiros, ou ambos. De acordo com os princípios contábeis brasileiros e com o U.S. GAAP, reconhecemos como ativos e passivos certos valores que estamos legalmente autorizados a recolher, ou obrigados a pagar, no futuro de acordo com as regulamentações aplicáveis às nossas subsidiárias de distribuição. Dependendo do resultado da convergência com o IFRS, a contabilização para ativos e passivos regulatórios podem ter um efeito material em nossa condição financeira divulgada, bem como em nosso resultado operacional. Vide "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras." Nós e outras companhias similares situadas no Brasil, estamos discutindo esses pontos com os órgãos brasileiros responsáveis pela definição dos padrões contábeis e demais órgãos reguladores, mas não podemos prever os resultados dessas discussões ou a maneira final em que o IFRS ou os padrões contábeis brasileiros baseados no IFRS serão aplicáveis a nós.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Somos controlados pelo Governo Estadual, o qual poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores.

Na qualidade de nosso acionista controlador, o governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos negócios da CEMIG. Serão realizadas eleições em Minas Gerais em outubro de 2010. O período anterior às eleições poderá promover alterações nas políticas governamentais existentes, e a administração pós-eleição poderá buscar a implementação de novas políticas. Não é possível analisar o impacto e os efeitos que isso possa causar sobre nós ou nossos resultados operacionais. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das nossas ações ordinárias, e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos em decisões tomadas em nossas assembleias gerais, podendo (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da CEMIG e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por quorum qualificado dos nossos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época de pagamento de quaisquer dividendos.

As operações da CEMIG causaram e continuarão a causar impacto importante sobre o desenvolvimento comercial e industrial do Estado de Minas Gerais e sobre suas condições sociais. No passado, o Governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador da CEMIG para decidir se deveremos nos dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos nossos negócios e/ou resultados operacionais.

c. a seus acionistas

Nossa capacidade de distribuir dividendos está sujeita a limitações.

O fato de o investidor receber ou não dividendos depende de nossa situação financeira nos permitir ou não distribuir dividendos nos termos da legislação brasileira e da determinação, por parte de nossos acionistas, seguindo a recomendação de nosso Conselho de Administração, atuando discricionariamente, de suspender a distribuição de dividendos em razão de nossa situação financeira, adicionalmente ao valor da distribuição obrigatória exigida nos termos de nosso estatuto social, no caso das ações preferenciais.

Pelo fato de a CEMIG ser uma companhia holding que não exerce operações geradoras de receita que não as de suas subsidiárias operacionais, somente poderemos distribuir dividendos a acionistas se a CEMIG receber dividendos ou outras distribuições em espécie de suas subsidiárias operacionais. Os dividendos que nossas subsidiárias podem nos distribuir dependem de nossas subsidiárias gerarem os lucros suficientes em determinado exercício social. Os dividendos poderão ser provenientes de lucros acumulados de anos anteriores ou de reservas de capital. Tais lucros são calculados e pagos de acordo com a Lei Brasileira das Sociedades por Ações e com as disposições constantes do estatuto social de cada uma de nossas subsidiárias reguladas.

d. a suas controladas e coligadas

Se a CEMIG D não conseguir controlar com sucesso as perdas de energia, os seus resultados operacionais e sua condição financeira poderão ser adversamente afetados.

A Companhia sofre dois tipos de perda de eletricidade: as perdas técnicas e as perdas comerciais. Perdas técnicas são aquelas decorrentes do curso ordinário de distribuição de eletricidade. Perdas comerciais são aquelas resultantes de conexões ilegais, fraude, erro na cobrança e medição.. A Companhia não pode assegurar que as estratégias que implantadas para combater as perdas de energia serão eficazes. A parcela de suas perdas de energia que exceder os percentuais definidos para a denominada empresa de referência, conforme determinação da ANEEL, não poderá ser repassada por meio de aumento das tarifas. Não é possível assegurar que as medidas do governo em resposta a uma possível escassez de energia no futuro, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

e. a seus fornecedores

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

não aplicável

f. a seus clientes

As regras para a venda de energia elétrica e as condições de mercado podem afetar os preços de venda de energia.

De acordo com a legislação aplicável, nossas companhias de geração de energia não estão autorizadas a vender energia diretamente para nossas distribuidoras. Dessa forma, nossas companhias de geração de energia vendem a energia em um mercado regulamentado por meio de leilões públicos realizados pela ANEEL (o “Mercado Regulamentado”, o “ACR” ou o “Pool”) ou no Ambiente de Contratação Livre (o “ACL”). A legislação aplicável permite aos distribuidores que celebrarem contratos com as nossas companhias de geração de energia no âmbito do Mercado Regulamentado reduzir a quantidade de energia contratada em alguns contratos até um determinado limite, expondo nossas companhias de geração de energia ao risco de não venderem a energia remanescente a preços adequados.

Realizamos atividades de comercialização por meio de contratos de compra e venda de energia, principalmente no ACL, por meio de nossas subsidiárias de geração e comercialização de energia. Os contratos firmados no ACL com consumidores que possam comprar energia diretamente de companhias de geração ou de comercialização de energia, designados “Consumidores Livres”, são, em geral, consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW ou consumidores com demanda entre 500 kW e 3 MW das chamadas “fontes renováveis de energia”, tais como pequenas centrais hidrelétricas e usinas de co-geração, sobretudo usinas de etanol. Contratos antigos com consumidores, superiores a 3 MW, possibilitam a estes a flexibilidade de comprar um maior ou menor volume de energia (de 5% em média) de nossa companhia em relação ao originalmente contratado, o que poderá acarretar um impacto prejudicial sobre nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Contratos recentes, assinados a partir de 2005, em geral, não permitem este tipo de flexibilidade na compra de energia.

Apesar da estratégia de evitar carregar posições, buscando vender a energia comprada o mais rápido possível, a falta de liquidez para a execução das políticas de venda ou a volatilidade dos preços futuros devido a condições de mercado e/ou percepções de mercado, podem afetar negativamente nossos resultados esperados. Adicionalmente, caso não consigamos vender toda a capacidade de energia nos leilões públicos regulados ou no ambiente de contratação livre, a capacidade não vendida será liquidada na CCEE, a preços de liquidação (Preço de Liquidação de Diferenças), ou PLD, que, por sua própria essência, tendem a ser muito voláteis, especialmente como ocorreu nos últimos anos. Se isso ocorrer em períodos de baixos preços de liquidação, nossas receitas e resultados operacionais poderão ser afetados adversamente.

Um número relativamente pequeno de consumidores da Companhia responde por parcela significativa de sua receita. A não renovação dos contratos com tais

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

consumidores ou uma queda no consumo poderá prejudicar os resultados operacionais da mesma.

Depois dos consumidores residenciais, a maior parte da energia vendida pela Companhia é comprada por grandes consumidores industriais, cujas principais atividades são: siderurgia, manipulação de metais não ferrosos, ferroligas, química, vestuário, artefatos de tecidos, produção de cimento e produção de automóveis. A Companhia mantém contratos de longo prazo com praticamente todos os seus principais consumidores. Qualquer perturbação no relacionamento existente com o mercado regulado poderia prejudicar de maneira relevante seus resultados operacionais. Exemplificando, quando do término destes contratos, o modelo regulatório poderá permitir que os consumidores contratem com outros fornecedores, pagando à Companhia somente os custos relativos à conexão e distribuição de energia através de seu sistema elétrico. Outra parcela do mercado poderá optar por contratar energia de fontes alternativas (PCH's, eólica, biomassa) e usufruir do subsídio relativo ao desconto no pagamento dos custos de conexão e transporte. Um decréscimo de mercado dos setores industrial e comercial poderia prejudicar de maneira relevante os resultados financeiros da Companhia e, conseqüentemente, a sua capacidade de pagamento das obrigações financeiras.

A Companhia pode apresentar um percentual de inadimplência superior àquele definido pelo agente regulador.

O marco regulatório setorial garante às distribuidoras de energia elétrica o repasse, via tarifas, de um percentual de inadimplência definido no momento do processo de revisão tarifária. Caso o índice de inadimplência vigente na Companhia seja superior ao índice definido pelo agente regulador, a Companhia deverá arcar com as perdas relativas a essa diferença. Nesse sentido a Companhia pode não recuperar os créditos relativos a dívidas de diversos municípios e demais clientes inadimplentes que estão sendo renegociadas. Caso esses créditos não sejam recuperados, total ou parcialmente, a Companhia sofrerá um impacto adverso relevante em seus resultados financeiros.

A Companhia gera parte de suas receitas operacionais a partir de clientes qualificados como consumidores "potencialmente livres" que têm a liberdade de procurar fornecedores alternativos de energia.

Dentro de sua área de concessão, a Companhia não enfrenta concorrência na distribuição de energia. Entretanto, em virtude da Lei do Setor Elétrico e regulamentação posterior, desde 1995 os clientes classificados como potencialmente livres podem adquirir energia diretamente através dos agentes de mercado (comercializadores e geradores). Além disso, clientes com uma demanda contratada igual ou superior a 500 kW podem se tornar consumidores livres caso optem por energia de fontes renováveis, como energia eólica, solar, biomassa ou PCHs. Atualmente, clientes cativos atendidos em alta tensão compram energia a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por "subsídio cruzado", começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e foi totalmente eliminado até 2007.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Caso os consumidores potencialmente livres da Companhia se tornem consumidores livres, passando a comprar energia de outros fornecedores, as receitas da Companhia poderão ser reduzidas, o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais da mesma no curto prazo.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

O impacto de uma escassez de energia e conseqüente racionamento de energia, como ocorreu em 2001 e 2002, poderá causar um efeito adverso significativo sobre os negócios e resultado operacional da Companhia.

A energia hidrelétrica é a principal fonte de energia no Brasil e representou cerca de 80% da capacidade instalada de geração do país no final de 2009. Tendo em vista que o nível pluviométrico nos anos anteriores a 2001 foi abaixo da média, os reservatórios e, conseqüentemente, a capacidade hidrelétrica nas regiões sudeste, centro oeste e nordeste do Brasil também apresentaram níveis baixos. As tentativas de compensar a dependência em usinas hidrelétricas com usinas térmicas movidas a gás foram adiadas. Em resposta à escassez de energia, o governo criou, em 15 de maio de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, para coordenar e administrar um programa de redução do consumo de energia, e assim evitar a interrupção do fornecimento. Esse programa, conhecido por Racionamento, estabeleceu limites de consumo de energia para clientes industriais, comerciais e residenciais, esses limites variavam de 15% a 25% de redução do consumo de energia. O programa foi aplicado de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Em consequência do Racionamento, as receitas com a venda de energia da Companhia foram reduzidas nesse período. Na hipótese de outra escassez de energia, o governo poderá implementar políticas que podem incluir o racionamento do consumo de energia, o que poderá causar um efeito adverso relevante na condição financeira e resultado operacional da Companhia

A construção, expansão e operação das usinas hidrelétricas e termelétricas de geração de energia da Companhia envolvem riscos significativos que podem levar à perda de receita ou aumento de despesas.

A construção, expansão, manutenção e operação de instalações e equipamentos para a geração de energia envolvem vários riscos, incluindo:

- incapacidade de obter permissões e aprovações governamentais obrigatórias, principalmente aquelas relacionadas ao meio ambiente;*
- indisponibilidade de equipamentos;*
- indisponibilidade dos sistemas de distribuição e/ou transmissão;*
- interrupção do fornecimento;*
- interrupções no trabalho;*
- greves e outras disputas trabalhistas;*
- agitações sociais;*
- interferências meteorológicas e hidrológicas;*
- problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;*
- atrasos na construção e na operação ou custos excedentes não previstos; e*
- indisponibilidade de financiamentos adequados.*

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A ocorrência destes ou outros problemas poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de gerar energia em quantidade compatível com suas projeções ou com suas obrigações perante seus clientes, o que pode ter um efeito relevante adverso em sua situação financeira e em seu resultado operacional.

A atual estrutura do setor elétrico brasileiro é altamente concentrada em geração hidrelétrica, o que a torna sujeita a certos riscos.

O setor elétrico brasileiro é altamente concentrado em geração hidrelétrica e enfrenta uma limitação natural de sua capacidade de geração, tendo em vista que as usinas hidrelétricas não podem gerar mais energia elétrica do que é possível em função dos recursos hídricos do país. Assim, fatores naturais podem afetar nossa capacidade de geração, em razão do aumento ou redução do nível dos reservatórios. O controle do nível dos reservatórios pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) procura otimizar o nível de água disponível para a geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios. Neste contexto, o ONS poderá, por exemplo, impedir que uma usina de geração localizada na nascente de um rio aumente sua vazão de água, caso isto possa prejudicar as demais usinas ao longo do mesmo rio. Da mesma maneira, o ONS poderá decidir aumentar a geração termelétrica e reduzir a geração hidrelétrica com o fim de preservar a água dos reservatórios.

A baixa geração de energia em razão de condições hidrológicas adversas, não totalmente cobertas pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), poderia resultar no aumento de custos e diminuição do fluxo de caixa. Adicionalmente, caso os leilões de energia nova realizados nos termos da legislação pertinente não resultem em uma expansão da capacidade de geração de energia para adequar os níveis à crescente demanda, medidas de racionamento podem vir a ser adotadas. Qualquer limitação da capacidade da Companhia na geração de energia elétrica poderá prejudicar seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia poderá sofrer impactos negativos em seu fluxo de caixa caso haja um despacho térmico elevado.

De acordo com a legislação vigente (Lei 10848/04) a compra de energia pelas distribuidoras deverá ser formalizada por meio de contratos bilaterais denominados Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e celebrados entre cada concessionária ou autorizada de geração e todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço público de distribuição. Nestes contratos os riscos hidrológicos serão assumidos conforme as seguintes modalidades contratuais:

I - pelos geradores, nos Contratos de Quantidade de Energia;

II - pelos compradores, com direito de repasse às tarifas dos consumidores finais, nos Contratos de Disponibilidade de Energia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Em linhas gerais, nos contratos de quantidade de energia (contratos celebrados com geradores hidráulicos) o preço e a quantidade de energia são contratualmente ajustados e a compradora deverá desembolsar somente aqueles valores previstos no contrato. Já nos contratos por disponibilidade (característicos da contratação de energia de fonte térmica), embora a quantidade de energia seja previamente estabelecida, o preço a ser pago pelos compradores irá depender do despacho ou não da usina em questão. Caso a usina seja despachada a compradora irá desembolsar além de uma receita fixa um Custo Variável Unitário (CVU) o qual é estabelecido conforme as especificidades de cada usina térmica.

Dado que as distribuidoras são legalmente limitadas no processo de compra de energia e, assim, obrigadas a declarar suas necessidades de energia e a comprar essa energia necessária em leilões regulados, cuja fonte de energia leiloada é determinada pelo poder concedente, não há como evitar a contratação por disponibilidade e a assunção do risco hidrológico caso as térmicas sejam despachadas. Na verdade este risco constitui um risco ao fluxo de caixa da empresa, e não ao resultado, já que o montante desembolsado será restituído via tarifa após o processo anual de reajuste tarifário.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

Não há como garantir se, e em que condições, as concessões atuais da Companhia serão renovadas. Os planos de expansão da Companhia poderão ser prejudicados caso ela não consiga obter novas concessões ou perca alguma das concessões que possui atualmente.

Conduzimos a grande maioria das nossas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por meio de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Brasileira exige que todas as concessões de serviços públicos sejam objeto de licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei de Concessões, os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico. De acordo com a Lei de Concessões, conforme modificada pela Lei do Novo Modelo do Setor, as concessões existentes poderão ser renovadas pelo Governo Federal por períodos adicionais de até 20 anos, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha observado padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal. À luz do grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal - que é frequentemente orientado pela ANEEL - pela Lei de Concessões em relação a novos contratos de concessão e no que diz respeito à renovação de concessões existentes e, dada a ausência de precedentes de longa data explicitando como o Governo Federal pretende exercer seu poder discricionário, interpretar e aplicar a Lei de Concessões, não podemos garantir que novas concessões serão obtidas ou que nossas concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aqueles atualmente em

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

vigor. A não renovação de quaisquer de nossas concessões poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

As operações, equipamentos e instalações da Companhia estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental e de saúde que podem se tornar mais rigorosos no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.

As atividades de geração e transmissão da Companhia estão sujeitas a uma abrangente legislação ambiental em âmbito federal, estadual e municipal. Essas normas incluem a obrigação de obtenção de licenças ambientais para a construção de novas instalações ou a instalação de novos equipamentos necessários às operações da Companhia. É possível que as regras de proteção ambiental e de saúde nos forcem a alocar investimentos de capital para a observância de normas e, conseqüentemente, realocar recursos de outros investimentos planejados. Isso poderá ter um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

De acordo com o art. 1º, § 2º, inc, III, da Lei Federal nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal Federal), a Reserva Florestal Legal constitui-se em área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Em Minas Gerais, onde se encontram a maior parte dos empreendimentos da Cemig, a Lei Estadual nº14.309, de 19 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº43.710, de 08 de janeiro de 2004, que instituiu a Política Florestal e de Proteção à Biodiversidade, ratificou a obrigação contida no Código Florestal Federal, quanto à necessidade de constituição da Reserva Florestal Legal, correspondente a 20% da área total da propriedade rural, como instrumento de proteção à biodiversidade e abrigo à flora e fauna no Estado. Entretanto, tanto a Lei Federal nº. 4.771/1965, quanto a Lei Estadual nº14.309/2002, são omissas quanto ao conceito de propriedade ou posse rural.

O conceito normativo encontrado na legislação nacional para propriedade rural situa-se no “Estatuto da Terra”, instituído pela Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que em seu artigo 4º, I define imóvel rural como sendo “o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial”.

No âmbito federal, a equipe técnica de licenciamento do IBAMA, no licenciamento corretivo das usinas da Cemig, manteve o entendimento, expresso em correspondência enviada à Companhia, em 29 de julho de 2008, manifestando contrário à necessidade da constituição da Reserva Florestal Legal.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

No Estado de Minas Gerais, com o objetivo de definir se obrigação da constituição da Reserva Florestal Legal abrange os empreendimentos do Setor Elétrico, foi emitida Nota Jurídica pela Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais - AGE, em 30 de outubro de 2008, respondendo à consulta feita pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE, apresentando entendimento no sentido de que “é obrigatória a averbação de Reserva Florestal Legal para empreendimentos do setor elétrico, tanto para os em implantação quanto aos a serem implantados”.

Fundamentada em entendimentos jurídicos diferentes, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE, encaminhou nova consulta à Advocacia Geral do Estado – AGE, solicitando a revisão da referida Nota Jurídica.

Concordante com o entendimento defendido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE, a CEMIG justifica sua tese pela não obrigatoriedade da medida de constituição da Reserva Florestal Legal de seus empreendimentos, sob os seguintes argumentos:

- *Os empreendimentos do setor elétrico são atividades de utilidade pública, explorados mediante uma Concessão ou Autorização federal para explorar o potencial hidrelétrico, transmitir e distribuir energia elétrica e, definitivamente, não se caracterizam como sendo uma propriedade ou posse rural.*
- *A aquisição dos imóveis para a instalação dos empreendimentos se deve em função dessa Concessão ou Autorização do poder concedente, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ocorrendo à título precário, ou seja, ao final da Concessão ou Autorização, os bens são revertidos à União.*
- *Os impactos ambientais causados à biodiversidade pela implantação dos empreendimentos do Setor Elétrico já se encontram amplamente compensados. Como exemplo da compensação ambiental prevista na legislação nacional e já aplicada ao Setor citamos: (i) Compensação Ambiental prevista na Lei Federal nº9.985, de 18 de julho de 2000, a Lei do SNUC; (ii) Compensação Florestal por supressão de vegetação e intervenção em área de preservação permanente, prevista no §4º do art. 4º da Lei Federal nº4.771, de 15 de setembro de 1965 (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001); (iii) Compensação Ambiental pelo corte e supressão de vegetação do bioma Mata Atlântica, conforme Lei Federal nº 11.458, de 22 de dezembro de 2006; (iv) Taxa Florestal pela retirada de vegetação para a instalação dos empreendimentos, conforme previsto na Lei Estadual nº4.747, de 09 de maio de 1968.*
- *Não se pode, portanto, violar o princípio do non bis in idem. E dessa obrigatoriedade caracterizaria um duplo encargo imposto às Concessionárias.*

A Cemig encaminhou suas justificativas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE, apresentando os aspectos contra a referida obrigação da Reserva Florestal Legal. Até o momento, a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais – AGE não respondeu ao pedido de revisão da Nota Jurídica formulado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE.

A Companhia está sujeita a uma ampla legislação e a grandes alterações regulatórias e, assim sendo, não se pode prever com exatidão os impactos relacionados a estas mudanças.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei nº 10.848 que alterou substancialmente as diretrizes do setor até então vigentes. A implementação do novo modelo do setor elétrico no Brasil (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”), promoveu profundas modificações em sua estrutura, dentre as quais: (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da CCEE e de novos órgãos setoriais; e (iv) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. O Governo poderá estabelecer novos procedimentos de comercialização de energia e a Companhia não poderá ter certeza a respeito do efeito de tais procedimentos sobre sua condição financeira e resultado operacional. Além disso, mudanças marginais na legislação setorial podem também impactar negativamente os resultados e a condição financeira da Companhia.

A ANEEL possui discricionariedade substancial para estabelecer as tarifas cobradas dos consumidores cativos. Tais tarifas são determinadas nos termos dos contratos de concessão celebrados com a ANEEL em nome do Governo Federal e em conformidade com a competência decisória e regulatória da ANEEL.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (1) o reajuste anual; (2) a revisão periódica; e (3) a revisão extraordinária. Temos o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar alguns dos efeitos da inflação sobre as tarifas e nos permite repassar aos consumidores certas alterações em nossa estrutura de custos que estejam fora de nosso controle, tais como o custo da energia elétrica que compramos e alguns outros encargos regulatórios, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição. Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos que visa identificar as variações de nossos custos, bem como estabelecer um fator com base em nossa eficiência operacional, que será aplicado em face do índice de nossos reajustes de tarifa anuais correntes, cujo efeito pretendido é recompensar o bom gerenciamento de nossos custos, bem como compartilhar quaisquer ganhos correlatos com os nossos consumidores. Também temos o direito de solicitar a revisão extraordinária das nossas tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente nossa estrutura de custos. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL.

Apesar dos nossos contratos de concessão estabelecerem que devemos manter nosso equilíbrio econômico-financeiro, não podemos garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas que compensarão adequadamente nossa companhia e que nossas receitas e nossos resultados operacionais não serão prejudicados por tais tarifas. Ademais, na medida em que quaisquer desses ajustes não sejam concedidos pela ANEEL tempestivamente, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira poderão ser prejudicados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia poderá não conseguir repassar integralmente em suas tarifas os custos de suas compras de energia.

Conforme previsto na legislação pertinente, as empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão planejar, com antecedência de cinco anos, a compra de energia necessária para o suprimento de seus consumidores nesse período, através de leilões públicos, estando prevista uma correção com antecedência de três anos. A legislação também estabelece as condições para o repasse dos volumes e preços de comercialização de energia entre as distribuidoras e geradoras, através das tarifas reguladas dos consumidores finais. Se a energia contratada, incluindo aquela comprada pela Companhia nos leilões públicos, for inferior a 100% de sua necessidade de energia total verificada, a Companhia estará sujeita a multas e poderá não conseguir repassar a seus clientes todos os custos da compra adicional de energia. Se a energia contratada representar mais de 100% e menos de 103% da sua necessidade de energia total, a Companhia poderá repassar a seus clientes o volume total da sua necessidade de energia. Caso supere 103%, a Companhia novamente estará sujeita a multas e poderá não conseguir repassar a seus clientes todos os custos de compra deste montante. Ademais, o marco regulatório restringe a capacidade da Companhia de repassar aos seus clientes o custo das compras de energia caso tais custos ultrapassem o Valor Anual de Referência – VR, estabelecido pela ANEEL. Este valor é baseado no preço médio ponderado pago por todas as empresas de distribuição nos leilões públicos de energia a ser disponibilizada por novos empreendimentos de geração. Tendo em vista os inúmeros fatores que afetam as previsões de demanda de energia da Companhia, incluindo crescimento econômico e populacional, não é possível assegurar que sua previsão de demanda de energia será precisa. Se houver variações significativas entre as suas necessidades e o volume de suas compras de energia, os resultados das operações da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia deverá obter licenças para suas instalações que operam sem licenças ambientais.

A Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conforme alteração, estabeleceu multas para instalações que operem sem licenças ambientais. Em 1998, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.710 (atualmente Medida Provisória nº 2.163/47), que estabelece disposições para operadoras de projeto visando à celebração de contratos com os órgãos normativos ambientais competentes para o fim de dar cumprimento à Lei Federal nº 9.605/98.

Adicionalmente, a Companhia está negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986. A Emissora acordou com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e com o Sistema Estadual do Meio Ambiente - SISEMA, que fará o licenciamento corretivo dos seus empreendimentos por Sistemas Regionais, sendo que um grupo de empreendimentos do Sistema Regional Triângulo,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

será licenciado no IBAMA, devido aos empreendimentos se localizarem em dois estados da Federação; e 7 Sistemas Regionais (Malhas Centro, Leste, Mantiqueira, Oeste, Norte, Sul e Triângulo) a serem licenciados no SISEMA, sendo que 3 sistemas encontram-se com os estudos ambientais em fase de conclusão, 3 outros com estudos ambientais em fase inicial e, o último, Malha Norte, com os estudos ambientais em fase de licitação.

De acordo com a Lei Federal No. 9.985 de 18/07/2000 e o respectivo Decreto No. 4.340 de 22/08/2002, as empresas cujas atividades forem entendidas como causadoras de grandes impactos ambientais devem investir em áreas de proteção de modo a compensar estes impactos. Cada empresa deverá ter sua compensação ambiental estipulada pelo órgão ambiental, dependendo do grau de poluição ou dano ambiental resultante de suas atividades.

O Decreto Federal No. 6.848/2009, de 14/05/2009, e o Decreto Estadual do Estado de Minas Gerais de No. 45.175, de 17/09/2009, regulamentam a metodologia para definição de medidas compensatórias. Deste modo, até 0,5% do total de investimentos na implementação de um projeto que causar impactos ambientais significativos devem ser revertidos para medidas de compensação. O número exato de medidas compensatórias será definido pelo órgão ambiental, baseado no grau de poluição e dano ambiental do empreendimento.

Os critérios de compensação ambiental e social não estão definidos, o que poderá fazer com que as solicitações de órgãos ambientais, Ministério Público, ONGs e populações afetadas sejam adicionais às tradicionalmente propostas. Devido a essas incertezas, as compensações ambientais e sociais podem afetar o licenciamento (inclusive o corretivo), prazos e orçamento de novos empreendimentos, e até mesmo inviabilizá-los. Ressalta-se que existem discussões atualmente em andamento nos órgãos ambientais oficiais (federal e estadual) com o objetivo de estabelecer critérios para disciplinar as compensações ambientais.

O Decreto Federal No. 6.848/2009 também determinou que a imposição de compensações se aplica à projetos anteriores à emissão da nova legislação. Caso sejam adotados critérios muito rigorosos para a efetuação de tal compensação, a Emissora poderá ter sua capacidade de pagamento de obrigações adversamente afetada. Além disso, podem ser definidas no processo de licenciamento corretivo ou na renovação de licenças novas condicionantes ambientais a serem cumpridas pela empresa, para as quais não temos como fazer previsões, em função de alterações na legislação ou de decisões dos órgãos oficiais de meio ambiente.

A Companhia poderá ser punida pela ANEEL por descumprimento de seus Contratos de Concessão e da regulamentação aplicável

As atividades de geração e transmissão da Companhia são realizadas de acordo com os seus respectivos Contratos de Concessão. Com base nas disposições dos Contratos de Concessão da Companhia e na legislação aplicável, a ANEEL poderá aplicar

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

penalidades caso descumpram quaisquer de suas disposições. Dependendo da gravidade do descumprimento, tais penalidades poderão incluir:

- *advertência;*
- *multas por descumprimento do respectivo Contrato de Concessão de até 2% da receita da Companhia auferida no exercício encerrado imediatamente anterior a data do descumprimento;*
- *restrições ao funcionamento das instalações e equipamento existentes;*
- *intervenção; e*
- *término da concessão.*

Além disso, o Governo Federal tem o poder de terminar as concessões da Companhia antes do final do prazo em caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação e caducidade.

É possível que a ANEEL aplique penalidades pelo descumprimento dos Contratos de Concessão pela Companhia ou termine antecipadamente as concessões. Caso os Contratos de Concessão sejam terminados, a Companhia não poderá operar seus negócios. Além disso, o pagamento a que a Companhia terá direito quando do término de suas respectivas concessões poderá não ser suficiente para liquidação total de seus passivos, e esse pagamento poderá ser postergado por muitos anos. Se o respectivo Contrato de Concessão da Companhia for rescindido por sua culpa, o montante do pagamento devido poderá ser reduzido de forma significativa com a imposição de multas ou outras penalidades. Desta forma, a aplicação de multas ou penalidades ou o término antecipado da concessão da Companhia poderão ter um efeito adverso significativo sobre sua condição financeira e os seus resultados operacionais.

A Companhia deverá respeitar os padrões de qualidade dos serviços previstos nos respectivos Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica e na regulamentação aplicável.

Os Contratos de Concessão que regulam as concessões de distribuição de energia elétrica celebrados pela Companhia estabelecem padrões que devem ser observados na prestação dos serviços objetos das respectivas concessões, entre os quais a constante melhoria dos padrões de qualidade. As penalidades aplicáveis a um desempenho inferior aos níveis estabelecidos de qualidade dos serviços estão previstas em legislação específica. O Poder Concedente poderá, caso a Companhia não observe os respectivos padrões de qualidade e melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica, aplicar diversas penalidades à Companhia e, observada a legislação em vigor, decretar a caducidade das concessões, o que acarretaria um efeito adverso na condição financeira e operacional da Companhia. Ademais, o completo atendimento a esses padrões de serviços é requisito essencial para a renovação das concessões nos termos da Lei de Concessões.

Existe uma contestação judicial em torno da Lei 10848/04, sob a qual se fundamenta grande parte do marco regulatório do setor elétrico nacional

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal por meio das ações diretas de inconstitucionalidade n.º 3090 e 3100 (“ADINs”). O Governo Federal recorreu, argüindo que, tendo em vista que a medida provisória que deu origem a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi convertida em lei mediante um projeto de conversão, as ADINs haviam perdido o objeto e solicitou seu arquivamento. No entanto, a votação do Supremo Tribunal Federal, de 04 de agosto de 2004, rejeitou o recurso do Governo e confirmou a decisão de dar prosseguimento ao julgamento do mérito das ações. No dia 08 de abril de 2005 o julgamento das ADINs foi novamente suspenso em virtude do pedido de vista por um dos Ministros; contudo, nesse julgamento houve 5 votos em favor da Nova Lei e 2 desfavoráveis. No dia 11 de outubro de 2006, o STF decidiu, por maioria, indeferir a medida cautelar solicitada nas ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Uma decisão final sobre esta questão depende do voto da maioria de onze Ministros, sendo que é necessário um quorum de, no mínimo, oito Ministros. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está atualmente em vigor. Se a íntegra, ou parte substancial da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional, o marco regulatório previsto pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá não vir a ser implementado, gerando incerteza em relação a forma e ao momento da realização das mudanças no setor elétrico. Não existe ainda uma decisão definitiva sobre este mérito.

O efeito das reformas sob a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o resultado das ADINs e as futuras reformas no setor da energia são difíceis de prever, mas poderão ter impacto adverso sobre os negócios e resultado operacional da Companhia, bem como em sua capacidade de acesso ao mercado financeiro.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Mudanças políticas e catástrofes naturais podem gerar impactos negativos nos resultados da Companhia

A Companhia possui 49% de participação em uma linha de transmissão localizada no Chile, a qual possui 205 Km de extensão e período de concessão de 20 anos. O investimento total no empreendimento somou US\$ 88 milhões e tem uma receita anual prevista de US\$ 65 milhões. As obras iniciaram em Abril de 2007 e o empreendimento entrou em operação em Janeiro de 2010. Como todo investimento em países estrangeiros este empreendimento está sujeito a variações na rentabilidade decorrente de mudanças sócio-políticas no país receptor do investimento. Exemplo recente neste sentido pode ser dado pela nacionalização de empresas estrangeiras em países latino-americanos como a Venezuela e a Bolívia. No caso específico do Chile, catástrofes naturais como o forte terremoto que atingiu o país em Fevereiro de 2010, também representam riscos ao retorno do investimento. Portanto, caso os riscos delineados anteriormente se materializem o resultado operacional e financeiro da Companhia pode ser afetado de forma adversa.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

- a. *juízo*
- b. *instância*
- c. *data de instauração*
- d. *partes no processo*
- e. *valores, bens ou direitos envolvidos*
- f. *principais fatos*
- g. *se a chance de perda é:*
 - i. *provável*
 - ii. *possível*
 - iii. *remota*
- h. *análise do impacto em caso de perda do processo*
- i. *valor provisionado, se houver provisão*

A Companhia Energética de Minas Gerais e suas Subsidiárias Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A figuram como partes em processos administrativos e judiciais, os quais não são classificados como sigilosos.

Encontram-se relacionados neste relatório todos os processos administrativos e judiciais em andamento, de natureza Ambiental, Cível, Direito Administrativo, Regulatório e Tributário. cadastrados no Sistema de Gestão de Processos Jurídicos – GPJuri, classificados como relevantes, de valores iguais ou superiores a R\$50 milhões, com a posição atualizada até 31/12/2009, cujas contingências de perda estão avaliadas como “provável” e “possível”, critério utilizado para classificação de relevância, onde a CEMIG e as suas Subsidiárias figuram como partes Devedoras.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em Provável, Possível ou Remota, considerando os critérios determinados nas Instruções Contábeis – IC, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 de 26/10/2001, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, item 6.3.22 – Provisão para Contingências, conforme a seguir:

- *constituir e registrar provisão para as causas cujo desfecho negativo para as concessionárias e permissionárias seja classificado como “provável” e que seja praticável determinar o respectivo montante envolvido;*
- *divulgar, em nota explicativa às demonstrações contábeis, as causas cujos desfechos negativos para as concessionárias e permissionárias sejam classificados como “possível”; e*
- *divulgar, a critério da administração, em nota explicativa, as causas cujos desfechos negativos para as concessionárias e permissionárias sejam considerados “remoto”.*

Informamos que, em decorrência da desverticalização pela qual passou a CEMIG, nos processos em que a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) figura como parte, a sua substituição processual pelas subsidiárias integrais CEMIG Distribuição S/A (CEMIG D) e CEMIG Geração e Transmissão S/A (CEMIG GT), ocorre gradativamente e de acordo com o andamento processual, dependendo de deferimento pelo poder judiciário.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A seguir, são apresentados os detalhes dos processos:

<i>Processo de natureza Ambiental</i>	
<i>a. juízo</i>	<i>Processo nº 002408137311-0 - Justiça Comum - Belo Horizonte - MG - 2ª Vara Faz. Publ. e Autarquias</i>
<i>b. instância</i>	<i>1ª - Justiça Comum</i>
<i>c. data de instauração</i>	<i>22/07/2008</i>
<i>d. partes no processo</i>	<i>Autor: Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio - AMAR</i> <i>Réus: CEMIG Geração e Transmissão S/A, Companhia Energética de Minas Gerais, Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM e Southern Electric Brasil Participações Ltda.</i>
<i>e. valor envolvido</i>	<i>R\$1.080.756.211,4</i>
<i>f. principais fatos</i>	<i>Trata-se de Ação Civil Pública proposta pela Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio, contra a CEMIG, Southern Electric e FEAM, na qual a requerente alega a existência de danos potenciais à saúde pública; prejuízos pela inexistência de escada de peixes; existência de altas taxas de cianobactérias; existência de doenças endêmicas (leishmaniose e esquistossomose); risco de eutrofização; contaminação por biocidas persistentes; contaminação por mercúrio; necessidade de desapropriação de 500 metros no entorno do reservatório e reposição de mata ciliar e da averbação da reserva legal; inconsistência da operação. Requereu, em pedido de liminar, que a licença da operação LO 111/05 (UHE Nova Ponte) fosse cassada ou suspensa até que nela sejam estabelecidas e cumpridas as condicionantes pretendidas na presente lide, imprescindíveis à manutenção da saúde pública e à compensação/mitigação ambiental. Em audiência a Juíza acolheu a exceção de incompetência e declinou a competência para o foro da capital do Estado. A CEMIG protocolizou Agravo Retido em face da decisão interlocutória que deferiu o pedido de emenda à inicial.</i>
<i>g. chance de perda</i>	<i>Possível</i>
<i>h. análise do impacto, em caso de perda do processo</i>	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
<i>i. Valor provisionado, se houver provisão</i>	<i>Não há provisionamento</i>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo de natureza Cível	
a. juízo	Processo nº 20043803009397-0 - J.Federal Uberlândia - MG - 1ª Vara
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 6ª Turma
c. data de instauração	25/11/2004
d. partes no processo	<i>Autor: Ministério Público Federal</i> <i>Réus: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Cemig Distribuição S/A</i>
e. valor envolvido	R\$96.739.877,31
f. principais fatos	<i>Trata-se de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a CEMIG D e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da CEMIG no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente e, ainda, fixou multa diária de R\$1.000,00 no caso de descumprimento da decisão. Contudo, a CEMIG e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor é composto pela perda de arrecadação, por parte da CEMIG, durante 1 ano, caso a sentença não seja alterada pelo TRF. Aguarda-se julgamento.</i>
g. chance de perda	<i>Possível</i>
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
i. Valor provisionado, se houver provisão	<i>Não há provisionamento</i>

Processo de natureza Direito Administrativo	
a. juízo	Processo nº 20073800020328-3 - J. Federal (Belo Horizonte - MG) - 19ª Vara
b. instância	1ª - Justiça Federal
c. data de instauração	13/07/2007

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	<p><i>Autor: Irani Vieira Barbosa</i></p> <p><i>Réus: CBPO Engenharia Ltda - Odebrecht - Companhia Energética de Minas Gerais - Construtora Andrade Gutierrez S/A - Construtora Queiroz Galvão S/A - Djalma Bastos de Moraes - Fernando Henrique Schuffner Neto - Geraldo Ferreira da Silva - Manoel Bernardino Soares - Ministério Público do Estado de Minas Gerais - União Federal</i></p>
e. valor envolvido	<i>R\$1.654.132.486,38</i>
f. principais fatos	<p><i>O Autor, Irani Vieira Barbosa, ajuizou Ação Popular contra a CEMIG e mais nove réus, requerendo a declaração de nulidade do TAC celebrado entre o Ministério Público e a CEMIG (com o objetivo de manter a licitação e os contratos celebrados), bem como a restituição aos cofres públicos dos valores transferidos para as empresas requeridas para implantação do "Programa Luz Para Todos", e, em sede liminar, que a União federal e a CEMIG se abstenham de transferir quaisquer valores referentes ao Programa, e que sejam bloqueados os bens das empresas requeridas e de seus diretores e presidentes e do promotor Geraldo Ferreira da Silva.</i></p> <p><i>O valor envolvido refere-se ao pedido de restituição dos valores recebidos pelas empresas que executaram os serviços contratados pela CEMIG. O pedido de efeito suspensivo foi indeferido em 13/07/07 na Justiça Federal. O Autor agravou, tendo seu pedido indeferido pelo TRF, também, em 13/08/07. Em decisão de 11/02/09, o Juízo determinou a intimação das requeridas para que apresentem os documentos requisitados. A Justiça Federal declinou a competência para a Justiça Estadual. O processo foi redistribuído para a 6ª Vara Federal e encontra-se concluso para despacho.</i></p>
g. chance de perda	<i>Possível</i>
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
i. Valor provisionado, se houver provisão	<i>Não há provisionamento</i>

Processo de natureza Regulatória

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a. juízo	<i>Processo nº 20043400008807-0 - J. Federal - Brasília - DF - 13ª Vara Federal</i>
b. instância	<i>2ª - RF 1ª Região - Brasília - DF - 8ª Turma</i>
c. data de instauração	<i>15/03/2004</i>
d. partes no processo	<i>Autor: Companhia Energética de Minas gerais</i> <i>Réus: Procurador Chefe da Fazenda Nacional de MG - Procurador Chefe da Fazenda Nacional do DF - Secretário de Tesouro Nacional</i>
e. valor envolvido	<i>R\$ 1.157.077.936,34</i>
f. principais fatos	<i>Trata-se de Mandado de Segurança, cuja matéria é a Conta de Resultados a Compensar – CRC, após a conclusão do Processo Administrativo ANEEL nº 48500.000.880/98, em que se discutiu a pretensão da ANEEL de devolução de parte dos créditos da Conta de Resultados a Compensar - CRC, recebidos em 1994 pela CEMIG, a Secretaria do Tesouro Nacional-STN notificou em definitivo a CEMIG, em 09 de janeiro de 2004, para ressarcir a União, até 30 de janeiro de 2004, o montante de R\$516,20 milhões, correspondente a 137,00 milhões de UFIR, corrigidos pela Taxa Selic desde 1997, sob pena de inscrição no CADIN e na Dívida Ativa da União.</i> <i>A CEMIG, em 15 de março de 2004, impetrou Mandado de Segurança junto à Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, autuado sob o número 2004.34.0000.8807-0, para discutir a legalidade da cobrança e suspender a inscrição da CEMIG no CADIN. A liminar foi concedida parcialmente, determinando a suspensão da inscrição apenas até o dia 24 de março de 2004, por falha no procedimento de notificação da STN.</i>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p><i>Contra a decisão, a CEMIG interpôs Agravo de Instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, requerendo a concessão de liminar para suspender a inscrição no CADIN e a inscrição na Dívida Ativa da União, até julgamento do mérito da ação, tendo sido concedida a liminar acatando integralmente o pedido da CEMIG. Todavia, esse Agravo foi julgado prejudicado, cessando-se a liminar, em razão da sentença no respectivo Mandado de Segurança, por meio da qual foi denegada a segurança.</i></p> <p><i>Em face da mencionada decisão proferida no Mandado de Segurança, a CEMIG interpôs Recurso de Apelação, que foi recebido apenas no efeito devolutivo. Recebidos no TRF, os respectivos autos encontram-se conclusos com o Relator para inclusão em pauta. A fim de obter o efeito suspensivo no mencionado Recurso, a CEMIG ajuizou Ação Cautelar junto ao TRF sob o nº 20050100012858-4, cuja liminar foi deferida, suspendendo, assim, os efeitos da inclusão da CEMIG no CADIN, bem como a inscrição do débito na Dívida Ativa da União, até o julgamento final da Apelação no Mandado de Segurança em questão. Contra esta decisão a STN interpôs Agravo Regimental pendente de julgamento. Paralelamente, aguarda-se o julgamento da Apelação em Mandado de Segurança impetrado pela CEMIG.</i></p>
g. chance de perda	<i>Possível</i>
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
i. Valor provisionado, se houver provisão	<i>Não há provisionamento</i>
Processos de natureza Regulatório	
a. juízo	<i>Processo nº 20023400026509-0 - J. Federal - Brasília - DF - 15ª Vara Federal</i>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

b. instância	<i>2ª - TRF 1ª Região - Brasília - DF - 3ª Seção</i>
c. data de instauração	<i>23/11/2002</i>
d. partes no processo	<i>Autor: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A</i> <i>Réus: Agência Nacional de Energia Elétrica, CEMIG Geração e Transmissão S/A, Centrais Elétricas de Santa Catarina, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Companhia Energética de Pernambuco, Companhia Energética do Rio Grande do Norte, Elektro Eletricidade e Serviços S/A, Guaraniana Comércio e Serviços S.A e Rosal Energia S/A</i>
e. valor envolvido	<i>R\$ 94.739.757,42</i>
f. principais fatos	<i>Em 04/11/2008, a CEMIG GT impetrou o Mandado de Segurança nº 20080100059059-7, requerendo sua habilitação como assistente litisconsorcial passivo na Ação Ordinária nº 2002.34.00.026509-0, ajuizada pela AES Sul contra a ANEEL, através da qual aquela autora requer a anulação do Despacho ANEEL nº 288/2002 que determinou as diretrizes de interpretação da Resolução ANEEL nº 290/2000, e assim, modificou a situação da AES Sul Distribuidora, de credora para devedora do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A CEMIG GT obteve liminar para suspender o depósito determinado em liquidação financeira no valor histórico de R\$79.210.083,73, e foi habilitada como assistente litisconsorcial passivo também por liminar na Ação Ordinária. Caso a AES Sul seja vitoriosa nessa Ação Ordinária, a CEMIG GT deverá pagar esse valor atualizado à época.</i>
g. chance de perda	<i>Possível</i>
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
i. Valor provisionado, se houver provisão	<i>Não há provisionamento</i>

Processos de natureza Tributária

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a. juízo	<i>Processo nº 20043803009397-0 - J. Federal -Belo Horizonte - MG - 8ª Vara</i>
b. instância	<i>2ª - TRF1ª Região Brasília - DF - 8ª Turma</i>
c. data de instauração	<i>16/04/1998</i>
d. partes no processo	<i>Autor: Companhia Energética de Minas Gerais</i> <i>Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte</i>
e. valor envolvido	<i>R\$84.140.286,01</i>
f. principais fatos	<i>A CEMIG impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte, onde requer a dedutibilidade da contribuição social sobre o lucro da base de cálculo do Imposto de Renda. Em Sentença de 05/10/1999, foi concedida a segurança declarando a inconstitucionalidade do art. 1º da lei 9316/96, por desrespeitar o princípio de hierarquia das leis contido nos artigos 59 e 69 da constituição e assegurando à impetrante o direito de deduzir a contribuição social sobre o lucro líquido da base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica. A Receita Federal interpôs Apelação, que foi recebida em decisão de 26/11/1999, sendo o processo redistribuído para a 8ª Turma do TRF, em 18/03/2004.</i> <i>O processo foi incluído na pauta de julgamento em 26/02/2008, tendo a CEMIG apresentado memoriais.</i> <i>O Desembargador Relator deu provimento à Apelação e a remessa oficial. O Desembargador Revisor pediu vista, encontrando-se o processo concluso.</i>
g. chance de perda	<i>Provável</i>
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	<i>A Companhia, a fim de evitar óbice à liberação de CND – Certidão Negativa de Débito ou consequente aplicação de multa, optou pelo recolhimento do valor devido, mas continua a discussão em juízo quanto à inconstitucionalidade da cobrança. Portanto, não haverá novo impacto negativo no resultado da Companhia visto que o valor já foi recolhido e a CEMIG não mais deduz a CSLL do IRPJ.</i>
i. Valor provisionado, se houver provisão	<i>Não. O valor já foi recolhido</i>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processos de natureza Tributária	
a. juízo	Processo nº 20063800022523-7 - Federal - Belo Horizonte - MG - 14ª Vara
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	10/07/2006
d. partes no processo	<i>Autor: Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte</i>
e. valor envolvido	R\$92.685.722,40
f. principais fatos	<p><i>No ano de 2006, a CEMIG e Subsidiárias pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre o qual não foi efetuada a retenção do Imposto de Renda, por ser considerada pela Concessionária que essa obrigação não incide sobre verbas indenizatórias, pelo que foram a CEMIG e as Subsidiárias notificadas pela Receita Federal e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos.</i></p> <p><i>Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG e suas Subsidiárias impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor da potencial obrigação de IRPF.</i></p> <p><i>O escritório responsável pela condução do processo avaliou a contingência com base na jurisprudência do STJ, que há muito diferencia as verbas salariais das verbas indenizatórias, deixando claro que o pagamento decorrente da supressão de vantagens incorporadas ao patrimônio do empregado, por força de acordo coletivo, tem caráter indenizatório.</i></p> <p><i>Em decisão de 16/02/2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança vindicada foi denegada. Em maio/2007 os Autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. A CEMIG interpôs Apelação, que foi recebida em seu efeito devolutivo em 28/03/2007, aguardando julgamento por parte do TRF da 1ª Região.</i></p>
g. chance de perda	<i>Possível</i>
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
i. Valor	Não há provisionamento

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

provisionado, se houver provisão	
----------------------------------	--

Processos de natureza Tributária	
a. juízo	<i>Processo nº 20073800007589-5 - J. Federal -Belo Horizonte - MG - 8ª Vara</i>
b. instância	<i>2ª - TRF 1ª Região -Brasília - DF - 8ª Turma</i>
c. data de instauração	<i>23/03/2007</i>
d. partes no processo	<i>Autor: Companhia Energética de Minas Gerais</i> <i>Réu: Chefe da Seção de Análise de Defesas e Recursos da Delegacia Previdenciária em Belo Horizonte - DRP – BH</i>
e. valor envolvido	<i>R\$ 121.638.668,88</i>
f. principais fatos	<p><i>A CEMIG impetrou o Mandado de Segurança nº 2007.3800007589-5, em 23/03/2007, contra o INSS, requerendo anular o crédito tributário, pela inexigibilidade dos tributos lançados, consistente na exigência do crédito tributário declarado pela Decisão-Notificação nº 11.401.4/01.262/2006, que julgou procedente a lavratura da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 37.025.760-0 (Pasta ATri-000022100), bem como liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário sobre a contribuição previdenciária da Participação nos Lucros e Resultados da empresa paga a empregados e diretores/conselheiros.</i></p> <p><i>Em decisão de 04/04/07, a CEMIG obteve liminar para suspender a exigibilidade dos tributos relativos aos empregados, mantendo-se a exigibilidade somente dos créditos referentes aos Diretores e Conselheiros. A CEMIG depositou, em 09/04/07, o valor de R\$323.260,99 para suspender a exigibilidade.</i></p> <p><i>Em sentença de 10/09/08, a Justiça Federal concedeu, em parte, a segurança vindicada, declarando (i) a decadência do direito do INSS/UNIÃO de lançar e cobrar os créditos tributários; (ii) a inexigibilidade da parte do crédito tributário exigido, no que tange às contribuições sociais incidentes sobre o pagamento efetuado aos empregados. Denegou a segurança relativo às contribuições previdenciárias incidentes sobre o pagamento efetuado aos diretores não empregados e aos conselheiros. Interposto recurso de apelação e aguarda-se julgamento. CEMIG protocolou contra-razões aos recursos de apelação do SEBRAE, União Federal e Incra em 20/04/09. Aguarda-se julgamento.</i></p>
g. chance de perda	<i>Possível</i>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

h. análise do impacto, em caso de perda do processo	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
i. Valor provisionado, se houver provisão	<i>Não há provisionamento</i>

Processos de natureza Tributária	
a. juízo	<i>Processo nº 002407501228-6 – J.Comum - Belo Horizonte - MG - 1ª Vara Feitos Tributários Estadual.</i>
b. instância	<i>1ª</i>
c. data de instauração	<i>23/04/2007</i>
d. partes no processo	<i>Autor: Estado de Minas Gerais</i> <i>Réu: Cemig Distribuição S/A</i>
e. valor envolvido	<i>R\$143.285.757,75</i>
f. principais fatos	<p><i>Cemig foi autuada pelo não-recolhimento do ICMS supostamente devido sobre a subvenção recebida, entre maio de 2002 e dezembro de 2005, por conta do fornecimento de energia elétrica aos consumidores enquadrados na "Subclasse Residencial Baixa Renda".</i></p> <p><i>Interposto Mandado de Segurança requerendo o reconhecimento da inexigibilidade e/ou inconstitucionalidade do ICMS, bem como a concessão de liminar para a suspensão imediata da exigibilidade do tributo, com a conseqüente expedição de certidão positiva com efeito de negativa. Liminar não concedida.</i></p> <p><i>Interposto Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, visando à obtenção da liminar indeferida, sendo recebido apenas no efeito devolutivo.</i></p> <p><i>Impetrado novo Mandado de Segurança, perante o TJMG, em virtude do qual se concedeu a liminar para que a Cemig obtivesse a certidão pretendida com urgência, atendendo, aos interesses da Companhia. Aguarda-se julgamento.</i></p> <p><i>Paralelamente a Fazenda Pública Estadual ajuizou a Execução Fiscal nº 002407501228-6, contra a CEMIG D, relativamente ao crédito tributário, objeto do Mandado de segurança.</i></p> <p><i>A CEMIG garantiu o valor de R\$85.265.077,60, em juízo, através da contratação de Seguro na Apólice nº 03-750-0150005 e embargou a execução. Os embargos foram julgados improcedentes tendo a CEMIG apelado da</i></p>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<i>decisão, aguardando julgamento.</i> <i>O Tribunal rejeitou as preliminares da apelação interposta pela Cemig e negou provimento ao recurso. Em 14/12/2009 Protocolado Embargos de Declaração pela Cemig.</i>
g. chance de perda	<i>Possível</i>
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
i. Valor provisionado, se houver provisão	<i>Não há provisionamento</i>

Adicionalmente, em relação às ações mencionadas acima, em maio de 2010, nós firmamos um acordo referente à ação ajuizada pela RIMA Industrial S.A. relativa ao reembolso do aumento de taxa introduzido pelo DNAEE durante o Plano Cruzado. Por meio de um acordo, concordamos em pagar à RIMA Industrial S.A., adicionalmente ao montante de R\$92 milhões compensado nos termos de decisões judiciais anteriores, o valor total de R\$ 85 milhões, sem qualquer ajuste ou correção monetária e já incluindo os honorários advocatícios, a ser pago por dedução dos pagamentos futuros relativos ao fornecimento de eletricidade e utilização dos sistemas de distribuição.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

- a. juízo*
- b. instância*
- c. data de instauração*
- d. partes no processo*
- e. valores, bens ou direitos envolvidos*
- f. principais fatos*
- g. se a chance de perda é:*
 - i. provável*
 - ii. possível*
 - iii. remota*
- h. análise do impacto em caso de perda do processo*
- i. valor provisionado, se houver provisão*

A CEMIG e as suas Subsidiárias não são partes em processos administrativos e judiciais, onde administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia e suas subsidiárias figurem como partes contrárias.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas Subsidiárias não são partes em processos classificados como sigilosos.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

- a. valores envolvidos*
- b. valor provisionado, se houver*
- c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência*

A Companhia e as suas subsidiárias são partes em processos administrativos e judiciais repetitivos ou conexos, conforme apresentados a seguir:

Processos Judiciais, de natureza Cível – Portaria 045/86

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R\$310.482mil sendo que a perda considerada como provável foi integralmente provisionada, no valor de R\$70.023mil (104.480mil em 31 de dezembro de 2008).

Um dos consumidores industriais que possui ação judicial contra a Companhia nessa matéria obteve decisão parcialmente favorável em acórdão do Tribunal de Justiça, determinando que os seus créditos originados dessa ação fossem atualizados pela TR mais 2,00% desde 1991, o que implicaria em um desembolso de R\$240.459mil pela Companhia. A CEMIG apresentará recurso contra esta decisão, de forma a questionar o valor mencionado e considera, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que a possibilidade de perda no valor mencionado é possível. Adicionalmente, entende que a perda provável nessa ação e que foi objeto de provisionamento das Demonstrações Financeiras é de R\$14.369mil.

Processos Judiciais de natureza Regulatória – Contribuição de Iluminação Pública (CIP)

Com fundamento em estudos unilaterais específicos realizados por entidades contratadas para tal fim, diversos Municípios ajuizaram, individualmente, ações ordinárias que têm por objeto a imediata redução da cobrança de 360h mensais, o que corresponde a 12h por dia, por ponto de iluminação pública, para os valores encontrados nos respectivos laudos unilaterais, considerando para tal o tempo efetivo de uso da iluminação em face da luminosidade natural e das ausências de fornecimento de energia, além da quantidade de lâmpadas efetivamente em funcionamento, bem como a devolução, pela CEMIG aos Municípios, do suposto excedente cobrado nos 10 anos que antecederam a propositura das ações.

Foram, também, ajuizadas diversas Ações Populares onde o Deputado Estadual Irani Vieira Barbosa busca a declaração da nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para a Iluminação Pública, firmados entre a CEMIG e os diversos Municípios de sua área de concessão, nos quais resta estipulada a cobrança de 360h mensais, o que corresponde à 12h por dia, por ponto de iluminação pública, por entender que o correto é considerar 11h08min diários. Pleiteia, ainda, a condenação da

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

CEMIG a restituição dos valores relativos à diferença de 0h52 por dia que, no seu entender, são indevidamente cobrados dos Municípios em períodos de até 20 anos anteriores à propositura de cada uma das ações.

A CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito nas demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução ANEEL nº 456/2000, e além disso, há um estudo em andamento através do Projeto P&D-128, cuja finalidade é desenvolver um "software" capaz de apurar, a partir de dados e características específicas de cada Município, um número de horas em que a iluminação artificial é utilizada.

Ademais, com relação às Ações Populares, interpostas pelo Deputado Estadual Irani Vieira Barbosa, já há alguns julgados favoráveis à CEMIG, na 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, onde os Magistrados entenderam que o pedido do Autor era totalmente improcedente.

O valor envolvido nestes processos, em 31/12/2009 era de aproximadamente R\$909 milhões. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

Processos Judiciais, de natureza Tributária - - Imposto Territorial Rural (ITR)

A Secretaria da Receita Federal autuou a CEMIG e suas Subsidiárias, relativamente à falta de recolhimento do ITR sobre as áreas de reservatório (áreas alagadas) das Usinas da CEMIG, entendendo que tal recolhimento não é devido, por que as áreas são consideradas bens afetos à concessão, cujas contingências de perda estão avaliadas como "remota".

A Companhia foi autuada, também, pelas autoridades fiscais relativamente à exigência da ITR sobre imóveis adquiridos para fins de reassentamento da população atingida pela construção da UHE Irapé e, nestes casos, a contingência de perda é avaliada como 'provável' em função da natureza da ação e da situação fática envolvida.

O valor envolvido nestes processos era de, aproximadamente R\$680 milhões em 31/12/2009.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos*
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários*
- c. hipóteses de cancelamento de registro*
- d. outras questões do interesse dos investidores*

Não aplicável à Companhia e as suas subsidiárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2009, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item "b".

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

	(R\$mil)	
EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO (nota 22)	2009	2008
<i>Dólar Norte-Americano</i>		
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	229.393	411.479
<i>(-) Operações Contratadas de Hedge/swap (*)</i>	8.169	(63.198)
	237.562	348.281
<i>Yen</i>		
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	-	100.160
<i>(-) Operações Contratadas de Hedge</i>	-	(100.037)
	-	123
<i>Outras Moedas Estrangeiras</i>		
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>		
<i>Euro</i>	18.722	30.006
<i>Outros</i>	3.151	5.229
	21.873	35.235
<i>Passivo Líquido Exposto</i>	259.435	383.639

(*) Inclui a operação contratada de R\$75.000

A Companhia, com base na MCM Consultores Associados, estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2010 será de 0,51% (dólar = R\$1,75 e euro = R\$2,52). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Exposição Anual	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
<i>Dólar Norte-Americano</i>				
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	229.393	230.563	288.203	345.844
<i>(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap</i>	8.169	8.211	10.264	12.317
	237.562	238.774	298.467	358.161
<i>Outras Moedas Estrangeiras</i>				
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>				
<i>Euro</i>	18.722	18.818	23.522	28.227
<i>Outras</i>	3.151	3.159	3.949	4.738
<i>Passivo Líquido Exposto</i>	259.435	260.751	325.938	391.126
<i>Efeito Líquido da Depreciação Cambial</i>		(1.316)	(66.503)	(131.691)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$49.677mil, em 31 de dezembro de 2009 (R\$109.272mil em 31 de dezembro de 2008).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Ativos				
<i>Aplicações Financeiras</i>	4.313.903	1.953.165	634.887	239.545
<i>Ativos Regulatórios</i>	1.227.761	1.642.528	-	-
	5.541.664	3.595.693	634.887	239.545
Passivos				
<i>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</i>	(8.162.927)	(5.122.700)	(78.548)	(80.328)
<i>Passivos Regulatórios</i>	(884.637)	(668.916)	-	-
<i>Operações Contratadas de Hedge/Swap</i>	8.169	(162.235)	-	-
	(9.039.395)	(5.953.851)	(78.548)	(80.328)
Passivo Líquido Exposto	(3.497.731)	(2.358.158)	556.339	159.217

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, com base na MCM Consultores Associados, estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2010 será de 11,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

A estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da MCM, conforme descrito na Política de Hedge.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	2009		2010	
	Cenário Base SELIC 8,75%	Cenário Provável SELIC 11,25%	Cenário Possível SELIC 14,06%	Cenário Remoto SELIC 16,88%
Ativos				
Aplicações Financeiras	4.313.903	4.799.217	4.920.438	5.041.874
Ativos Regulatórios	1.227.761	1.365.884	1.400.384	1.434.945
	<u>5.541.664</u>	<u>6.165.101</u>	<u>6.320.822</u>	<u>6.476.819</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(8.162.927)	(9.081.256)	(9.310.635)	(9.540.421)
Passivos Regulatórios	(884.637)	(984.159)	(1.009.017)	(1.033.964)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	8.169	9.088	9.318	9.548
	<u>(9.039.395)</u>	<u>(10.056.327)</u>	<u>(10.310.334)</u>	<u>(10.564.837)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(3.497.731)</u>	<u>(3.891.226)</u>	<u>(3.989.512)</u>	<u>(4.088.018)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(393.495)</u>	<u>(491.781)</u>	<u>(590.287)</u>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a. riscos para os quais se busca proteção /*
- b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)*

A premissa mais importante é a de que a política de hedge deve estar alinhada com a estratégia empresarial. A importância disso reside no fato de que a sua utilização dissociada da estratégia pode ser prejudicial à Empresa, pois o uso de instrumentos de hedge sem critério pode levar à redução do valor da empresa.

Outra premissa relevante é a existência de cenários macroeconômicos consistentes e validados pela alta direção da Empresa. A tomada de decisão reflete não só a estratégia definida, mas também a expectativa que se tem do comportamento dos preços, que é gerada na construção dos cenários.

Outras premissas importantes estão definidas a seguir:

- O uso do hedge deve ter o objetivo primordial de dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento.*
- As diretrizes e procedimentos devem estar definidos em linguagem clara.*
- As atividades de hedge devem ser monitoradas com a implantação de um sistema dinâmico.*

A CEMIG não considera que hedgear dívidas de longo prazo seja uma política adequada. Dívidas com prazo de maturação elevado trazem uma incerteza muito grande para a contraparte, a liquidez de mercado é reduzida e o encarecimento da operação de hedge é inevitável.

Os compromissos com o pagamento da energia adquirida de Itaipu, cujo preço é indexado em dólar, não requerem proteção, tendo em vista que já está assegurado na política tarifária um mecanismo de compensação, representado por um ativo regulatório, que aumenta e diminui em função da variação da taxa de câmbio e que é reajustado pela SELIC. Embora não seja um hedge perfeito, na medida em que ao longo do ano os pagamentos estão sujeitos à movimentação da taxa de câmbio, o mecanismo regulatório cumpre seu papel de compensação das perdas eventualmente sofridas.

Dessa forma, o que é alvo de proteção é o passivo em moeda estrangeira e em taxas de juros flutuantes, representado por:

- serviço de dívida em moeda estrangeira;*
- serviço de dívida com taxa de juros vinculada à Libor;*
- pagamentos a fornecedores de equipamentos com preços indexados em moeda estrangeira.*

A utilização de instrumentos de hedge para se gerenciar a exposição cambial, quando a moeda estrangeira que indexa os compromissos é outra diferente do dólar, é feita utilizando-se a referida moeda estrangeira, e não o dólar, para que o hedge seja eficiente.

A Política de Hedge da CEMIG para câmbio e taxa de juros compreende a contratação de operações em prazos definidos pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, considerando aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e concentração do serviço da dívida.

A estratégia consiste na realização de operações de proteção para um prazo máximo de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

12 meses, considerando o cenário econômico adotado pela empresa e utilizado pelo orçamento. Este cenário contém projeções mensais de taxas de câmbio, juros e inflação.

c. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial

A escolha do instrumento de hedge adequado se dá em função do menor custo e da oportunidade, dentre as alternativas oferecidas pelo mercado financeiro, conhecidas em processo de cotação a um número mínimo de três instituições financeiras.

Em caso de escassez de crédito junto a instituições financeiras, a alternativa de hedge diretamente na BM&F é considerada.

São consideradas, também, na escolha as implicações tributárias das operações propostas, valendo-se de um planejamento tributário capaz de apontar a alternativa mais econômica e a oportunidade de eventuais créditos fiscais. Exemplo disso é a contratação de operações a termo de moeda, ou NDF, em que o ajuste positivo pode ser deduzido de créditos fiscais. Outro exemplo é a incidência de PIS/COFINS sobre as receitas obtidas com o Hedge e que não é compensado com eventuais perdas.

São considerados como referência instrumentos como contratos futuros, operações a termo, opções, swaps, operações de hedge com caixa, hedge natural, a menos que um derivativo sugerido por alguma instituição financeira apresente vantagem competitiva e seja validado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros.

Ressalta-se que a CEMIG possui 69 clientes exportadores, que têm parte de suas receitas denominadas em dólar e gostariam de estar adquirindo o insumo básico que é a energia na mesma moeda de sua receita. Dessa forma, a despeito de eventuais restrições legais para se estabelecer contratos indexados em moeda estrangeira, atenção especial deve ser dada a essa alternativa de hedge natural, uma vez que ela não só atende à expectativa de proteção cambial da CEMIG, como também é de interesse do cliente. Essa prática pode se traduzir, inclusive, em vantagem competitiva para a CEMIG no seu esforço de ampliação do mercado além das fronteiras de Minas Gerais.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos

Os limites de exposição da empresa à volatilidade dos ativos depende do grau de disposição da administração em correr riscos. A Cemig adota uma posição muito conservadora, evitando exposições em seu balanço, principalmente no que se refere a variação cambial.

A autonomia da Gerência de Tesouraria – RF/TS para a contratação de operações de hedge está limitada ao volume de exposição em dólar pelo período de 12 meses. A Tesouraria não assume posições em derivativos.

A Política de Aplicações Financeiras é bastante restritiva, tanto na exposição a risco de mercado quanto na exposição em risco de crédito. Todo o disponível está aplicado a taxas vinculadas ao CDI, sendo que 95% em taxas pós-fixadas e 5% em taxas pré-fixadas. Todas as operações têm prazos inferiores a 1 ano.

e. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

Não se aplica

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos financeiros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A CEMIG tem estruturado, desde 2003, sua gestão corporativa de riscos. Os esforços iniciaram-se através da criação do Núcleo de Gerenciamento de Riscos Corporativos e posteriormente, em 2007, a Gerência de Gestão de Riscos Corporativos – GF/RC, que tem como objetivos: propor políticas de risco, sugerindo priorização para análise dos riscos críticos; avaliar e monitorar o apetite de risco da CEMIG, os níveis de exposição de risco, a matriz de risco e os mecanismos de mitigação; buscar o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Empresa, promovendo a melhoria contínua da cultura de riscos e controles estratégicos da CEMIG.

Com o objetivo principal de coordenar o funcionamento do Processo de Gerenciamento de Riscos da Empresa, o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos foi criado para: (i) identificar e acompanhar os fatores básicos de riscos (risk drivers), estabelecendo mecanismos apropriados para este acompanhamento; (ii) promover discussões através de decisões calculadas (custo x benefício) entre tratar ou assumir um risco; (iii) promover discussões através de decisões acordadas sobre os planos de ação mitigadores a serem executados; (iv) revisar e aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Empresa.

Com o objetivo principal de acompanhar e orientar a política de gerenciamento de riscos financeiros da Empresa, a CEMIG possui um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, o qual foi criado: (i) para monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar negativamente a liquidez e lucratividade da CEMIG; e (ii) para implementar diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação. O Comitê reúne-se mensalmente ou em qualquer momento em que seja convocado.

A Gerência de Tesouraria – RF/TS, bem como o Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros e a área de planejamento (sistemática de orçamentação), contam com uma assessoria externa para a elaboração de cenários macroeconômicos de referência capazes de subsidiar as tomadas de decisão.

Mensalmente, a Gerência de Tesouraria – RF/TS apresenta ao Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros um relatório das operações efetuadas, explicando as justificativas para as contratações. É levado também o resultado das liquidações ocorridas de operações passadas, de forma a se avaliar o que foi bem sucedido e os resultados que apontaram para a necessidade de melhoria no processo.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

À Auditoria é reservado o papel de verificação do cumprimento das diretrizes emanadas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros e constantes da Política de Hedge da CEMIG para Câmbio e Taxa de Juros.

Atenção especial deverá ser dada para a observância dos limites e das alçadas para contratação, bem como para o alinhamento das operações contratadas com os cenários validados pela Diretoria e com a estratégia definida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A grande concentração da dívida no CDI (72%, em 31 de dezembro de 2009) decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, aproveitando-se a liquidez existente e a exceção às regras do contingenciamento de crédito ao setor público (possibilidade de contratar recursos junto aos bancos comerciais para rolagem de dívida). Não somente o cronograma de vencimento da dívida foi alongado, como também a CEMIG se beneficiou da redução contínua da taxa Selic proporcionada pela política monetária.

A despeito da utilidade do hedge e considerando o gerenciamento de risco financeiro da Empresa, a administração busca fazer a gestão da dívida com foco no alongamento do seu prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do seu custo e na preservação da capacidade de pagamento da Empresa, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	22/05/1952
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações / Empresa de Economia Mista
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	30/06/1971

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A marca Cemig tem uma presença forte no setor de energia elétrica do Brasil, em função da história da Empresa, que foi criada em 1952, pelo então governador de Minas e posteriormente presidente do Brasil, Juscelino Kubitscheck.

Desde a sua criação, a Cemig tornou-se referência no setor elétrico brasileiro, primeiro com a construção da hidrelétrica de Três Marias, a primeira usina de grande porte do País. Posteriormente na gestão competente para implantar novas usinas e programas de eletrificação urbana e rural, até se transformar, em 1985, em Companhia Energética.

Através de suas subsidiárias distribui, gera, transmite e comercializa energia elétrica além de gás natural em diversos Estados do Brasil. Líder de um conglomerado de 59 empresas e 10 consórcios. (Base dezembro de 2009).

A seguir, cronologia de eventos importantes e evolução do histórico da Cemig:

1952 – criação da Centrais Elétricas de Minas Gerais pelo Governador Juscelino Kubitscheck.

1952 – 101 MW de capacidade instalada.

1953 – contrato de financiamento com o Eximbank para expansão do sistema e com o Banco Mundial para a UHE Itutinga.

1955 – entrada em operação UHE Piau, Tronqueiras, Itutinga.

1956 – contrato de financiamento com o Eximbank para a UHE Camargos.

1956 – entrada em operação UHE Salto Grande e Sumidouro.

1957 – entrada em operação UHE Pandeiros e Salto Morais.

1960 – entrada em operação UHE Camargos.

1960 – 53 mil consumidores.

1960 – 327 MW de capacidade instalada.

1960 – listagem na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais.

1962 – contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para expansão do sistema.

1962 – entrada em operação UHE Três Marias.

1963 – contrato de financiamento com USAID para expansão do sistema.

1963 – Consórcio Canambra realiza levantamento e avaliação do potencial hidráulico do Estado de Minas Gerais.

1965 – contrato de repasse com a Eletrobrás para expansão do sistema.

1966 – contrato de financiamento com o Banco Mundial para expansão do sistema de distribuição e transmissão.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

- 1966 – contrato de financiamento com o Banco Mundial para a UHE Jaguará.
- 1968 – contrato de financiamento com o Banco Mundial para a UHE Volta Grande.
- 1969 – incorporação da Companhia Sul Mineira de Eletricidade.
- 1970 – 418 mil consumidores.
- 1970 – 726 MW de capacidade instalada.
- 1971 – entrada em operação UHE Jaguará.
- 1972 – contrato de financiamento com o Banco Mundial e com o BNDES para a UHE São Simão.
- 1972 – listagem na Bovespa.
- 1973 – contratos com agências de crédito internacionais (Paribas, Coface, Swissbank, Skandinaviska, Exim, KFW, EDC) para a UHE São Simão.
- 1973 – incorporação da Companhia Força e Luz - região da Grande Belo Horizonte.
- 1973 – incorporação da Companhia Prada de Eletricidade - região de Uberlândia e Araguari.
- 1973 – contrato de financiamento com o Skodaexport para a Usina Térmelétrica de Igarapé.
- 1974 – entrada em operação UHE Volta Grande.
- 1976 – contratos de financiamento com o BDMG/Finame para a UHE São Simão
- 1977 – contratos de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a UHE Emborcação.
- 1978 – entrada em operação Usina Térmelétrica de Igarapé.
- 1978 – entrada em operação UHE São Simão
- 1978 – contratos de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para expansão do sistema de distribuição
- 1978 – contratos de financiamento com o BDMG/Finame para a UHE Emborcação
- 1978 – entrada em operação da estação de piscicultura e hidrobiologia
- 1979 – incorporação da Companhia Mineira de Eletricidade - região de Juiz de Fora
- 1980 – 1 milhão e 600 mil consumidores
- 1980 – 3.370 MW de capacidade instalada

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

- 1980 – contratos de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para o programa Minas Luz – expansão da distribuição
- 1981 – contratos de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para expansão do sistema de transmissão
- 1982 – entrada em operação UHE Emborcação
- 1983 – contratos de financiamento com o Banco Mundial para o programa Cemig Rural – eletrificação rural
- 1985 – incorporação do Departamento de Aguas e Energia - DAE
- 1986 – criação Gasmig
- 1986 – mudança de denominação social para Companhia Energética de Minas Gerais
- 1990 – 3 milhões e 200 mil consumidores
- 1990 – 4.562 MW de capacidade instalada
- 1994 – ADR 144aa reg.s - na Bolsa de Nova Iorque
- 1994 – entrada em operação Usina Eólica Morro do Camelinho
- 1994 – entrada em operação UHE Nova Ponte
- 1994 – contrato de financiamento e fornecimento na modalidade Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR com a IMPSA argentina para a UHE de Miranda
- 1994 – contratos na modalidade autofinanciamento “turn key” com a Asea Brown Boveri, Siemens, SBE e Inepar para expansão do sistema
- 1995 – termo de contrato de cessão de crédito do saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar – CRC, com o Estado de Minas Gerais
- 1996 – captação US\$ 150 milhões via Euronotes - Bonds
- 1996 – contrato de financiamento com o KFW para subtransmissão e distribuição no Vale do Jequitinhonha
- 1997 – assinatura do acordo de acionistas entre Governo do Estado e Southern Electric Brasil
- 1997 – contratos de concessão de serviços de geração, transmissão e distribuição com o Governo Federal
- 1998 – entrada em operação UHE Miranda
- 1999 – contratos na modalidade “pré-venda de energia” com a Alcoa e Alcan

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

- 1999 – entrada em operação da UHE Igarapava – 1ª usina a ser construída em parceria com a iniciativa privada
- 1999 – criação do índice Dow Jones de Sustentabilidade e inclusão Cemig pela 1ª vez
- 2000 – 5 milhões e 142 mil consumidores
- 2000 – 5.632 MW de capacidade instalada
- 2001 – entrada em operação UHE Porto Estrela
- 2001 – emissão pública de debêntures no valor de R\$ 625 milhões
- 2001 – ações negociadas na bolsa de Nova Iorque
- 2002 – entrada em operação UHE Funil
- 2002 – ações negociadas na Bolsa de Madri
- 2002 – emissão privada de debêntures no valor de R\$120 milhões para a UHE Irapé no rio Jequitinhonha
- 2003 – Programa Luz Para Todos – expansão da distribuição
- 2004 – aquisição UHE Rosal no Estado do Espírito Santo
- 2004 – entrada em operação UHE Queimado
- 2004 – entrada em operação Usina Térmelétrica Barreiro
- 2004 – entrada em operação UHE Pai Joaquim
- 2004 – declaração de princípios éticos e código de conduta profissional
- 2005 – desverticalização da Companhia Energética de Minas Gerais. Criadas as Empresas Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A
- 2005 – entrada em operação UHE Aimorés
- 2005 – acordo Conta de Resultado a Compensar - CRC
- 2005 – nova política de dividendos – 50% lucro líquido
- 2006 – aporte dos créditos da CRC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC
- 2006 – emissão de Commercial Paper – Cemig D
- 2006 – emissão de Commercial Paper – Cemig GT
- 2006 – entrada em operação UHE Irapé no vale do rio Jequitinhonha
- 2006 – compra Light(R\$174,6 milhões) e TBE(R\$349 milhões) e investimentos no

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Chile

- 2006 – entrada em operação UHE Capim Branco I
- 2007 – entrada em operação UHE Capim Branco II
- 2008 – 10 milhões e 320 mil consumidores (Cemig + Light)
- 2008 – 6.678 MW de capacidade instalada (Cemig+Light+Coligadas)
- 2008 – Cemig conclui a aquisição de 80% do capital social da LUMITRANS e STC, através da TBE
- 2009 - Cemig amplia participação na TBE – adquiriu 95% da participação da Brookfield
Aumento para 890 km de LT e R\$222 milhões de RAP
- 2009 – estruturas inovadoras de aquisição no setor elétrico brasileiro através da constituição de fundos - FIP o que capacita a Cemig a utilizá-lo em outras oportunidades de expansão, alinhadas ao seu Plano Diretor de Longo Prazo
- 2009 – aquisição de 49% de 3 parques eólicos – R\$223 milhões inauguração da Usina Eólica de Parajuru, 28,8 MW
- 2009 – aquisição da Terna 49% – R\$2,03 bilhões - Cemig passa a ser a 3ª maior distribuidora em km de linha
- 2009 – aumento para 57% na participação da Taesa (antiga Terna) através de OPA de “Tag Along” coordenada pela Cemig
- 2009- aumento de participação na TBE – R\$605 milhões - ampliação de participação na TBE para 38%, através da aquisição da parcela da Brookfield por R\$505 milhões e da participação da MDU por cerca de R\$ 100 milhões
- 2009 – entrada em operação da linha de transmissão Charrúa - Nueva Temuco, no Chile
- 2009 – captação de R\$2,7 bilhões em notas promissórias da Cemig GT, com forte demanda pelo mercado
- 2009 – Aneel aprova transferência da Terna para a Taesa
- 2009 – inauguração da UHE Baguari com capacidade instalada: 140 MW
- 2009 – aumento de participação na Light em conjunto com FIP - R\$785 milhões por bloco de 13,03%
- 2009 – 10 milhões e 829 mil consumidores (Cemig + Light)
- 2009 – 6.754 MW de capacidade instalada (Cemig+Light+Coligadas)

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

a. Evento 1

Participação Acionária na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

b. principais condições do negócio

- *Em 26/04/2009, a Cemig GT celebrou contrato de compra e venda de ações com a empresa italiana Terna S.p.A., relativas ao capital social da holding de transmissão de energia Terna Participações S.A..*
- *Em 03/11/2009, foi realizado o fechamento dessa aquisição, através da Transmissora do Atlântico de Energia S.A. – TAESA, uma sociedade formada pela Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu (FIP), com participação no capital social de 49% e 51%, respectivamente.*
- *Em um dos instrumentos contratuais que regulam a parceria da Cemig Geração e Transmissão com o FIP Coliseu na aquisição das ações da Terna detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A (“Terna S.p.A”), há uma provisão na qual a Cemig Geração e Transmissão outorga ao FIP Coliseu o direito de venda, para a CEMIG Geração e Transmissão, da integralidade de participação acionária do FIP Coliseu na Transmissora Aliança de Energia Elétrica –TAESA (antiga Terna Participações S.A.), no quinto ano após sua entrada, mediante o pagamento dos valores aportados líquidos dos dividendos e benefícios recebidos pelo FIP Coliseu na aquisição da Terna Participações S.A., corrigidos pela variação do IPCA + 7% a.a..*
- *Foram adquiridas 173.527.113 ações ordinárias, representativas de 65,85% do capital total e 85,26% do capital votante da Terna, pelo preço de R\$2.148.379.099,24, correspondente a R\$37,14 por unit, sendo cada unit constituída por uma ação ordinária e duas ações preferenciais, e R\$12,38 por cada ação ordinária ou preferencial. Em 04 de novembro de 2009 a Terna passou a ser denominada Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Aliança).*
- *Em 28/12/2009, a TAESA foi cindida e incorporada pela Aliança, ocorrendo a versão do Acervo Líquido Cindido para a Transmissora Alterosa de Energia S.A.. Essa empresa assumiu as obrigações relativas à Oferta Pública de Ações (OPA) da Aliança, de forma a estender aos minoritários as mesmas condições de venda de ações. Após a incorporação, Cemig GT e FIP passaram a deter, de forma direta, respectivamente, 32,27% e 33,59%, do capital social total e 41,78% e 43,48% do capital votante da Aliança.*
- *Em 11/05/2010, foi realizada a liquidação da OPA, tendo sido adquiridas 25.841.774 units, representativas de 25.841.774 ações ON e 51.683.548 ações PN, ao preço de R\$38,73 por unit ou R\$12,91 por ação ON ou PN, totalizando uma movimentação financeira de R\$1 bilhão.*
- *Após a OPA, Cemig GT e FIP passaram a deter, juntos, 95,28 % do Capital Total da Aliança, de forma direta e indireta, respectivamente, 56,7% e 38,6%, do capital social total e 48% e 50% do capital votante da Aliança.*

c. sociedades envolvidas

- *Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.*
- *Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. (incorporada em 28/12/2009)*
- *Transmissora Alterosa de Energia S.A. (a ser incorporada até 31/08/2010)*
- *Transmissora Alvorada de Energia S.A. (a ser incorporada até 31/08/2010)*
- *Cemig Geração e Transmissão S.A.*
- *Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu*

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação**d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor**

Com a Oferta Pública de Ações – OPA, a Cemig GT e FIP, através da Alterosa, ampliaram sua participação no capital total da Aliança em 29,42 %, sendo 12,69 % ON e 86,17 % PN.

Após a OPA, Cemig GT e FIP passaram a deter, juntos, 95,28 % do Capital Total da Aliança, sendo 97,96 % das ações ON e 86,17 % das PN, com investimento total no valor de R\$ 3.149.231.009,00.

e. quadro societário antes e depois da operação*Quadro Societário da Aliança antes da OPA*

Acionista/Cotista	ON		PN		Total	
FIP Coliseu	88.498.815	43%	-	-	88.498.815	34%
Cemig GT	85.028.274	42%	-	-	85.028.274	32%
Conselheiros	22	0%	-	-	22	0%
Pessoas Vinculadas	2	0%	-	-	2	0%
Ações em circulação no Mercado	29.990.598	15%	59.981.196	100%	89.971.794	34%
Total	203.517.711	100%	59.981.196	100%	263.498.907	100%

Quadro Societário da Aliança após a OPA

Acionista/Cotista	ON		PN		Total	
1 - FIP Coliseu	101.675.151	50,0%	-	0,0%	101.675.151	38,6%
2 - CEMIG GT	97.693.712	48,0%	51.683.548	86,2%	149.377.260	56,7%
Conselho	22	0,0%	-		22	0,0%
Pessoas Vinculadas	2	0,0%	-		2	0,0%
Ações em circulação no Mercado	4.148.824	2,0%	8.297.648	13,8%	12.446.472	4,7%
Total	203.517.711	100%	59.981.196	100%	263.498.907	100%

a. Evento 2

Participação Acionária nas empresas Empresa Amazonense de Transmissão de Energia

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

S.A. - EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE e na Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE

b. Principais condições do negócio

A CEMIG adquiriu em 2009, 99,9% das ações de propriedade da BIP Netherlands Holdings B.V. no capital social das empresas Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, e 78,3% das ações da BIP Netherlands Holdings B.V., no capital da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, onde a CEMIG passou a deter, respectivamente, 49,98%, 49,98%, 36,69%, 36,69% e 13,37% no capital social.

c. sociedades envolvidas

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE
 Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP
 Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE
 Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE
 Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE
 Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
 BIP Netherlands Holdings B.V.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Vide quadro abaixo

e. quadro societário antes e depois da operação

Quadro Societário antes

	% CAPITAL TOTAL				
	EATE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP
Alupar Investimento S.A.	35,35	40,00	50,00	50,00	39,34
BIP Netherlands Holdings B.V.	17,68	7,50	18,35	18,35	19,67
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás	29,30	0,00	0,00	0,00	21,33
Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	17,68	7,50	18,35	18,35	19,67
MDU Norte Transmissão Energia Ltda.	0,00	25,00	13,30	13,30	0,00
Total	100	100	100	100	100

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

	% CAPITAL VOTANTE				
	EATE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP
Alupar Investimento S.A.	50,00	40,00	50,00	50,00	50,00
BIP Netherlands Holdings B.V.	25,00	7,50	18,35	18,35	25,00
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	25,00	7,50	18,35	18,35	25,00
MDU Norte Transmissão Energia Ltda.	0,00	25,00	13,30	13,30	0,00
Total	100	100	100	100	100

Quadro Societário depois

	% CAPITAL TOTAL				
	EATE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP
Alupar Investimento S.A.	36,92	40,01	50,01	50,01	40,64
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás	26,18	0,00	0,00	0,00	18,73
Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	0,00	21,62	0,00	0,00	0,00
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	36,90	13,37	36,69	36,69	40,62
MDU Norte Transmissão Energia Ltda.	0,00	25,00	13,30	13,30	0,00
Total	100	100	100	100	100

	% CAPITAL VOTANTE				
	EATE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP
Alupar Investimento S.A.	50,02	40,01	0,01	50,01	50,02
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	0,00	21,62	0,00	0,00	0,00
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	49,98	13,37	36,69	36,69	49,98
MDU Norte Transmissão Energia Ltda.	0,00	25,00	13,30	13,30	0,00
Total	100	100	100	100	100

Posição de 30/04/2010

a. Evento 3

Participação Acionária na Light S.A.

b. principais condições do negócio

Aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da RME, realizada em 31 de dezembro de 2009, uma reorganização societária baseada na cisão parcial da empresa em partes iguais, sendo que após a reorganização, a Cemig e Andrade Gutierrez Concessões (AGC) passaram a deter participações diretas no capital social da Light S.A. (Light), enquanto

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (LUCE), através da Luce Empreendimentos e Participações S.A. (LEPSA) e Equatorial Energia S.A. (Equatorial) através da parcela remanescente da RME, permaneceram com suas respectivas participações indiretas.

A operação estava prevista no Acordo de Acionistas da RME e simplificou a estrutura societária mediante a eliminação da holding RME, cuja função era unicamente deter a participação acionária na Light. Em função dessa operação foi firmado um novo Acordo entre os quatro acionistas, que manteve os mesmos direitos e obrigações existentes no anterior.

Em 30 de dezembro de 2009, a Cemig, na condição de Compradora, celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações com a AGC e o Fundo de Investimento em Participações PCP (FIP PCP), controlador da Equatorial, relativos às suas respectivas participações direta e indireta na Light, correspondendo cada participação a 13,03% do capital social total e votante da Companhia.

O preço de cada aquisição, que corresponde a 26.576.149 (vinte e seis milhões, quinhentas e setenta e seis mil, cento e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Light, foi de R\$785.000.000,00 (setecentos e oitenta e cinco milhões de reais), equivalente a aproximadamente R\$29,54 (vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos) por ação.

Os valores serão corrigidos pela Taxa CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, desde 1º de dezembro de 2009 até a data de fechamento de cada operação, descontados os dividendos pagos ou declarados no período, conforme cláusulas contratuais.

Está sendo constituída, em associação com um Fundo de Investimento em Participações (FIP), uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), na qual a Cemig terá participação minoritária, que deterá, ao final, direta e indiretamente, até 26,06% de participação no capital social total e votante da Light.

Em 25 de março de 2010, foi efetuado pela Cemig o pagamento de R\$718.518.134,39 (setecentos e dezoito milhões, quinhentos e dezoito mil, cento e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos) à AGC, correspondente à 25.494.500 (vinte e cinco milhões, quatrocentas e noventa e quatro mil e quinhentas) ações, 12,50% do capital, equivalente a R\$28,18 (vinte e oito reais e dezoito centavos) por ação. A previsão para o fechamento do restante, 1.081.649 (um milhão, oitenta e uma mil, seiscentas e quarenta e nove) ações, 0,53% do capital, é setembro de 2010.

Quanto ao contrato firmado com o FIP PCP, o fechamento está condicionado a uma reestruturação societária da Equatorial, detentora direta das ações negociadas, e deverá ocorrer até setembro de 2010 conforme previsão contratual.

f. sociedades envolvidas

Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG

Andrade Gutierrez Concessões

Light S.A.

Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações

Equatorial Energia S.A.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

c. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Vide quadro abaixo

d. quadro societário antes e depois da operação

Quadro Societário antes

RME - Rio Minas Energia Participações S.A.

Acionista	ON	%
Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG	177.327.393	25,00
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	177.327.393	25,00
Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações	177.327.393	25,00
Equatorial Energia	177.327.393	25,00
Total	709.309.572	100

Light S.A

Acionista	ON	%
RME- Rio Minas Energia Participações S.A.	106.304.600	52,13
BNDESPAR	49.776.780	24,41
Público	47.852.680	23,46
Total	203.934.060	100

Quadro Societário depois

Light S.A

Acionista	ON	%
Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG	52.070.649	25,53
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	1.081.649	0,53
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03
RME- Rio Minas Energia Participações S.A.	26.576.150	13,03
BNDESPAR	49.776.783	24,41
Público	47.852.680	23,46
Total	203.934.060	100

Posição de 25/03/2010

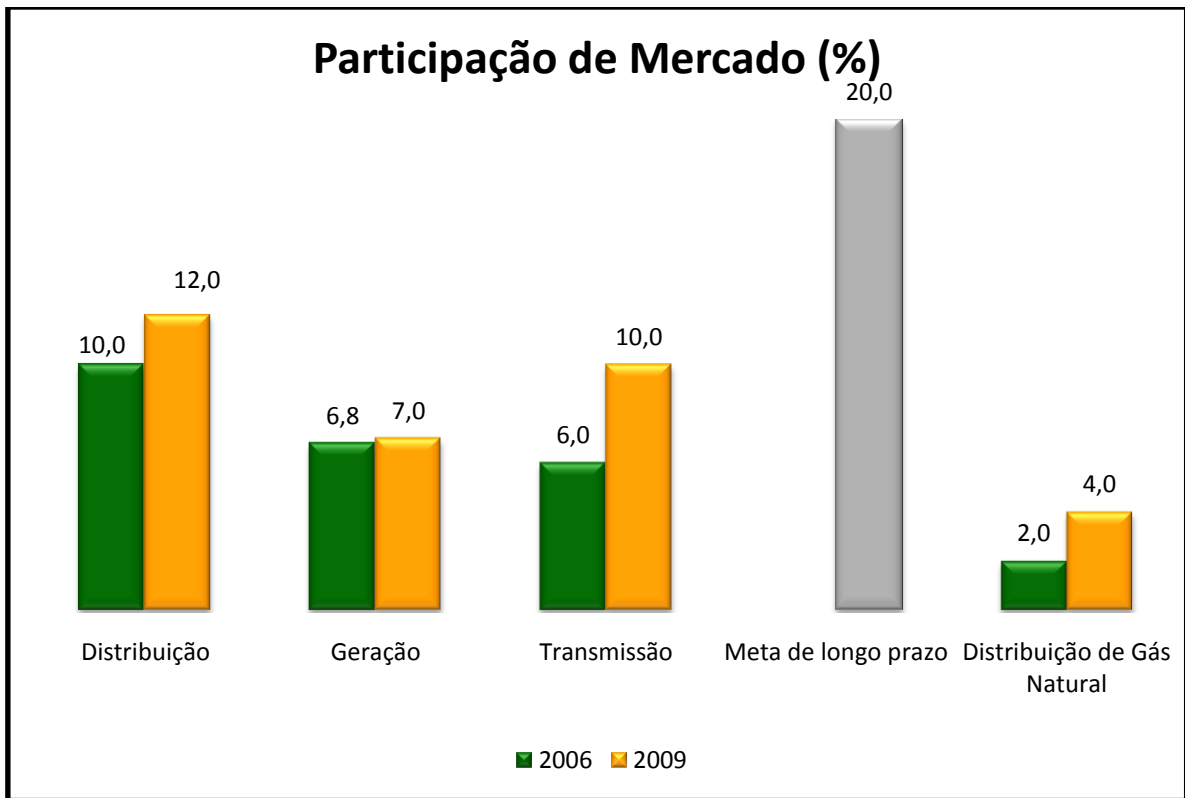
6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

O emissor não está sujeito à Lei de Falência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

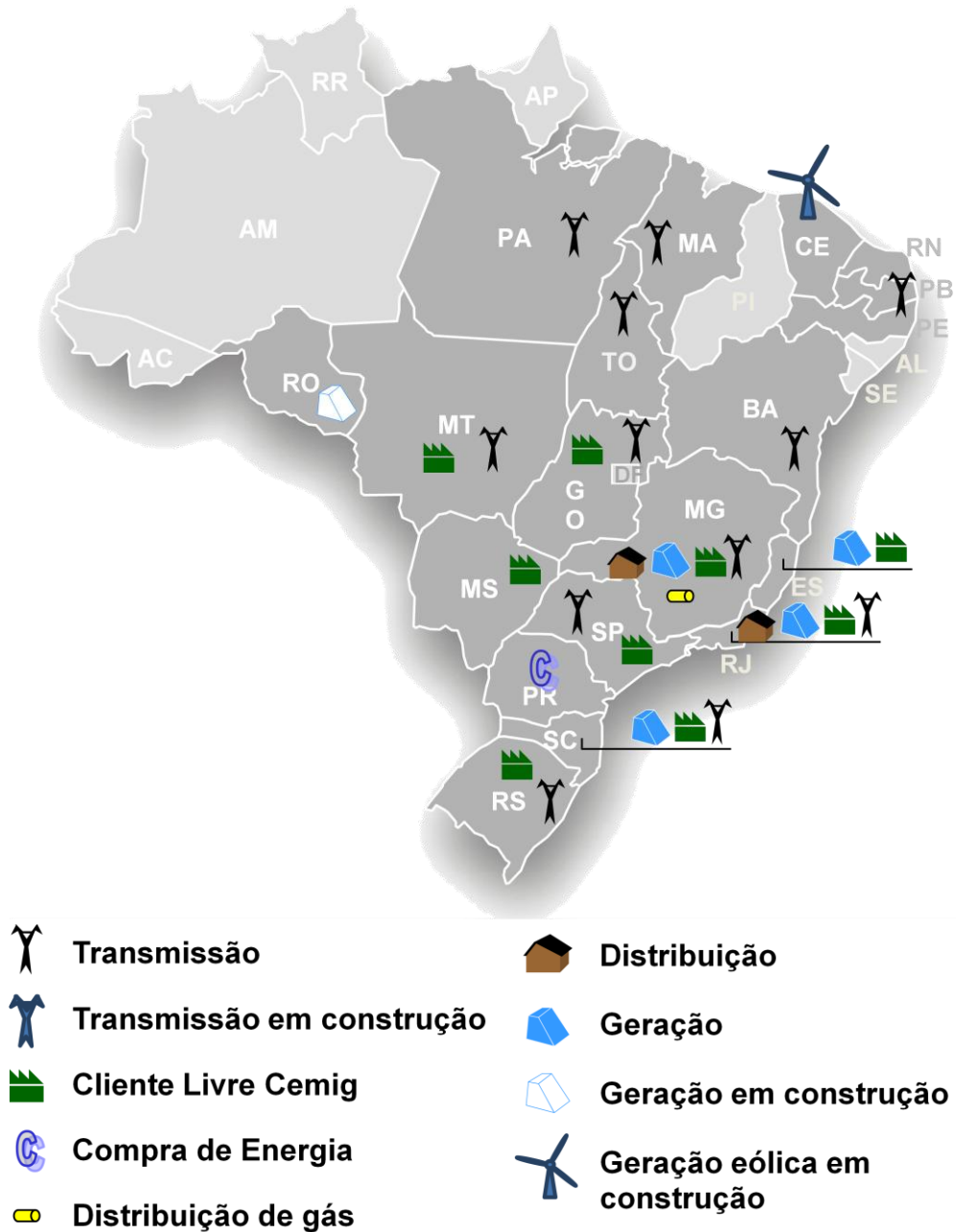
A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG foi constituída em 22 de maio de 1952, como sociedade por ações, de economia mista. É regida por seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. Destina-se a construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos; a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e a exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social, incluindo o desenvolvimento e a exploração de sistemas de telecomunicação e de informação.

O Grupo Cemig detém a liderança no setor elétrico brasileiro, possuindo a mais extensa rede de distribuição de energia elétrica do país, a terceira posição no mercado de transmissão como também, com cerca de 7% da capacidade instalada nacional, é o terceiro maior grupo gerador. Com participação relevante nesses três mercados somos hoje a maior empresa integrada do setor elétrico brasileiro.



A Cemig é constituída por um grupo 59 empresas e 11 consórcios, com ativos e negócios em quase todos os Estados do Brasil, no Distrito Federal, conforme destacado abaixo, e no Chile.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas



7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A Cemig, no desenvolvimento de atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, de distribuição de gás, de telecomunicações e de provimento de soluções energéticas, efetua a comercialização dos seguintes produtos:

Geração

- *Energia elétrica, que é fornecida a consumidores livres, a outros geradores e a comercializadores, em contratos bilaterais, a distribuidores, através de CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, e a consumidores finais cativos;*

Transmissão

- *Uso de sistemas elétricos, para o transporte de energia elétrica mediante o acesso e a conexão às instalações de transmissão, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão integrantes; do SIN – Sistema Interligado Nacional, às instalações de distribuição da Cemig Distribuição e da Light Serviços de Eletricidade;*

Distribuição

- *Fornecimento de energia elétrica a consumidores dentro de sua área de concessão, ressalvados os consumidores que possam se enquadrar, em conformidade com a legislação, como consumidores livres (atualmente consumidores com demanda igual ou superior a 3MW).*

Outras

Inclui as seguintes operações:

- *Gás natural, com a sua comercialização e distribuição no Estado de Minas Gerais por intermédio da empresa controlada, Gasmig;*
- *Telecomunicações, com a prestação de serviços de transmissão de dados através de rede de fibra óptica e de cabos coaxiais instalados ao longo das linhas de transmissão da Cemig Geração e Transmissão e redes de distribuição da Cemig Distribuição; e*
- *Soluções energéticas, com a prestação de serviços de consultoria e gestão de projetos de eficiência energética, cogeração, controle da demanda, de obtenção de créditos de carbono ou do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conexão de acessantes; e manutenção preventiva (análise de óleo e termografia).*

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A receita operacional proveniente das atividades desenvolvidas na Cemig, nos três últimos anos, encontra-se na tabela abaixo apresentada.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionaisReceita Operacional Líquida

Segmento Operacional	2007		2008		2009	
	Receita (R\$ milhões)	Participação na Receita (%)	Receita (R\$ milhões)	Participação na Receita (%)	Receita (R\$ milhões)	Participação na Receita (%)
Cemig	36,54	0,4	0,49	0,0	0,35	0,0
Distribuição de Energia	7.176,45	70,0	7.426,57	68,2	7.752,28	66,2
Geração de Energia	2.586,36	25,2	2.642,50	24,3	2.972,88	25,4
Transmissão de Energia	409,33	4,0	381,37	3,5	734,86	6,3
Gás, Telecomunicações e Outros	305,78	3,0	711,36	6,5	573,76	4,9
(Eliminações)	(268,54)	(2,8)	(271,96)	(2,5)	(329,03)	(2,8)
Cemig (Consolidado)	10.245,9 ₁	100,0	10.890,3 ₂	100,0	11.705,0 ₈	100,0

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O lucro líquido obtido pela Cemig com o desenvolvimento de suas atividades, nos três últimos anos, encontra-se na tabela abaixo apresentada.

Lucro Líquido

Segmento Operacional	2007		2008		2009	
	Lucro (R\$ milhões)	Participação no Lucro (%)	Lucro (R\$ milhões)	Participação no Lucro (%)	Lucro (R\$ milhões)	Participação no Lucro (%)
Cemig	(176,08)	(10,1)	(189,00)	(10,0)	(185,51)	(10,0)
Distribuição de Energia	1.037,60	59,5	819,16	43,4	417,05	22,4
Geração de Energia	791,17	45,4	911,86	48,3	1.299,28	69,8
Transmissão de Energia	101,80	5,8	105,30	5,6	271,23	14,6

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

<i>Gás, Telecomunicações e Outros</i>	<i>(11,73)</i>	<i>(0,7)</i>	<i>239,72</i>	<i>12,7</i>	<i>59,35</i>	<i>3,2</i>
<i>Cemig (Consolidado)</i>	<i>1.742,76</i>	<i>100,0</i>	<i>1.887,04</i>	<i>100,0</i>	<i>1.861,40</i>	<i>100,0</i>

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

a. características do processo de produção

Através de pequenas, médias ou grandes usinas, gerada pela força da água, do calor ou dos ventos, são 6.716 MW de capacidade instalada, por meio de suas controladas e coligadas de geração, a CEMIG possui, em operação, 65 usinas, sendo 59 hidrelétricas, 4 termelétricas e 2 eólicas.

A energia elétrica fornecida a consumidores finais cativos não é produzida diretamente pela Cemig Distribuição e pela Light Serviços de Eletricidade; a energia comprada para revenda é proveniente das seguintes aquisições: (i) da empresa Itaipu Binacional, (ii) em leilões de compra e venda energia realizados pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), (iii) de geradores participantes do PROINFA – Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica e (iv) de contratos bilaterais com geradores celebrados antes da vigência da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

A energia elétrica fornecida a consumidores livres, a outros geradores e a comercializadores, e a distribuidores, no âmbito do ACR – Ambiente de Contratação Regulada, é produzida pela Cemig Geração e Transmissão e por empresas de geração Controladas e Coligadas integrantes da Cemig, a partir da operação de 65 usinas com capacidade instalada total de 6.716 MW, e parte comprada para revenda.

O uso de sistemas de transmissão por clientes livres, geradores e distribuidores está associado ao sistema elétrico de propriedade da Cemig Geração e Transmissão, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica - Taesa e do Grupo TBE, constituído de 7.506 km de linhas de transmissão de alta tensão.

b. características do processo de distribuição

A energia elétrica produzida pela Cemig Geração e Transmissão é injetada no SIN - Sistema Interligado Nacional, utilizando a rede básica e sistemas elétricos de distribuição regionais conforme a localização das usinas.

O fornecimento de energia elétrica ao mercado de clientes cativos da Cemig Distribuição e Light Serviços de Eletricidade é efetuado utilizando os sistemas elétricos de distribuição implantados na área de concessão de cada empresa, respectivamente, nos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

O gás natural é distribuído e comercializado pela controlada Gasmig através de rede própria de gasodutos em 25 municípios pertencentes a Minas Gerais, estado que delimita a área de concessão da Gasmig.

A prestação de serviços de soluções energéticas é realizada pela empresa Efficientia, subsidiária integral da CEMIG, e direcionada, prioritariamente, para os clientes de média e alta tensão da área de concessão da CEMIG, porém não se restringindo a estes. Os serviços incluem o desenvolvimento de projetos de soluções energética, a implantação de centrais de cogeração de energia com fontes renováveis e a conexão de novos acessantes ao sistema elétrico e podem ser prestados em todo o território brasileiro e mundial, tendo sido, inclusive realizado em países da América Latina.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A CEMIG tem uma atuação expressiva no setor elétrico, tendo constituído diversas empresas para o gerenciamento de seus ativos.

Na área de distribuição de Energia Elétrica, atuamos através da Cemig Distribuição S.A. no Estado de Minas Gerais e da Light S.A. no Estado do Rio de Janeiro.

A Cemig Distribuição S.A. é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 443.525 km de redes de distribuição (90.180 em área urbana e 353.345 de redes rurais) e 16.694 km de linhas de subtransmissão de alta e média tensão. Sua área de atuação abrange 774 dos 853 municípios de Minas Gerais, com 6,8 milhões de consumidores.

A distribuição de energia elétrica é efetuada pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica - Cemig Distribuição e pela Light Serviços de Eletricidade para todos os consumidores finais cativos localizados na suas áreas de concessão, respectivamente, no estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Os sistemas elétricos da Cemig Distribuição e da Light Serviços de Eletricidade são acessados por clientes livres localizados na suas áreas de concessão, para conexão e transporte de energia elétrica comprada de agentes de geração e de comercialização participantes da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia, assim como por geradores conectados em tensão de distribuição.

Na área de geração, principalmente através da Cemig Geração e Transmissão S.A. e de diversas participações em outras empresas, atingimos uma capacidade de geração de energia elétrica de 6.716 MW, o que coloca o Grupo Cemig em terceiro lugar entre as maiores geradoras do País.

A geração de energia elétrica da Cemig Geração e Transmissão e de empresas de geração Controladas e Coligadas integrantes da Cemig, direcionada para comercialização nos ambientes de contratação livre e regulada, está vinculada a contratos de venda de energia elétrica para clientes livres, outros geradores e comercializadores, e empresas distribuidoras.

A transmissão de energia elétrica compreende o uso de sistemas de transmissão por clientes livres, geradores e distribuidores que, em função da localização de cada empreendimento e correspondente ponto de conexão e acesso ao sistema, define a participação de mercado das empresas Cemig Geração e Transmissão, Transmissora Aliança de Energia Elétrica -TAESA e do Grupo TBE.

O gás natural é distribuído e comercializado pela controlada Gasmig, para todos os consumidores finais localizados em sua área de concessão, o estado de Minas Gerais, ligados à sua rede de gasodutos com 695,3 km ou através de GNC – Gás Natural Comprimido, entregue sob demanda.

A prestação de serviços de soluções energéticas realizada, principalmente, na área de concessão da CEMIG pode ser desenvolvida para qualquer cliente com consumo significativo dos setores industrial, comercial e de serviços ou instituições e empresas do setor de energia que necessitem de serviços de soluções energéticas.

ii. condições de competição nos mercados

A distribuição de energia elétrica para clientes cativos, em função dos aspectos

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

inerentes à concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, não expõe a Cemig Distribuição e a Light Serviços de Eletricidade a competição de mercado com outras empresas do setor elétrico.

Existe a possibilidade de um cliente cativo, observadas as condições estabelecidas pela legislação vigente do setor elétrico, exercer a opção de tornar-se um cliente livre, situação em que a Cemig Distribuição ou a Light Serviços de Eletricidade deixará de ser a fornecedora de energia elétrica mas continuará como empresa provedora da conexão e transporte da energia adquirida pelo cliente no ambiente de livre contratação.

O uso de sistemas de distribuição de energia elétrica da Cemig Distribuição ou da Light Serviços de Eletricidade por clientes livres e geradores, localizados em suas respectivas áreas de concessão, em função dos direitos inerentes à concessão dos serviços, também não está sujeito a competição com outras empresas do setor elétrico.

A geração de energia elétrica, direcionada ao atendimento da demanda de clientes livres e de distribuidores, conta com participação de mercado atrelada aos contratos celebrados de venda de energia. A competição com outros geradores e comercializadores de energia elétrica ocorrerá em função da existência de novos clientes livres, de leilões de compra e venda de energia no ACR – Ambiente de Contratação Regulada e por ocasião da renovação dos atuais contratos.

A transmissão de energia elétrica, com o uso de sistemas por clientes livres, geradores e distribuidores, não está sujeita a competição com outras empresas transmissoras.

A visão estratégica da Cemig é “ Estar, em 2020, entre os dois maiores grupos de energia do Brasil em valor de mercado, com presença relevante nas Américas e líder mundial em sustentabilidade do setor ”, o que sinaliza a orientação de alcançar crescente participação no mercado de energia com a incorporação de novos ativos de geração e transmissão.

O foco da Cemig é ampliar sua participação no mercado de energia elétrica e de gás no território brasileiro, de acordo com os limites regulatórios, e incrementar o processo de internacionalização da Empresa.

d. eventual sazonalidade

A venda de energia elétrica ocorre de acordo com as condições estabelecidas nos contratos celebrados com os clientes livres, geradores e comercializadores, e distribuidores.

O fornecimento de energia elétrica para o mercado cativo e o uso de sistemas elétricos de transmissão e de distribuição segue as características específicas da sazonalidade da carga associada ao consumo de energia dos clientes cativos e dos clientes livres, conectados aos referidos sistemas.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades relacionadas com a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica estão sujeitas às determinações da legislação vigente do setor elétrico brasileiro para o ACL - Ambiente de Livre Contratação e o ACR - Ambiente de Contratação Regulada, pelo MME – Ministério de Minas Energia, pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica e pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

As atividades relativas aos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição também seguem as condições estabelecidas pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico.

A legislação do setor elétrico brasileiro aplicável nas transações da Cemig com os demais agentes do setor, em função de sua extensão, não se encontra detalhada no presente relatório.

As atividades relacionadas com a distribuição e comercialização de gás natural estão sujeitas às determinações da Lei nº 8.987/95 e das Leis Estaduais nº 11.021/93, 12.279/96 e 15.404/04. A GASMIG está submetida ao controle e regulamentação do Governo do Estado de Minas Gerais (Poder Concedente), por meio da atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A CEMIG Distribuição e a Light Serviços de Eletricidade efetuam compras de energia elétrica dos seguintes fornecedores: (i) Itaipu Binacional, de forma compulsória e conforme o volume disponibilizado pela Usina e a cota parte previamente definida em contrato e revista periodicamente pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, (ii) no ACR - Ambiente de Contratação Regulada, a partir de leilões de compra e venda energia realizados pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, e (iii) de geradores participantes do PROINFA – Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Os contratos bilaterais firmados antes Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 têm condições específicas.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A energia elétrica comprada de Itaipu Binacional tem preço definido em dólares americanos e, por conseguinte, está sujeito à volatilidade do câmbio.

A energia elétrica comprada em leilões realizados pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica proveniente de geração hidráulica tem preço definido, no início de fornecimento, e está sujeito a correção pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor.

A energia elétrica proveniente de geração térmica tem preços de fornecimento variáveis conforme o nível de despacho das unidades de geração que lhe dá lastro conforme critérios definidos por ocasião do respectivo leilão realizado pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes***a. montante total de receita provenientes do cliente******b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente***

Nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica não existem unidades consumidoras de energia elétrica cuja participação seja superior a 10% da receita total gerada a partir do faturamento da respectiva atividade. Já na distribuição de gás natural, houve em 2009 um cliente do segmento industrial responsável por mais de 10% da receita total: V&M Tubes, respondeu por 11,28% da receita líquida da Gasmig.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

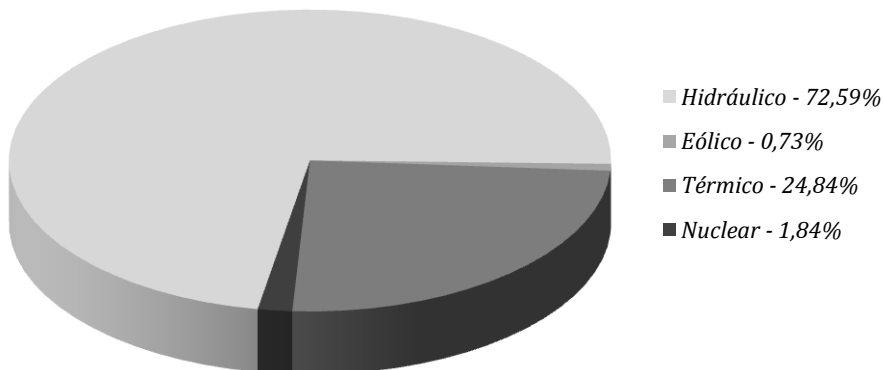
a. *necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações*

O Sistema Elétrico Brasileiro

O Sistema Elétrico Brasileiro é composto por geradores, transmissores, distribuidores e consumidores livres. Sua estrutura central é formada pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, que é um sistema de geração e transmissão de energia elétrica de grande porte, formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte, responsável pelo atendimento de cerca de 96,6% do mercado brasileiro de energia elétrica, segundo o ONS. Apenas os Estados do Amazonas, Roraima, Acre, Amapá, Rondônia e parte do Pará ainda não fazem parte do SIN. Nesses Estados, o abastecimento é feito por pequenas usinas termelétricas ou por hidrelétricas situadas próximas às suas capitais.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, a capacidade instalada do SIN alcançou a potência fiscalizada total de 109.077 MW, proveniente de 2.239 empreendimentos de geração, dos quais 72,59% correspondem a usinas hidrelétricas (incluindo 7.000 MW referentes a 50,0% da capacidade instalada de Itaipu destinada ao mercado brasileiro). A figura abaixo apresenta a configuração do parque gerador brasileiro:

Participação por tipo de Empreendimento



Fonte: Site da Aneel

A energia gerada e transmitida no âmbito do SIN é entregue aos grandes consumidores conectados diretamente à rede de transmissão e às distribuidoras de energia elétrica, responsáveis pelo fornecimento de energia a todos os demais consumidores.

Fundamentos Históricos

A Constituição Federal, em seu artigo 175, determina que as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia podem ser assumidas diretamente pelo Poder Público Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor de energia elétrica do Brasil tem sido dominado pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia, controladas pelo Governo Federal. Nos últimos anos, o governo tomou diversas medidas visando aumentar o papel do investimento privado e a eliminação das restrições ao investimento estrangeiro no setor.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

De forma a viabilizar novos investimentos privados no setor de energia elétrica, foi promulgada, em 13 de fevereiro de 1995, a Lei 8.987, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e, em 7 de julho de 1995, a Lei 9.074 que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos do Setor Elétrico ou a Lei de Concessões de Energia que, em conjunto:

- exigiam que todas as concessões para fornecimento de serviços relacionados à energia fossem outorgadas por meio de processos de licitações públicas;*
- gradualmente permitiam que certos consumidores de energia com demanda significativa, designados consumidores livres, comprassem energia diretamente de fornecedores detentores de uma concessão, permissão ou autorização;*
- estabeleciam a criação dos produtores independentes de energia, que, por meio de uma concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender por sua própria conta e risco, toda ou parte da energia que geram a Consumidores Livres, concessionárias de distribuição, agentes de comercialização, entre outros;*
- concediam a Consumidores Livres e fornecedores de energia acesso aberto a todos os sistemas de distribuição e transmissão;*
- eliminavam a necessidade de uma concessão para construir e operar projetos energéticos com capacidade de 1 MW a 30 MW denominados Pequenas Centrais Hidrelétricas; e*
- determinou que fossem assinados os contratos de concessão para aqueles empreendimentos com outorgas históricas, sendo assim considerados precários, estabelecendo o termo final dessas concessões.*

Em 1998, foi promulgada a Lei 9.648, para revisar a estrutura básica do setor elétrico, que dispunha:

- o estabelecimento de um órgão autorregulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo;*
- uma exigência de que as empresas de distribuição e geração firmassem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais, em geral compromissos do tipo “take or pay”, a preços e volumes aprovados pela ANEEL;*
- a criação do Operador Nacional do Sistema - ONS;*
- o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão; e*
- a separação das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica (princípio da desverticalização);*

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia que durou até o fim de fevereiro de 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram:

- um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais afetadas pela baixa quantidade de chuva, a saber as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil; e*
- a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – CGCE, que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam essa redução.*

Em março de 2002, a CGCE suspendeu as medidas emergenciais e o Racionamento em virtude do grande aumento no fornecimento (decorrente de um aumento significativo nos níveis dos reservatórios) e de uma redução moderada na demanda.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Em 2002, novas mudanças foram introduzidas por meio da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002 que: (i) proibiu as concessionárias de oferecerem bens vinculados à concessão, os direitos dela emergentes e qualquer outro ativo que possa comprometer suas respectivas concessões em garantia de operação destinada a atividade distinta de sua concessão; e (ii) autorizou a criação de subvenção econômica para outorga de benefícios tarifários aos consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda, dentre outras providências.

Finalmente, em 15 de março de 2004, o governo promulgou a Lei 10.848 que estabeleceu o Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia. Essa lei foi regulamentada por inúmeros decretos a partir de maio de 2004, e está sujeita à regulamentação posterior a ser emitida pela ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia – MME, detalhado nesta Seção 7.5 do Formulário de Referência.

Lei 10.848 - Novo Modelo do Setor Elétrico – março de 2004

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora; e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil, por meio de processos licitatórios. As principais modificações introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- *criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica, sendo: (i) o Ambiente de Contratação Regulada – ACR; e (ii) o Ambiente de Contratação Livre – ACL:*

Ambiente de Contratação Regulada – ACR

No ACR, empresas de distribuição compram energia para consumidores cativos por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (i) Contratos de Quantidade de Energia, e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia. De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições hidrológicas e níveis baixos dos reservatórios, entre outras condições que poderiam reduzir a energia produzida ou alocada, hipótese na qual a geradora é obrigada a comprar energia de outra fonte a fim de cumprir seu compromisso de fornecimento. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar uma determinada capacidade de geração ao ACR. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às Distribuidoras. Conjuntamente, estes dois tipos de contratos constituem os Contrato de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). De acordo com a Lei 10.848, a previsão de mercado de cada Distribuidora é o principal fator na determinação do volume de energia a ser contratado pelo sistema. De acordo com o novo modelo, as Distribuidoras são obrigadas a celebrar contratos para garantir o atendimento de 100,0% de suas necessidades projetadas de energia, e não mais os 95,0% estabelecidos pelo modelo anterior. O não atendimento da totalidade dos seus requisitos pode resultar em penalidades para as Distribuidoras.

Ambiente de Contratação Livre – ACL

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

No ACL, a energia elétrica pode ser comercializada entre agentes de geração, agentes de comercialização, importadores e exportadores de energia elétrica, e consumidores livres. Nesse ambiente há liberdade para se estabelecer volumes de compra e venda de energia e seus respectivos preços, sendo as transações pactuadas através de contratos bilaterais. Acrescente-se ainda a existência da figura do Consumidor Parcialmente Livre, que é o Consumidor Livre que exerce a opção de contratar parte das necessidades de energia e potência das unidades consumidoras de sua responsabilidade com a distribuidora local, nas mesmas condições reguladas aplicáveis a consumidores cativos, incluindo tarifas e prazos. Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3 MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se a ligação da unidade consumidora ocorreu após a edição da Lei 9.074 de 1995. Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW ou mais poderão ser servidos por fornecedores, que não sua empresa local de distribuição, contratando energia de empreendimentos de geração por fontes incentivadas, tais como eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas. Os Agentes de Geração, sejam concessionários de serviço público de Geração, Produtores Independentes de energia ou Autoprodutores, assim como os Comercializadores, podem vender energia elétrica nos dois ambientes, mantendo o caráter competitivo da geração. Todos os contratos, sejam do ACR ou do ACL, são registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e servem de base para a contabilização e liquidação das diferenças no mercado de curto prazo. Uma vez que um consumidor potencialmente livre tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, nos termos estabelecidos pela Lei 9.074, somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu Distribuidor local com cinco anos de antecedência, ou em menor prazo a critério do Distribuidor. Tal exigência prévia busca garantir que, se necessário, a distribuidora tenha tempo hábil para contratar o suprimento da energia necessária para atender o regresso de consumidores livres ao ACR. A fim de minimizar os efeitos resultantes da migração de consumidores livres, as Distribuidoras podem reduzir o montante de energia contratado junto às geradoras, por meio dos CCEARs de energia oriunda de empreendimentos de geração existente, de acordo com o volume de energia que não irão mais distribuir a esses consumidores.

- restrição de atividades para distribuidoras, determinando um prazo para o processo de desverticalização de atividades, através do qual não é permitida a sua participação nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, de modo a assegurar que as distribuidoras se concentrem exclusivamente na prestação do serviço público de distribuição, para garantir um serviço mais eficiente e confiável aos consumidores cativos e evite a contaminação dos custos no momento das revisões tarifárias anuais; e*
- eliminação do direito à chamada auto-contratação (self-dealing), de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas.*

Atendendo ao disposto na Lei 10.848, o Governo editou regulamentação relativa a compras e venda de energia no ACR e no ACL, assim como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Essa regulamentação inclui regras referentes aos leilões, aos contratos de comercialização de energia e ao método de repasse dos custos de aquisição de energia elétrica aos consumidores finais. De acordo com as diretrizes do novo modelo, (i) todos os agentes compradores de eletricidade devem garantir a contratação de toda a energia (e potência) necessária para o atendimento de 100,0% de seus mercados ou cargas; e (ii) os agentes vendedores de energia devem fornecer suporte comprobatório (lastro) por meio de

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

garantia física de usinas próprias ou de contratos de compra e venda de energia com terceiros. Os agentes que não cumprirem tais exigências estão sujeitos a multas impostas pela ANEEL, por meio da CCEE, conforme procedimentos vigentes. Desde 2005, os autoprodutores, distribuidoras, comercializadoras e consumidores livres são obrigados a notificar o MME, até 1º de agosto de cada ano, a respeito de suas necessidades de contratação de energia para cada um dos cinco anos subsequentes e, com antecedência de no máximo 60 dias da data de realização dos leilões, os montantes a serem contratados. Além disso, as empresas de distribuição são obrigadas a especificar a parte do montante que pretendem contratar para atender seus consumidores potencialmente livres, ou seja, aqueles que apresentam os requisitos para se tornarem consumidores livres, mas ainda não exerceram essa opção. O MME estabelece o montante total de energia a ser comercializado no ACR e a lista das instalações de geração que terão permissão para participar dos leilões a cada ano.

Os Leilões de Energia:

Os leilões de energia para os novos projetos de geração serão realizados cinco anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões "A-5"), e três anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões "A-3"). Haverá também leilões de energia das instalações de geração existentes realizados um ano antes da data de entrega inicial (chamados de leilões "A-1"), e realizados aproximadamente quatro meses antes da data de entrega (chamados de "ajustes de mercado"). Os editais dos leilões são preparados pela CCEE, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente utilizando-se do critério de menor tarifa no julgamento.

Cada empresa geradora que contrate a venda de energia por meio do leilão firmará um Contrato de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com cada empresa distribuidora, proporcionalmente à demanda estimada da distribuidora. Os CCEARs dos leilões "A-5" e "A-3" terão um prazo variando de 15 a 30 anos, dependendo do produto ofertado, e os CCEAR dos leilões "A-1" terão um prazo variando entre 5 e 15 anos. Contratos decorrentes dos leilões de ajuste de mercado estarão limitados ao prazo de dois anos.

Leilões de Energia Existente

Os leilões de energia existente complementam os contratos de energia nova para cobrir 100% da carga. Seu objetivo é recontratar periodicamente a energia existente, por meio de leilões anuais de contratos com duração de 5 a 15 anos. A entrega da energia é feita a partir do ano seguinte ao leilão, e por esta razão este leilão é chamado de A-1. Os leilões A-1 possuem limites mínimos e máximos de compra de energia. Além da duração, os contratos de energia existente têm outras características especiais que os diferenciam dos contratos de energia nova: a quantidade de energia existente contratada pode ser reduzida, em qualquer momento, em caso de redução da carga da distribuidora devido à migração de consumidores cativos para o mercado livre. Adicionalmente, a quantidade de energia contratada pode ser reduzida, a critério da distribuidora, em até 4% a cada ano para adaptação a desvios em relação às projeções de demanda.

Leilões de Energia Nova

Os leilões de energia nova têm como objetivo promover a construção de nova capacidade para atender ao crescimento do consumo das distribuidoras. Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (15-30 anos) são

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

oferecidos aos geradores candidatos. A cada ano, dois tipos de leilões de energia nova são realizados: (i) Leilão Principal (A-5), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade, com duração entre 15 e 30 anos, com entrada em operação em 5 anos após o leilão. Assim, com estes prazos, este contrato permitirá que o investidor vencedor do leilão obtenha o “project finance”, e ofereça o tempo necessário para construção da nova planta; (ii) Leilão Complementar (A-3), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos. Neste caso, porém, as usinas devem entrar em operação 3 anos após o leilão. O objetivo é a criação de um complemento para o leilão A-5 realizado dois anos antes, permitindo uma correção dos desvios causados pela incerteza na trajetória da demanda.

Leilões de Ajuste

Esse tipo de leilão tem como objetivo fazer um “ajuste fino” entre a energia contratada e a demanda. Estes leilões oferecem contratos com duração de até 2 anos e são realizados três ou quatro vezes ao ano, com entrega para o mesmo ano. Por esta razão, esses contratos são conhecidos como “A0”. A distribuidora poderá comprar até 1% do total de sua energia contratada por meio dos leilões de ajuste. Da mesma forma que os contratos de geração distribuída, os custos de aquisição desta energia também serão limitados, para efeitos de repasse para os consumidores cativos, pelo Valor de Referência.

Leilões de energia alternativa

Além dos leilões de energia nova e existente, o MME também pode periodicamente organizar leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas (biomassa, PCH, eólica e solar). Contratos padronizados de longo prazo (10-30 anos) são oferecidos e a sistemática do leilão é similar aos dos leilões A-3 e A-5. O primeiro leilão de energia alternativa ocorreu em junho de 2007.

Leilão de Geração Distribuída (GD)

As distribuidoras podem fazer licitações especiais para a contratação de geração distribuída localizada em sua área de concessão (tensões abaixo de 230 KV). Até 10% da demanda da distribuidora pode ser suprida por este tipo de contrato. Para participar do processo, o gerador deve respeitar algumas restrições, tais como mínima eficiência para empreendimentos termelétricos (com exceção para fonte biomassa ou resíduos de processo) e limite máximo de capacidade de 30MW para hidrelétricas.

Leilões Especiais

A legislação atual também permite que o governo realize alguns leilões especiais, destinados a atender propósitos específicos de política energética. Estes leilões são realizados para estimular competição entre tecnologias específicas, competição para uma tecnologia específica ou para um projeto específico. São eles: (i) Leilão de Projeto Estruturantes - a atual legislação dá direito ao governo promover leilões de projetos específicos que são considerados estratégicos para o País. Este é o caso, por exemplo, dos leilões das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, além da UHE Belo Monte; e (ii) Leilão de Reserva - o governo ainda pode realizar leilões especiais para contratação de energia de reserva. Esses leilões são totalmente definidos pelo governo (desenho, tipo de energia a ser contratada, demanda do leilão, etc.). O primeiro leilão de reserva ocorreu em 30 de Abril de 2008 e contratou exclusivamente energia de biomassa de cana-de-açúcar para entrega em 2009 e

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

2010. O segundo leilão de reserva ocorreu em 14 de Dezembro de 2009 e contratou exclusivamente energia eólica para entrega em Julho de 2012 e por um período de 20 anos.

Principais Entidades Regulatórias

Ministério de Minas e Energia – MME

O MME é o órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do País. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o MME assumiu recentemente certas obrigações que estavam previamente sob a responsabilidade da ANEEL, destacando-se a outorga de concessões e a emissão de instruções regulando o processo de licitação para concessões referentes aos serviços públicos.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

- O setor de energia elétrica do Brasil é também regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei 10.848, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o setor de energia elétrica em linha com a política a ser ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras:
- administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia;
- fiscalizar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis;
- promulgar normas para o setor elétrico de acordo com a legislação em vigor;
- regular a implantação e a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica;
- promover licitações para novas concessões;
- resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e
- definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão e distribuição, bem como seus valores.

Conselho Nacional de Política de Energia – CNPE

Criado em agosto de 1997, o CNPE assessora o Presidente da República no desenvolvimento da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo MME, e a maioria de seus membros é formada por ministros do Governo Federal. O CNPE foi criado para otimizar o uso dos recursos de energia do Brasil e para garantir o fornecimento de energia no País.

Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

Criado em 1998, o ONS é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos constituída por geradores, transmissores, distribuidores, consumidores livres e comercializadores o Governo Federal poder para indicar três diretores para a Diretoria Executiva do ONS.

Cabe ao ONS realizar a administração dos serviços de transmissão na Rede Básica, o que inclui a gestão dos contratos de uso do sistema de transmissão por geradores, distribuidores e Consumidores Livres, bem como os contratos de prestação do serviço

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

de transmissão, por parte dos proprietários da rede de transmissão. Também envolve a gestão de novas solicitações de acesso e conexão à rede e o estabelecimento de padrões de desempenho. Inclui ainda a contabilização e liquidação dos encargos de transmissão e os serviços ancilares.

Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem:

- ordenar os despachos dos agentes geradores, inclusive termelétricos, quando despachados centralizadamente;*
- planejamento operacional para o setor de geração;*
- organização do uso do SIN e interligações internacionais;*
- garantir aos agentes do setor acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória;*
- assistência na expansão do sistema energético;*
- propor ao MME os planos e diretrizes para extensões da Rede; e*
- apresentação de regras para operação do sistema de transmissão para aprovação da ANEEL.*

Mercado Atacadista de Energia – MAE e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Originalmente uma entidade autorregulada, o órgão de mercado, a partir de 2002, passou a estar sujeito à supervisão e regulamentação da ANEEL. O MAE era responsável pela contabilização e pela liquidação das diferenças no mercado de energia de curto prazo entre seus agentes participantes.

Em 12 de agosto de 2004, o Governo Federal editou um decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à nova CCEE e, dessa forma, em 10 de novembro de 2004, o MAE foi sucedido pela CCEE e suas atividades e ativos foram absorvidos por esse novo órgão de mercado. Tal como o MAE, a CCEE é constituída por agentes de geração, distribuição, comercialização e Consumidores Livres.

Um dos principais papéis da CCEE é realizar, mediante delegação da ANEEL, leilões públicos no ACR. Além disso, a CCEE é responsável por: (i) registrar os contratos de comercialização de energia no ACR, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no ACL; e (ii) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Criada em agosto de 2004, a EPE, é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no setor energético, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia – CMSE

A Lei 10.848 autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Concessões

As empresas ou consórcios que desejem construir e/ou operar instalações para geração com potência acima de 30 MW, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem participar de processos licitatórios. Empresas ou consórcios que desejem atuar em comercialização, geração hidrelétrica com potência superior a 1 MW e igual ou inferior a 50 MW, geração térmica devem solicitar ao MME ou à ANEEL permissão ou autorização, conforme o caso. As concessões garantem o direito de implantar e explorar empreendimentos para geração, empreendimentos para transmissão ou prestação de serviço público de distribuição de energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é limitado a 35 anos para novas concessões de geração, e 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes poderão ser prorrogadas a critério do poder concedente por um período adicional de 20 anos.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras coisas, as condições que a concessionária deve cumprir na prestação dos serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária. Os principais dispositivos da Lei de Concessões estão resumidos como segue:

- Serviço adequado: a concessionária deve prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente e seguro;*
- Servidões: o poder concedente pode declarar quais são os bens necessários à execução de serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública, nomeando-os de servidão administrativa, em benefício de uma concessionária.*
- Responsabilidade Objetiva: a concessionária é responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de distribuição de energia, como no caso de interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem, independentemente de sua culpa;*
- Alterações do Controle Societário: o poder concedente deve aprovar qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária;*
- Intervenção pelo poder concedente: o poder concedente poderá intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais, regulatórias e legais. Dentro de 30 dias da data do decreto autorizando a intervenção, o poder concedente deve dar início a um processo administrativo em que é assegurado à concessionária o direito de contestar a intervenção. Durante o processo administrativo, um interventor nomeado pelo poder concedente passa a ser responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o processo administrativo não seja concluído dentro de 180 dias da data do decreto, a intervenção cessa e a concessão retorna à concessionária. A administração da concessão é também devolvida à concessionária se o interventor decidir pela não extinção da concessão e o seu termo contratual não tiver expirado;*
- Término antecipado da concessão: o término do contrato de concessão poderá ser antecipado por meio de encampação ou caducidade. Encampação consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo de concessão por razões relacionadas ao interesse público, que devem ser expressamente declaradas por lei autorizativa específica. A caducidade deve ser declarada pelo poder*

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

concedente depois de a ANEEL ou o MME ter emitido um despacho administrativo indicando que a concessionária, entre outras coisas, (i) deixou de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável; (ii) não tem mais capacidade técnica financeira ou econômica para fornecer serviços adequados; ou (iii) que a concessionária não cumpriu as penalidades eventualmente impostas pelo poder concedente. A concessionária pode contestar a encampação ou caducidade em juízo e tem direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas contratuais e danos por ela causados; e

- *Término por decurso do prazo: com o advento do termo contratual, todos os ativos relacionados à prestação dos serviços de energia reverterem à União. Depois do término, a concessionária tem direito de indenização por seus investimentos em ativos revertidos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.*

Autorizações

O aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, destinado a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica depende de autorização do Poder Concedente. As autorizações são válidas por 30 anos, podendo ser prorrogadas à critério do Poder Concedente. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidrelétrico, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, desde que mediante prévia autorização da ANEEL.

As autorizações perdem sua validade quando do término do prazo fixado pelo Poder Concedente. No entanto, o Poder Concedente pode extinguir as autorizações antes do prazo fixado, caso a respectiva autorizada cometa alguma das infrações listadas abaixo, consideradas razões que ensejam a extinção das autorizações antes do prazo:

- *comercializar energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações;*
- *descumprir as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência;*
- *transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL;*
- *não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração;*
- *descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração da central geradora;*
- *solicitação das respectivas autorizadas; ou*
- *desativação da central geradora.*

Penalidades

A Resolução Normativa ANEEL nº: 63/2004 prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as penalidades com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações, e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até 2% do faturamento, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de auto-produção e produção independente, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimados para um período de doze meses, caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

inferior a doze meses ou a 2% da Receita Anual Permitida – RAP dos agentes de transmissão. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à falha das concessionárias em solicitar a aprovação da ANEEL, inclusive, sem limitação, no que se refere a:

- *celebração de contratos entre partes relacionadas;*
- *venda ou cessão de ativos relacionados a serviços prestados assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e*
- *alterações no controle societário.*
- *Na fixação do valor das multas deverão ser consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator e a existência de sanção anterior nos últimos quatro anos.*

Receitas de Transmissão

As receitas do segmento de Transmissão são definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e são calculadas pela disponibilização de ativos (linhas e subestações) para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O reajuste tarifário das receitas de transmissão da Cemig GT, conforme previsto no contrato de concessão, ocorre anualmente no mês de junho, para vigorar a partir do mês de julho. O índice para atualização depende do contrato de concessão. Para a Cemig GT, é o IGPM. A cada 4 anos, também acontece a revisão tarifária periódica – RTP. A primeira RTP ocorreu em julho/2005 e a segunda em julho/2009.

Tarifas de Energia Elétrica

As tarifas de energia elétrica no Brasil são definidas pela ANEEL, que tem a autoridade para reajustar e revisar as tarifas em conformidade com o disposto no contrato de concessão. O contrato prevê reajustes tarifários anuais. Para definição dos reajustes e revisões, a receita da distribuidora é separada em Parcela A e Parcela B. Os custos da Parcela A não são controláveis pela distribuidora e são os encargos setoriais, compra de energia e transporte de energia. Estes custos são repassados integralmente nos reajustes. Os custos de Parcela B (custos operacionais, remuneração e depreciação do capital) são aqueles que estão sob o controle da empresa e são atualizados pela inflação de acordo com o Índice Geral de Preços ao Mercado, ou IGP-M. O reajuste tarifário anual médio inclui também componentes financeiros, como a variação interanual dos custos da Parcela A (CVA) e outros ajustes.

As concessionárias de distribuição de energia elétrica também passam por revisões periódicas onde são avaliados os custos da Parcela B. O contrato de concessão da Cemig D estabelece um período de cinco anos entre as revisões periódicas. Essas revisões visam (i) assegurar as receitas necessárias para cobrir custos eficientes da Parcela B e uma compensação adequada para os investimentos considerados essenciais para os serviços no âmbito da concessão de cada empresa e (ii) determinação do fator X, que é calculado com base na expectativa de ganhos de produtividade e aumentos de escala, dos investimentos necessários para serviço de distribuição de energia e um ajuste para os itens que variam pelo IPCA. O fator X é aplicado como redutor do índice de inflação que reajusta a Parcela B nos reajustes tarifários.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Para a Cemig a gestão ambiental é um fator decisivo no processo de gestão, seja em relação aos princípios que regem a responsabilidade da Empresa com o meio ambiente ou devido à problemática capaz de comprometê-la junto à Sociedade, já que a Lei Federal nº 9.605/98, alterada pela Lei nº 9.985/00 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.179/99, estabelece sanções penais e administrativas das condutas nocivas ao meio ambiente.

A Cemig possui uma Política Ambiental corporativa a qual orienta as atividades e direcionam os esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. De acordo com a Política Ambiental, a Cemig tem estabelecido vários programas para prevenção e controle dos impactos decorrentes de suas atividades, objetivando limitar os riscos relacionados com as questões socioambientais.

Programas como os de preservação da biodiversidade, manutenção de reservas ambientais, educação ambiental, destinação final adequada de resíduos e arborização urbana são alguns exemplos do compromisso da empresa de controlar os impactos das atividades e incentivar melhorias no meio socioambiental das regiões onde atua.

Em 2009, a Cemig destinou um valor total de R\$ 88,4 milhões a projetos e despesas relacionados ao meio ambiente, sendo R\$ 27,7 milhões a cuidados e ações ambientais relacionadas à implantação de novos empreendimentos e outros R\$ 60,7 milhões referentes a despesas de operação e manutenção e investimentos em projetos ambientais. Desse total, foram investidos R\$ 2,2 milhões em projetos de pesquisa relacionados ao meio ambiente, juntamente com universidades e centros de pesquisas.

Na Cemig, as áreas podem se certificar em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a norma internacional NBR ISO 14001: 2004, ou adotar um Sistema de Gestão Interno denominado SGA Nível 1, desenvolvido a partir dos princípios e requisitos da Norma NBR ISO 14001.

Atualmente, todas as usinas da Cemig com capacidade instalada acima de 30 MW estão certificadas com Sistema de Gestão Ambiental, o que representa 5.767MW ou 89% da capacidade instalada de geração da Cemig e no que se refere às Linhas de Transmissão com tensão nominal acima de 230 kV, atualmente 100% das linhas da empresa estão certificados. A adoção dos sistemas e certificações também ampliou a gestão da melhoria contínua em diversos municípios, subestações e em redes de distribuição.

Um aspecto relevante é que todas as unidades da Cemig que provocam interferências no meio ambiente, independentemente da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, devem atender a um conjunto de diretrizes dos “Requisitos Mínimos de Adequação Ambiental”, patamar inicial do Sistema de Gestão Ambiental da Cemig estabelecido para o controle e a proteção do meio ambiente, incluindo a avaliação de seus impactos e planos de ação para correção das questões identificadas. A adesão das áreas às diretrizes dos “Requisitos Mínimos de Adequação Ambiental” são auditadas pela Auditoria Interna da Cemig.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Cemig investe em pesquisa e desenvolvimento em diversas áreas do seu negócio visando a melhoria contínua de seus processos e de tecnologias relacionados ao setor de energia e também na busca de inovações que promovam o seu crescimento e expansão. Estão presentes no portfólio de projetos, temas como diversificação da matriz, automação e controle de redes, linhas e usinas, soluções ambientais, operação e manutenção do sistema e segurança.

A Cemig investe um percentual de 0,4% da Receita Operacional Líquida (0,2% - no caso da Cemig D) em projetos de P&D por exigência da Lei 9.991, e ainda utiliza outras fontes de financiamento como os da FINEP.

Até a presente data, a Companhia possui 8 (2-GT) patentes concedidas no Brasil e mais 49 (14-GT) pedidos depositados, além dos 24 (20-H e 4-D) registros de softwares. Contudo, a Cemig não tem dependência de patentes, licenciamentos ou contratos de royalties para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, a Marca CEMIG constitui ativo estratégico da Companhia, valorada nos dois últimos anos por meio de consultoria especializada. Ao todo são 34 marcas concedidas/depositadas (31-H, 1-GT e 1-D) e mais 19 das empresas coligadas.

Atualmente a Companhia possui diversas concessões, como as descritas no item (a) desta Seção 7.5, emitidas pelo Poder Concedente que permitem sua operação no setor de energia elétrica. As tabelas abaixo listam os contratos de concessão sob responsabilidade das Empresas do Grupo Cemig, sendo assim sujeitos às regras descritas no item citado. Além dessas concessões as empresas do Grupo também detém, isoladamente ou em participação, autorizações para exploração de pequenas centrais hidrelétricas, usinas térmicas e usinas eólicas.

Concessões de Distribuição – Cemig D

Nº do Contrato	Concessionária	Empreendimento	UF
002/1997	CEMIG D	Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG-NORTE	MG
003/1997	CEMIG D	Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG-SUL	MG
004/1997	CEMIG D	Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG-LESTE	MG
005/1997	CEMIG D	Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG-OESTE	MG

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal**Concessões de Geração**

Nº do Contrato	Concessionária	Empreendimento	UF
02/1995	CEMIG GT/ CSN/ CMM/ CVRD/ Eletrosilex/ Mineração Morro Velho (Consórcio Igarapava)	Igarapava	MG , SP
01/1997	Rosal Energia S.A.	Rosal	RJ , ES
06/1997	CEMIG GT e CEB (Consórcio CEMIG/CEB)	Queimado	MG , GO , DF
07/1997	CEMIG GT	Salto Moraes/Pandeiros/Igarapé/Xicão/Rio de Pedras/Piçarrão/Nova Ponte/Emborcação/Luiz Dias/Poço Fundo/São Bernardo/Jaguara/Santa Luzia/Poquim/Sumidouro/Peti/Tronqueiras/São Simão/Três Marias/Piau/Gafanhoto/Cajurú/Santa Marta/Martins/Anil/Joasal/Marmelos/Paciência/São Francisco do Glória/Miranda/Jacutinga/Volta Grande/Bom Jesus do Galho	MG , RJ
08/1997	CEMIG GT/CVRD/COTEMINAS (Consórcio Porto Estrela)	Porto Estrela	MG
014/2000	CEMIG GT	Irapé	MG
101/2000	CEMIG GT/CVRD	Aimorés	MG
102/2000	CEMIG GT/Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Funil	MG
012/2001	Light Sinergias Ltda.	Itaocara	RJ
090/2001	CEMIG Capim Branco Energia S.A.; Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.; Companhia Vale do Rio Doce; Companhia Mineira de Metais (Consórcio Capim Branco)	Capim Branco I e Capim Branco II	MG
01/2004	CEMIG	Sá Carvalho	MG
01/2006	Consórcio UHE Baguari	UHE Baguari	MG
01/2008	Santo Antônio Energia S.A.	UHE Santo Antônio	RO

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal**Concessões de Transmissão**

N° do Contrato	Concessionária	Empreendimento	UF
006/1997	CEMIG-GT - CEMIG Geração e Transmissão S/A	Diversos Empreendimentos (Ver Anexos ao Contrato)	MG
040/2000	ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda.	LT Taquaruçu - Assis - Sumaré	SP
079/2000	CEMIG-GT - CEMIG Geração e Transmissão S/A	SE Itajubá	MG
088/2000	ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A	LT Campos Novos - Blumenau	SC
095/2000	NOVATRANS - Novatrans Energia S/A	Interligação Norte - Sul II	MA, DF, TO, GO
097/2000	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S/A	Interligação Sudeste - Nordeste	GO, BA
042/2001	EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A	Interligação Norte - Nordeste C3	PA, MA
043/2001	ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A	LT Tucuruí - Vila do Conde	PA
001/2002	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S/A	LT Goianinha - Mussurú C3	PB, PE
082/2002	ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A	LT Campos Novos - Lagoa Vermelha - Santa Marta	SC, RS
083/2002	ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S/A	LT Vila do Conde - Santa Maria	PA
085/2002	ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S/A	Expansão da Interligação Norte - Nordeste C4	PA, MA
087/2002	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S/A	LT Paraíso - Açú	RN
006/2004	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S/A	LT Camaçari II - Sapeaçu	BA
009/2004	TRANSLESTE - Companhia Transleste de Transmissão	LT Montes Claros - Irapé	MG
004/2005	Centroeste - Companhia de Transmissão Centroeste	LT Furnas - Pimenta C2	MG

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal**Concessões Integradas – GTD**

N° do Contrato	Concessionária	Empreendimento	UF
01/1996	LIGHT	Geração – 8 UHEs, Transmissão e Distribuição	RJ
	LIGHT - 1º Termo Aditivo		
	LIGHT - 2º Termo Aditivo		

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

A empresa no exterior com participação acionária da Companhia ainda se encontra em fase pré-operacional.

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não obtemos receitas relevantes em outros países.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não obtemos receitas relevantes em outros países.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita relevante da Companhia é proveniente de contratos com clientes do país sede.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

Não obtemos receitas relevantes em outros países.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Em um dos instrumentos contratuais que regulam a parceria da Cemig Geração e Transmissão com o FIP Coliseu na aquisição das ações da Terna detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A ("Terna S.p.A"), há uma provisão na qual a Cemig Geração e Transmissão outorga ao FIP Coliseu o direito de venda, para a CEMIG Geração e Transmissão, da integralidade de participação acionária do FIP Coliseu na Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA (antiga Terna Participações S.A.), no quinto ano após sua entrada, mediante o pagamento dos valores aportados líquidos dos dividendos e benefícios recebidos pelo FIP Coliseu na aquisição da Terna Participações S.A., corrigidos pela variação do IPCA + 7% a.a..

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

A Cemig foi criada em 1952 para prover energia ao estado de Minas Gerais visando o seu desenvolvimento industrial. Desde o início demonstramos nossa vocação empreendedora, ao implantarmos importantes projetos de geração hidrelétrica e consolidarmos o segmento de Distribuição dentro do Estado de Minas Gerais. Hoje atuamos na consolidação do Setor, agora em nível nacional, orientados por um Plano Diretor que visa ao crescimento sustentável no longo prazo e com agregação de valor, seja através da implantação de novos projetos ou através de aquisições.

Somos um conglomerado com 59 empresas e 11 consórcios, com uma capacidade instalada de 474 mil km de redes de distribuição, 8.348 km de linhas de transmissão e 6.875 MW de potência de geração de eletricidade. Com esses números a Cemig tem aproximadamente, de forma consolidada, 12% da capacidade instalada de distribuição no país, 10% de transmissão e 7% de geração de energia elétrica. Estas participações de mercado nos posicionam como o maior grupo de distribuição, o terceiro maior de transmissão e o terceiro maior de geração no país, o que nos leva a acreditar que somos a maior empresa integrada de energia elétrica.

O foco da Cemig é ampliar sua participação no mercado de energia elétrica e de gás no território brasileiro, de acordo com os limites regulatórios, e incrementar o processo de internacionalização da Empresa.

Nas decisões de investimento buscamos retornos acima do custo de capital, compatíveis com o risco percebido para cada tipo de investimento indicado em nosso Plano Diretor. Atualmente estes retornos alvo para novos projetos ou aquisições, são superiores a 10%, dependendo dos riscos identificados em cada oportunidade, podendo ser menor, caso a análise de risco e/ou as vantagens estratégicas indiquem sua conveniência.

Acreditamos que o nosso estatuto é diferenciado em relação à média do Setor de Energia Elétrica, por conter compromissos que visam à garantia de importantes aspectos na ótica dos investidores, tais como investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor da Companhia, manter as receitas da Subsidiária Integral Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada de distribuição nos valores reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias e distribuição de 50% do lucro líquido como dividendo obrigatório aos acionistas.

Procurando garantir que o crescimento proposto no Plano Diretor se dê de maneira sustentável e mantendo a capacidade de honrar nossa política de dividendos, nosso estatuto também contém compromissos que zelam pela solidez do nosso balanço, tais como manter o endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 (duas e meia) vezes o LAJIDA da Companhia e manter uma relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50% (cinquenta por cento).

No ano de 2009 a Cemig atualizou sua visão, que agora consiste de estar, em 2020, entre os dois maiores grupos de energia do Brasil em valor de mercado, com presença relevante nas Américas e líder mundial em sustentabilidade no setor.

Para atingir esse patamar a companhia busca crescer através de aquisições e novos projetos com vistas a alcançar a meta de deter, no longo prazo, 20% de participação em cada um dos segmentos do setor elétrico, como também objetiva manter um portfólio equilibrado de geração de caixa, no qual os segmentos de geração e transmissão de energia responderão por, aproximadamente, 40% e 20%, respectivamente, ao passo que o segmento de

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

distribuição de energia e outros negócios deverão representar em torno de 40% da geração de caixa medida pelo LAJIDA.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante**a. controladores diretos e indiretos**

A Cemig é controlada pelo Estado de Minas Gerais

b. controladas e coligadas; c) participações do emissor em sociedades do grupo:

Subsidiárias e Controladas	Sociedade	Sede	Participações no Capital - %
<i>Cemig Distribuição S.A.</i>	<i>Controlada</i>	<i>Brasil</i>	<i>100,00</i>
<i>Cemig Geração e Transmissão S.A.</i>	<i>Controlada</i>	<i>Brasil</i>	<i>100,00</i>
<i>Cemig Telecomunicações S.A.</i>	<i>Controlada</i>	<i>Brasil</i>	<i>100,00</i>
<i>Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49,00</i>
<i>Baguari Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>69,40</i>
<i>Central Eólica Praia do Morgado S.A</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49,00</i>
<i>Central Eólica Praias de Parajuru S.A</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49,00</i>
<i>Central Eólica Volta do Rio S.A</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49,00</i>
<i>Companhia de Gás de Minas Gerais</i>	<i>Controlada</i>	<i>Brasil</i>	<i>55,20</i>
<i>Companhia de Transmissão Centroeste de Minas</i>	<i>Controlada</i>	<i>Brasil</i>	<i>51,00</i>
<i>Companhia Transirapé de Transmissão</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>24,50</i>
<i>Companhia Transleste de Transmissão</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>25,00</i>
<i>Companhia Transudeste de Transmissão</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>24,00</i>
<i>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49,98</i>
<i>Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49,00</i>
<i>Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>13,40</i>
<i>Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>36,70</i>
<i>Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49,98</i>
<i>Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>36,70</i>
<i>Guanhães Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49,00</i>
<i>Hidrelétrica Cachoeirão S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49,00</i>
<i>Hidrelétrica Pipoca S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49,00</i>
<i>Light S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>25,53</i>
<i>Madeira Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>10,00</i>
<i>Transchile Charrúa Transmisión S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Chile</i>	<i>49,00</i>
<i>Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>48,00</i>

c. participações de sociedades do grupo no emissor

Não se aplica, não há participações.

d. sociedades sob controle comum

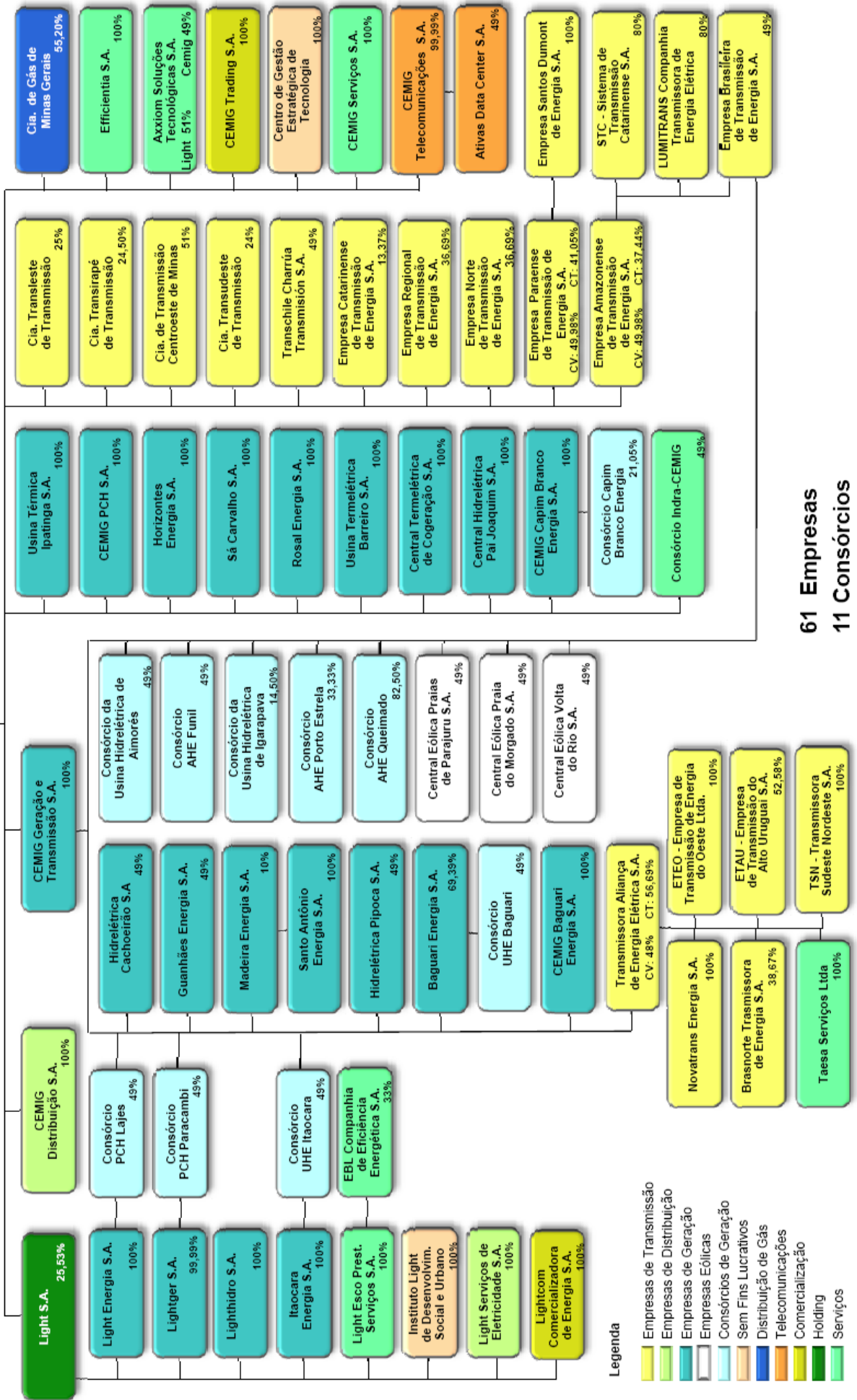
A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais e mantém diversas transações com o acionista controlador e entidades governamentais no curso normal de suas operações.

8. N

EMPRESAS E CONSÓRCIOS DO GRUPO CEMIG

CIA. ENERGETICA DE MINAS GERAIS

Posição em 09 de julho de 2010



61 Empresas
11 Consórcios

- Legenda**
- Empresas de Transmissão
 - Empresas de Distribuição
 - Empresas de Geração
 - Empresas Eólicas
 - Consórcios de Geração
 - Sem Fins Lucrativos
 - Distribuição de Gás
 - Telecomunicações
 - Comercialização
 - Holding
 - Serviços

CV = Capital Votante
CT = Capital Total

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

	Consolidado			
	2009			2008
	Custo Histórico	Depr. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	23.243.603	-9.632.299	13.611.304	12.631.662
Distribuição	11.149.422	-5.057.586	6.091.836	6.219.533
Terrenos	26.738	-	26.738	30.968
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	283.778	-155.017	128.761	147.293
Máquinas e Equipamentos	10.760.683	-4.844.798	5.915.885	6.009.503
Veículos	64.294	-45.199	19.095	27.599
Móveis e Utensílios	13.929	-12.572	1.357	4.170
Geração	8.464.596	-3.306.643	5.157.953	5.049.675
Terrenos	253.235	-	253.235	253.059
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4.201.473	-1.540.330	2.661.143	2.686.427
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.037.098	-407.190	629.908	630.889
Máquinas e Equipamentos	2.965.792	-1.353.474	1.612.318	1.477.695
Veículos	2.898	-2.513	385	552
Móveis e Utensílios	4.100	-3.136	964	1.053
Transmissão	2.771.921	-798.980	1.972.941	972.041
Terrenos	2.539	-	2.539	2.263
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	126.504	-61.483	65.021	51.984
Máquinas e Equipamentos	2.639.527	-736.246	1.903.281	917.396
Veículos	2.185	-383	1.802	167
Móveis e Utensílios	1.166	-868	298	231
Administração	355.310	-246.261	109.049	137.713
Terrenos	2.087	-	2.087	2.720
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	67.678	-38.966	28.712	32.937
Máquinas e Equipamentos	208.917	-143.026	65.891	83235
Veículos	39.659	-32.709	6.950	9200
Móveis e Utensílios	36.969	-31.560	5.409	9.621

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Telecomunicações	387.912	-189.399	198.513	183.549
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	55	-9	46	47
Máquinas e Equipamentos	387.369	-189.052	198.317	183.314
Móveis e Utensílios	418	-338	80	118

Gás	114.442	-33.430	81.012	69.151
Terrenos	31	-	31	31
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	87.612	-19.620	67.992	1.620
Máquinas e Equipamentos	26.356	-13.577	12.779	67.264
Veículos	41	-15	26	34
Móveis e Utensílios	402	-218	184	202

Em Curso	2.780.057	-	2.780.057	1.973.438
-----------------	------------------	----------	------------------	------------------

- Distribuição	1.180.437	-	1.180.437	1.100.645
- Geração	822.107	-	822.107	477.884
- Transmissão	375.983	-	375.983	138.446
- Administração	77.068	-	77.068	131.095
- Telecomunicações	25.365	-	25.365	27.747
- Gás	299.097	-	299.097	97.621

Total do Imobilizado	26.023.660	-9.632.299	16.391.361	14.605.100
-----------------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	-2.735.964	207.360	-2.528.604	-2.549.308
---------------------------------------------	------------	---------	------------	------------

Imobilizado Líquido	23.287.696	-9.424.939	13.862.757	12.055.792
----------------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

	CONSOLIDADO			
	2009			2008
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
<i>Em Serviço – Vida Útil Definida</i>	2.007.333	-353.412	1.653.921	394.342
<i>Direito de uso de softwares</i>	359.514	-189.334	170.180	69.055
<i>Marcas e Patentes</i>	36	-4	32	10
<i>Servidão</i>	65.115	-2.920	62.195	59.362
<i>Direito Exploração de Concessão Serviço Público</i>				
<i>Cemig Telecom S.A</i>	9.510	-8.671	839	1.958
<i>Central Eólica Praias de Parajuru S.A</i>	31.163	-1.093	30.070	-
<i>Central Eólica Praias do Morgado S.A</i>	43.843	-	43.843	-
<i>Central Eólica Volta do Rio S.A</i>	30.808	-	30.808	-
<i>EATE</i>	397.333	-27.059	370.274	141.430
<i>ECTE</i>	16.062	-1.270	14.792	6.840
<i>ENTE</i>	101.170	-6.631	94.539	37.420
<i>EPTE</i>	68.007	-4.754	63.253	25.174
<i>ERTE</i>	24.446	-1.546	22.900	8.569
<i>Rosal Energia S.A</i>	55.256	-27.628	27.628	33.154
<i>Transmissora Atlântico de Energia Elétrica S.A</i>	711.692	-27.147	684.545	-
<i>UTE Ipatinga S.A</i>	84.584	-54.731	29.853	-
<i>Outros</i>	8.794	-624	8.170	11.370
<i>Em Curso</i>	57.654	-	57.654	221.127
<i>Ativos em formação</i>	57.654	-	57.654	221.127
<i>Total Intangível</i>	2.064.987	-353.412	1.711.575	615.469

b. patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando:**i. duração**

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Localização	Capacidade e Instalada	Data da Concessão	Data de Venciment
-------------	------------------------	-------------------	-------------------

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

		(MW)	ou Autorizaçã o	o
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas (1)				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,00	jan/65	jan/15
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,00	jul/75	jul/25
Nova Ponte	Rio Araguari	510	jul/75	jul/25
Jaguara	Rio Grande	424	ago/63	ago/13
Miranda	Rio Araguari	408	dez/86	dez/16
Três Marias	Rio São Francisco	396	abr/58	jul/15
Volta Grande	Rio Grande	380	fev/67	fev/17
Irapé	Rio Jequitinhonha	360	jan/99	fev/35
Aimorés	Rio Doce	161,7	jul/00	dez/35
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102	out/63	jul/15
Funil	Rio Grande	88,2	out/64	dez/35
Queimado	Rio Preto	86,625	nov/97	jan/33
Itutinga	Rio Grande	52	jan/53	jul/15
Capim Branco I	Rio Araguari	50,526	ago/01	ago/36
Capim Branco II	Rio Araguari	44,21	ago/01	ago/36
Camargos	Rio Grande	46	ago/58	jul/15
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,333	mai/97	jul/32
Igarapava	Rio Grande	30,45	mai/95	dez/28
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	out/64	jul/15
Gafanhoto	Rio Pará	14	set/53	jul/15
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78	dez/94	dez/24
Rosal	Itabapoana – RJ	55	mai/97	mai/32
Pai Joaquim	Rio Araguari	23	abr/02	abr/32
Salto Paraopeba	Rio Paraopeba	2,37	out/00	out/30
Machado Mineiro	Rio Pardo	1,72	jul/95	jul/25
Salto do Passo Velho	Rio Capecozinho	1,8	out/00	out/30
Salto do Voltão	Rio Capecozinho	8,2	out/00	out/30
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	13,23	jul/00	jul/30
UHE Baguari	Rio Doce	47,6	ago/06	ago/41
Outras	Diversas	96,844	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	17,2	jul/96	jun/26
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	49,514	jul/96	jun/26
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	13,03	jul/96	jun/26
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	23,845	jul/96	jun/26
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	7,427	jul/96	jun/26
Total		6.549,84		

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**Usina Eólica (1)**

Morro do Camelinho	Gouveia – MG	1	mar/00	-
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	28,8	set/02	ago/29
Total		29,8		

Usinas Termelétricas (1)

Igarapé	Juatuba – MG	131	jan/05	ago/24
Ipatinga	Ipatinga – MG	40	nov/00	dez/14
Barreiro	Belo Horizonte – MG	12,9	fev/02	abr/23
Total		183,9		

Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas (1)

PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	9,8	set/01	set/31
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	315,04	jun/08	jun/43
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	6,86	nov/02	nov/32
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	4,41	dez/01	dez/31
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	5,88	out/02	out/32
PCH Jacaré	Rio Guanhães	4,41	out/02	out/32
Total		346,4		

Projetos em Andamento – Usinas Eólicas

Volta do Rio (2)	Aracajú – CE	42	dez/01	-
Praia de Morgado (2)	Aracajú - CE	28,8	dez/01	-
Total		70,8		

TOTAL GERAÇÃO**7.180,74****TRANSMISSÃO**

Rede Básica	Minas Gerais	jul/97	jul/15
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	out/00	out/30
Transleste – LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	fev/04	fev/34
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	mar/05	mar/35
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	mar/05	mar/35
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	jun/01	jun/31
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá – Açailândia	Pará/Maranhão	dez/02	dez/32
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	dez/02	dez/32
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	jun/01	jun/31
ECTE – LT Campos Novos – Blumenau	Santa Catarina	nov/00	nov/30
TAESA - TSN (3)	Goiás/ Bahia	dez/00	dez/30
TAESA – Munirah (4)	Bahia	fev/04	fev/34

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

TAESA – Gtesa (5)	Pernambuco/ Paraíba	jan/02	jan/32
TAESA – Patesa (6)	Rio Grande do Norte	dez/02	dez/32
TAESA – NVT (7)	Maranhão/Distrito Federal	dez/00	dez/30
TAESA – ETAU (8)	Santa Catarina/Rio G. do Sul	dez/02	dez/32
TAESA – ETEO (9)	São Paulo	mai/00	mai/30
TAESA – Brasnorte (10)	Mato Grosso	mar/08	mar/38
<i>Projetos em Andamento – Transmissão</i>			
Transchile – LT Charrua – Nova Temuco	Chile	mai/05	mai/28
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	mar/05	mar/35
EBTE	Mato Grosso	out/08	out/38

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações acionárias da CEMIG nas controladas e também nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 17.
- (2) A data de vencimento da concessão será de 20 anos após o início das operações.
- (3) TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.
- (4) Munirah Transmissora de Energia S.A.
- (5) Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.
- (6) Paraíso Açú Transmissora de Energia S.A.
- (7) NVT - Novatrans Energia S.A.
- (8) ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S.A.
- (9) ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.
- (10) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO			
Norte	Minas Gerais	abr/97	fev/16
Sul	Minas Gerais	abr/97	fev/16
Leste	Minas Gerais	abr/97	fev/16
Oeste	Minas Gerais	abr/97	fev/16
Light	Rio de Janeiro	jul/96	jun/26

Marca Cemig:

A marca Cemig está atualmente no 3º decênio. Uma marca tem validade enquanto houver pagamento dos decênios.

Concessões:

A Lei 9.074/1995, alterada pela Lei 10.848/2004, estabelece os prazo de duração dos contratos de concessão como se segue:

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Geração

As concessões de geração de energia elétrica anteriores a 11/12/2003 tem o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a 35 (trinta e cinco) anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato, podendo ser prorrogado por até 20 (vinte) anos, a critério do Poder Concedente, observadas as condições estabelecidas nos contratos.

As concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor da Lei 8.987/1995, sejam de geração, distribuição ou transmissão, são válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, admitindo-se prorrogação a critério do Poder Concedente e a pedido do concessionário.

As concessões de geração de energia elétrica, contratadas a partir da Medida Provisória nº 144, de 11/12/2003, terão o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a 35 (trinta e cinco) anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato.

Distribuição e Transmissão

Como no caso das concessões de geração, as concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor da Lei 8.987/1995 são válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga.

A Lei 9.074/1995 estabelece em seu art. 22 que as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 42 da Lei no 8.987, de 1995, poderão ser prorrogadas, desde que reagrupadas segundo critérios de racionalidade operacional e econômica, por solicitação do concessionário ou iniciativa do poder concedente. As concessões de distribuição da CEMIG foram reagrupadas em quatro áreas e prorrogadas até 2016. As concessões de transmissão da CEMIG foram prorrogadas até 2015.

As concessões de transmissão e de distribuição de energia elétrica, contratadas a partir da Lei 9.074/1995, tem o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a trinta anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato, podendo ser prorrogado no máximo por igual período, a critério do poder concedente, nas condições estabelecidas no contrato.

Novas Prorrogações

Os contratos de concessão de distribuição, geração e de transmissão assinados pela CEMIG contemplam a possibilidade de prorrogação da concessão, a pedido da concessionária e a critério do Poder Concedente.

Foi formado um grupo de trabalho no âmbito do CNPE para estudar a questão da prorrogação das concessões em geral e propor alternativas ao Governo Federal. Os estudos e conclusões do grupo ainda não foram publicados.

O detalhamento dos prazos atuais de nossas concessões encontram-se na tabela do item 9.1.a, acima.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**ii. território atingido**

A Cemig atua nos negócios de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, distribuição de gás e prestação de serviços de telecomunicações em Minas Gerais e, no caso de energia elétrica, em mais 14 estados brasileiros, além de implantar e operar uma linha de transmissão no Chile:

	Localização
CEMIG Distribuição S.A - Norte - CT-02/1997	Araçaí, Arinos, Augusto de Lima, Baldim, Bocaiúva, Bonfinópolis de Minas, Bonito de Minas, Botumirim, Brasília de Minas, Brasilândia de Minas, Buenópolis, Buritis, Buritizeiro, Cabeceira Grande, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Campo Azul, Capim Branco, Capitão Enéas, Catuti, Chapada Gaúcha, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Confins, Coração de Jesus, Cordisburgo, Couto de Magalhães de Minas, Cristália, Datas, Diamantina somente no Distrito de Felisberto Caldera, Dom Bosco, Engenheiro Navarro, Espinosa, Felício dos Santos, Felixlândia, Formoso, Fortuna de Minas, Francisco Dumont, Francisco Sá, Funilândia, Gameleiras, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icarai de Minas, Inhaúma, Itacambira, Itacarambi, Jaboticatubas, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitaiá, Jequitibá, João Pinheiro, Joaquim Felício, Josenópolis, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lagoa Grande, Lagoa Santa, Lassance, Lontra, Luislândia, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Matozinhos, Mirabela, Miravânia, Monjolos, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Montezuma, Morro da Garça, Natalândia, Nova Porteirainha, Olhos D'Água, Padre Carvalho, Pai Pedro, Paracatu, Paraopeba, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pedro Leopoldo, Pintópolis, Pirapora, Ponto Chique, Porteirainha, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Prudente de Moraes, Riachinho, Riacho dos Machados, Santa Fé de Minas, Santana de Pirapama, Santana do Riacho, Santo Hipólito, São Francisco, São Gonçalo do Rio Preto, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São José da Lapa, São Romão, Senador Modestino Gonçalves, Serranópolis de Minas, Sete Lagoas, Taquaraçu de Minas, Três Marias, Ubaí, Unai, Uruana de Minas, Urucua, Várzea da Palma, Varzelândia, Verdelandia e Vespaziano.
CEMIG Distribuição S.A - Sul CT-03/1997	Abre Campo, Acaiaca, Aguanil, Aiuruoca, Alagoa, Albertina, Alfenas, Alfredo Vasconcelos, Alterosa, Alto Rio Doce, Alvinópolis, Amparo da Serra, Andradas, Andrelândia, Antônio Carlos, Aracitaba, Arantina, Areado, Baependi, Bandeira do Sul, Barbacena, Barra Longa, Barroso, Belmiro Braga, Belo Vale, Bias Fortes, Bicas, Boa Esperança, Bocaina de Minas exceto a localidade de Maringá no Distrito de Mirantão, Bom Jardim de Minas somente o Distrito Sede, Bom Jesus da Penha, Bom Repouso, Bom Sucesso, Borda da Mata, Botelhos, Brás Pires, Brazópolis, Cabo Verde, Cachoeira de Minas, Caldas, Cambuquira, Campanha, Campestre, Campo Belo, Campo do Meio, Campos Gerais, Cana Verde, Candeias, Capela Nova, Caranaíba, Carandaí, Careaçú, Carmo da Cachoeira, Carmo de Minas, Carrancas, Carvalhópolis, Carvalhos, Casa Grande, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Caxambu, Chácara, Chiador, Cipotânea, Conceição da Barra de Minas, Conceição das Pedras, Conceição do Rio Verde, Conceição dos Ouros, Congonhal, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Consolação, Coqueiral, Cordislândia, Coronel Pacheco, Coronel Xavier Chaves, Cristais, Cristiano Otoni, Cristina, Cruzília, Delfim Moreira, Desterro do Mello, Diogo de Vasconcelos, Divisa Nova, Dom Silvério, Dom Viçoso, Dores de Campos, Dores do Turvo, Elói Mendes, Entre Rios de Minas, Espírito Santo do Dourado, Estrela Dalva, Ewbank da Câmara, Fama, Goianá, Gonçalves, Guapé, Guaraciaba, Guaranésia, Guarará, Guaxupé, Heliadora, Ibertioga, Ibitiúra de Minas, Ibituruna, Ijaci, Ilícinea,

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

	<p><i>Inconfidentes, Ingaí, Ipuiúna, Itabirito, Itajubá, Itamonte, Itanhandu, Itaverava, Itumirim, Itutinga, Jacutinga, Jeceaba, Jequeri, Jesuânia, Juíz de Fora, Juruiaia, Lagoa Dourada, Lambari, Lamim, Lavras, Liberdade, Lima Duarte, Machado, Madre de Deus de Minas, Mar de Espanha, Maria da Fé, Mariana, Maripá de Minas, Marmelópolis, Matias Barbosa, Minduri, Moeda, Monsenhor Paulo, Monte Belo, Muzambinho, Natércia, Nazareno, Nepomuceno, Nova Lima, Nova Resende, Olaria, Olímpio Noronha, Oliveira, Oliveira Fortes, Oratórios, Ouro Branco, Ouro Fino, Ouro Preto, Paiva, Paraguaçu, Paraisópolis, Passa Quatro, Passa Vinte, Pedra Bonita, Pedralva, Pedro Teixeira, Pequeri, Perdões, Piau, Piedade de Ponte Nova, Piedade do Rio Grande, Piranga, Piranguçu, Piranguinho, Pirapetinga somente no Distrito de Caiapó, Poço Fundo, Ponte Nova, Porto Firme, Pouso Alegre, Pouso Alto, Prados, Presidente Bernardes, Queluzita, Raposos, Raul Soares, Resende Costa, Ressaquinha, Ribeirão Vermelho, Rio Acima, Rio Casca, Rio Doce, Rio Espera, Rio Preto, Ritópolis, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santa Cruz do Escalvado, Santa Rita de Caldas, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita de Jagutinga, Santa Rita do Sapucaí, Santana da Vargem, Santana do Garambeú, Santana do Jacaré, Santana dos Montes, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Grama, Santos Dumont, São Bento Abade, São Brás do Suaçuí, São Gonçalo do Sapucaí, São João da Mata, São João Del Rei, São José do Alegre, São Lourenço, São Pedro da União, São Pedro dos Ferros, São Sebastião da Bela Vista, São Sebastião do Rio Verde, São Tiago, São Tomé das Letras, São Vicente de Minas, Sapucaí-Mirim, Sem-Peixe, Senador José Bento, Senhora de Oliveira, Senhora dos Remédios, Seritinga, Serrania, Serranos, Silvianópolis, Simão Pereira, Soledade de Minas, Teixeiras, Tiradentes, Tocos do Mogi, Três Corações, Três Pontas, Turvolândia, Urucânia, Varginha, Vermelho Novo, Viçosa exceto o Distrito de Cachoeira de Santa Cruz, Virgínia, Volta Grande, Wenceslau Braz.</i></p>
<p>CEMIG Distribuição S.A - Leste - CT- 04/1997</p>	<p><i>Açucena, Água Boa, Águas Formosas, Águas Vermelhas, Aimorés, Almenara, Alpercata, Alto Caparaó, Alvarenga, Alvorada de Minas, Angelândia, Araçuaí, Aricanduva, Ataléia, Bandeira, Bela Vista de Minas, Belo Horizonte, Belo Oriente, Berilo, Berizal, Bertópolis, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Cachoeira de Pajeú, Caeté, Caiana, Campanário, Cantagalo, Caparaó, Capelinha, Capitão Andrade, Caraiá, Carangola, Caratinga, Carbonita, Carlos Chagas, Carmésia, Catuji, Central de Minas, Chalé, Chapada do Norte, Coluna, Comercinho, Conceição de Ipanema, Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Conselheiro Pena, Coroaci, Coronel Fabriciano, Coronel Murta, Córrego Novo, Crisólita, Cuparaque, Curral de Dentro, Dionísio, Divino, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Divisa Alegre, Divisópolis, Dom Cavati, Dom Joaquim, Dores de Guanhães, Engenheiro Caldas, Entre Folhas, Esmeraldas, Espera Feliz, Faria Lemos, Felisburgo, Fernandes Tourinho, Ferros exceto nos Distritos Sede, Borbagato e Santa Rita do Rio do Peixe, Fervedouro, Francisco Badaró, Franciscópolis, Frei Gaspar, Frei Inocêncio, Frei Lagonegro, Fronteira dos Vales, Fruta de Leite, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Governador Valadares, Guanhães, Iapu, Imbé de Minas, Indaiabira, Inhapim, Ipaba, Ipanema, Ipatinga, Itabira, Itabirinha de Mantena, Itaipé, Itamarandiba, Itambacuri, Itambé do Mato Dentro, Itanhomi, Itaobim, Itinga, Itueta, Jacinto, Jaguarapu, Jampruca, Jenipapo de Minas, Jequitinhonha, Joáima, Joanésia, João Monlevade, Jordânia, José Gonçalves de Minas, José Raydan, Ladainha, Lajinha, Leme do Prado, Machacalis, Malacacheta, Mantena, Marilac, Marlieria, Mata Verde, Materlândia, Mathias Lobato, Medina, Mendes Pimentel, Mesquita, Minas Novas, Monte Formoso, Morro do Pilar, Mutum, Nacip Raydan, Nanuque, Naque, Ninheira, Nova Belém, Nova Era, Nova Módica, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Novorizonte, Orizânia, Ouro Verde de Minas, Padre Paraíso, Palmópolis, Passabém, Paulistas, Pavão, Peçanha, Pedra Azul, Periquito, Pescador, Piedade de Caratinga, Pingo D'Água,</i></p>

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

	<p><i>Pocrane, Ponto dos Volantes, Poté, Resplendor, Ribeirão das Neves, Rio do Prado, Rio Pardo de Minas, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Rubelita, Rubim, Sabará, Sabinópolis, Salinas, Salto da Divisa, Santa Bárbara, Santa Bárbara do Leste, Santa Cruz de Salinas, Santa Efigênia de Minas, Santa Helena de Minas, Santa Luzia, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Salto, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santana do Paraíso, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Jacinto, Santo Antônio do Retiro, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Domingos das Dores, São Domingos do Prata, São Félix de Minas, São Francisco do Glória, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João do Manteninha, São João do Oriente, São João do Paraíso, São João Evangelista, São José da Safira, São José do Divino, São José do Goiabal, São José do Jacuri, São José do Mantimento, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Anta, São Sebastião do Maranhão, São Sebastião do Rio Preto, Sardoá, Senhora do Porto, Serra dos Aimorés, Serro, Setubinha, Sobralia, Taiobeiras, Taparuba, Tarumirim, Teófilo Otoni, Timóteo, Tombos, Tumiritinga, Turmalina, Ubaporanga, Umburatiba, Vargem Alegre, Vargem Grande do Rio Pardo, Veredinha, Virgem da Lapa, Virginópolis e Virgolândia.</i></p>
<p><i>CEMIG Distribuição S.A - Oeste - CT-05/1997</i></p>	<p><i>Abadia dos Dourados, Abaeté, Água Comprida, Alpinópolis exceto o Distrito de São José da Barra, Araguari, Araporã, Arapuã, Araújos, Araxá, Arcos, Bambuí, Betim, Biquinhas, Bom Despacho, Bonfim, Brumadinho, Cachoeira Dourada, Camacho, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capetinga, Capinópolis, Capitólio, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Carneirinho, Cascalho Rico, Cássia, Cedro do Abaeté, Centralina, Claraval, Cláudio, Comendador Gomes, Conceição da Aparecida, Conceição das Alagoas, Conceição do Pará, Conquista, Contagem, Coromandel, Córrego Danta, Córrego Fundo, Crucilândia, Cruzeiro da Fortaleza, Delfinópolis, Delta, Desterro de Entre Rios, Divinópolis, Dores do Indaiá, Doresópolis, Douradoquara, Estrela do Indaiá, Estrela do Sul, Florestal, Formiga, Fortaleza de Minas, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guarda-Mor, Guimarães, Gurinhatã, Ibiá, Ibiraci, Ibirité, Igarapé, Igaratinga, Iguatama, Indianópolis, Ipiacu, Iraí de Minas, Itaguara, Itapagipe, Itapecerica, Itatiaiuçu, Itaú de Minas, Itaúna, Ituiutaba, Iturama, Jacuí, Japaraíba, Juatuba, Lagamar, Lagoa da Prata, Lagoa Formosa, Leandro Ferreira, Limeira do Oeste, Luz, Maravilhas, Mário Campos, Martinho Campos, Mateus Leme, Matutina, Medeiros, Moema, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Morada Nova de Minas, Nova Ponte, Nova Serrana, Onça do Pitangui, Paineiras, Pains, Papagaios, Pará de Minas, Passa Tempo, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pedra do Indaiá, Pedrinópolis, Pequi, Perdígão, Perdizes, Piedade dos Gerais, Pimenta, Piracema, Pirajuba, Pitangui, Piui, Planura, Prata, Pratápolis, Pratinha, Presidente Olegário, Quartel Geral, Rio Manso, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, Santo Antônio do Monte, São Francisco de Paula, São Francisco Sales, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gotardo, São João Batista do Glória, São Joaquim de Bicas, São José da Barra, São José da Varginha, São Roque de Minas, São Sebastião do Oeste, São Sebastião do Paraíso, São Tomaz de Aquino, Sarzedo, Serra da Saudade, Serra do Salitre, Tapira, Tapiraí, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas, Vargem Bonita, Varjão de Minas, Vazante e Veríssimo.</i></p>

<i>Empresa</i>	<i>Empreendimento</i>	<i>Localização</i>
<i>Light - CT-01/1996 - Geração</i>	<i>Usina Vigário Rio Pirai</i> <i>Usina Santa Cecília Rio Paraíba do Sul</i>	<i>Município de Pirai/RJ</i>

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

	<i>Usina Pereira Passos Ribeirão das Lajes</i>	
	<i>Usina Nilo Peçanha Rio Piraí</i>	
	<i>Usina Fontes (Nova) Rio Piraí</i>	
	<i>Usina Lajes (Fontes Velha) Ribeirão das Lajes</i>	
	<i>Usina Ilha Dos Pombos Rio Paraíba do Sul</i>	<i>Município de Carmo/RJ</i>
	<i>Usina Santa Branca Rio Paraíba do Sul</i>	<i>Município de Santa Branca, Estado de São Paulo</i>
<i>Light - CT- 01/1996 - Distribuição</i>	<i>Barra Do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Carmo (Sede), Comendador Levy Gasparian, Duque De Caxias (Sede E Distrito De Xerém), Engenheiro Paulo De Frontin, Itaguaí, Japeri Mendes, Miguel Pereira, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Paraíba Do Sul, Pati Do Alferes, Pinheral, Piraí, Quatis, Queimados, Rio Claro, Rio Das Flores, Rio De Janeiro, São João De Meriti, Sapucaia, Três Rios, Valença, Vassouras, Volta Redonda</i>	

<i>Empresa</i>	<i>Concessionária</i>	<i>Empreendimento</i>	<i>Localização</i>
<i>TBE- CT 088/2000</i>	<i>Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A</i>	<i>LT</i>	<i>SE Campos Novos - SE Blumenau</i>
<i>TBE- CT 095/2000</i>	<i>Novatrans Energia S/A - NOVATRANS</i>	<i>LT</i>	<i>SE Imperatriz - SE Colinas SE Colinas - SE Miracema SE Miracema - SE Gurupi SE Gurupi - SE Serra da Mesa SE Serra da Mesa - SE Samambaia</i>
<i>TBE-CT 042/2001</i>	<i>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A - EATE</i>	<i>LT</i>	<i>SE Tucuruí - SE Marabá SE Marabá - SE Açailândia SE Açailândia - SE Imperatriz</i>
		<i>SE</i>	<i>SE Açailândia</i>
<i>TBE- CT 043/2001</i>	<i>Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A - ETEP</i>	<i>LT</i>	<i>SE Tucuruí - SE Vila do Conde</i>
<i>TBE - CT 083/2002</i>	<i>ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S/A</i>	<i>LT</i>	<i>SE Vila do Conde (PA) - SE Santa Maria (PA)</i>
<i>TBE - CT 085/2002</i>	<i>ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S/A</i>	<i>LT</i>	<i>SE Seccionadora Tucuruí Ampliação (PA) - SE Marabá (PA)</i>

<i>Empresa</i>	<i>Concessionária</i>	<i>Empreendimento</i>	<i>Localização</i>
----------------	-----------------------	-----------------------	--------------------

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Taesa - CT 040/2000	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda.	LT	SE Taquaruçu - SE Assis
		LT	SE Assis - SE Sumaré
Taesa - CT 097/2000	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S/A	LT	SE Samambaia - SE Itumbiara
			SE Samambaia - SE Emborcação
Taesa CT 001/2002	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S/A	LT	SE Goianinha (PE) - SE Mussurú (PA)
Taesa -CT 087/2002	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S/A	LT	SE Paraíso (RN) - SE Açú (RN)
Taesa - CT 006/2004	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S/A	LT	SE Camaçari II (BA) - SE Sapeaçú (BA)

CT	Concessionária	Empreendimento	Localização
082/2002	ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A	LT	SE Campos Novos (SC) - SE Lagoa Vermelha (RS)
			SE Lagoa Vermelha (RS) - SE Santa Marta (RS)
			SE Marabá (PA) - SE Açailândia (MA)
009/2004	TRANSLESTE - Companhia Transleste de Transmissão	LT	SE Montes Claros (MG) - SE Seccionadora Irapé (MG)
004/2005	Centroeste - Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	LT	SE Furnas (MG) - SE Pimenta (MG)

Transchile Charrúa Transmisión SA	Tensão	Empreendimento	Localização
LT	220kV	LT Charrúa - Nueva Temuco	Charrúa - Nueva Temuco

CEMIG GT - CT 006/1997	Tensão	Empreendimento	Localização
LT	500kV	Emborcação/Nova Ponte LT	Araguari - Nova Ponte
LT	500kV	São Simão - Água Vermelha	São Simão (GO) - Iturama
LT	500kV	Jaguara / Ouro Preto 2	Sacramento - Bom Despacho
LT	500kV	Neves 1 / Mesquita	Contagem - Santa Luzia

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

LT	500kV	Nova Ponte / Jaguara	Sacramento – Nova Ponte
LT	500kV	Jaguara / Neves 1	Sacramento - Contagem
LT	500kV	S. Gotardo 2 / Neves 1	São Gotardo – Bom Despacho
LT	500kV	Emborcação / Itumbiara	Araguari - Araporã
LT	500kV	S. Simão / Jaguara	Sacramento–São Simão (GO)
LT	500kV	Emborcação / S. Gotardo 2	Araguari – São Gotardo
LT	345kV	Barreiro / Taquaril	Belo Horizonte- Nova Lima
LT	345kV	Neves 1 / Barreiro	Belo Horizonte, Contagem
LT	345kV	Jaguara / L.C. Barreto	Sacramento, Pedregulho (SP)
LT	345kV	Lafaiete / Ouro Preto 2	Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto
LT	345kV	Jaguara / Pimenta I e II	Sacramento, Pimenta
LT	345kV	Ouro Preto 2 / Taquaril	Sacramento, Pimenta
LT	345kV	Jaguara / Volta Grande	Sacramento, Conceição das Alagoas
LT	345kV	Barbacena 2 / Lafaiete	Barbacena, Conselheiro Lafaiete
LT	345kV	Pimenta / Barbacena 2	Barbacena, Pimenta
LT	345kV	Neves 1 / Três Marias	Contagem, Três Marias
LT	345kV	Pimenta / Taquaril	Pimenta, Nova Lima
LT	345kV	Taquaril / Neves 1	Contagem, Nova Lima
LT	345kV	Três Marias / São Gotardo 2	São Gotardo, Três Marias
LT	230kV	Mesquita/Gov. Valadares 2LT	Santa do Paraíso, Governador Valadares,
LT	345kV	Três Marias / Várzea da Palma	Três Marias, Várzea da Palma
LT	345kV	Barbacena 2 / Juiz de Fora 1	Barbacena – Juiz de Fora
LT	345kV	Várzea da Palma / Montes Claros 2	Várzea da Palma - Montes Claros
LT	345kV	Jaguara	Sacramento

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

		<i>Abaixadora / Intermediária</i>	
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Taquaril / Itabira 2</i>	<i>Itabira - Sabará</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Taquaril / Itabira 2 via Santa Luzia</i>	<i>Itabira - Sabará</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>João Monlevade 2 / Itabira 2</i>	<i>Itabira -Bela Vista de Minas</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Taquaril / Itabira 2 vial Barão de Cocais 2</i>	<i>Itabira - Barão de Cocais</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Mesquita / G. Valadares 2 LT2</i>	<i>Santana do Paraíso -Governador Valadares</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Itabira 2 / Ipatinga 1 via Salto Grande</i>	<i>Itabira - Açucena</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Ipatinga 1 / Acesita via Timóteo</i>	<i>Ipatinga - Timóteo</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Itabira 2 / João Monlevade 2</i>	<i>Itabira -Bela Vista de Minas</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Barão de Cocais 2 / São Bento Mineração</i>	<i>Barão de Cocais, Santa Bárbara</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>João Monlevade 2 / Ipatinga 1 via Nova Era 2</i>	<i>Itabira, Nova Era</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Mesquita / Usiminas</i>	<i>Santana do Paraíso , Ipatinga</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Ipatinga 1 / Usiminas</i>	<i>Ipatinga, Santana do Paraíso</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Nova Era 2 / ELETROVALE</i>	<i>Nova Era</i>
<i>LT</i>	<i>230kV</i>	<i>Ipatinga 1/ Mesquita LT1 e LT2</i>	<i>Ipatinga, Santana do Paraíso</i>

<i>CEMIG GT - CT 006/1997</i>	<i>Tensão</i>	<i>Empreendimento</i>	<i>Localização</i>
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>NEVES 1</i>	<i>Contagem</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Barbacena 2</i>	<i>Barbacena</i>
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>São Gotardo</i>	<i>São Gotardo</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Lafaiete</i>	<i>Conselheiro Lafaiete</i>
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>Mesquita</i>	<i>Santana do Paraíso</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Barreiro</i>	<i>Belo Horizonte</i>
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>Ouro Preto 2</i>	<i>Ouro Preto</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Taquaril</i>	<i>Sabará e Nova Lima</i>
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>Jaguara</i>	<i>Sacramento</i>

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

<i>SE</i>	<i>230kV</i>	<i>Governador Valadares 2</i>	<i>Governador Valadares</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Pimenta</i>	<i>Pimenta</i>
<i>SE</i>	<i>230kV</i>	<i>Conselheiro Pena</i>	<i>Conselheiro Pena</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Três Marias</i>	<i>Três Marias</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Juiz de Fora I</i>	<i>Juiz de Fora</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Várzea da Palma I</i>	<i>Várzea da Palma</i>
<i>SE</i>	<i>230kV</i>	<i>Itabira 2</i>	<i>Itabira</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Montes Claros 2</i>	<i>Montes Claros</i>
<i>SE</i>	<i>230kV</i>	<i>Ipatinga I</i>	<i>Ipatinga</i>
<i>SE</i>	<i>230kV</i>	<i>Barão de Cocais 2</i>	<i>Barão de Cocais</i>
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>Emborcação</i>	<i>Araguari</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Itutinga</i>	<i>Nazareno</i>
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>Jaguara</i>	<i>Sacramento</i>
<i>SE</i>	<i>230kV</i>	<i>João Molevade 2</i>	<i>João Molevade</i>
<i>SE</i>	<i>230kV</i>	<i>Nova Era 2</i>	<i>Nova Era</i>
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>Nova Ponte</i>	<i>Nova Ponte</i>
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>São Simão</i>	<i>São Simão (GO)</i>
<i>SE</i>	<i>230kV</i>	<i>Timóteo</i>	<i>Timóteo</i>
<i>SE</i>	<i>345kV</i>	<i>Volta Grande</i>	<i>Conceição das Alagoas</i>

<i>CEMIG GT - CT</i>	<i>Tensão</i>	<i>Empreendimento</i>	<i>Localização</i>
<i>079/2000</i>			
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>Itajubá 3</i>	<i>Itajubá</i>
<i>LT</i>	<i>345kV</i>	<i>Itajubá</i>	<i>Itajubá - Poços de Caldas</i>

<i>CEMIG GT</i>	<i>Tensão</i>	<i>Empreendimento</i>	<i>Localização</i>
<i>SE</i>	<i>230kV</i>	<i>Barão Cocais 3</i>	<i>Barão de Cocais</i>
<i>SE</i>	<i>500kV</i>	<i>Bom Despacho 3</i>	<i>Bom Despacho</i>
<i>SE</i>	<i>230kV</i>	<i>Porto Estrela</i>	<i>Acuçena</i>
<i>SE</i>	<i>230 kV</i>	<i>Sabará 3</i>	<i>Sabará</i>
<i>SE</i>	<i>500 kV</i>	<i>São Gonçalo do Pará</i>	<i>São Gonçalo do Pará</i>
<i>SE</i>	<i>500 kV</i>	<i>Vespasiano 2</i>	<i>Vespasiano</i>
<i>LT</i>	<i>500 kV</i>	<i>LT Bom Despacho 3</i>	<i>Bom Despacho, São Gonçalo do Pará</i>
		<i>São Gonçalo do Pará</i>	
<i>LT</i>	<i>500 kV</i>	<i>São Gonçalo do</i>	<i>São Gonçalo do Pará, Ouro Preto</i>

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

		Pará - Ouro Preto 2	
--	--	------------------------	--

<i>CEMIG GT - Usinas Hidrelétricas</i>	<i>Capacidade Instalada (MW)</i>	<i>Concessão ou Autorização</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Localização</i>
<i>São Simão</i>	<i>1.710,00</i>	<i>jan/65</i>	<i>jan/15</i>	<i>São Simão/ Rio Paranaíba</i>
<i>Emborcação</i>	<i>1.192,00</i>	<i>jul/75</i>	<i>jul/25</i>	<i>Araguari/ Rio Paranaíba</i>
<i>Nova Ponte</i>	<i>510</i>	<i>jul/75</i>	<i>jul/25</i>	<i>Nova Ponte/ Rio Araguari</i>
<i>Jaguara</i>	<i>424</i>	<i>ago/63</i>	<i>ago/13</i>	<i>Sacramento e Rifaina/ Rio Grande</i>
<i>Miranda</i>	<i>408</i>	<i>dez/86</i>	<i>dez/16</i>	<i>Indianópolis/ Rio Araguari</i>
<i>Três Marias</i>	<i>396</i>	<i>abr/58</i>	<i>jul/15</i>	<i>Três Marias/ Rio São Francisco</i>
<i>Volta Grande</i>	<i>380</i>	<i>fev/67</i>	<i>fev/17</i>	<i>Conceição das Alagoas/ Rio Grande</i>
<i>Irapé</i>	<i>360</i>	<i>jan/99</i>	<i>fev/35</i>	<i>Berilo e Grão Mogol/ Rio Jequitinhonha</i>
<i>Aimorés</i>	<i>161,7</i>	<i>jul/00</i>	<i>dez/35</i>	<i>Aimorés/ Rio Doce</i>
<i>Salto Grande</i>	<i>102</i>	<i>out/63</i>	<i>jul/15</i>	<i>Braúnas/ Rio Santo Antônio</i>
<i>Funil</i>	<i>88,2</i>	<i>out/64</i>	<i>dez/35</i>	<i>Perdões e Lavras/ Rio Grande</i>
<i>Queimado</i>	<i>86,625</i>	<i>nov/97</i>	<i>jan/33</i>	<i>Unai (MG) e Cristalina (GO)/ Rio Preto</i>
<i>Itutinga</i>	<i>52</i>	<i>jan/53</i>	<i>jul/15</i>	<i>Nazareno/ Rio Grande</i>
<i>Capim Branco I</i>	<i>50,526</i>	<i>ago/01</i>	<i>ago/36</i>	<i>Uberlândia e Araguari/ Rio Araguari</i>
<i>Capim Branco II</i>	<i>44,21</i>	<i>ago/01</i>	<i>ago/36</i>	<i>Uberlândia e Araguari/ Rio Araguari</i>
<i>Camargos</i>	<i>46</i>	<i>ago/58</i>	<i>jul/15</i>	<i>Itutinga/ Rio Grande</i>
<i>Porto Estrela</i>	<i>37,333</i>	<i>mai/97</i>	<i>jul/32</i>	<i>Braúnas, Joanésia e Açucena/ Rio Santo Antônio</i>
<i>Igarapava</i>	<i>30,45</i>	<i>mai/95</i>	<i>dez/28</i>	<i>Conquista e Sacramento/ Rio Grande</i>
<i>Piau</i>	<i>18,012</i>	<i>out/64</i>	<i>jul/15</i>	<i>Piau/ Rio Piau / Pinho</i>
<i>Gafanhoto</i>	<i>14</i>	<i>set/53</i>	<i>jul/15</i>	<i>Divinópolis/ Rio Pará</i>
<i>Sá Carvalho</i>	<i>78</i>	<i>dez/94</i>	<i>dez/24</i>	<i>Antônio Dias/ Rio Piracicaba</i>
<i>Rosal</i>	<i>55</i>	<i>mai/97</i>	<i>mai/32</i>	<i>Bom Jesus de Itabapoana (RJ) e São José do Calçado e Guaçuí (ES)/ Itabapoana - RJ</i>
<i>Pai Joaquim</i>	<i>23</i>	<i>abr/02</i>	<i>abr/32</i>	<i>Sacramento e Santa Juliana/ Rio Araguari</i>
<i>Salto Paraopeba</i>	<i>2,37</i>	<i>out/00</i>	<i>out/30</i>	<i>Jeceaba/ Rio Paraopeba</i>

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

<i>Machado Mineiro</i>	<i>1,72</i>	<i>jul/95</i>	<i>jul/25</i>	<i>Águas Vermelhas e São João do Paraíso/ Rio Pardo</i>
<i>Salto do Passo Velho</i>	<i>1,8</i>	<i>out/00</i>	<i>out/30</i>	<i>Xanxerê(SC)/ Rio Capecozinho</i>
<i>Salto do Voltão</i>	<i>8,2</i>	<i>out/00</i>	<i>out/30</i>	<i>Xanxerê (SC)/ Rio Capecozinho</i>
<i>PCH Cachoeirão</i>	<i>13,23</i>	<i>jul/00</i>	<i>jul/30</i>	<i>Alvarenga e Pocrane/ Rio Manhuaçu</i>
<i>UHE Baguari</i>	<i>47,6</i>	<i>ago/06</i>	<i>ago/41</i>	<i>Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Periquito, Sobrália, Iapu e Alpercata/ Rio Doce</i>
<i>Outras</i>	<i>96,844</i>	<i>Diversas</i>	<i>Diversas</i>	<i>-</i>
<i>Light - UHE Fontes Nova</i>	<i>17,2</i>	<i>jul/96</i>	<i>jun/26</i>	<i>Piraí (RJ)/ Ribeirão dos Lajes</i>
<i>Light - UHE Nilo Peçanha</i>	<i>49,514</i>	<i>jul/96</i>	<i>jun/26</i>	<i>Piraí (RJ)/ Ribeirão dos Lajes/</i>
<i>Light - UHE Pereira Passos</i>	<i>13,03</i>	<i>jul/96</i>	<i>jun/26</i>	<i>Piraí (RJ)/ Ribeirão dos Lajes</i>
<i>Light - UHE Ilha dos Pombos</i>	<i>23,845</i>	<i>jul/96</i>	<i>jun/26</i>	<i>Carmo (RJ)/ Rio Paraíba do Sul</i>
<i>Light - UHE Santa Branca</i>	<i>7,427</i>	<i>jul/96</i>	<i>jun/26</i>	<i>Santa Branca (SP)/ Rio Paraíba do Sul</i>

<i>CEMIG GT - Usinas Eólicas</i>	<i>Capacidade Instalada (MW)</i>	<i>Concessão ou Autorização</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Municípios</i>
<i>Morro do Camelinho</i>	<i>1</i>	<i>Mar/00</i>	<i>-</i>	<i>Gouveia (MG)</i>
<i>Praias do Parajuru</i>	<i>28,8</i>	<i>Set/02</i>	<i>ago/29</i>	<i>Berberibe (CE)</i>

<i>CEMIG GT - Usinas Termelétricas</i>	<i>Capacidade Instalada (MW)</i>	<i>Concessão ou Autorização</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Localização</i>
<i>Igarapé</i>	<i>131</i>	<i>jan/05</i>	<i>ago/24</i>	<i>Juatuba - MG</i>
<i>Ipatinga</i>	<i>40</i>	<i>nov/00</i>	<i>dez/14</i>	<i>Ipatinga - MG</i>
<i>Barreiro</i>	<i>12,9</i>	<i>fev/02</i>	<i>abr/23</i>	<i>Belo Horizonte - MG</i>

<i>CEMIG GT - Usinas Hidrelétricas em Andamento</i>	<i>Capacidade Instalada (MW)</i>	<i>Concessão ou Autorização</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Localização</i>
<i>PCH Pipoca</i>	<i>9,8</i>	<i>set/01</i>	<i>set/31</i>	<i>Caratinga e Ipanema</i>
<i>UHE Santo Antônio</i>	<i>315,04</i>	<i>jun/08</i>	<i>jun/43</i>	<i>Porto Velho</i>

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

<i>PCH Dores dos Guanhães</i>	6,86	nov/02	nov/32	<i>Dores de Guanhães</i>
<i>PCH Fortuna II</i>	4,41	dez/01	dez/31	<i>Guanhães e Virginópolis</i>
<i>PCH Senhora do Porto</i>	5,88	out/02	out/32	<i>Dores de Guanhães</i>
<i>PCH Jacaré</i>	4,41	out/02	out/32	<i>Dores de Guanhães e Senhora do Porto</i>

<i>CEMIG GT - Usinas Eólicas em Andamento</i>	<i>Capacidade Instalada (MW)</i>	<i>Concessão ou Autorização</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Localização</i>
<i>Volta do Rio (2)</i>	42	<i>dez/01</i>	-	<i>Acaraú (CE)</i>
<i>Praia de Morgado (2)</i>	28,8	<i>dez/01</i>	-	<i>Acaraú(CE)</i>

iii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos**Marca Cemig:**

Do ponto de vista operacional, a perda da marca pode acontecer caso não haja pagamento de seus decênios.

Concessões:

A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão. Além disso, conforme Art. 35 da mesma Lei, a concessão pode se extinguir por:

- advento do termo contratual – a reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido;*
- encampação – considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.*
- Caducidade – a inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais. A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

 - I. o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;*
 - II. a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;**

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

III. a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV. a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V. a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI. a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII. a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

- *rescisão – o contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.*
- *anulação; e*
- *falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.*

iv. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

Marca Cemig:

A força da marca Cemig está no relacionamento com clientes, acionistas, formadores de opinião (tais como mídia especializada, ambientalistas, ONGs, Prefeituras), investidores e empregados. A perda dos direitos sobre a marca traria prejuízos considerando o retorno que o proprietário obterá pelo fato de a marca ser sua propriedade, ou ainda, o retorno da contribuição líquida da marca ao negócio, agora e no futuro.

O seu valor econômico foi calculado pelo método baseado no Uso Econômico, a fim de conhecer o valor futuro do fluxo de lucro gerado por ela em função do pacto feito com clientes e demais stakeholders, sendo o cálculo baseado no valor descontado dos lucros futuros atribuídos à marca, segregando-se entre o lucro atribuído aos ativos tangíveis e intangíveis,

A determinação da contribuição da marca ao negócio vem sendo realizada, desde 2007, a partir de uma pesquisa quantitativa junto aos públicos, avaliando o desempenho da Marca Cemig nos seguintes drivers de valor: Credibilidade, Confiança & Solidez da empresa, Inovação e Tecnologia, Ética e Transparência, Qualidade, Práticas de Gestão, Desenvolvimentista, Imagem, Tarifa/Condições de Contrato, Suporte Técnico/Atendimento, Responsabilidade Socioambiental, Associação com o Estado.

Concessões:

No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

c. as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:**i. denominação social**CEMIG

- Cemig Geração e Transmissão S.A.
- Cemig Distribuição S.A.
- Sá Carvalho S.A.
- Rosal Energia S.A.
- Usina Térmica Ipatinga S.A.
- Horizontes Energia S.A.
- Usina Termelétrica Barreiro S.A.
- Central Termelétrica de Cogeração S.A.
- Cemig PCH S.A.
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.
- Cemig Capim Branco Energia S.A.
- Cemig Trading S.A.
- Efficientia S.A.
- Cemig Telecomunicações S.A.
- Cemig Serviços S.A.
- Light S.A.
- Companhia de Gás de Minas Gerais
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas
- Companhia Transleste de Transmissão
- Companhia Transudeste de Transmissão
- Companhia Transirapé de Transmissão
- Transchile Charrúa Transmisión S.A.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.

CEMIG GT

- Hidrelétrica Pipoca S.A.
- Guanhães Energia S.A.
- Madeira Energia S.A.
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.
- Cemig Baguari Energia S.A.
- Baguari Energia S.A.
- Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

- *Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.*
- *Central Eólica Praias de Parajuru S.A*
- *Central Eólica Praia do Morgado S.A*
- *Central Eólica Volta do Rio S.A*

ii. sedeCEMIG

- *Cemig Geração e Transmissão S.A. - Brasil*
- *Cemig Distribuição S.A. - Brasil*
- *Sá Carvalho S.A. - Brasil*
- *Rosal Energia S.A. - Brasil*
- *Usina Térmica Ipatinga S.A. - Brasil*
- *Horizontes Energia S.A. - Brasil*
- *Usina Termelétrica Barreiro S.A. - Brasil*
- *Central Termelétrica de Cogeração S.A. - Brasil*
- *Cemig PCH S.A. - Brasil*
- *Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. - Brasil*
- *Cemig Capim Branco Energia S.A. - Brasil*
- *Cemig Trading S.A. - Brasil*
- *Efficientia S.A. - Brasil*
- *Cemig Telecomunicações S.A. - Brasil*
- *Cemig Serviços S.A. - Brasil*
- *Light S.A. - Brasil*
- *Companhia de Gás de Minas Gerais- Brasil*
- *Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - Brasil*
- *Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Brasil*
- *Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - Brasil*
- *Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - Brasil*
- *Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - Brasil*
- *Companhia de Transmissão Centroeste de Minas - Brasil*
- *Companhia Transleste de Transmissão - Brasil*
- *Companhia Transudeste de Transmissão - Brasil*
- *Companhia Transirapé de Transmissão - Brasil*
- *Transchile Charrúa Transmisión S.A. - Chile*
- *Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. - Brasil*

CEMIG GT

- *Hidrelétrica Pipoca S.A. - Brasil*
- *Guanhães Energia S.A. - Brasil*
- *Madeira Energia S.A. - Brasil*
- *Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - Brasil*
- *Cemig Baguari Energia S.A. - Brasil*
- *Baguari Energia S.A. - Brasil*
- *Hidrelétrica Cachoeirão S.A. - Brasil*
- *Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Brasil*

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

- *Central Eólica Praias de Parajuru S.A - Brasil*
- *Central Eólica Praia do Morgado S.A - Brasil*
- *Central Eólica Volta do Rio S.A - Brasil*

iii. atividades desenvolvidas

CEMIG

- *Cemig Geração e Transmissão S.A. (participação de 100%), que realiza atividades geração e transmissão, e está em operação desde 1º de janeiro de 2005.*
- *Cemig Distribuição S.A. (participação de 100%), que realiza atividades de distribuição de energia, e está em operação desde 1º de janeiro de 2005.*
- *Sá Carvalho S.A. (participação de 100%), que gera e vende energia elétrica, e detém a concessão para operar a Usina Hidrelétrica Sá Carvalho, com capacidade instalada de 78MW. A usina iniciou suas operações em 1951 e sua concessão é válida até dezembro de 2024, mas pode ser prorrogada por um período de até 20 anos. A CEMIG adquiriu o controle acionário da Sá Carvalho S.A. junto à Acesita S.A. em dezembro de 2000.*
- *Rosal Energia S.A. (participação de 100%), que gera e vende energia elétrica, e detém a concessão para operar a usina hidrelétrica Rosal, com capacidade instalada de 55MW. Sua concessão é válida até maio de 2032, e pode ser estendida por um período de até 20 anos. A Rosal Energia foi constituída em outubro de 1999 e a usina iniciou suas operações em 30 de dezembro de 1999. A CEMIG adquiriu 100% das ações da Rosal Energia do Grupo Rede em dezembro de 2004.*
- *Usina Térmica Ipatinga S.A. (participação de 100%), que é uma sociedade de propósito específico gerando e vendendo energia elétrica na usina termelétrica e a vapor de Ipatinga, com capacidade instalada de 40MW. Esta companhia foi constituída em agosto de 2000, suas operações foram iniciadas em 1986, e [está emprestada], sem custos, para a CEMIG, por 15 anos, até dezembro de 2014.*
- *Horizontes Energia S.A. (participação de 100%), que gera e vende energia elétrica como uma produtora independente de energia, ou PIE, nas usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e nas usinas hidrelétricas de Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, com capacidade total instalada de 14,1MW. A Horizontes Energia S.A. foi constituída em abril de 2001.*
- *Usina Termelétrica Barreiro S.A. (participação de 100%), que é uma produtora independente de energia, ou PIE, que gera e vende energia elétrica proveniente da usina termelétrica Barreiro, com capacidade instalada de 12,9MW. A Usina Termelétrica Barreiro S.A. foi constituída em abril de 2001 e suas operações foram iniciadas em fevereiro de 2004, com sua concessão válida até 2023.*

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

- *Central Termelétrica de Cogeração S.A. (participação de 100%), que operou a usina termelétrica Barreiro, mas atualmente é uma companhia não operacional, uma vez que a operação da usina foi posteriormente transferida à companhia Usina Termelétrica Barreiro S.A. A Central Termelétrica de Cogeração S.A. foi constituída em julho de 2002.*
- *Cemig PCH S.A. (participação de 100%), é uma PIE que opera a pequena central hidrelétrica de Pai Joaquim de 23 MW e vendendo a energia produzida. A Cemig PCH S.A. foi constituída em outubro de 2001 e suas operações foram iniciadas em março de 2004 sob uma autorização que é válida até abril de 2032.*
- *Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (participação de 100%), que opera a pequena central hidrelétrica Pai Joaquim, entretanto atualmente é uma companhia não operacional, uma vez que a usina foi posteriormente transferida à Cemig PCH S.A. A Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. foi constituída em julho de 2002.*
- *Cemig Capim Branco Energia S.A. (participação de 100%), que opera as duas usinas do complexo de geração Capim Branco, por meio do Consórcio Capim Branco Energia. O complexo, renomeado como Complexo Amador Aguiar, tem capacidade potencial total instalada de 450 MW. A Cemig Capim Branco Energia S.A. foi constituída em maio de 2001 e a usina de Capim Branco I iniciou suas operações em fevereiro de 2006, e Capim Branco II, em março de 2007. As concessões são válidas até agosto de 2036.*
- *Cemig Trading S.A. (participação de 100%), que comercializa energia elétrica e foi constituída em julho de 2002.*
- *Efficientia S.A. (participação de 100%), que presta serviços de eficiência e otimização energéticas, consultoria e soluções, bem como serviços de operação e manutenção de instalações de fornecimento de energia. A Efficientia S.A. foi constituída em janeiro de 2002.*
- *Cemig Telecomunicações S.A. (participação de 100%), que presta serviços de telecomunicações e atividades relacionadas, por meio de redes multi-serviços que utilizam cabos de fibra ótica, cabos coaxiais e outros equipamentos eletrônicos. A companhia foi constituída em janeiro de 1999 como Empresa de Infovias S.A. e, em 2002, a CEMIG adquiriu uma participação na Empresa de Infovias S.A., detida pela AES.*
- *Cemig Serviços S.A. (participação de 100%) foi formada em abril de 2008 para prestar serviços relativos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.*
- *Light S.A. (participação de 25,53% do total de seu capital) As principais companhias controladas da Light S.A. são a Light Energia, geradora de energia elétrica, a Light Serviços de Eletricidade S.A., distribuidora de energia elétrica e a Light Esco Ltda., que opera na comercialização de energia elétrica e eficiência energética.*

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

- *Companhia de Gás de Minas Gerais (participação de 55,19%), transporta, distribui e vende gás natural. A Gasmig foi constituída em julho de 1986 e em dezembro de 2004, a CEMIG alienou 40% de sua participação na Gasmig para a Gaspetro, uma subsidiária integral da Petrobras e celebrou um acordo de acionistas com a Petrobras e Gaspetro. A Gasmig detém uma concessão para a distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Minas Gerais por um período de 30 anos, a partir de janeiro de 1993, podendo ser prorrogado.*
- *Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (participação de 49,98%), detentora de uma concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica para a linha de transmissão iniciada na Subestação de Tucuruí e finalizada na Subestação Vila do Conde no Estado do Pará. A ETEP foi constituída em março de 2001 e a CEMIG adquiriu sua participação na ETEP em agosto de 2006.*
- *Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (participação de 36,69%), detentora de uma concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, para duas linha de transmissão de 500 kV, sendo a primeira iniciada na Subestação de Tucuruí e finalizada na Subestação Marabá no Estado do Pará, e a segunda da Subestação de Marabá para a Subestação de Açailândia no Estado do Maranhão. A ENTE foi constituída em setembro de 2002 e a CEMIG adquiriu sua participação na ENTE em agosto de 2006.*
- *Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (participação de 36,69%), detentora de uma concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica para a linha de transmissão de 230 kV iniciada na Subestação Vila do Conde e finalizada na Subestação Santa Maria no Estado do Pará. A ERTE foi constituída em setembro de 2002 e a CEMIG adquiriu sua participação na ERTE em agosto de 2006.*
- *Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (participação de 49,98%), detentora de uma concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica para a linha de transmissão de 500 kV entre as subestações setorizadas de Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE foi constituída em março de 2001, e a CEMIG adquiriu sua participação na EATE em agosto de 2006.*
- *Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (participação de 13,37%), detentora de uma concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica para a linha de transmissão de 525 kV iniciada na Subestação Campos Novos e finalizada na Subestação de Blumenau no Estado de Santa Catarina. A ECTE foi constituída em agosto de 2000, e a CEMIG adquiriu sua participação na ECTE em agosto de 2006.*
- *Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (participação de 51,0%) atua na construção, implementação, operação e manutenção da linha de transmissão de 345 kV entre a subestação da usina hidrelétrica de Furnas e uma subestação localizada em Pimenta. A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas foi constituída em outubro de 2004 e o período da concessão da linha de transmissão Furnas-Pimenta é de 30 anos, a partir de março de 2005.*

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

- *Companhia Transleste de Transmissão (participação de 25,0%), construiu e opera a linha de transmissão de 345 kV ligando uma subestação em Montes Claros à subestação da usina hidrelétrica de Irapé. Esta companhia foi constituída em outubro de 2003 e iniciou suas operações em dezembro de 2005. O período de concessão da linha de transmissão Irapé-Montes Claros é de 30 anos, a partir de fevereiro de 2004.*
- *Companhia Transudeste de Transmissão (participação de 24,0%), construiu, opera e realiza a manutenção da linha de transmissão de 345 kV que vai de Itutinga a Juiz de Fora. A companhia foi constituída em outubro de 2004 e iniciou suas operações em fevereiro de 2007. O período de concessão da linha de transmissão Itutinga-Juiz de Fora é de 30 anos, a partir de março de 2005.*
- *Companhia Transirapé de Transmissão (participação de 24,5%), construiu, opera e realiza a manutenção da linha de transmissão de 230 kV Irapé-Araçuaí. A companhia foi constituída em dezembro de 2004 e iniciou suas operações em maio de 2007. O período de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, a partir de março de 2005.*
- *Transchile Charrúa Transmisión S.A. (participação de 49%), atua na construção, operação e manutenção da linha de transmissão de 220 kV Charrúa–Nueva Temuco, no Chile. Esta companhia foi constituída em julho de 2005. O período de concessão da linha é de 20 anos, a partir de maio de 2005 e poderá ser prorrogado por igual período. Suas operações comerciais foram iniciadas em janeiro de 2010.*
- *Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (participação de 49%), presta serviços completos de implementação e gestão de sistemas para companhias do setor de energia elétrica (geração, transmissão e distribuição). A companhia foi constituída em 27 de agosto de 2007 e iniciou suas operações no segundo semestre de 2008.*

CEMIG GT

- *Hidrelétrica Pipoca S.A. (participação de 49%), atua na construção, operação e venda da energia elétrica gerada pela usina hidrelétrica Pipoca, no Rio Manhuaçu, nos municípios de Caratinga e Ipanema. A companhia foi constituída em junho de 2004 e a CEMIG adquiriu sua participação em maio de 2008. A usina possui capacidade instalada de 20 MW, com início das operações da primeira unidade de geração previsto para agosto de 2010. A segunda e a terceira unidades de geração deverão iniciar em setembro de 2010 e outubro de 2010, respectivamente. Seu período de autorização é de 30 anos, a partir de setembro de 2001.*
- *Guanhães Energia S.A. (participação de 49%), atua na construção e operação das pequenas centrais hidrelétricas de Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, no município de Dores de Guanhães, e da usina Fortuna II, nos municípios de Guanhães e Virgíópolis, com capacidade total de 44 MW. Esta companhia foi constituída em junho de 2006 e a CEMIG adquiriu sua participação em outubro de 2007. O início da construção está planejado para 2010 e o início das operações está planejado para o segundo semestre de 2011. A autorização é para um período de 30 anos, tendo sido*

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

iniciado em 2001 para a Fortuna II, em outubro de 2002 para a Jacaré e Senhora do Porto e em novembro de 2002 para a Dores de Guanhões.

- *Madeira Energia S.A. (participação de 10%), sociedade de propósito específico, constituída em agosto de 2007 para construir, operar e realizar a manutenção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, por meio de sua subsidiária integral, Santo Antônio S.A.. A usina está sendo construída na bacia do Rio Madeira, na região Norte do Brasil. Ela terá capacidade de geração de 3.150 MW, e espera-se que o início das operações ocorra em 2012. Seu período de concessão é de 35 anos a partir de junho de 2008.*
- *Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (participação de 49%), constituída na forma de sociedade de propósito específico para construir, operar e realizar a manutenção da linha de transmissão de 481,6 milhas: duplo circuito Brasnorte-Juba, com 144,16 milhas, 230kV; duplo circuito Brasnorte-Parecis, com 65,87 milhas; duplo circuito Brasnorte-Juína com 133,59 milhas; circuito simples Nova Mutum-Sorriso, com 90,10 milhas e circuito simples Sorriso-Sinop com 47,85 milhas, 230kV, bem como as subestações de 230-138 kV de Parecis e Juína, com a finalidade de transmitir a energia elétrica gerada hidraulicamente pelos complexos Dardanelos e Juruena, bem como para reforçar o sistema de transmissão regional. O início da operação parcial está prevista para setembro de 2010.*
- *Cemig Baguari Energia S.A. (participação de 100%), que atua como um veículo de participação da CEMIG GT no consórcio da Usina Hidrelétrica de Baguari, operando a Usina Hidrelétrica de Baguari. A Cemig Baguari Energia S.A. foi constituída em julho de 2006 e a CEMIG posteriormente decidiu tomar parte no consórcio por meio da companhia Baguari Energia S.A.*
- *Baguari Energia S.A. (participação de 69,39%), que é uma sociedade de propósito específico constituída em abril de 2008 para operar a concessão de geração hidrelétrica da usina hidrelétrica Baguari (140 MW), por meio do Consórcio AHE Baguari, no qual possui 49% de participação. O período da concessão é de 35 anos, a partir de agosto de 2006. A primeira e a segunda unidades de geração iniciaram suas operações em 9 de setembro de 2009 e 26 de novembro de 2009, respectivamente. A terceira unidade de geração iniciou suas operações em 2 de março de 2010 e a última unidade de geração deverá iniciar operações em abril de 2010.*
- *Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (participação de 49%), construiu e opera a pequena central hidrelétrica Cachoeirão (PCH), no Rio Manhuaçu, nos municípios de Pocrane e Alvarenga, no Estado de Minas Gerais, com capacidade instalada de 27MW. Esta companhia foi constituída em janeiro de 2007 e iniciou suas operações em dezembro de 2008. Seu período de concessão é de 30 anos, a partir de julho de 2000.*
- *Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (participação de 48%) Sociedade anônima de capital aberto, que atua no setor de transmissão de energia elétrica. Atua em 11 estados do país através das seguintes sociedades por ela controladas ou das quais participa: TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU - Empresa de*

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Taesa Serviços Ltda.

- *Central Eólica Praias de Parajuru S.A (participação 49%) - Implantação, exploração e comercialização de energia elétrica, através de energia eólica. Geradora que compõe o parque eólico do Ceará, está instalada no município de Beberibe, a 110 km de Fortaleza e conta com 19 turbinas eólicas, totalizando uma potência instalada de 28,8MW.*
- *Central Eólica Praia do Morgado S.A (participação 49%) - Implantação, exploração e comercialização de energia elétrica, através de energia eólica. Geradora que compõe o parque eólico do Ceará, está instalada no município de Acaraú, a 250 km de Fortaleza e conta com 19 turbinas eólicas, totalizando uma potência instalada de 28,8MW*
- *Central Eólica Volta do Rio S.A (participação 49%) - Implantação, exploração e comercialização de energia elétrica, através de energia eólica. Geradora que compõe o parque eólico do Ceará, está instalada no município de Acaraú, a 250 km de Fortaleza e conta com 28 turbinas eólicas, totalizando uma potência instalada de 42MW*

iv. participação do emissor

CEMIG

- *Cemig Geração e Transmissão S.A. - participação de 100%*
- *Cemig Distribuição S.A. - participação de 100%*
- *Sá Carvalho S.A. - participação de 100 %*
- *Rosal Energia S.A. - participação de 100%*
- *Usina Térmica Ipatinga S.A. - participação de 100%*
- *Horizontes Energia S.A. - participação de 100%*
- *Usina Termelétrica Barreiro S.A. - participação de 100%*
- *Central Termelétrica de Cogeração S.A. - participação de 100%*
- *Cemig PCH S.A. - participação de 100%*
- *Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. - participação de 100%*
- *Cemig Capim Branco Energia S.A. - participação de 100%*
- *Cemig Trading S.A. - participação de 100%*
- *Efficientia S.A. - participação de 100%*
- *Cemig Telecomunicações S.A. - participação de 100%*
- *Cemig Serviços S.A. - participação de 100%*
- *Light S.A. - participação de 25,53% do total de seu capital*
- *Companhia de Gás de Minas Gerais - participação de 55,19%*
- *Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - participação de 49,98%*
- *Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - participação de 36,69%*
- *Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - participação de 36,69%*
- *Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - participação de 49,98%*
- *Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - participação de 13,37%*
- *Companhia de Transmissão Centroeste de Minas - participação de 51,0%*
- *Companhia Transleste de Transmissão - participação de 25,0%*
- *Companhia Transsudeste de Transmissão - participação de 24,0%*

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

- *Companhia Transirapé de Transmissão - participação de 24,5%*
- *Transchile Charrúa Transmisión S.A. - participação de 49%*
- *Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. - participação de 49%*

CEMIG GT

- *Hidrelétrica Pipoca S.A. - participação de 49%*
- *Guanhães Energia S.A. - participação de 49%*
- *Madeira Energia S.A. - participação de 10%*
- *Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - participação de 49%*
- *Cemig Baguari Energia S.A. - participação de 100%*
- *Baguari Energia S.A. - participação de 69,39%*
- *Hidrelétrica Cachoeirão S.A. - participação de 49%*
- *Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - participação de 48%*
- *Central Eólica Praias de Parajuru S.A - participação 49%*
- *Central Eólica Praia do Morgado S.A - participação 49%*
- *Central Eólica Volta do Rio S.A - participação 49%*

v. se a sociedade é controlada ou coligada**CEMIG**

- *Cemig Geração e Transmissão S.A. - subsidiária integral*
- *Cemig Distribuição S.A. - subsidiária integral*
- *Sá Carvalho S.A. - subsidiária integral*
- *Rosal Energia S.A. - subsidiária integral*
- *Usina Térmica Ipatinga S.A. - subsidiária integral*
- *Horizontes Energia S.A. - subsidiária integral*
- *Usina Termelétrica Barreiro S.A. - subsidiária integral*
- *Central Termelétrica de Cogeração S.A. - subsidiária integral*
- *Cemig PCH S.A. - subsidiária integral*
- *Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. - subsidiária integral*
- *Cemig Capim Branco Energia S.A. - subsidiária integral*
- *Cemig Trading S.A. - subsidiária integral*
- *Efficientia S.A. - subsidiária integral*
- *Cemig Telecomunicações S.A. - subsidiária integral*
- *Cemig Serviços S.A. - subsidiária integral*
- *Light S.A. - coligada*
- *Companhia de Gás de Minas Gerais - controlada*
- *Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - coligada*
- *Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - coligada*
- *Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - coligada*
- *Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - coligada*
- *Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - coligada*
- *Companhia de Transmissão Centroeste de Minas - controlada*
- *Companhia Transleste de Transmissão - coligada*
- *Companhia Transsudeste de Transmissão - coligada*
- *Companhia Transirapé de Transmissão - coligada*

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

- *Transchile Charrúa Transmisión S.A. - coligada*
- *Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. - coligada*

CEMIG GT

- *Hidrelétrica Pipoca S.A. - coligada*
- *Guanhães Energia S.A. - coligada*
- *Madeira Energia S.A. - coligada*
- *Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - coligada*
- *Cemig Baguari Energia S.A. - subsidiária integral*
- *Baguari Energia S.A. - coligada*
- *Hidrelétrica Cachoeirão S.A. - coligada*
- *Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - coligada*
- *Central Eólica Praias de Parajuru S.A - coligada*
- *Central Eólica Praia do Morgado S.A - coligada*
- *Central Eólica Volta do Rio S.A - coligada*

vi. se possui registro na CVMCEMIG

Possuem registro na CVM: a Light S.A., a Cemig Geração e Transmissão S/A e a Cemig Distribuição S/A e a Cemig Telecomunicações S/A.

CEMIG GT

Somente a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. possui registro na CVM

vii. valor contábil da participação

<i>Denominação Social</i>	<i>Valor contábil</i>	<i>Participação Capital</i>	<i>PL (R\$ mil) Posição dez-2009</i>
<i>Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE</i>	<i>R\$ 76.684,51</i>	<i>49,0%</i>	<i>156.499</i>
<i>Companhia Transleste de Transmissão</i>	<i>R\$ 15.144,75</i>	<i>25,0%</i>	<i>60.579</i>
<i>Companhia Transudeste de Transmissão</i>	<i>R\$ 9.587,04</i>	<i>24,0%</i>	<i>39.946</i>
<i>Companhia Transirapé de Transmissão</i>	<i>R\$ 7.262,05</i>	<i>24,5%</i>	<i>29.641</i>
<i>Companhia de Transmissão Centroeste de Minas</i>	<i>R\$ 16.252,37</i>	<i>51,0%</i>	<i>31.867</i>

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

<i>Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE</i>	R\$ 6.584,59	13,4%	49.249
<i>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE</i>	R\$ 129.769,86	36,4%	357.001
<i>Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP</i>	R\$ 36.116,74	40,2%	89.865
<i>Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE</i>	R\$ 57.856,46	36,7%	157.690
<i>Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE</i>	R\$ 9.555,91	36,7%	26.045
<i>Transchile Charrúa Transmisión S. A.</i>	CLP 6.509,82	49,0%	13.285
<i>Axxiom Soluções Tecnológicas S. A.</i>	R\$ 2.573,97	49,0%	5.253
<i>Baguari Energia S.A.</i>	R\$ 178.974,85	69,4%	257.926
<i>Hidrelétrica Cachoeirão S.A.</i>	R\$ 21.412,51	49,0%	43.699
<i>Guanhães Energia S.A.</i>	R\$ 9.607,92	49,0%	19.608
<i>Madeira Energia S. A.</i>	(R\$ 10.016,70)	10,0%	(100.167)
<i>Hidrelétrica Pipoca S. A.</i>	R\$ 18.194,19	49,0%	37.131
<i>Central Eólica Praias de Parajuru S.A.</i>	R\$ 34.659,88	49,0%	70.734
<i>Central Eólica Praia do Morgado S.A.</i>	R\$ 25.685,93	49,0%	52.420
<i>Central Eólica Volta do Rio S.A.</i>	R\$ 56.935,30	49,0%	116.194
<i>Transmissora Aliança de Energia S.A.</i>	R\$ 604.724,96	32,3%	1.873.954

viii. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulanteCEMIG

Light S.A. - R\$690.448.351 (R\$25,98 x 26.576.149) (conforme participação acionária em 31/12/2009)

CEMIG GT

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - R\$ 1.058.920.598,24 (conforme participação acionária em 31/12/2009)

ix. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábilCEMIG

Light S.A. - Valorização ou desvalorização da participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil: (%PL) 2007: R\$351.548.950 - 2008: R\$365.322.631 - 2009: R\$376.183.136

CEMIG GT

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Não se aplica, tendo em vista que a participação foi adquirida em 03/11/2009.

x. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizadosCEMIG

Light S.A. - Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado: 2007: R\$761.406.676 (R\$28,65 x 26.576.149) - 2008: R\$580.954.622 (R\$21,86 x 26.576.149) - 2009: R\$690.448.351 (R\$25,98 x 26.576.149)

CEMIG GT

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Não se aplica, tendo em vista que a participação foi adquirida em 03/11/2009.

xi. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociaisCEMIG

Dividendos recebidos pela Cemig nos últimos 3 exercícios

Empresa	2007	2008	2009
<i>Cemig Capim Branco Energia</i>	20.832.954,43	36.666.986,00	34.354.220,51
<i>Cemig PCH</i>	8.169.813,44	14.088.958,00	10.790.941,61
<i>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia</i>	18.334.769,08	13.580.087,51	7.445.904,18
<i>Empresa Catarinense de Transmissão de Energia</i>	3.067.457,87	1.302.040,95	2.023.502,94
<i>Efficientia</i>	202.300,00	173.825,00	2.550.925,43
<i>Empresa Norte de Transmissão de Energia</i>	7.353.673,06	11.665.644,24	12.696.622,86
<i>Empresa Regional de Transmissão de Energia</i>	1.400.766,44	2.492.585,78	1.779.424,51
<i>Empresa Paraense de Transmissão de Energia</i>	4.941.069,22	3.717.882,80	2.040.269,64
<i>Cia de Gás de Minas Gerais</i>	9.713.000,39	11.433.566,49	13.112.753,55
<i>Horizontes Energia</i>	8.192.050,06	7.323.250,00	7.487.784,53
<i>Infovias</i>	-	20.211.574,05	14.838.650,00
<i>Usina Termelétrica Ipatinga</i>	6.477.068,59	6.443.053,00	8.929.778,80
<i>Rio Minas Energia Participações</i>	67.652.019,21	72.287.125,96	77.456.503,19
<i>Rosal Energia</i>	17.742.557,49	17.410.724,00	18.877.468,05
<i>Sá Carvalho</i>	22.271.965,58	26.845.844,00	19.764.949,39
<i>Trading</i>	-	50.648,81	21.698.626,06

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

<i>Cia Transleste de Transmissão</i>	<i>1.913.973,67</i>	<i>1.798.594,15</i>	<i>1.724.029,33</i>
<i>Cia Transudeste de Transmissão</i>	<i>-</i>	<i>183.120,91</i>	<i>115.782,40</i>
	<i>198.265.438,53</i>	<i>247.675.511,65</i>	<i>257.688.136,98</i>

Valores em R\$ - Sem correção

xii. razões para aquisição e manutenção de tal participação

Ampliar a participação no segmento de atuação de energia elétrica, agregando valor à Companhia.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Redes de distribuição de energia	Brasil	MG	Todos da área de concessão da Cemig Distribuição S.A.	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CEMIG	Está atualmente no 3º decênio	Do ponto de vista operacional, a perda da marca pode acontecer caso não haja pagamento de seus decênios.	A força da marca Cemig está no relacionamento com clientes, acionistas, formadores de opinião, investidores e empregados. A perda dos direitos sobre a marca traria prejuízos considerando o retorno que o proprietário obterá pelo fato de a marca ser sua propriedade, ou ainda, o retorno da contribuição líquida da marca ao negócio, agora e no futuro. A determinação da contribuição da marca ao negócio vem sendo realizada, desde 2007, a partir de uma pesquisa quantitativa junto aos públicos, avaliando o desempenho da Marca Cemig nos seguintes drivers de valor: Credibilidade, Confiança & Solidez da empresa, Inovação e Tecnologia, Ética e Transparência, Qualidade, Práticas de Gestão, Desenvolvimentista, Imagem, Tarifa/Condições de Contrato, Suporte Técnico/Atendimento, Responsabilidade Socioambiental, Associação com o Estado.
Concessões	Usina Hidrelétrica de Salto Grande (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	até julho/2015	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
Concessões	Usina Hidrelétrica de Emborcação (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	até julho/2025	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Usina Hidrelétrica de Nova Ponte (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	até Julho/2025	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
Concessões	Usina Hidrelétrica de Aimorés (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	até Dezembro/2035	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
Concessões	Usina Hidrelétrica de São Simão (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	Até Junho/2015	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Usina Hidrelétrica de Jaguara (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	até Agosto/2013	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
Concessões	Usina Hidrelétrica de Volta Grande (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	até Fevereiro/2017	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
Concessões	Usina Hidrelétrica de Irapé (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	até Fevereiro/2035	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Usina Hidrelétrica de Três Marias (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	até Julho/2015	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
Concessões	Usina Hidrelétrica de Miranda (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	até Dezembro/2016	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
Concessões	Usina Termelétrica de Igarapé (através da Cemig Geração e Transmissão S.A.)	até Agosto/2024	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Redes de Distribuição de Energia- Regiões Sul-Minas Gerais (através da Cemig Distribuição S.A.)	até Fevereiro de 2016	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
Concessões	Redes de Distribuição de Energia- Regiões Leste-Minas Gerais (através da Cemig Distribuição S.A.)	até Fevereiro de 2016	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
Concessões	Redes de Distribuição de Energia- Regiões Oeste-Minas Gerais (através da Cemig Distribuição S.A.)	até Fevereiro de 2016	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Redes de Distribuição de Energia - Região Norte-Minas Gerais (através da Cemig Distribuição S.A.)	até Fevereiro de 2016	A Lei 8.987/1995 estabelece as condições que podem levar à perda dos direitos de uma concessionária sobre sua concessão. Seu Art. 27 estabelece que a transferência de Formulário de Referência – Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig 83 concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.	No caso de declaração de caducidade da concessão, o poder concedente não possui responsabilidade de qualquer espécie em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária. Quando da reversão no advento do termo contratual, o poder concedente deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Axiom Soluções Tecnológicas	09.182.985/0001-98	49,000000
Cemig Capim Branco Energia S.A.	04.432.851/0001-64	100,000000
Cemig Distribuição S/A	06.981.180/0001-16	100,000000
Cemig Geração e Transmissão S/A	06.981.176/0001-58	100,000000
Cemig PCH S.A.	04.739.936/0001-90	100,000000
Cemig Serviços S.A.	03.378.521/0001-75	100,000000
Cemig Telecomunicações S/A	02.983.428/0001-27	100,000000
Cemig Tranding S.A.	05.263.973/0001-37	100,000000
Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A	05.232.978/0001-00	100,000000
Central Termelétrica de Cogeração S.A.	05.238.054/0001-03	100,000000
Companhia de Gás de Minas Gerais	22.261.473/0001-85	55,190000
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	07.070.850/0001-05	51,000000
Companhia Transirapé de Transmissão	07.153.003/0001-04	24,500000
Companhia Transleste de Transmissão	05.974.828/0001-64	25,000000
Companhia Transudeste de Transmissão	07.085.630/0001-55	24,000000
Efficientia S.A.	04.881.791/0001-67	100,000000
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	04.416.935/0001-04	49,980000
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	03.984.987/0001-14	13,370000
Empresa Norte de Transmissão de Energia S/A	05.321.987/0001-60	36,690000

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A	04.416.923/0001-80	49,980000
Empresa Regional de Transmissão de Energia S/A	05.321.920/0001-25	36,700000
Horizontes Energia S.A.	04.451.926/0001-54	100,000000
Light S/A	03.378.521/0001-75	13,030000
Rosal Energia S/A	03.475.839/0001-74	100,000000
Sá Carvalho S/A	03.907.799/0001-92	100,000000
Transchile Charrúa Transmission S/A		49,000000
Usina Termelétrica Barreiro S.A.	04.451.907/0001-28	100,000000
Usina Térmica de Ipatinga S.A.	04.036.939/0001-67	100,000000

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) *Condições financeiras e patrimoniais gerais*

Comentário do exercício de 2009

A Cemig viveu, em 2009, uma extraordinária fase de realizações. Podemos afirmar, com certeza, que 2009 passa para a rica história da Empresa, como um marco, onde a nossa organização alcançou um novo patamar ao ampliarmos significativamente a nossa posição no setor de transmissão, com aquisições de participações na Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA, ampliação de participação no capital social do Grupo TBE, e na área de distribuição, com o incremento de nossa presença no capital da Ligth S.A. Somente esses três negócios representam investimentos superiores a R\$2 bilhões. Esses investimentos consolidam a Cemig como um dos maiores e principais grupos do setor de energia elétrica do Brasil e da América Latina. Em termos de Brasil, a Cemig encerra o ano como maior distribuidora em número de consumidores e km de linhas, terceira maior transmissora e terceira maior geradora.

É necessário destacar, em primeiro lugar, que essa expansão foi cuidadosamente planejada e está alinhada com o nosso Plano Diretor, sempre como o foco na orientação de crescer com sustentabilidade, ou seja, fazer uma expansão com rentabilidade, mantendo a solidez de nosso balanço e ampliando a nossa posição no cenário de energia elétrica do Brasil e com a firme posição de agregar valor para os nossos acionistas.

Em segundo lugar, cabe destacar que esse feito foi conseguido com êxito, em que pese o cenário caótico de crise que abalou as economias mundial e do Brasil no primeiro semestre de 2009. Cientes de que o momento era de oportunidade, a Cemig agiu com ousadia, mas sem perder, em nenhum momento, a responsabilidade de fazer negócios com a perspectiva de retorno seguro para a companhia e seus acionistas.

Terminamos 2009, ainda, como a maior comercializadora de energia elétrica do país. Mas, encerramos o exercício com um portfólio equilibrado de negócios. Para vencer a crise, cortamos custos, adotamos soluções financeiras inovadoras e driblamos a retração do mercado.

Como dissemos anteriormente, iniciamos o exercício sob os efeitos da crise internacional e deterioração das condições macroeconômicas, com a consequente restrição no crédito para as empresas, demanda interna mais fraca, queda no PIB e retração nos investimentos.

Nesse contexto de insegurança nossas operações foram afetadas. Observamos, por exemplo, uma redução em nosso mercado de consumidores industriais e também fomos bastante impactados pelos valores definitivos da revisão tarifária da Cemig Distribuição, nossa subsidiária.

Esses desafios, porém, foram vencidos, transformando 2009 num ano de oportunidades para Cemig.

Como empresa integrada, com negócios nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, conseguimos compensar a redução das operações de nossos consumidores industriais, através do aumento na venda para Distribuidoras no mercado regulado, em contratos de curto prazo e a preços mais vantajosos. Nossas vendas para esse segmento cresceram mais de 25%, e o faturamento consolidado do ano apresentou incremento de 1,4%.

Todos os contratos de nossa Geradora têm cláusulas de "take or pay" que asseguram a estabilidade de sua receita, mas nossas ações comerciais levaram à recolocação da energia contratada e não utilizada pelos nossos clientes livres, trazendo mais resultados para a Companhia e reforçando nossa vocação para suprir soluções em energia.

Esses resultados demonstram o sucesso da nossa atividade de comercialização e fazem da Companhia a maior fornecedora de energia para o mercado de consumidores livres do Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outro ponto a ser ressaltado é o nosso esforço na busca de redução dos custos operacionais. Continuamos com o Programa de Eficiência Operacional e com a implementação de iniciativas que contribuirão para melhorar nossas margens de rentabilidade nos próximos anos e para ampliar a geração de valor para os acionistas.

Entre as principais medidas adotadas, destacamos os programas de demissão incentivada, implementados em 2008 e 2009 e que contaram com a adesão de mais de 1.700 empregados. Essa diminuição no quadro de empregados terá um efeito positivo e permanente nas despesas e nos resultados da Companhia já a partir de 2010.

Em função dessas medidas, conseguimos superar a crise internacional e encerramos o ano com um lucro de R\$1.861 milhões, que ajustado pelos itens não recorrentes, alcança R\$2.020 milhões e representa um crescimento de 7,14% em relação ao ano anterior, quando também ajustado pelos itens não recorrentes. Da mesma forma, a geração de caixa, foi de R\$ 4 bilhões, medida pelo Lajida, e ajustada pelos itens não recorrentes, apresentou uma variação positiva de 4,7% em relação a 2008.

Tais resultados evidenciam que, em um cenário macroeconômico de menores incertezas, a Companhia está preparada para crescer de forma sustentável, mantendo o compromisso previsto no seu planejamento de ser uma das empresas consolidadoras do setor elétrico nacional.

Comentário do exercício de 2008

O ano de 2008 foi marcado por dois períodos bem distintos.

Até setembro de 2008 o País crescia de forma vigorosa e o consumo de energia elétrica acompanhava esse crescimento. O mercado de energia elétrica da Cemig Distribuição até o 3º trimestre de 2008, por exemplo, apresentava um crescimento de 7,15% em relação ao mesmo período do ano anterior. No cenário macroeconômico, ocorreu um aumento nas taxas de juros em função da pressão inflacionária, mas em contrapartida, havia um excesso de liquidez no mercado, o que permitia a captação de recursos pelas empresas com taxas atraentes.

A partir de setembro de 2008, com o acirramento da crise internacional e a piora das condições macroeconômicas nos Estados Unidos e Europa, ocorreu uma redução no crédito internacional, com reflexo também nas economias dos países em desenvolvimento e impactos negativos oriundos da redução da demanda e da restrição de investimentos.

Podemos afirmar que a CEMIG, apesar de também fazer parte desse ambiente de restrição de crédito e investimento, está conseguindo administrar os efeitos da crise de uma forma positiva. Fizemos em 2008 uma revisão dos nossos processos, com a identificação de ações que permitirão uma redução significativa nas despesas operacionais da Companhia, sendo que os resultados, que já serão materializados parcialmente em 2009, estão previstos para serem integralmente obtidos em 2010, após a implementação de todas as ações.

Encerramos o ano de 2008 com um saldo de caixa consolidado de R\$2,3 bilhões. A nossa dívida está perfeitamente equacionada, sendo que o vencimento no curto prazo, de R\$1,3 bilhão, está concentrado basicamente no 4º trimestre de 2009, quando imaginamos que terão sido reduzidas as restrições de crédito. De qualquer forma, a geração de caixa da Companhia permite que possam ser honrados os compromissos com os agentes financiadores em conformidade com as cláusulas contratuais sem maiores dificuldades. A dívida líquida da Companhia corresponde a geração de caixa de um ano, ou seja, uma posição confortável de liquidez.

No que se refere ao nosso desempenho econômico-financeiro, podemos afirmar que o ano de 2008 foi de bons resultados para a Companhia. Apesar da revisão tarifária da Cemig

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Distribuição, com uma redução de 12% na receita em abril de 2008, a Companhia apresentou um lucro de R\$1,9 bilhão e uma geração de caixa, medida através do Lajida, de R\$4,1 bilhões, resultados superiores em 8,1% e 0,6% em relação aos de 2007.

Apesar da crise internacional, a Companhia mantém a sua disposição prevista no seu planejamento estratégico de ser uma das empresas consolidadoras do setor elétrico nacional, sendo mantido o programa de investimentos previsto para o exercício de 2009.

Nossos investimentos em 2008 foram de R\$1,4 bilhão, um resultado expressivo decorrente em sua maior parte da expansão da distribuição dentro do Estado de Minas Gerais e os investimentos nas usinas de Baguari e Cachoeirão. Devem ser ressaltadas as aquisições anunciadas em 2008, mas cujo desembolso ocorrerá somente em 2009.

Adquirimos uma participação adicional no capital das empresas transmissoras de energia chamadas de TBE. Um investimento superior a R\$500 milhões, que dobrará a nossa participação no capital dessas transmissoras.

Outro investimento que tem um valor estratégico muito importante para a Companhia é a aquisição de três parques eólicos no Estado do Ceará, com início de atividades operacionais em março de 2009, no valor de R\$213 milhões. Somos a empresa que construiu a primeira usina eólica com geração comercial do Brasil, a usina do morro do Camelinho, localizada em Minas Gerais e essa aquisição representa a entrada da CEMIG de forma efetiva em um novo mercado de geração de energia elétrica, uma tendência mundial de busca de alternativas sustentáveis de geração de energia para os próximos anos.

Como preparação para o desenvolvimento de novas matrizes energéticas, criamos a Diretoria de Gás, responsável pela gestão das atividades da Gasmig e dos estudos a serem feitos nos próximos anos para prospecção de gás e petróleo no Estado de Minas Gerais e na região Nordeste. Essa prospecção visa alavancar a distribuição de gás em Minas Gerais e a construção de termoelétricas, como alternativa de suprimento de gás no atacado.

O mercado de capitais reconheceu a saúde financeira da Companhia e a sustentabilidade das nossas práticas corporativas. Em um ano onde praticamente todas as ações de empresas brasileiras apresentaram fortes quedas, as ações preferências da CEMIG tiveram uma variação positiva de 4,9% em comparação a variação negativa de 41% no Ibovespa. As ações ordinárias tiveram uma redução de 20%, ainda assim uma variação bem inferior a redução média da bolsa brasileira. Destacamos ainda que a agência de rating Moody's elevou a classificação de risco da CEMIG para uma posição considerada grau de investimento em nível mundial, o que atesta a excelência da qualidade de crédito da Companhia.

O reconhecimento internacional da sustentabilidade das nossas operações se materializou também na inclusão da CEMIG pela nona vez consecutiva no índice mundial Dow Jones de Sustentabilidade, sendo uma das empresas melhores avaliadas no setor de utilities. Outro reconhecimento importante foi a inclusão da CEMIG entre as empresas mundiais que integram o seletivo grupo do índice The Global Dow, lançado em novembro de 2008 nos Estados Unidos, com o objetivo de servir de referência para os mercados mundiais, de forma similar à do Índice Dow Jones da Bolsa de Nova York. O índice The Global Dow inclui 150 empresas de 25 países, consideradas como líderes mundiais, e do Brasil foram incluídas apenas três empresas, sendo a CEMIG uma delas. O índice representa ações de empresas que estão impulsionando a economia global hoje, bem como aquelas que devem ter esse papel no futuro.

No cenário nacional, o reconhecimento também foi feito pelos nossos clientes. Pelo terceiro ano consecutivo, a CEMIG foi uma das finalistas do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Cliente – Iasc. Na opinião dos consumidores entrevistados, a Cemig Distribuição ficou, mais uma vez, entre as três melhores concessionárias da região Sudeste, com mais de 400 mil consumidores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O ano de 2009 se apresenta com muitas incertezas no cenário internacional e também sobre como a economia brasileira será afetada pela crise mundial, com a restrição do crédito e da demanda. Ainda não sabemos a profundidade e duração dos efeitos desta crise sobre o País, mas entendemos que a CEMIG, com seu diversificado portfólio de negócios, suportada na sua disciplina financeira e nas práticas corporativas responsáveis, está posicionada para transformar em oportunidades as dificuldades deste período de turbulência, aproveitando a falta de liquidez no mercado para incrementar o seu programa de investimentos e de aquisições.

Comentário do exercício de 2007

Após a primeira onda de consolidação do setor, quando lideramos o processo através da aquisição da Light S.A., empresa de distribuição de energia elétrica e da TBE, grupo de cinco linhas de transmissão, iniciamos 2007 pela preparação de nossa empresa para enfrentar uma concorrência maior devido ao sucesso obtido em 2006.

Com a percepção positiva dos investimentos que fizemos, o mercado investidor despertou para as oportunidades de crescimento através de aquisições. Com isto, a dificuldade de se conseguir bons ativos aumentou significativamente, principalmente para nós que temos metas de retorno estabelecidas por nossos acionistas e consubstanciadas no nosso Plano Diretor e que visam garantir a sustentabilidade de nosso crescimento.

O grande desafio para 2008 é a retomada da posição de liderança do processo de consolidação e, para alcançá-la, foi necessário proceder algumas mudanças na condução de nosso Plano Diretor.

Primeiramente, procedemos algumas alterações em nosso estatuto buscando dar uma agilidade maior no processo decisório e uma estrutura organizacional mais adaptada ao novo contexto competitivo.

Reestruturamos o processo de planejamento estratégico para permitir que as mudanças conjunturais sejam incorporadas na medida de sua identificação. Este aspecto irá agregar uma maior dinamicidade na avaliação dos impactos causados pelas mudanças e comprometer um maior número de executivos no redirecionamento das iniciativas estratégicas para a consecução das metas estabelecidas no Plano Diretor.

Constituímos a Diretoria de Novos Negócios e a Diretoria de Comercialização visando dar flexibilidade e competitividade nos dois segmentos mais expostos aos mercados investidor e de comercialização de energia. Acreditamos que esta nova estrutura permitirá uma identificação mais eficaz das oportunidades em ambos mercados principalmente aquelas voltadas à aquisição de novos ativos e a da captura dos benefícios dela decorrentes.

Por outro lado, buscamos a excelência operacional de nossos ativos que também vão ser submetidos a uma revisão de processos visando torná-los mais eficientes e mais econômicos. Para isto vamos contratar uma empresa de consultoria de renome internacional que possa trazer novas práticas que, em conjunto com as práticas atuais, irão proporcionar redução de custos que agregarão não só grande valor aos nossos acionistas, mas também benefícios aos nossos consumidores atendidos pela nossa Distribuidora de Energia Elétrica.

Continuamos a implementar a nossa política de gestão do capital humano visando a adotar, de forma definitiva, uma melhor prática de remuneração de nossos empregados vinculando-a ao seu desempenho. Esta prática irá materializar os ganhos de eficiência obtidos pela revisão de projetos em aumentos de produtividade e lucratividade.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atingimos em 2007 um lucro líquido de R\$1,7 bi e a geração de caixa de R\$4,1 bilhões, medida pelo LAJIDA, o que assegura os recursos necessários para nossa expansão. No período de 2004 a 2007 superamos em 2,9% a meta de lucro líquido acumulado estabelecido no Plano Diretor.

Estes resultados nos colocam entre os melhores desempenhos do setor elétrico conforme havíamos projetado em nossas estimativas divulgadas ao mercado. Aliás, como poderão comprovar pelos relatórios que publicamos, todos os nossos indicadores estão em consonância com as metas de nosso Plano e os limites inscritos em nosso estatuto, o que preserva um dos pilares de nossa estratégia de crescimento que é a saúde financeira da empresa.

Destacamos os investimentos realizados que irão proporcionar ganhos adicionais tão logo madurem. Nos últimos cinco anos, investimos mais de R\$6,2 bilhões em nossas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Somente o Programa Luz para Todos, de universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica, representou investimentos de R\$1,6 bilhão no acumulado dos dois últimos anos. Esses investimentos se materializaram na ligação de 279 mil novos consumidores no exercício de 2007, o que permitiu a redução drástica do número de pessoas que vivem na área rural do estado de Minas Gerais sem acesso à energia elétrica.

Além dos investimentos em distribuição, investimos, de forma acentuada, em empreendimentos de transmissão e geração de energia elétrica. Entre esses projetos, deve ser destacada a participação da Companhia no consórcio vencedor do leilão referente à UHE Santo Antônio, primeira usina do Complexo do Rio Madeira, ocorrido em dezembro de 2007. Essa usina, com capacidade instalada de 3.150 MW, contribuirá, de forma significativa, para a garantia do suprimento de energia elétrica para o Brasil na próxima década e cuja entrada em operação está prevista para 2012. Para consecução de nossa estratégia de atuação no setor de geração de energia elétrica, é fundamental a presença na região amazônica, pois é lá que se localizam mais de 60% do potencial em novos projetos de expansão de geração de origem hidráulica.

Buscamos um aprimoramento constante de nosso relacionamento com os acionistas e investidores e, desta vez, vamos facilitar ainda mais o acesso dos investidores aos papéis da Companhia, com o início da negociação das ações ON na Bolsa de Valores de Nova Iorque, ocorrida em 12 de junho de 2007. Também procedemos ao grupamento de ações, levando à sua negociação em base unitária na BOVESPA e paridade com as ADRs na Bolsa de Nova Iorque além da negociação na Bolsa de Madrid - LATIBEX.

Nossas ações obtiveram o segundo maior valor de mercado entre as empresas do Setor Elétrico Brasileiro, em valores médios anuais. Ao final do ano o valor de mercado da Companhia montou a R\$ 16 bilhões, refletindo inquietações acerca da crise de crédito nos Estados Unidos, o risco da revisão tarifária e a incerteza quanto ao retorno do Projeto Santo Antonio. Com relação a este projeto, reasseguramos nossa confiança na decisão de investir certos de obter um retorno compatível com nossa política de investimentos. Infelizmente, em razão da existência de um acordo de confidencialidade, não foi possível dar a transparência requerida pelo mercado investidor. Assim que tal acordo permita, complementaremos as informações divulgadas e então todos poderão comprovar que nossa decisão está alinhada com nossa política de investimentos.

Temos confiança de que, por meio de práticas corporativas responsáveis e sustentáveis, aliadas ao nosso compromisso de agregar valor no longo prazo, nossos acionistas continuarão a ter um retorno adequado para os seus investimentos.

Um posicionamento que nos colocou, mais uma vez, entre as empresas líderes mundiais de acordo com o Índice Mundial de Sustentabilidade Dow Jones (Dow Jones Sustainability World Index). Fomos reconhecidos, ainda, como a melhor empresa no supersetor de concessionárias de serviço público, segmento que engloba empresas de energia elétrica, gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública em todo o mundo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

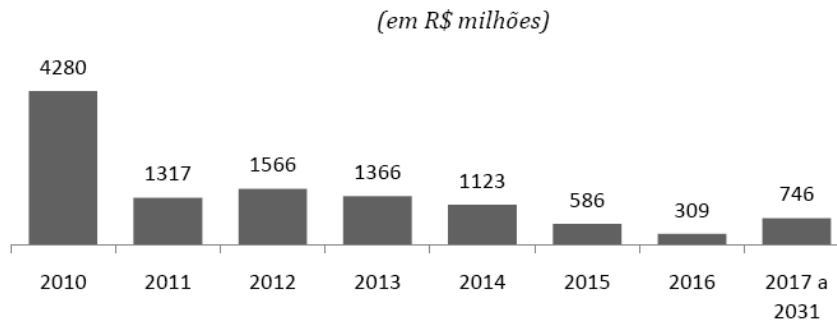
Além do reconhecimento internacional, que reafirma, mais uma vez, sua condição de empresa de classe mundial, fomos reconhecidos por nossos clientes como a melhor concessionária de energia elétrica da Região Sudeste do País, dentre as que possuem mais de 400 mil consumidores, pelo Prêmio Iasc 2006 – Índice Aneel de Satisfação do Consumidor.

Estamos conscientes dos desafios de 2008, cujo ambiente econômico será de muita incerteza e instabilidade, com destaque para a preocupação crescente com a garantia do fornecimento de energia elétrica nos próximos anos. Neste cenário, a CEMIG se apresenta como empresa-líder, investindo com rígida disciplina financeira, o que garante criação de valor, com fundamentos sólidos em seus negócios de geração, transporte e distribuição de eletricidade, pautados pela permanente atualização de acordo com as exigências do setor elétrico e das melhores práticas de gestão empresarial.

b) **Estrutura de capital:**

A Cemig tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2009, por um endividamento de aproximadamente R\$ 11,3 bilhões, com 37,90% e 62,10% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, sendo que 63,09% do endividamento de curto prazo já foi transferido para o longo através da 2ª emissão de debêntures simples da Cemig GT, ocorrida em 15 de janeiro de 2010 e totalmente subscrita em 10 de março de 2010. Já em 31 de dezembro de 2008, a estrutura de capital contemplava um endividamento de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões, com 17,43% e 82,57% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2007, a estrutura de capital contemplava um endividamento de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões, com 13,36% e 86,64% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente. Em vista disso, o endividamento da Cemig tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Empresa liquidez e flexibilidade operacional.

O endividamento da Cemig, posição em 31 de dezembro de 2009, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3 anos e pagamentos de até R\$1.600 milhões, aproximadamente, a partir de 2011, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Companhia

O custo médio da dívida da Cemig tem se reduzido ao longo dos anos (5,32% a.a. a preços constantes em 31 de dezembro de 2009, 8,98% a.a. em dezembro de 2008 e 7,94% a.a. em dezembro de 2007), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em CDI (72% do total, 70% em 2008 e 71% em 2007). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Empresa, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

INDICADORES \ EXERCÍCIOS SOCIAIS	2009	2008	2007
<i>EBITDA / Juros</i>	<i>5,05</i>	<i>4,22</i>	<i>4,53</i>
<i>Dívida Líquida / EBITDA</i>	<i>1,70</i>	<i>1,24</i>	<i>1,96</i>
<i>Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)</i>	<i>40%</i>	<i>43,99%</i>	<i>47,66%</i>

Fonte: Companhia

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Devemos destacar a capacidade de geração de caixa da Companhia. Em 2009, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$3.505 milhões de disponibilidades, enquanto que em 2008, foram gerados R\$2.968 milhões e em 2007, R\$3.208 milhões.

. O caixa da Companhia era de R\$4.425 milhões em 31 de dezembro de 2009 , R\$2.284 milhões em 31 de dezembro de 2008 e R\$2.066 milhões em 31 de dezembro de 2007.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2009 era de R\$6.868 milhões. Já em 31 de dezembro de 2008 a dívida líquida era de R\$5.061 milhões e em 31 de dezembro de 2007 era de R\$5.459 milhões. Nos 3 anos citados tais valores significam que a geração de caixa obtida em um período de 2 anos é superior ao saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

A dívida total está perfeitamente escalonada. Apesar da parcela de curto prazo, registrada nas Demonstrações Financeiras, ser de R\$4.280 milhões, a Companhia emitiu em 2010 debêntures não conversíveis que foram utilizadas para a amortização dessa dívida de curto prazo permitindo o escalonamento da dívida da Companhia em condições adequadas, perfeitamente ajustadas à geração de caixa da Companhia.

O passivo circulante é de R\$8.721 milhões em 31 de dezembro de 2009, R\$5.808 milhões em 31 de dezembro de 2008 e R\$5.876 milhões em 31 de dezembro de 2007. As principais obrigações referem-se aos empréstimos e financiamentos, dividendos, tributos e encargos regulatórios. Tais valores são inferiores ao ativo circulante da Companhia em cada ano, composto principalmente de caixa, contas a receber e ativos regulatórios.

Dessa forma, consideramos que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d) Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

Em 2009, foram captados R\$119 milhões na Cemig D, sendo R\$91 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, no âmbito da Resolução 2827 do BACEN, e R\$28 milhões através de financiamentos da Eletrobrás, para o Programa Reluz. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$56 milhões, através de aditivos a contratos existentes.

Na Cemig GT, foram captados R\$3.494 milhões, sendo R\$ 663 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, R\$130 milhões através de contratos celebrados com o BNDES e com a FINEP, para investimento na UHE Baguari e a realização de estudos de inventário de usinas, respectivamente, e R\$ 2.700 milhões através da emissão de Notas Promissórias, para utilização dos recursos na aquisição das ações da Terna Participações S.A. e outros investimentos. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$63 milhões, através de aditivos a contratos existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2008, foram captados R\$100 milhões na Cemig D, em condições bastante atrativas, através de um crédito do Banco do Nordeste. Os investimentos em distribuição contaram também com recursos da Eletrobrás, de quem foram captados pela Cemig D R\$76.472 mil, exceto recursos de subvenção (CDE), para o financiamento do Programa Luz para Todos, do Programa Cresceminas e do Projeto Reluz. Na Cemig GT, vale destacar em 2008 a aprovação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES da concessão de um financiamento no valor de R\$122 milhões em moeda corrente para a Cemig GT, para utilização dos recursos no reembolso de aportes realizados e em futuros aportes na Baguari Energia S.A., uma empresa de propósito específico com 69,39% de participação acionária da Cemig GT e 30,61% de Furnas, juntas participando em 49% de um Consórcio com a empresa Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., da Neoenergia, para a construção da UHE Baguari, com potência instalada de 140 MW e investimentos da ordem de R\$ 500 milhões.

Em 2007, a captação de recursos de terceiros pela Cemig D apoiou-se em operações com o mercado de capitais, na forma de commercial papers e debêntures, suportadas por garantias firmes de colocação dos títulos pelas instituições financeiras. Tais operações visaram o pagamento de dívidas vincendas e à recomposição do caixa em função das dívidas pagas ao longo do ano. A elevada liquidez favoreceu a contratação de operações em condições bastante satisfatórias. Destaque para a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária e Série Única, no valor de R\$400 milhões, integralizada em dezembro. Aos recursos acima somam-se os recursos captados pela CEMIG Distribuição S.A. junto à Eletrobrás para o financiamento do Programa Luz para Todos e do Projeto Reluz, no total de R\$159 milhões (exceto recursos da CDE). Já a CEMIG Geração e Transmissão realizou, em 21 de dezembro de 2007, sua 2ª Emissão de Notas Promissórias (Commercial Papers) no valor total de R\$200 milhões, com vencimento em 180 dias.

e) **Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez**

Deve-se atentar para o fato de ser a Cemig uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público. A mesma restrição se aplica também a suas subsidiárias, que, indiretamente, têm controle estatal.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2827, de 30/03/2001, do Banco Central, restam à Cemig as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;*
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);*
- Financiamento para importação;*
- Financiamento de agências multilaterais;*
- Financiamentos da Eletrobrás e de órgãos de fomento;*
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.*

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

A importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da empresa reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

na estrutura de capital da empresa, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à empresa acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Empresa e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da empresa.

Nesse sentido, deve-se observar as seguintes orientações:

- *Aproveitar as condições favoráveis de mercado*

Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Empresa, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.

- *Manter alongado o cronograma de amortização da dívida*

Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Empresa, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.

- *Reduzir o custo financeiro*

Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Empresa, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.

- *Otimizar a exposição à moeda estrangeira*

Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Empresa. A Cemig, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge (Ver Política de Hedge da Cemig) não represente risco financeiro material para a Empresa.

- *Manter coerência com o Plano Diretor da Empresa*

A Cemig tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a saúde financeira da Empresa. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da Cemig, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da Empresa serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / EBITDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros.

- *Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores*

Não menos importantes são as percepções de risco do mercado, o qual define parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Empresa e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Empresa parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Empresa em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. O órgão regulador (ANEEL) também impõe alguns parâmetros financeiros a serem seguidos para o reconhecimento da base de remuneração tarifária da Empresa, que é revisada de 5 em 5 anos.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos Financeiros Relevantes da CEMIG

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor da CEMIG, numa visão consolidada (considerando a participação em controladas e coligadas), com relação aos contratos financeiros era de R\$11,3 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a CEMIG figurava como parte em 31 de dezembro de 2009 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado 2009		
				Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6,00	US\$	21.910	65.295	87.205
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	-	-	-
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	9.286	57.489	66.775
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	-	-	-
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.957	4.189	7.146
BNP Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	10.169	-	10.169
KFW	2016	4,50	EURO	1.654	9.923	11.577
UNIBANCO S.A (6)	2009	6,50	US\$	-	-	-
UNIBANCO S.A (7)	2009	5,50	US\$	-	-	-
UNIBANCO S.A (8)	2009	5,00	US\$	-	-	-
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	1.820	11.190	13.010
Santander do Brasil S.A. (13)	2009	7,00	US\$	9.583	-	9.583
Banco do Brasil S.A. (13)	2009	8,66	US\$	2.429	-	2.429
Banco Inter Americano del Desarrollo (13)	2026	4,20	US\$	84	31.499	31.583
Outros	2025	Diversas	Diversas	7.678	4.111	11.789
Dívida em Moeda Estrangeira				67.570	183.696	251.266
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	75.156	-	75.156
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	41.162	79.214	120.376
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	261.674	502.786	764.460
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	30.809	81.958	112.767
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	7.978	126.000	133.978
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	19.007	1.200.000	1.219.007
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	85.811	225.648	311.459
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	407	3.473	3.880
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	54.427	-	54.427
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.473	75.987	102.460
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	5.247	118.912	124.159
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	456	1.365	1.821
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	109.349	282.940	392.289
Bradesco S.A. (23)	2010	113,00 do CDI	R\$	2.742.383	-	2.742.383
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	-	-	-
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	3.365	238.816	242.181
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (12) (15)	2031	IGP-M	R\$	-	37.053	37.053
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	18.151	300.548	318.699
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.488	444.458	445.946
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.323	35.942	48.265
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	45.529	307.812	353.341
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	20.900	59.756	80.656
UNIBANCO S.A	2009	CDI + 2,98	R\$	-	-	-
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	86.915	231.963	318.878
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	37.851	-	37.851
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	23.358	55.189	78.547
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	146.553	804.453	951.006
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R\$	692	9.039	9.731
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.731	25.501	28.232
UNIBANCO S.A (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	715	6.437	7.152
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	1.052	11	1.063
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	11.202	113.337	124.539
Debêntures VI (10)	2011	115% do CDI	R\$	311	38.579	38.890
CCB Bradesco S.A (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	1.092	58.646	59.738
ABN AMRO Real S.A. (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	10.765	-	10.765
Banco Itaú – BBA S.A (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	575	6.194	6.769
BNDES – FINEM (10)	2019	TJLP	R\$	11.003	60.551	71.554

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	571	6.138	6.709
UNIBANCO S.A. (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	192	2.069	2.261
Unibanco S.A. (16)	2022	IGPM + 9,85	R\$	408	3.956	4.364
BNDES (17)	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	134.660	134.660
Debêntures (17)	2013	IPCA	R\$	-	161.824	161.824
BNDES – Repasse	2033	TJLP	R\$	-	108.562	108.562
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2022	Diversas	R\$	44.489	229.424	273.913
BNDES (18)	2024	TJLP + 2,50	R\$	-	25.248	25.248
CEF S.A (19)	2022	TJLP + 3,50	R\$	4.789	59.381	64.170
CEF S.A (20)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.026	51.096	56.122
CEF S.A (21)	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.541	82.416	88.957
BNDES (22)	2018	Diversas	R\$	35.169	268.664	303.833
Sindicato de Bancos (22)	2010	CDI + 1,50	R\$	180.472	-	180.472
BNDES (24)	2016	TJLP + 3,12	R\$	4.940	118.112	123.052
Outros	2025	Diversas	R\$	32.615	45.441	78.056
Dívida em Moeda Nacional				4.212.122	6.829.559	11.041.681
Total Geral Consolidado				4.279.693	7.013.254	11.292.947

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;

(2) Empréstimo da controladora;

(3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;

(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº15;

(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da Light;

(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras do grupo TBE;

(12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;

(13) Financiamento da Transchile;

(14) Financiamento de Cachoeirão;

(15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;

(16) Empréstimos e financiamentos consolidados da Lumitrans, subsidiária da EATE;

(17) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;

(18) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.;

(19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.;

(20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.;

(21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A.;

(22) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA;

(23) 3ª Emissão de Nota Promissória da Cemig GT;

(24) Empréstimos e financiamentos da GASMIG.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor da CEMIG, numa visão consolidada (considerando a participação em controladas e coligadas), com relação aos contratos financeiros era de R\$7,3 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a CEMIG figurava como parte em 31 de dezembro de 2008 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado 2008		
				Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	175	116.850	117.025
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	17.391	-	17.391
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	14.637	79.231	93.868
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	100.160	-	100.160
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.903	9.016	12.919
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	27.665	13.570	41.235
KFW	2016	4,50	EURO	2.136	14.951	17.087
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	11.044	-	11.044
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	4.796	-	4.796
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	20.141	-	20.141
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,45	US\$	-	-	-
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	5.419	34.490	39.909
Santander (13)	2009	7,00	US\$	6.118	-	6.118
Banco do Brasil (13)	2009	8,66	US\$	3.217	-	3.217
Banco InterAmericano del Desarrollo (13)	2026	4,20	US\$	220	42.798	43.018
Outros	2025	Diversas	Diversas	12.014	6.932	18.946
Dívida em Moeda Estrangeira				229.036	317.838	546.874
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	241	75.000	75.241
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	121.038	-	121.038
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	5.044	109.277	114.321
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	11.596	126.000	137.596
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	29.705	1.200.000	1.229.705
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	-	-	-
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	-	-	-
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	15.844	304.337	320.181
HSBC Bank Brasil S.A.	2008	CDI + 2,00	R\$	-	-	-
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	84	54.372	54.456

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	1.685	101.315	103.000
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	-	-	-
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	-	-	-
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R\$	21.948	379.073	401.021
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	357.472	0	357.472
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	5.134	238.816	243.950
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (12) (15)	2031	IGP-M	R\$	-	32.936	32.936
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	18.853	305.788	324.641
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.428	426.356	427.784
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.366	48.433	60.799
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	45.333	324.299	369.632
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.446	79.673	81.119
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	107.081	-	107.081
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	13.351	309.285	322.636
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	74.029	30.921	104.950
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	6.741	73.587	80.328
Caixa Econômica Federal	2008	101,50 do CDI	R\$	-	-	-
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	132.377	857.903	990.280
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R\$	695	9.677	10.372
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	1.756	27.038	28.794
Unibanco S.A. (14)	2021	TJLP + 2,55	R\$	445	3.617	4.062
BNDES – FINEM (10)	2014	TLJP + 4,30	R\$	15.170	93.096	108.266
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	4.102	1.945	6.047
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	11.279	234.443	245.722
CCB Bradesco (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	3.504	112.500	116.004
ABN Amro (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	980	20.000	20.980
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	100	3.153	3.253
Unibanco (16)	2021	TJLP + 4,55	R\$	261	1.062	1.323
Banco Itaú (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	274	3.180	3.454
Unibanco S.A. (16)	2022	IGPM + 9,85	R\$	214	2.025	2.239
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	21.903	133.581	155.484
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	7.633	24.064	31.697
Dívida em Moeda Nacional				1.051.112	5.746.752	6.797.864
Total Geral Consolidado				1.280.148	6.064.590	7.344.738

Em 2008, com a aplicação do Pronunciamento CPC 12, que estabeleceu os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo na elaboração de Demonstrações Contábeis, o Emissor fez a análise dos seus ativos e passivos que deveriam ser ajustados ao valor presente e identificou determinados financiamentos e debêntures, que foram ajustados em função do citado CPC. Todos os itens ajustados eram pertencentes à Cemig GT e à Light.

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;

(2) Empréstimo da controladora;

(3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;

(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;

(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da Light;

(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;

(12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(13) Financiamento da Transchile.

(14) Financiamento de Cachoeirão;

(15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;

(16) Empréstimos e financiamentos consolidados da Lumitrans, subsidiária da EATE;

(17) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia.

(18) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A

(19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A

(20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.a..

(21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A.

(22) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA

(23) Nota Promissória da Companhia

(24) Empréstimos e financiamentos da GASMIG

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor da CEMIG, numa visão consolidada (considerando a participação em controladas e coligadas), com relação aos contratos financeiros era de R\$7,6 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a CEMIG figurava como parte em 31 de dezembro de 2007 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado 2007		
				Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	74	88.565	88.639
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	13.263	12.842	26.105
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	12.526	80.095	92.621
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	47	61.436	61.483

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.220	10.169	13.389
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	21.388	30.855	52.243
KFW	2016	4,50	EURO	1.721	13.764	15.485
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	115	8.256	8.371
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	25	3.611	3.636
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	66	15.202	15.268
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,45	US\$	5.615	-	5.615
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	4.632	30.886	35.518
Deustsche Bank (10)	2010	Libor + 4,35	US\$	-	-	-
J. P. Morgan – Tranches A/B/C (10)	2012	Libor + 3,00	US\$	-	-	-
Banco InterAmericano del Desarrollo (13)	2026	6,34	US\$	21.896	-	21.896
Outros	2025	Diversas	Diversas	7.797	8.476	16.273
Dívida em Moeda Estrangeira				92.385	364.157	456.542
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	133	75.000	75.133
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	1.709	118.822	120.531
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	4.211	109.277	113.488
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	10.161	126.000	136.161
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	23.732	1.200.000	1.223.732
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	179.846	-	179.846
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	40.850	-	40.850
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	14.033	304.338	318.371
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R\$	61.275	-	61.275
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	2.709	54.372	57.081
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.237	101.316	106.553
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	44.961	-	44.961
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	25.820	-	25.820
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R\$	18.631	379.073	397.704
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	6.402	349.556	355.958
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	4.084	238.816	242.900
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (12)	2030	IGP-M	R\$	-	145.705	145.705
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (2)	2031	IGP-M	R\$	-	-	-
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	16.452	278.217	294.669
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.220	400.719	401.939
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	19.219	59.665	78.884
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	47.046	290.576	337.622
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.124	79.673	80.797
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	2.514	104.095	106.609
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	10.502	309.285	319.787
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	5.735	73.587	79.322
Caixa Econômica Federal	2008	101,50 do CDI	R\$	200.425	-	200.425
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	116.851	873.535	990.386
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R\$	699	10.315	11.014
BNDES – FINEM (10)	2014	TJLP + 4,30	R\$	232	60.642	60.874
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	4.310	7.142	11.452
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	18.170	237.500	255.670
BNDES – Recuperação de margem (10)	2007	SELIC + 1,00	R\$	-	-	-
CCB Bradesco (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	2.662	112.500	115.162
Bradesco Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R\$	-	-	-
Banco Itaú Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R\$	-	-	-
Unibanco Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R\$	-	-	-
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	18.845	122.676	141.521
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	18.056	32.234	50.290
Dívida em Moeda Nacional				927.856	6.254.636	7.182.492
Total Geral Consolidado				1.020.241	6.618.793	7.639.034

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;

(2) Empréstimo da controladora;

(3) a (8) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;

(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº14;

(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);

(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;

(12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(13) Financiamento da Transchile.

(14) Financiamento de Cachoeirão;

(15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;

(16) Empréstimos e financiamentos consolidados da Lumitrans, subsidiária da EATE.

Segue abaixo breve descrição do principal empréstimo da CEMIG, numa visão da controladora:

Unibanco

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 03 de junho de 2005, a CEMIG firmou com o Unibanco contrato de empréstimo, no valor de R\$ 73,6 milhões, cujos recursos foram destinados à liquidação antecipada do contrato de compra e venda de ações da Sá Carvalho S.A. Sobre o principal incidem juros compreendendo a variação de CDI mais spread de 1,7% a.a. O vencimento final está previsto para abril de 2013, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2010. O saldo devedor desse empréstimo era de R\$78,5 milhões em 31/12/2009, R\$80,3 milhões em 31/12/2008 e R\$79,3 milhões em 31/12/2007.

i i. Outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras

Não se aplica

iii. Grau de Subordinação da Dívida

Não se aplica

iv. Restrições impostas à CEMIG

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco ItaúBBA, BNP Paribás, ABN (Santander) e Credit Suisse First Boston, há "covenants" financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

	<i>"covenants"</i>	<i>Limites</i>
<i>ABN</i>	<i>EBITDA / JUROS</i>	<i>>= 3,0</i>
	<i>DÍVIDA / EBITDA</i>	<i><= 2,5</i>
<i>BNP Paribás</i>	<i>"covenants"</i>	<i>Limites</i>
	<i>EBITDA / JUROS</i>	<i>>= 2,8</i>
	<i>DÍVIDA FINANCEIRA / (PATRIMÔNIO + DIV. FINANCEIRA)</i>	<i><= 53%</i>
	<i>DÍVIDA FINANCEIRA / EBITDA</i>	<i><= 3,36</i>
<i>ITAÚ BBA</i>	<i>"covenants"</i>	<i>Limites</i>
	<i>EBITDA/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</i>	<i>>= 2,8</i>
	<i>DÍVIDA/(PATRIMÔNIO LÍQ.+DÍVIDA)</i>	<i><= 53%</i>
	<i>DÍVIDA / EBITDA</i>	<i><= 3,36</i>
	<i>DIVIDA CP/EBITDA</i>	<i><= 90%</i>
	<i>INVESTIMENTO / EBITDA</i>	<i><= 60%</i>
<i>CREDIT SUISSE FIRST BOSTON</i>	<i>"covenants"</i>	<i>Limites</i>
	<i>EBITDA / RESULTADO FINANCEIRO (negativo)</i>	<i>>= 2,0</i>
	<i>DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA</i>	<i><=3,25</i>

A CEMIG GT obteve do Itaú BBA dispensa para o cumprimento dos "covenants" financeiros até dezembro de 2010, conforme correspondência datada de 11 de setembro de 2009, e do BNP Paribás obteve dispensa para o cumprimento dos "covenants" financeiros até março de 2010, conforme correspondência datada de 8 de setembro de 2009.

Já a CEMIG D obteve do Itaú BBA dispensa para o cumprimento dos "covenants" financeiros até dezembro de 2010, conforme correspondência datada de 19 de março de 2010. Também obteve do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco Santander dispensa para o cumprimento dos “covenants” financeiros até dezembro de 2010, bem como da CEMIG, como empresa garantidora, conforme correspondência datada de 23 de março de 2010.

O Parágrafo 5º do Artigo 11 do Estatuto Social da CEMIG dispõe que, na condução da administração da Companhia e no exercício do direito de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e consórcios, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva observarão e cumprirão, fielmente, algumas metas, entre elas, manter o endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia, e manter uma relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 40% (quarenta por cento).

Já o Parágrafo 7º do Artigo 11 do Estatuto Social da CEMIG dispõe que tais metas poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa e prévia e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites: endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 (duas e meia) vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia, e relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50% (cinquenta por cento).

O Conselho de Administração autorizou a ultrapassagem, em 2009, dos limites definidos no Parágrafo 5º do Art. 11 do Estatuto Social, atendido o que dispõe o seu Parágrafo 7º, em função da contratação do refinanciamento da dívida pela Cemig GT e pela Cemig D, combinada com a emissão das Notas Promissórias e Debêntures da Cemig GT, autorizadas pelo Conselho de Administração, conforme CRCA-045/2009, de 24-07-2009, rerratificada pela CRCA-065/2009, de 28-08-2009, e com as demais dívidas já contratadas.

Há nos contratos financeiros da CEMIG e de suas controladas e coligadas cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela CEMIG requer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

g) **Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica

h) **alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

2009 comparativo a 2008

As principais variações que ocorreram nas Demonstrações Financeiras da Companhia no período analisado, são como segue:

- *Aumento de 50,17% no passivo circulante, de R\$5.808 milhões em 2008 para R\$8.722 milhões em 2009, em função da captação de R\$2.700 milhões em 2009, conforme maiores detalhes nos tópicos seguintes desta seção do relatório*

- *Aumento de 93,74% no saldo de caixa, de R\$2.284 milhões em 2008 para R\$4.425 milhões em 2009, em função basicamente dos recursos obtidos através da captação de recursos mencionada acima.*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

• Aumento de 178,21% na rubrica de intangível, de R\$615 milhões em 2008 para R\$1.712 milhões em 2009, em função basicamente de ágio apurado nas aquisições, conforme maiores detalhes nos tópicos seguintes desta seção do relatório.

2008 comparativo a 2007

• Redução de Aumento de 7,48% no passivo não circulante, de R\$9.554 milhões em 2007 para R\$8.839 milhões em 2008, em função da redução da dívida de longo prazo da Companhia, consequência da maior transferência de valores para o curto prazo em relação a novos financiamentos obtidos.

• Aumento de 11,22% no patrimônio líquido, de R\$8.408 milhões em 2007 para R\$9.352 milhões em 2008, em função da retenção de parte do lucro da Companhia para viabilizar os investimentos previstos pela Companhia..

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>
Custos Operacionais – Custo de Operação		Deduções da Receita Operacional	
Programa de Eficiência Energética – PEE	104.530	Programa de Eficiência Energética – PEE	(104.530)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	333.983	Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(333.983)
Conta Consumo de Combustível – CCC	554.448	Conta Consumo de Combustível – CCC	(554.448)
Pesquisa e Desenvolvimento –P&D	38.521	Pesquisa e Desenvolvimento –P&D	(38.521)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	29.615	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(29.615)
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	15.031	Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	(15.031)
	1.076.128		(1.076.128)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A participação da CEMIG nos leilões do ambiente de contratação regulada teve como grande destaque a venda efetuada pela Cemig GT no 9º Leilão de Ajuste, ocorrido em 20 de fevereiro de 2009. Esta modalidade de certame tem por objetivo complementar a disponibilidade de energia necessária ao atendimento do mercado consumidor das concessionárias de distribuição até o limite de 1% deste requisito. Excepcionalmente, para o ano de 2009, a ANEEL estabeleceu o limite de 5% da carga total contratada pelos agentes de distribuição.

A estratégia adotada de renegociação de contratos de seus clientes livres, aceitando devoluções de energia face à redução de consumo provocado pela retração econômica, possibilitou à Cemig GT uma maior disponibilidade para atuar no leilão, constituindo-se no maior vendedor considerando tanto a receita quanto o volume comercializado e com impactos positivos relevantes no resultado de 2009 da Companhia

A Cemig GT promoveu no ano de 2009 um total 48 leilões, entre compras e vendas de energia, comercializando um volume de 19.044 GWh e participou de um total de 37 leilões de compra e venda de terceiros, comercializando um volume de 335.360 GWh. Desta maneira a empresa comercializou um volume total de 354.404 GWh.

O mercado consolidado da CEMIG compreende as vendas efetuadas pelas empresas Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., Light e outras controladas. Por meio dessas empresas, a CEMIG atua em todos os segmentos da indústria de energia elétrica e, com um diversificado portfólio, atende a consumidores finais cativos e livres (dentro e fora do Estado de MG), além de comercializar energia com outros agentes que atuam nesse mercado.

O volume de vendas de energia da CEMIG no exercício de 2009 manteve-se em linha quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse resultado deveu-se ao desempenho positivo das classes Residencial e Comercial e ao aumento das vendas no ambiente regulado, que compensou a redução da classe Industrial. Ressalta-se que os impactos da crise financeira no mercado da CEMIG vêm sendo administrados por meio de estratégias comerciais e a coordenação entre as necessidades e oportunidades dos diversos clientes e mercados que compõem o portfólio da empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As vendas representaram um acréscimo de 1.146 GWh nas vendas totais consolidadas, considerando 25% da energia vendida pela Light.

Venda de Energia - GWh							
Classe	2005	2006	2007	2008	2009	Relação % 2009	Var.% 2009/2008
<i>Industrial</i>	23.472	23.973	24.686	26.681	22.638	37,17	(15,15)
<i>Residencial</i>	6.590	7.430	8.649	9.011	9.744	16,00	8,13
<i>Comercial</i>	3.754	4.439	5.549	5.886	6.197	10,17	5,28
<i>Rural</i>	1.941	1.942	2.212	2.308	2.221	3,65	(3,77)
<i>Outros</i>	2.573	2.970	3.507	3.575	3.635	5,97	1,68
<i>Total Vendido a Consumidores Finais</i>	38.330	40.754	44.603	47.461	44.435	72,96	(6,38)
<i>Suprimento (1)</i>	1.255	11.472	13.236	12.249	16.402	26,93	33,90
<i>Consumo próprio</i>	29	37	53	52	51	0,08	(1,92)
<i>Vendas no PROINFA</i>	-	-	-	-	20	0,03	-
Total	39.614	52.263	57.892	59.762	60.908	100,00	1,92

Considerando a venda a consumidores finais, a energia faturada em 2009 apresentou desempenho negativo, indicando uma redução de 6,38% em relação a 2008, reflexo da desaceleração da economia mundial que impactou negativamente o desempenho da classe industrial. As variações nas principais classes de consumo podem ser explicadas pelos seguintes fatores:

- ***Residencial:*** Crescimento de 8,13% no volume de energia faturada. O desempenho dessa classe pode ser explicado pelo crescimento vegetativo associado à influência positiva de variáveis macroeconômicas relacionadas com o consumo das famílias (aumento real da massa de salários, transferências de renda por parte do governo, aumento real do salário mínimo, baixa inflação levando a uma menor perda de poder de compra do trabalhador, expansão do volume de crédito para pessoas físicas e crescimento das vendas de eletro-eletrônicos) e variáveis climáticas.
- ***Industrial:*** Decréscimo de 15,15% no montante de energia faturada, associado à redução de 12,4% no fornecimento aos clientes cativos e parcialmente livres (clientes híbridos) e de 16,0% no volume de energia comercializada para os clientes livres. Este setor foi afetado de forma significativa pela crise financeira internacional, notadamente na cadeia extrativa mineral e metalurgia. Além desse impacto, a base de consumo dos clientes livres em 2008 foi elevada em virtude de alguns clientes terem feito uso de flexibilidades contratuais, ampliando as compras de energia nos primeiros meses de 2008, devido ao aumento do preço de curto prazo (PLD) naquele período. A partir de março de 2009, observa-se uma recuperação do consumo, mas ainda em patamares abaixo dos verificados até o desdobramento da crise financeira.
- ***Comercial:*** Crescimento de 5,28% no volume de energia faturada. Dezesesseis ramos de atividade, dentre os dezoito analisados, continuam em ritmo positivo de crescimento, com destaque para: Comércio Varejista, Alojamento e Alimentação, Serviços de Comunicação, Serviços Auxiliares

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Diversos, Serviço de Saúde, Comércio Atacadista, Instituições Financeiras e Serviços de Radiodifusão Televisão e Diversão.

<i>Receita Operacional – R\$ milhões</i>			
	<i>2009</i>	<i>2008</i>	<i>Var. %</i>
<i>Fornecimento bruto de energia elétrica</i>	<i>14.581</i>	<i>13.686</i>	<i>6,54</i>
<i>Receita de uso da rede – consumidores livres</i>	<i>2.244</i>	<i>2.150</i>	<i>4,37</i>
<i>Outras</i>	<i>617</i>	<i>652</i>	<i>(5,37)</i>
<i>Total</i>	<i>17.442</i>	<i>16.488</i>	<i>5,79</i>

Os principais impactos na receita de 2009 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário na Cemig Distribuição S.A., com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009;*
- Redução na tarifa da Cemig Distribuição S.A. com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008 (efeito integral em 2009);*
- Registro de passivos regulatórios apurados em função do ajuste na Revisão Tarifária da Companhia, com efeitos retroativos a 2008, que representaram uma redução na receita bruta no valor de R\$214 milhões, em 2009.*
- Redução de 6,38% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);*

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$1.634 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$1.012 milhões no exercício de 2008, um aumento de 61,46%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 25,57% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais através de dois novos contratos de leilões de energia para as distribuidoras, com a venda da energia por uma tarifa entre R\$125,00 e, R\$145,77. Parte da energia anteriormente destinada aos consumidores industriais foi comercializada naquele mercado, tendo em vista a redução da demanda desses consumidores em função da crise econômica internacional e seus impactos na produção industrial. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de 13.859.700 MWh no exercício de 2009 comparados a 11.037.166 MWh no exercício de 2008.

A receita de uso da rede apresentou um crescimento de 4,37% correspondente a R\$94 milhões (R\$2.244 milhões em 2009 comparados a R\$2.150 milhões em 2008).

Esta receita advém principalmente dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico.

O aumento na receita em 2009 decorre basicamente da receita extraordinária, no montante de R\$158 milhões, decorrente da revisão tarifária da Cemig GT, com efeitos retroativos ao período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As deduções à receita operacional foram de R\$5.737 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$5.598 milhões em 2008, um aumento de 2,48%, em decorrência do aumento dos encargos do consumidor de 16,34% em 2009 comparado a 2008.

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no exercício de 2009 foram de R\$8.402 milhões comparados a R\$7.506 milhões no exercício de 2008, um aumento de 11,94%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos custos com pessoal, energia comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e serviços de terceiros, parcialmente compensados pela redução nos custos com obrigações pós-emprego e provisões operacionais.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.706 milhões no exercício de 2009, comparados a R\$2.960 milhões no exercício de 2008, representando um aumento de 25,20%. O aumento desta despesa se deve a uma maior compra de energia em 2009 relacionada à atividade de comercialização. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no exercício de 2009 foi de R\$831 milhões comparados a R\$724 milhões no exercício de 2008, um aumento de 14,78%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2009 foi de R\$1.297 milhões, comparados a R\$1.105 milhões no exercício de 2008, um aumento de 17,38%. Este resultado decorre dos reajustes salariais de 4,88% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2008 e 2009, respectivamente e, principalmente, da provisão referente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, no montante de R\$206 milhões em 2009, parcialmente compensados pela redução de 6,49% no número de empregados em 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou um aumento de 2,94% na comparação entre os períodos, R\$736 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$715 milhões no exercício de 2008. Esse resultado decorre da entrada em operação de novos ativos, principalmente redes e linhas de distribuição.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$149 milhões no exercício de 2009, comparados a R\$264 milhões no exercício de 2008, representando uma redução de 43,56%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução nessa despesa decorre da redução no valor atual das obrigações registradas, consequência do aumento das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente dessas obrigações.

Considerando o exercício de 2008, encerramos com um saldo de caixa consolidado de R\$2,3 bilhões com nossa dívida perfeitamente equacionada, sendo que o vencimento no curto prazo, de R\$1,3 bilhão. A geração de caixa da Companhia permite honrar os compromissos com os agentes financiadores em conformidade com as cláusulas contratuais sem maiores dificuldades.

No que se refere ao nosso desempenho econômico-financeiro, podemos afirmar que o ano de 2008 foi de bons resultados para a Companhia. Apesar da revisão tarifária da Cemig Distribuição, com uma redução de 12% na receita em abril de 2008, a Companhia apresentou um lucro de R\$1,9 bilhão e uma geração de caixa, medida através do Lajida, de R\$4,1 bilhões, resultados superiores em 8,1% e 0,6% em relação aos de 2007.

Nossos investimentos em 2008 foram de R\$1,4 bilhão, um resultado expressivo decorrente em sua maior parte da expansão da distribuição dentro do Estado de Minas Gerais e os investimentos nas usinas de Baguari e Cachoeirão.

Adquirimos uma participação adicional no capital das empresas transmissoras de energia do Grupo TBE. Um investimento superior a R\$500 milhões, que dobrará a nossa participação no capital dessas transmissoras.

Outro investimento que tem um valor estratégico muito importante para a Companhia é a aquisição de três parques eólicos no Estado do Ceará, no valor de R\$213 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Na venda a consumidores finais, a energia faturada no ano de 2008 totalizou 47.461 GWh, 6,4% superior ao montante de 2007, resultado do crescimento verificado em todas as classes de consumo. As classes industrial e comercial apresentaram a maior variação positiva em relação às demais, com crescimentos de 8,08% e 6,07%, respectivamente.

As principais variações nas classes de consumo, além de pequeno efeito decorrente da consolidação da Light em 12 meses de 2008 em comparação a 2007, podem ser explicadas pelos seguintes fatores:

O melhor desempenho da classe Residencial em 2008 pode ser explicado pelo aumento no número de consumidores faturados e pela influência positiva de variáveis econômicas, verificadas nos três primeiros trimestres de 2008, relacionadas com o comportamento das famílias (melhoria do mercado de trabalho, elevação da massa salarial, facilidade de acesso ao crédito pela pessoa física e crescimento das vendas no comércio varejista).

A classe Industrial apresentou crescimento de 8,08%. Esta variação deveu-se principalmente ao crescimento vigoroso das economias brasileira e de Minas Gerais nos 3 primeiros trimestres do ano de 2008 que explica o aumento de 13,1% no consumo dos clientes cativos e clientes parcialmente livres (clientes híbridos) e parte do incremento de 6,7% nas vendas para o segmento livre. A variação deste segmento pode ser explicada também pelas ações e estratégias de comercialização adotadas pela CEMIG e pelo aumento do preço de curto prazo (PLD) nos primeiros meses do ano, que levou alguns clientes a fazerem uso de flexibilidades contratuais acima do montante nominal contratado.

A classe Comercial apresentou acréscimo de 6,07% em relação a 2007, reflexo do aumento de consumo dos clientes cativos, cujo resultado deveu-se também à conjuntura econômica favorável até outubro/08. Considerando esse segmento em Minas Gerais, seis ramos de atividade, que representam 74,0% do total de energia desta classe, apresentaram desempenho positivo: Comércio Varejista (9,2%), Alojamento e Alimentação (5,6%), Serviços de Comunicação (9,9%), Serviços Auxiliares. Diversos (3,7%), Serviço de Saúde (7,4%), Comércio Atacadista (11,7%) e Instituições Financeiras (5,5%).

A classe Rural apresentou acréscimo de 4,34% devido ao bom desempenho da atividade agropecuária no Estado, evidenciado no resultado do PIB do agronegócio, com crescimento de 15% até novembro/08.

Os principais impactos na receita de 2008 decorreram dos seguintes fatores:

Aumento de 6,4% no volume de energia faturada a consumidores finais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Redução de 1,59% na tarifa média, de R\$262,83/MWh em 2008 comparados a R\$267,08/MWh em 2007 em função principalmente da redução nas tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2008, decorrente da revisão tarifária.

Suprimento a outras concessionárias

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 11.037 GWh no exercício de 2008 comparados a 13.236 GWh no exercício de 2007, correspondentes a R\$1.012 milhões e R\$1.210 milhões, respectivamente. A tarifa média de venda em 2008 foi de 91,71/MWh em comparação a R\$91,42/MWh em 2007.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente à tarifa de uso das instalações de distribuição da Cemig Distribuição e Light por clientes livres e também à utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL. Essa receita apresentou um aumento de 10,5% no exercício de 2008 comparado ao exercício de 2007 (R\$2.150 milhões em 2008 e R\$1.946 milhões em 2007). Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste de 11,80% da receita permitida do segmento de transmissão, em julho de 2008, resultante do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores;*
- entrada em operação de expansões da rede, com a consequente adição de receita pelo Órgão Regulador.*
- contabilização, em junho de 2007, da redução na receita de uso da rede, no montante de R\$31 milhões, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL;*

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional não apresentaram variação expressiva nos períodos comparados, R\$5.598 milhões em 2008 comparados a R\$5.544 milhões em 2007. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás. A dedução à receita referente a CCC foi de R\$374 milhões no exercício de 2008 comparados a R\$407 milhões no exercício de 2007, representando uma redução de 8,11%.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE não apresentou variação entre os períodos comparados, R\$391 milhões em 2008 e 2007. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R\$180 milhões no exercício de 2008 comparados a R\$145 milhões no exercício de 2007, um aumento de 24,14%. A variação entre os períodos comparados deve-se principalmente aos aumentos, em 2008, da receita de geração e transmissão e do valor contábil do ativo imobilizado de distribuição em serviço, bases de cálculo da referida despesa.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2008 foi de R\$2.960 milhões comparados a R\$2.794 milhões no exercício de 2007, um aumento de 5,9%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no exercício de 2008 foi de R\$724 milhões comparados a R\$650 milhões no exercício de 2007, um aumento de 11,4%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2008 foi de R\$1.105 milhões, comparados a R\$968 milhões no exercício de 2007, um aumento de 14,2%. Este resultado decorre principalmente aos seguintes fatores:

- reajustes salariais de 5,00% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2007 e 2008, respectivamente;*
- despesa com verbas rescisórias, em 2008, no montante de R\$50 milhões, decorrente do Programa Prêmio de Desligamento – PPD;*
- menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R\$162 milhões em 2008 e R\$179 milhões em 2007), tendo em vista o menor programa de investimentos em 2008.*

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R\$715 milhões no exercício de 2008 comparados a R\$778 milhões no exercício de 2007, representando uma redução de 8,1%. Este resultado decorre da depreciação das obrigações especiais, a partir de 8 de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$264 milhões no exercício de 2008, comparados a R\$123 milhões no exercício de 2007, representando um aumento de 114,6%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento dessa despesa em 2008 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2007, com a redução das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente das obrigações atuariais.

Análise do resultado de 2007 na comparação com 2006

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Atingimos em 2007 um lucro líquido de R\$1.735 milhões e a geração de caixa de R\$4.075 milhões, medida pelo LAJIDA No período de 2004 a 2007 superamos em 2,9% a meta de lucro líquido acumulado estabelecido no Plano Diretor.

Após a forte migração de clientes cativos para o ambiente de livre contratação verificada em 2005, nos anos que se seguiram, ainda que em menor frequência, algumas unidades consumidoras optaram pela aquisição de energia livre. Durante o ano de 2007, 12 consumidores migraram do mercado cativo para o ambiente de livre contratação, representando 0,8% na energia fornecida pela Cemig Distribuição S/A. Desses consumidores, 4 unidades contrataram energia oriunda de fonte incentivada com Controladas do Grupo CEMIG e 1 unidade com a Cemig Geração e Transmissão.

O bom desempenho da economia nacional, sustentado pelo dinamismo dos mercados interno e externo, associado às estratégias de comercialização adotadas pela CEMIG no ambiente livre e à aquisição da Light, em agosto de 2006, por intermédio do Consórcio RME - Rio Minas Energia S.A., contribuíram para o crescimento das vendas de energia em 2007.

Observamos que o volume de vendas de energia da CEMIG apresenta aumentos em todas as classes de consumo, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. As vendas da Light, consideradas na proporção da participação acionária da CEMIG no consórcio RME (25%), representaram um acréscimo de 5.791 GWh nas vendas totais consolidadas em 2007.

As classes comercial e residencial apresentaram a maior variação positiva em relação às demais, com crescimentos de 25,01% e 16,41%, respectivamente. O crescimento nessas classes deve-se, em grande parte, à participação na Light que contribuiu com 1.836 GWh na classe residencial e 1.439 GWh na classe comercial. Somadas, as duas classes correspondem a 56,55% dos 5.791 GWh fornecidos pela Light.

As principais variações nas classes de consumo, além do efeito decorrente da consolidação da Light em 12 meses de 2007 em comparação a 5 meses de 2006, podem ser explicadas pelos seguintes fatores:

A classe Residencial apresentou melhoria de performance quanto ao consumo, com incremento em função do número de consumidores faturados e pelo bom desempenho de fatores condicionantes, tais como: aumento do emprego e da renda real, oferta de crédito em abundância e o crescimento no volume de vendas de eletrodomésticos.

A classe Industrial apresentou crescimento de 3,0%. Esse desempenho deveu-se às vendas para clientes livres, reflexo do maior exercício de flexibilidades

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

contratuais e também do esforço da empresa em firmar contratos com novos clientes, inclusive fora da área de concessão.

A classe Comercial apresentou acréscimo de 25,0% em relação a 2006, reflexo também do aumento do consumo dos principais ramos de atividade em Minas Gerais, como: Comércio Varejista (5,2%), Alojamento e Alimentação (4,5%) e Serviços de Comunicação (8,7%).

Na classe Rural, o acréscimo de novas unidades consumidoras convencionais ligadas por meio do Programa Luz Para Todos e o crescimento do consumo destinado à irrigação, influenciado pela menor incidência de chuvas e temperaturas mais elevadas, levaram a um aumento de consumo em relação ao ano anterior de 13,9%.

Os principais impactos na receita de 2007 decorreram dos seguintes fatores:

Aumento de 8,69% na tarifa média, de R\$245,73/MWh (em 2006) para R\$267,08/MWh (em 2007) em função principalmente dos reajustes nas tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2006 (efeito integral no resultado do exercício de 2007) e 8 de abril de 2007.

Aumento de 9,44% no volume de energia faturada a consumidores finais, cujos comentários sobre as variações estão descritos no item de comercialização de energia elétrica.

Suprimento a outras concessionárias

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 13.236 GWh no exercício de 2007 comparados a 11.472 GWh no exercício de 2006, correspondentes a R\$1.210 milhões e R\$709 milhões, respectivamente. Esse aumento expressivo decorre basicamente da entrada em operação da usina de Irapé, no segundo semestre de 2006, um maior volume de energia negociada através de contratos bilaterais com comercializadoras de energia elétrica e melhores preços negociados em 2007 pela Cemig Geração e Transmissão. Deve ser destacado ainda, a exportação de energia feita para a Argentina e Uruguai em 2007, que representou uma receita de R\$64 milhões. A tarifa média de venda em 2007 foi de 91,40/MWh em comparação a R\$61,79/MWh em 2006, um aumento de 47,92%.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou crescimento de 8,78% em 2007 comparado a 2006 (R\$1.946 em 2007 e R\$1.789 em 2006).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O valor mais representativo dessa rubrica refere-se à receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD cobrada pela Cemig Distribuição e Light dos consumidores livres e apresentou, em 2007, um aumento de 9,23% em relação a 2006 (R\$1.313 milhões em 2007 comparados a R\$1.202 milhões em 2006). Este crescimento decorre principalmente do maior volume de energia transportada em 2007, reflexo do crescimento da produção industrial e da migração de clientes do mercado cativo para o ambiente de livre contratação, ocorridas em 2007.

Adicionalmente, foi registrada em 2007 uma redução na receita de uso da rede básica de transmissão, no montante de R\$31 milhões, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL. Mais explicações nas notas explicativas nº 23 e nº 27 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$5.544 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$4.965 milhões no exercício de 2006, um aumento de 11,66%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$407 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$554 no exercício de 2006, representando uma redução de 26,53%. Esta redução deve-se, principalmente, a cobrança retroativa em 2006 do encargo de alguns consumidores, após homologação dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST pelo Operador do Sistema – ONS.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$391 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$334 no exercício de 2006, um aumento de 17,07%. Os

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R\$145 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$30 milhões no exercício de 2006. A variação entre os períodos comparados deve-se ao ajuste credor em 2006, referente a provisão do exercício de 2004, no montante de R\$66 milhões, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia e também do aumento em 2007 do valor contábil do ativo imobilizado em serviço, base de cálculo da referida despesa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2007 foi de R\$2.794 milhões comparados a R\$2.113 milhões no exercício de 2006, um aumento de 32,23%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 30 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no exercício de 2007 foi de R\$650 milhões comparados a R\$664 milhões no exercício de 2006, uma redução de 2,11%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2007 foi de R\$968 milhões, comparados a R\$1.088 milhões no exercício de 2006, uma redução de 11,03%. Este resultado decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R\$178 milhões, compensada parcialmente pelos reajustes salariais de 4,00% e 5,00% concedidos aos empregados em novembro de 2006 e 2007, respectivamente, e pelo aumento de 1,50% na quantidade de empregados, da Cemig Holding, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, que passou de 10.658 empregados em dezembro de 2006 para 10.818 em dezembro de 2007. Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 30 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R\$778 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$672 milhões no exercício de 2006, representando um aumento de 15,77%. Esta variação decorre principalmente dos investimentos no Programa Luz para Todos e a entrada em operação da Usina de Irapé, no segundo semestre de 2006. Deve ainda ser ressaltada a consolidação da RME que contribuiu com um aumento da despesa num montante de R\$82 milhões em 2007 (R\$33 milhões em 2006). O menor valor da depreciação e amortização da RME em 2006 deve-se ao fato da sua consolidação a partir de agosto de 2006, contribuindo apenas com 5 meses da despesa no ano anterior.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$123 milhões no exercício de 2007, comparados a R\$170 milhões no exercício de 2006, representando uma redução de 27,65%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Distribuição, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos do plano de pensão em relação às obrigações com os participantes.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais impactos na receita de 2009 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário na Cemig Distribuição S.A., com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009;*

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- *Redução na tarifa da Cemig Distribuição S.A. com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008 (efeito integral em 2009);*
- *Registro de passivos regulatórios apurados em função do ajuste na Revisão Tarifária da Companhia, com efeitos retroativos a 2008, que representaram uma redução na receita bruta no valor de R\$214 milhões, em 2009.*
- *Redução de 6,38% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);*

Os principais impactos na receita de 2008 decorreram dos seguintes fatores:

- *Aumento de 6,4% no volume de energia faturada a consumidores finais.*
- *Redução de 1,59% na tarifa média, de R\$262,83/MWh em 2008 comparados a R\$267,08/MWh em 2007 em função principalmente da redução nas tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2008, decorrente da revisão tarifária.*

Os principais impactos na receita de 2007 decorreram dos seguintes fatores:

- *Aumento de 8,69% na tarifa média, de R\$245,73 (em 2006) para R\$267,08 (em 2007) em função principalmente dos reajustes nas tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2006 (efeito integral no resultado do exercício de 2007) e 8 de abril de 2007.*
- *Aumento de 9,44% no volume de energia faturada a consumidores finais, cujos comentários sobre as variações estão descritos no item de comercialização de energia elétrica.*

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Entendemos que os principais impactos na Companhia estão descritos abaixo:

- *Os repasses da Energia Livre são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.*
- *No resultado financeiro, os principais impactos decorrem das variações cambiais e dos índices IGPM e IPCA. O impacto cambial em 2009 foi de um ganho de R\$8 milhões comparado a uma perda de R\$91 em 2008, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, advindos basicamente de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao dólar norte-americano e ao Iene. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar e ao Iene em 2009 comparada a uma desvalorização em 2008. No exercício de 2009, o dólar e o Iene apresentaram uma desvalorização de 25,49% e 27,13%, respectivamente comparada a uma valorização de 31,94% e 62,89%, respectivamente em 2008. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI. Já a despesa com variação monetária sobre empréstimos e financiamentos em 2009 foi 89,80% menor que em 2008 em função da menor variação do IGPM e do IPCA em 2009.*

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- *No exercício de 2008, as perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros foram de R\$91 milhões em comparação a perdas líquidas de R\$77 milhões em 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Esta variação decorreu principalmente da valorização do dólar frente ao Real em 2008. No exercício de 2008, o dólar apresentou um aumento de 31,94% comparado a uma redução de 17,15% em 2007. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.*

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício de 2009 não houve introdução ou alienação de segmento operacional do Emissor, considerando que em seu estatuto social o emissor destina-se a construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos; a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e a exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social, incluindo o desenvolvimento e a exploração de sistemas de telecomunicação e de informação.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Com a cisão parcial da RME, controladora da Light, a Cemig passou a ter participação direta na Light de 13,03%. Em 30/12/2009 a Cemig assinou um contrato de compra e venda de ações com a Andrade Gutierrez Concessões e com o Fundo de Investimento em Participações - PCP com o objetivo de adquirir as participações diretas e indiretas, que representam um total de 26,06% do capital total da Light. O fechamento dessas operações está condicionado à aprovação pelo órgão regulador, BNDES e demais credores da Light

A alteração societária descrita acima não causou impacto nas Demonstrações Financeiras do Emissor em 2009, visto que a aquisição adicional de participação ocorreu no exercício de 2010. O impacto esperado dessa aquisição em 2010 é um aumento no resultado e LAJIDA consolidados do emissor.

Aquisição de participação em empresas eólicas

Em 2009, a Cemig concluiu a aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos de propriedade da Energimp S.A. localizados no Ceará, com potência total de quase 100 MW e investimento de R\$ 223 milhões.

Com a concretização do negócio, a CEMIG passa a ter participação de 49% nas seguintes empresas: Central Eólica Praias de Parajuru (28,8 MW), no município de Beberibe (a 110 km de Fortaleza), Central Eólica Praia do Morgado (28,8 MW) e Central Eólica Volta do Rio (42,0 MW), ambas no município de Acaraú (a cerca de 250 km de Fortaleza), totalizando 99,6 MW de potência instalada.

A aquisição descrita acima não causou impacto nas Demonstrações Financeiras do Emissor em 2009, visto que a entrada operacional das empresas eólicas se deu no exercício de 2010. O impacto esperado dessa aquisição em 2010 é um aumento no resultado e LAJIDA consolidados do emissor, proporcional à comercialização de energia de 99,6 MW de potência instalada das usinas.

Aquisição de participação na Taesa

Em 23 de abril de 2009, a Companhia adquiriu 65,85% de participação acionária da Terna Participações S.A ("TERNA"), holding que atua no segmento de transmissão de energia, pertencente à Terna S.p.A, com presença em 11 Estados por R\$2,15 bilhões. A holding controla um total de seis empresas que, juntas, contam com mais de 3,71 mil quilômetros (informação não auditada pelos auditores independentes) de linhas de transmissão. A operação estava sujeita à condições suspensivas, inclusive aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou, em 05 de agosto de 2009, como alternativa à aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A ("TERNA S.p.A"), conforme facultado pelo Contrato celebrado entre a Cemig GT e a TERNA S.p.A, a possibilidade de redução da participação final da Cemig Geração e Transmissão na referida aquisição para até 50%

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

menos 1 (uma) ação ordinária e, quanto às ações preferenciais, até o percentual realizado pela Oferta Pública de Compra de Ações – OPA dos acionistas não controladores daquela Companhia, mediante parceria constituída com o Fundo de Investimento em Participações – FIP COLISEU.

O Conselho de Administração autorizou a cessão do contrato de Compra e Venda de Ações de aquisição da TERNA à Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. (“Atlântico”). O Conselho estabeleceu que a Cemig GT mantivesse sua participação acionária na Atlântico correspondente a 49% das ações ordinárias emitidas por aquela SPE, em associação com o FIP Coliseu, detentor dos 51% restante das ações ordinárias.

A Companhia anunciou, em 19 de outubro de 2009, o Encerramento de Distribuição Pública de Quotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu, estruturado pelo Banco Modal S.A., totalizando o valor de R\$1,33 bilhões. O montante foi suficiente para que este fundo adquirisse 51% das ações ordinárias TERNA.

Em 30 de outubro de 2009, a Cemig GT e o FIP Coliseu efetuaram aporte de capital na Atlântico.

Em 03 de novembro de 2009 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de ações celebrado com a TERNA S.p.A. com o pagamento e a transferência das ações de titularidade da TERNA para a Atlântico, na qual a Companhia detinha a participação de 49% do capital social. A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 65,85% do capital total da TERNA.

Aquisição de participação adicional na Light

A CEMIG assinou dois contratos de compra e venda de ações com a AGC (Andrade Gutierrez Concessões) e a PCP (controladora da Equatorial), com o objetivo de reestruturação societária do bloco de controle da Light SA.

Para a aquisição dessa participação na Light, será constituída uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), em conjunto com um FIP (Fundo de Investimento de Participações), tendo a CEMIG participação minoritária.

A aquisição descrita acima foi concluída em novembro de 2009, e impactou nas Demonstrações Financeiras do Emissor, com um aumento no resultado em R\$12 milhões e um aumento no LAJIDA em R\$29 milhões em 2009.

O impacto esperado dessa aquisição em 2010 é um incremento ainda maior no resultado e LAJIDA consolidados do emissor, tendo em vista a aquisição adicional de participação na TAESA e a consolidação do resultado integral de 2010.

Contrato com a AGC

Ver item 3.3 deste formulário.

Contrato com o PCP

Ver item 3.3 deste formulário.

Com uma política de crescimento sustentável visando assegurar agregação de valor no longo prazo e com a criação de uma estrutura inédita para expansão no setor a companhia espera estar em 2020 entre os dois maiores grupos de energia do Brasil, em valor de mercado, com presença relevante nas Américas e líder mundial em sustentabilidade do setor.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

c. eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram em 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

A Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra a rubrica de Lucros acumulados em 2008.

Pronunciamentos e Interpretações Técnicas emitidos pelo CPC e Deliberados pela CVM em 2009

Com intuito de criar novas normas contábeis, que fazem parte da agenda conjunta da CVM e do CPC, em continuidade ao processo de harmonização das normas contábeis brasileiras aos IFRS iniciado em 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos no exercício de 2009, com aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativas a 2009 para fins de comparabilidade, aprovados também pela CVM, alterando determinadas práticas contábeis atualmente adotadas pela Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos significativos decorrentes das alterações nas práticas contábeis no período dos três últimos exercícios foi decorrente da adoção da lei 11.638/07, conforme explicado em maiores detalhes no item anterior.

Os efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes dessas alterações estão constantes nas tabelas abaixo;

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucro do exercício	1.887.035	1.742.761
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(8.181)	3.740
Ajustes a valor presente de contas a pagar e a receber, financiamentos e debêntures	(25.501)	(11.780)
Diferido	(708)	-
Lucro líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	1.852.645	1.734.721

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Patrimônio Líquido	9.351.634	8.408.056	7.533.020
Ajustes na rubrica de Lucros acumulados			
- Ajustes a valor presente de contas a pagar, financiamentos e debêntures	(55.645)	(30.144)	(18.364)
- Diferido	2.998	3.706	3.706
- Despesas com pagamentos baseados em ações	2.926	-	-
- Ajuste Acumulado de Conversão	61	-	-
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	<u>6.241</u>	<u>14.422</u>	<u>10.682</u>
Patrimônio Líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	9.308.215	8.396.040	7.529.044

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Em 2009 nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes. Apenas as ênfases abaixo:

- i. Conforme descrito nas notas explicativas nos 9, 20 e 25, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2009, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.*
- ii. As demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado pela controlada em conjunto Light S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 21 de janeiro de 2010, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R\$137,3 milhões relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras, conforme requerido pela Deliberação CVM nº*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

371/00. Consequentemente, caso haja provisão desse valor, o efeito proporcional no resultado da Companhia será de R\$17,9 milhões.

- iii. Em 31 de dezembro de 2009 a controlada indireta em conjunto Brasnorte Transmissora de Energia S.A. iniciou suas operações mediante obtenção do termo de liberação provisória para operação de 27 de novembro de 2009. Adicionalmente, a controlada indireta em conjunto Taesa Serviços Ltda. apresenta prejuízos acumulados. A recuperação dos valores registrados no investimento da Companhia e no ativo imobilizado consolidado, referente às tais controladas, no montante de R\$103,1 milhões e R\$91,1 milhões, respectivamente, depende do sucesso de suas operações futuras, sendo estas controladas dependentes do suporte financeiro dos acionistas e/ou terceiros até que as operações se tornem rentáveis. Consequentemente, o efeito proporcional na Companhia é de R\$33,3 milhões e R\$29,4 milhões, respectivamente.*
- iv. A controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2009 totalizavam R\$2.918,1 milhões e a reversão do passivo a descoberto no montante de R\$100,2 milhões, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o segundo semestre de 2011. Consequentemente, o efeito proporcional na Companhia é de R\$291,8 milhões e R\$10,0 milhões, respectivamente.*

No que se refere as ênfases I e II, entendemos que são pontos de atenção, não representando um eventual erro na aplicação das práticas contábeis pela Companhia ou que possa implicar em distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis e na conseqüente análise pelos leitores das demonstrações.

As ênfases III e IV apresentadas acima referentes ao exercício de 2009 representam, na opinião da administração, o destaque dos auditores externos referente a necessidade de operações lucrativas no futuro que garantam a realização dos seus ativos, o que entendemos que é provável, em conformidade ao plano de negócios da Companhia.

Em 2008 nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes. Apenas as ênfases abaixo:

- i. Conforme mencionado na nota explicativa no 2 às demonstrações contábeis, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior estão sendo apresentadas, para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o exercício de 2008, conforme previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM no 506/06. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº. 11.638/07 a demonstração de origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

contábeis de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração dos fluxos de caixa.

- ii. Conforme descrito nas notas explicativas nos 9, 18 e 23, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.*
- iii. Conforme mencionado na nota explicativa no 36 (itens a e b), em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da controlada Cemig Distribuição S.A. e da controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, em -12,24% e 1,96%, respectivamente, a ser aplicado para o período a partir de 8 de abril de 2008 e 7 de novembro de 2008, respectivamente. No caso da controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada Cemig Distribuição S.A. e sua controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, em exercícios subseqüentes.*
- iv. As demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado pela controlada indireta em conjunto Light S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 29 de janeiro de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R\$ 130,9 milhões relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras (Light), conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Consequentemente, caso haja provisão desse valor, o efeito proporcional no resultado da Companhia será de R\$ 17,1 milhões.*

No que se refere as ênfases apresentadas acima, entendemos que são pontos de atenção, não representando um eventual erro na aplicação das práticas contábeis pela Companhia ou que possa implicar em distorções relevantes

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

nas Demonstrações Contábeis e na conseqüente análise pelos leitores das Demonstrações.

Em 2007 nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes. Apenas as ênfases abaixo:

Nosso exame foi efetuado com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado, e do resultado segregado por atividade, apresentadas nos Anexos I, II e III, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Conforme descrito nas notas explicativas n^{os}. 7, 8, 9 e 18, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2007, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

As demonstrações financeiras da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e as demonstrações complementares dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2007, contendo parágrafos de ênfases quanto ao assunto comentado no parágrafo 5 acima, quanto à mudança no percentual de reposicionamento tarifário em decorrência da revisão tarifária em caráter definitivo da Cemig Distribuição S.A. e quanto à expiração das concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia. Em 14 de junho de 2007, o Ministério de Minas e Energia – MME renovou o prazo de concessão destas usinas por um período de 20 anos a contar da data de vencimento de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

cada contrato de concessão, sendo a assinatura dos contratos de renovação das concessões prevista para o primeiro semestre de 2008.

No que se refere as ênfases apresentadas acima, entendemos que são pontos de atenção, não representando um eventual erro na aplicação das práticas contábeis pela Companhia ou que possa implicar em distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis e na conseqüente análise pelos leitores das Demonstrações.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação de demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto às Obrigações Pós-Emprego, que são revisadas anualmente. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Custos não Controláveis – CVA, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são determinados anualmente e reconhecidos como obrigações e registrados com base em avaliação realizada por atuários independentes, utilizando o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações, em conformidade com a Deliberação CVM 371/00. Quando os benefícios de um plano são ampliados a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos.

*A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2009, com base nos critérios estabelecidos no documento *Integrated Internal Control Framework*, emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, ou *COSO*, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2009, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.*

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências relevantes de controle internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados*
- b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distributiva*
- c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios*

A Cemig não realizou emissões de títulos e valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) *os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:*

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iv. contratos de construção não terminada*
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

No que se refere aos itens “i”, “ii” e “v” o Emissor não possui ativos e passivos não registrados em suas Demonstrações Financeiras.

Com relação aos itens iii e iv, a CEMIG e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Obs.: valores em R\$mil

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	4.279.693	1.316.993	1.566.306	1.366.438	1.122.930	585.573	1.055.014	11.292.947
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	899.287	842.231	862.667	897.171	924.914	721.574	18.760.934	23.908.778
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	66.931	69.604	71.569	74.115	54.061	47.011	2.148.136	2.531.427
Compra de Energia - Leilão	1.964.019	2.215.465	2.915.810	2.839.548	2.164.828	2.261.944	36.745.773	51.107.487
Outros contratos de compra de energia	561.334	787.553	1.063.658	1.765.463	2.152.869	1.919.096	75.597.796	83.847.769
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	81.655	70.355	66.086	43.094	45.680	48.421	548.225	903.516
Investimentos Regulatórios	630.766	630.766	630.766	157.891	-	-	-	2.049.989
Luz para todos 2	498.856	-	-	-	-	-	-	498.856
Total	8.984.551	5.934.978	7.178.874	7.145.533	6.467.396	5.585.634	134.855.878	176.140.769

Os contratos de financiamentos “Empréstimos e Financiamentos” e a “Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ” estão registrados no Balanço Patrimonial (Passivo) do Emissor, sendo que os eventuais juros e encargos provenientes desses contratos serão reconhecidos no resultado do Emissor pelo regime de competência.

O contrato de futura compra e venda de produtos e serviços: “Compra de Energia Elétrica de Itaipu”, “Transporte de Energia Elétrica de Itaipu”, “Compra de Energia – Leilão” e “Outros contratos de compra de energia” terão impacto nas demonstrações a medida que os valores forem sendo reconhecidos por meio do regime de competência.

Os “Investimentos Regulatórios” e “Luz para todos 2” serão incorporados ao ativo de concessão do Emissor na medida da conclusão desses empreendimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em um dos instrumentos contratuais que regulam a parceria da Cemig Geração e Transmissão com o FIP Coliseu na aquisição de 100% das ações da Terna detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A (“Terna S.p.A”), há uma provisão na qual a Cemig Geração e Transmissão outorga ao FIP Coliseu o direito de venda, para a CEMIG Geração e Transmissão, da integralidade de participação acionária do FIP Coliseu na Transmissora Aliança de Energia Elétrica –TAESA (antiga Terna Participações S.A.), no quinto ano após sua entrada, mediante o pagamento dos valores aportados líquidos dos dividendos e benefícios recebidos pelo FIP Coliseu na aquisição da Terna Participações S.A., corrigidos pela variação do IPCA + 7% a.a..

Caso o direito de venda seja exercido, o emissor irá aumentar sua participação na TAESA, até o limite de participação de sua antiga detentora, a Terna S.p.A que possuía 65,85% do capital total da TAESA.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*
- b. natureza e o propósito da operação*
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8, ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e investimentos regulatórios.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro operacional em função dessas operações.

No que se refere aos investimentos regulatórios, de acordo com o marco regulatório atualmente em vigor no Brasil, serão incluídos pela ANEEL na base de ativos a ser remunerada através da tarifa de energia elétrica.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - Lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (ou EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros 2 (dois) anos do horizonte máximo de 5 (cinco) abrangido pelo Guidance.

O prazo de validade é de 1 (um) ano ou até a data de uma revisão do Guidance justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do Guidance são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

Algumas declarações contidas nesta apresentação são “projeções” contidas no conceito da Lei de Valores Mobiliários Americanos e estão sujeitas a riscos e incertezas. “Projeções” são previsões que podem diferir dos números definitivos e não estão sobre nosso controle. Para uma discussão dos riscos e incertezas, favor recorrer ao nosso formulário 20F, e, em particular, ao item 3 onde estão contidas “Informações Básicas – Fatores de Risco”, bem como ao item 4 deste formulário, “Fatores de Risco”. Todos os valores estão coerentes com o BRGAAP.

Principais Premissas

- *Planejamento das empresas existentes, sem novas aquisições ou participações em leilões.*
- *As projeções ainda não refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional IFRS, incluindo o ICPC-01 (Concessões).*
- *O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados pela consultoria especializada “MCM Consultores”, focando especialmente os desempenhos das economias nacional, mineira e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (IGP-M, INPC, IPCA), taxa de juros (Selic), variação do PIB, TJLP e cotação do dólar.*
- *Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores cativos (fornecimento) e livres atendidos pelas empresas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão.*

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

- Expectativa de preços de venda futuros para contratos firmados com consumidores livres (geração).
- Projeção de índices de reajustes ou revisão tarifária, conforme fórmula paramétrica definida pela Agência reguladora e os impactos na receita da Cemig Distribuição.
- Estratégias de comercialização.
- Evolução da receita de Transmissão.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).
- Comportamento dos custos gerenciáveis de PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras despesas de natureza operacional), considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória (negócios Distribuição e Transmissão) e melhores práticas de mercado (negócio Geração).
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis (PMSO).
- Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).
- Resultados projetados para as demais empresas da Corporação (Participações) ligadas à Cemig Geração e Transmissão e Cemig.

Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração.

Especificamente, a definição dos custos gerenciáveis (PMSO) e do montante de investimentos sofrem interferência da gestão da Corporação objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão¹

Análise de Resultados do Guidance Cemig

Indicador : LAJIDA (EBITDA)

GUIDANCE 2007

ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS												REALIZADO		
	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2007		
(R\$ Milhões Correntes)	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Consolidada	3.859	4.175	3.647	3.971	3.501	3.831	3.769	4.125	4.091	4.499	4.307	4.761	4.062	5,3%	-2,7%

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

<i>Cemig Distribuição</i>	1.703	1.935	1.425	1.610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.824	7,1%	-5,7%
<i>Cemig GT</i>	1.542	1.611	1.636	1.724	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.671	8,4%	3,7%
<i>Participações</i>	551	692	530	668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	617	11,9%	-
																10,9%

GUIDANCE 2008

ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS												REALIZADO		
LAJIDA	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2008		
(R\$ Milhões Correntes)	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
<i>Cemig Consolidada</i>	4.005	4.360	3.844	4.207	4.139	4.529	4.492	4.940	4.730	5.228	-	-	4.099	2,3%	-6,0%
<i>Cemig Distribuição</i>	1.725	1.875	1.470	1.620	-	-	-	-	-	-	-	-	1.606	-6,9%	14,3%
<i>Cemig GT</i>	1.745	1.885	1.760	1.900	-	-	-	-	-	-	-	-	1.922	10,2%	2,0%
<i>Participações</i>	620	720	650	750	-	-	-	-	-	-	-	-	689	11,2%	-4,3%

GUIDANCE 2009

ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS												REALIZADO		
LAJIDA	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2009		
(R\$ Milhões Correntes)	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
<i>Cemig Consolidada</i>	4.551	5.100	4.935	5.400	5.505	6.054	6.075	6.714	-	-	-	-	4.039	-	-
<i>Cemig Distribuição</i>	1.480	1.716	1.403	1.547	-	-	-	-	-	-	-	-	945	11,3%	20,8%
<i>Cemig GT</i>	2.267	2.501	2.143	2.313	-	-	-	-	-	-	-	-	2.362	-	-
<i>Participações</i>	904	969	1.549	1.659	-	-	-	-	-	-	-	-	778	36,1%	44,9%
														4,2%	-5,5%
														-	-
														13,9%	19,7%

REVISADO (*)	LIMITES PROJETADOS		REALIZADO		
LAJIDA	2009		2009		
(R\$ Milhões Correntes)	Mín	Máx	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
<i>Cemig Consolidada</i>	3.950	4.150	4.039	2,3%	-2,7%
<i>Cemig Distribuição</i>	-	-	-	-	-
<i>Cemig GT</i>	-	-	-	-	-
<i>Participações</i>	-	-	-	-	-

(*) Exclusivamente para as projeções de Curto Prazo (2009)

GUIDANCE 2010

ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS												REALIZADO		
LAJIDA	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2010		
(R\$ Milhões Correntes)	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
<i>Cemig Consolidada</i>	3.825	4.400	4.773	5.491	4.832	5.560	4.483	5.158	4.879	5.614					
<i>Cemig Distribuição</i>	894	1.093	1.382	1.689											
<i>Cemig GT Consolidada</i>	2.182	2.666	2.479	3.030											
<i>Participações Holding</i>	738	902	866	1.058											

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Fonte: Guidance Anual Cemig

Termo de Renúncia:

Algumas declarações constantes nesta apresentação são “projeções” contidas no conceito da Lei de Valores Mobiliários Americanos e estão sujeitas a riscos e incertezas. “Projeções” são previsões que podem diferir dos números definitivos e não estão sob nosso controle. Para uma discussão dos riscos e incertezas tal como eles se relacionam a nós, favor recorrer ao nosso formulário 20F de 2008 e, em particular, ao item 3 onde estão contidas “Informações Básicas – Fatores de Risco”.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Corporação apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.

Os valores divulgados no Guidance anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do Guidance anual).

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada nas próprias tabelas detalhadas no item 11.1.d. O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2007

Os resultados verificados se situaram dentro da faixa, excetuando a Cemig Geração e Transmissão que apresentou resultados positivos superiores ao limite máximo esperado da faixa de LAJIDA.

Guidance 2008

O não atingimento do limite mínimo da faixa de LAJIDA previsto para a Cemig Distribuição foi compensado pelo desempenho de LAJIDA da Cemig GT acima do limite máximo da faixa. Dessa forma, a meta do indicador para a Cemig Consolidada foi cumprida dentro da faixa projetada.

Os principais fatores que impactaram os resultados de 2008 na Cemig Distribuição são:

- Revisão tarifária cujo impacto médio nas tarifas dos consumidores foi uma redução de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008;*
- Redução na receita com fornecimento de energia no último trimestre de 2008, justificada pelos efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira, com forte impacto principalmente na produção industrial.*
- Os principais fatores que impactaram os resultados de 2008 na Cemig GT são:*
- Aumento do mercado de consumidores industriais em função do bom desempenho da atividade industrial até o 3º trimestre de 2008;*
- Ações estratégicas de comercialização adotadas pela Companhia.*

Guidance 2009

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Os principais fatores que impactaram os resultados de 2009 são:

- *Dificuldades regulatórias*

Redução da receita de distribuição

- *Mercado menor do que o esperado, em função da crise;*
- *Tarifas reduzidas em função da re-revisão da distribuição.*

Redução da receita de transmissão - R\$ 40 MM

- *Menor do que a da audiência pública.*

Aumento do PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros) – R\$ 200 MM

Ano atípico na distribuição

- *Excesso de chuvas;*
- *Gastos em eficiência operacional com retorno mais lento.*

Programa de Desligamento Voluntário – PDV – R\$ 100 MM;

Aquisição da Terna (100,0% para 61,4%) – R\$ 60 MM.

- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

As Projeções Financeiras (“Guidance”) 2010-2014 foram divulgadas no XV Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte, em 31 de maio de 2010. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência – FR.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- *fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;*
- *eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o presente Estatuto;*
- *deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;*
- *deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*
- *deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;*
- *convocar a Assembleia Geral;*
- *fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;*
- *manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;*
- *escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;*
- *autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*
- *autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*
- *autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, "commercial papers" e outros;*
- *aprovar o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual, bem como suas alterações e revisões;*
- *anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o Orçamento Anual aprovado;*
- *autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas;*
- *aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do presente Estatuto, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico.*
- *aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- *aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e,*
- *autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta da Diretoria Executiva.*

O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição e transmissão, nos termos da legislação.

Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês para analisar os resultados da Companhia e de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, além de deliberar sobre as demais matérias incluídas na ordem do dia conforme seu regimento interno e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva.

Anualmente, o Conselho de Administração realiza uma avaliação de seu desempenho, através de um questionário de auto-avaliação colegiado e individual, por membro, visando apurar e aprimorar o desempenho de suas funções.

DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é permanente e suas atribuições são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

Pelo menos um dos membros do Conselho Fiscal assistirá às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que deva opinar.

O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar aos auditores independentes esclarecimentos ou informações necessários à apuração de fatos específicos.

Atualmente não há nenhum mecanismo de avaliação de desempenho do Conselho Fiscal e de seus membros.

DOS COMITÊS

Os Comitês não têm função executiva e poder de decisão e são compostos por membros, efetivos ou suplentes, do Conselho de Administração para assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e, se necessário, pareceres ao Conselho.

- *Comitê de Apoio ao Conselho – avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções nos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta, exame da documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros, a quantidade, qualidade e conteúdo do material, a necessidade de apresentações/esclarecimentos, o detalhamento das matérias, as conformidades com o Estatuto Social e, outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões;*

Data da criação: 30/08/2006

- *Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade – propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de Comitês, a condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade, as regras para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia, a revisão das responsabilidades dos*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Comitês, a reavaliação da sua estrutura e o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;

Data da criação: 30/08/2006 (alterado em 03/08/2010)

• Comitê de Recursos Humanos – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;

Data da criação: 30/08/2006

• Comitê de Estratégia – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações e a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do Plano Diretor, o acompanhamento do Planejamento Estratégico e do Orçamento Anual, os critérios para avaliação dos resultados da Companhia, a antecipação de tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Empresa no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;

Data da criação: 30/08/2006

• Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos/refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, covenants/BSC, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar o desempenho dos controles (SOX); acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Promover a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa;

Data da criação: 30/08/2006 (alterado em 03/08/2010)

• Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios e a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; avaliar e propor premissas para investimentos (TIR, pay back, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia; opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações ouvidas as demais Diretorias; analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada; emitindo pareceres para o Conselho de Administração.

Data da criação: 03/08/2010

Cada Comitê deverá:

- ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;*
- buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições e de sua Razão de Ser;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- *ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;*
- *atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;*
- *buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;*
- *informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;*
- *adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornando-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;*
- *estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais;*
- *atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.*

As orientações resultantes das atividades dos Comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

Atualmente não há nenhum mecanismo de avaliação de desempenho específico dos Comitês do Conselho de Administração e de seus membros.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto.

Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva, as seguintes matérias:

- *aprovar o plano de organização da Companhia e emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações;*
- *examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Plano Plurianual e Estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;*
- *examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o Plano Plurianual e Estratégico então vigente, assim como suas revisões;*
- *deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no Orçamento Anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitado o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;*
- *aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*
- *autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvado o disposto na alínea "o" do inciso IV do artigo 22;*
- *aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas e o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas, devendo as deliberações observarem as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;*
- *autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) e inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações;
- aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observado o disposto na alínea "h" do inciso I do artigo 22;
- autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembleia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o Orçamento Anual aprovado;
- examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria, observado o disposto no artigo 17, alínea "j", e artigo 21, § 4º, alínea "h".
- A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ou por mandatário devidamente constituído.
- A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na alínea "c", inciso I, do artigo 22, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.
- Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Atribuição dos membros da Diretoria

I - Do Diretor-Presidente:

- *superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;*
- *coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;*
- *representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;*
- *assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;*
- *apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;*
- *admitir e demitir pessoal da Companhia;*
- *conduzir as atividades de auditoria interna, ouvidoria, secretaria geral e planejamento estratégico;*
- *propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado, o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;*
- *propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais prevalece o disposto no § 4º do artigo 12 e § 3º do artigo 18 do presente Estatuto.*

II- Do Diretor Vice-Presidente:

- *substituir o Diretor-Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;*
- *promover a melhoria das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;*
- *definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;*
- *coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à responsabilidade social, ao meio ambiente, ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;*
- *coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;*
- *promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;*
- *monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

III- Do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações:

- *prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;*
- *coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia*
- *proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas;*
- *acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;*
- *contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;*
- *determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;*
- *detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;*
- *controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;*
- *coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica e das receitas de transmissão, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica -Aneel;*
- *responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;*
- *representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;*
- *promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;*
- *realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;*
- *propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e, (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;*
- *participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;*
- *coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;*
- *acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.*

IV - Do Diretor de Gestão Empresarial:

- *prover pessoal adequado à Companhia;*
- *definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;*
- *orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;*
- *definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;*
- *projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;*
- *definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- *prover a Companhia de recursos e serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;*
- *coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;*
- *conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;*
- *administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;*
- *proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;*
- *administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;*
- *promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;*
- *conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;*
- *autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais);*
- *propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;*
- *propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;*
- *apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.*

V - Do Diretor de Distribuição e Comercialização:

zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;

- *elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;*
- *gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;*
- *operar e manter o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;*
- *gerenciar as políticas de segurança de trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;*
- *propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos por esta Diretoria;*
- *desenvolver programas e ações junto aos consumidores cativos com demanda inferior a 500 kW, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;*
- *estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos, com demanda inferior a 500 kW;*
- *conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;*
- *representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee e demais entidades do setor de distribuição;*
- *propor as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de distribuição e gerir a segurança patrimonial dessas instalações;*
- *buscar a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;*
- *acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.*

VI - Do Diretor de Geração e Transmissão:

- *zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;*
- *elaborar o planejamento da geração e da transmissão;*
- *operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- *conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;*
- *desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;*
- *gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;*
- *representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica – Abrage e demais entidades representativas dos setores de geração e transmissão de energia elétrica;*
- *gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;*
- *coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e transmissão;*
- *propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;*
- *propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e transmissão e gerir a segurança industrial dessas instalações;*
- *gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;*
- *gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração, transmissão e co-geração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;*
- *fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da geração, transmissão e co-geração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos;*
- *acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.*

VII - Do Diretor Comercial:

- *elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;*
- *coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;*
- *coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;*
- *coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;*
- *representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;*
- *coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;*
- *estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;*
- *identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;*
- *negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;*
- *negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;*
- *gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, dos créditos de carbono da Companhia;*
- *acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.*

VIII - Do Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas:

- *promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- *promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;*
- *coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;*
- *coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;*
- *coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;*
- *buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;*
- *coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;*
- *promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;*
- *elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;*
- *representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;*
- *acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País.*
- *propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, pay back, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);*
- *propor, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;*
- *coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;*
- *acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;*
- *coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;*
- *acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia;*
- *representar a Companhia, nos termos do § 3º do artigo 11 deste Estatuto, nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas;*
- *coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.*

IX – Do Diretor de Gás:

- *coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- *propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;*
- *desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;*
- *desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;*
- *propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;*
- *propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;*
- *consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;*
- *desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;*
- *conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;*
- *representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.*

X- Do Diretor Jurídico:

- *coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica;*
- *apoiar as demais áreas da Companhia, incluindo, quando solicitado, subsidiárias integrais, coligadas e controladas, no que tange aos aspectos legais e jurídicos;*
- *gerenciar todos os processos, administrativos e judiciais, em que a Companhia seja parte e, periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.*

XI - Do Diretor de Relações Institucionais e Comunicação:

- *coordenar a representação das subsidiárias integrais da Companhia, junto às agências reguladoras, em todas as questões institucionais associadas ao setor energético;*
- *coordenar o relacionamento das subsidiárias integrais da Companhia com as instituições e agentes do setor energético, as concessionárias e as associações setoriais;*
- *coordenar o processo envolvendo as notificações das agências reguladoras, em conjunto com as Diretorias envolvidas;*
- *coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a elaboração da Política Institucional das subsidiárias integrais da Companhia;*
- *coordenar o acompanhamento das proposições de atos regulatórios divulgados através de audiências ou consultas públicas das agências reguladoras e Ministério das Minas e Energia e a manifestação da Empresa juntamente com as Diretorias envolvidas;*
- *coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;*
- *coordenar a elaboração da Política de Comunicação Empresarial das subsidiárias integrais da Companhia;*
- *coordenar as ações para a manutenção e o fortalecimento da credibilidade da marca e a reputação das subsidiárias integrais da Companhia;*
- *coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória das subsidiárias integrais da Companhia, zelando pelo acervo físico dessas Empresas;*
- *coordenar o planejamento, controle e divulgação das informações institucionais e administrativas da Companhia.*

As competências de representação perante órgãos técnicos, administrativos e associações outorgadas aos Diretores nos termos deste artigo não exclui a competência de representação do Diretor-Presidente, nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto no que diz respeito à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração para contrair obrigações em nome da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

As competências de celebração de contratos e demais negócios jurídicos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia outorgadas aos Diretores nos termos deste artigo não excluem a competência da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, conforme o caso, nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto no que diz respeito aos limites financeiros e à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração, quando for o caso.

Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no presente Estatuto, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no presente Estatuto.

Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

O limite financeiro estabelecido na alínea "o" do inciso IV deste artigo será corrigido, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.

Atualmente não há nenhum mecanismo de avaliação de desempenho da Diretoria Executiva e de seus membros.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

a. prazos de convocação

O anúncio de convocação de Assembleia Geral, em atendimento à Lei nº 6404/1976 e posteriores alterações, deverá ser feito sempre com um mínimo de 15 dias de antecedência.

b. Competências

Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente, no prazo previsto no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, para deliberar sobre as matérias de sua competência:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;*
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;*
- eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, fixar-lhes a remuneração global (e individual) e a verba adicional para remuneração de membros dos comitês.*

Assembleia Geral Extraordinária

A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

- reforma do Estatuto Social;*
- aumento do limite do capital autorizado;*
- aumento do capital social;*
- avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;*
- redução do capital social;*
- emissão de debêntures conversíveis em ações, ou com garantia real, ou a sua venda quando em tesouraria;*
- incorporação da Companhia, sua dissolução, transformação, cisão, fusão ou liquidação;*
- participação da Companhia em grupo de sociedades;*
- alienação do controle do capital social de subsidiárias integrais da Companhia;*
- destituição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;*
- alienação de debêntures conversíveis em ações, ou com garantia real, de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias;*
- cancelamento de registro da companhia aberta (CAOP e CAO, apenas);*
- escolha de empresa especializada, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de uma lista tríplice, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo valor justo, nunca inferior ao valor econômico,*

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

considerado como tal nas hipóteses de cancelamento do registro de companhia aberta;

- *renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias integrais, controladas ou coligadas;*
- *a possibilidade de eleição de um conselheiro independente como representante dos empregados;*
- *autorização aos administradores a confessar falência ou pedir recuperação judicial ou extrajudicial.*

Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial poderá ser formulado pelos Diretores com poderes de representação da Companhia (com a concordância do acionista controlador (se houver)), convocando-se imediatamente a Assembleia Geral, para manifestar-se sobre a matéria.

Os custos da elaboração do laudo de avaliação serão arcados pelo acionista controlador em todos os casos de oferta pública por este formulados.

c. *endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise*

Avenida Barbacena, 1200, Belo Horizonte – MG

www.cemig.com.br

d. *identificação e administração de conflitos de interesses*

O Regimento Interno do Conselho de Administração determina que caberá ao Conselheiro declarar, previamente à deliberação, que tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto a determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de participar da sua discussão e votação.

e. *solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto*

O acionista que desejar representar-se nas Assembleias Gerais deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei 6.404/76 e posteriores alterações e do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, exibindo no ato ou depositando os comprovantes de titularidade das ações expedidos por instituição financeira depositária e procuração, com poderes especiais, na Superintendência da Secretaria Executiva Empresarial da CEMIG, na Av. Barbacena, 1200 - 19º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG.

f. *formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico*

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

O procurador deve ser acionista, advogado, administrador da companhia ou administrador de instituição financeira ou fundo de investimento e deverá apresentar instrumento de procuração com poderes especiais para representação na Assembleia Geral da Cemig com menos de 1 (um) ano, documento de identificação do procurador com foto comprovante de titularidade das ações expedido pela instituição financeira depositária. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das Assembleias

A Companhia não transmite ao vivo ou em áudio, as assembleias.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há atualmente mecanismos destinados a permitir a inclusão de propostas formuladas por acionistas na ordem do dia.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**12.4. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:****a) frequência das reuniões**

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês para analisar os resultados da Companhia e de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, além de deliberar sobre as demais matérias incluídas na ordem do dia conforme seu regimento interno e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existem tais disposições.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Caberá ao Conselheiro declarar, previamente à deliberação, que tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto a determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de participar da sua discussão e votação.

É vedado aos Conselheiros:

- praticar ato de liberalidade à custa da Companhia;*
- tomar empréstimos ou recursos da Companhia e usar, em proveito próprio, bens a ela pertencentes;*
- receber qualquer modalidade de vantagem em razão do exercício do cargo;*
- usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia ou demais controladas, coligadas ou subsidiárias integrais, as oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;*
- omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou demais controladas, coligadas ou subsidiárias integrais;*
- adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia ou que esta tencione adquirir;*
- valer-se da informação privilegiada para obter vantagem para si ou para outrem, mediante compra ou venda de valores mobiliários;*
- intervir em operações que tenham interesse conflitante com a Companhia ou com qualquer empresa controlada, coligada ou subsidiária integral, devendo, nessa hipótese, consignar as causas do seu impedimento em ata;*
- participar direta ou indiretamente da negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados: antes da divulgação ao mercado ato ou fato relevante ocorrido na Sociedade; no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DPF e IAN) da Companhia; e, se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.*

Caberá ao Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade propor ao Conselho de Administração as regras para tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Maria Celeste Morais Guimarães		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até a primeira RCA a realizar-se após a AGO de 2012	0
374.076.436-87	Advogada	19 - Outros Diretores	03/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor					
José Carlos de Mattos		Pertence apenas à Diretoria	06/12/2010	Até a primeira RCA após a AGO de 2012	0
070.853.896-72	Professor	19 - Outros Diretores	06/12/2010	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções no emissor.					
Arlindo Porto Neto		Pertence apenas à Diretoria	26/05/2009	Até a primeira RCA após a AGO de 2012	0
007.940.236-49	Administrador	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	26/05/2009	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções no emissor.					
Luiz Fernando Rolla		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até a primeira RCA após a AGO de 2012	0
195.805.686-34	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	03/01/2011	Sim	0%
A diretoria de Relações com Investidores acumula ainda as funções de diretoria Financeira e de Controle Financeiro das Participações					
José Raimundo Dias Fonseca		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até a primeira RCA após a AGO de 2012	0
261.986.576-04	Engenheiro	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções no emissor.					
Luiz Henrique de Castro Carvalho		Pertence apenas à Diretoria	26/05/2009	Até a primeira RCA após a AGO de 2012	0
315.051.986-15	Engenheiro	19 - Outros Diretores	26/05/2009	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções no emissor.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
FUAD JORGE NOMAN FILHO		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até a primeira RCA após a AGO de 2012	0
009.880.816-87	Economista	19 - Outros Diretores	03/01/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções no emissor.					
Luiz Henrique Michalick		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até a primeira RCA após a AGO de 2012	0
177.342.826-87	Jornalista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções no emissor.					
Frederico Pacheco de Medeiros		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até a primeira RCA após a AGO de 2012	0
666.838.586-91	Advogado	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções no emissor.					
Adriano Magalhães Chaves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO de 2012	0
086.051.928-79	Engenheiro Eletricista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Assistente, em nível de Superintendente, na Diretoria de Geração e Transmissão da Cemig e Secretário de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais.					
Antonio Adriano Silva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
056.346.956-00	Administrador e publicitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
539.109.746-00	Eletricitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Luiz Carlos Costeira Urquiza		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
591.838.457-04	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções no emissor.					
Cezar Manoel de Medeiros		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
006.688.346-68	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Eduardo Borges de Andrade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO de 2012	0
000.309.886-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Francelino Pereira dos Santos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
000.115.841-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Franklin Moreira Gonçalves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
754.988.556-72	Tecnólogo em processamento de dados	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Guilherme Horta Gonçalves Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
266.078.757-34	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Guy Maria Villela Pachcoal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
João Camilo Penna		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
000.976.836-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Lauro Sérgio Vasconcelos David		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
603.695.316-04	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Superintendente de Coordenação e Gestão Empresarial.					
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
194.921.896-15	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Maria Estela Kubitschek Lopes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
092.504.987-56	Arquiteta	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO de 2012	0
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Otávio Marques de Azevedo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO de 2012	0
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Não	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce outras funções no emissor.					
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO de 2012	0
269.960.226-49	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Paulo Roberto Reckziegel Guedes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2012	0
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Paulo Sérgio Machado Ribeiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
428.576.006-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Renato Torres de Faria		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO de 2012	0
502.153.966-34	Engenheiro de Minas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Ricardo Antônio Mello Castanheira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2012	0
130.218.186-68	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Ricardo Coutinho de Sena		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO de 2012	0
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Saulo Alves Pereira Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO de 2012	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Dorothea Fonseca Furquim Werneck		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO 2012	0
261.863.817-49	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Tarcísio Augusto Carneiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO de 2012	0
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Marco Antonio Rodrigues da Cunha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
292.581.976-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções no emissor.					
Djalma Bastos Morais		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
006.633.526-49	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	20/01/2011	Sim	0%
Diretor Presidente (mandato como diretor presidente: de 26/05/2009 até a primeira RCA após a AGO de 2012)					
Fernando Henrique Schuffner Neto		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	20/01/2011	até a AGO de 2012	0
320.008.396-49	Engenheiro Eletricista	39 - Outros Conselheiros / Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas (mandato como diretor: 06/12/2010 até a primeira RCA após a AGO de 2012)					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Aliomar Silva Lima		Conselho Fiscal	04/08/2010	Até a AGO em 2011	0
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	04/08/2010	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Ari Barcelos da Silva		Conselho Fiscal	04/08/2010	Até a AGO em 2011	0
006.124.137-72	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	04/08/2010	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond		Conselho Fiscal	04/08/2010	Até a AGO de 2011	0
026.939.257-20	Jornalista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	04/08/2010	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Helton da Silva Soares		Conselho Fiscal	04/08/2010	Até a AGO de 2011	0
000.185.326-08	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	04/08/2010	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Luiz Guaritá Neto		Conselho Fiscal	04/08/2010	Até a AGO de 2011	0
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	04/08/2010	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho		Conselho Fiscal	04/08/2010	até a AGO em 2011	0
001.909.696-87	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	04/08/2010	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Newton de Moura		Conselho Fiscal	04/08/2010	Até a AGO em 2011	0
010.559.846-15	Bancário e Economiário	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	04/08/2010	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Rafael Cardoso Cordeiro		Conselho Fiscal	04/08/2010	Até AGO de 2011	0
037.496.966-32	Engenheiro Civil	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	04/08/2010	Não	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Thales de Souza Ramos Filho		Conselho Fiscal	04/08/2010	Até a AGO de 2011	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	04/08/2010	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Vicente de Paulo Barros Pegoraro		Conselho Fiscal	04/08/2010	Até a AGO de 2011	0
004.826.419-91	Pensionista	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	04/08/2010	Não	0%

Não exerce outras funções no emissor.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais (2003 – 2010)

Membro do Comitê de Governança Corporativa (2008 – 2010)

Membro do Colegiado dos Órgãos de Defesa Social (2005 – 2010)

Presidente do Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual – CONREGE (2004 – 2010)

Presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI (2007 – 2009)

Instituto dos Advogados de Minas Gerais, IAMG, Brasil: Diretora do Departamento de Direito Empresarial (2006 – 2008)

Faculdades Milton Campos FMC Brasil: Professora Assistente, Ensino, Direito, Nível Graduação. Disciplina: Direito Comercial (1988 – Atual)

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC: Membro Efetivo – Conselheira Certificada

/

A administradora acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal no Estado do Rio de Janeiro/ São Paulo/ Minas Gerais (1983 - 1992)
Diretor Financeiro da Caixa Econômica Federal (1992 - 1994)
Diretor do BIAPE – Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo (1992 - 1994)
Vice-Presidente de Operação do BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais (1995 - 1996)
Diretor Financeiro da CODEMIG – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (2003 - 2005)
Diretor Presidente da PREVIMINAS – Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais (2005 - 2006)
Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig (2007 - 2009)
Diretor-Presidente da Cemig Baguari Energia S.A..
Diretor da Usina Termelétrica Barreiro S.A..
Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 27-04-2007 até 06-12-2010.
Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 12-02-2009 até 24-09-2009
Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig e da Cemig D a partir de 06-12-2010
Diretor da Cemig GT a partir de 06-12-2010.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Prefeito de Patos de Minas (01/02/1983 a 31/12/1988)
Vice-Governador do Estado de Minas Gerais (15/03/1991 a 31/12/1994)
Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento (30/04/1996 a 08/04/1998)
Senador da República pelo PTB de Minas Gerais (01/02/1995 a 31/01/2003)
Vice Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG (maio/2004 a janeiro/2009)
Cemig, Cemig D e Cemig GT
Diretor Vice-Presidente da Cemig, Cemig D e Cemig GT desde 20-01-2009

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Membro do Conselho de Administração da Cemig – 07/1997 a 04/2000
Cemig Telecomunicações S.A – 09/2001 a 04/2005
Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia – 03/2007 até presente data
Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig, Cemig D e Cemig GT – 09-01-2007 até 30-10-2007.
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da Cemig, Cemig D e Cemig GT – 30-10-2007 até 03-01-2011
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações da Cemig, Cemig D e Cemig GT – 03-01-2011 até presente data
Usina Térmica Ipatinga – Diretor – de 03/2007 até presente data
Sá Carvalho – Diretor – 03/2007 até presente data
Cemig PCH – Diretor – 03/2007 até presente data
Efficientia – Diretor de Finanças – 03/2007 até presente data
Cemig Capim Branco – Diretor – 03/2007 até presente data
Usina Termelétrica Barreiro – Diretor – 03/2007 até presente data
Horizontes Energia – Diretor – 03/2007 até presente data
Cemig Trading S.A. – Diretor – 30-04-2008 até presente data
Cemig Pai Joaquim S.A. – Diretor de Finanças e Comercialização – 27-05-2008 até presente data
Rosal Energia S.A. – Diretor Financeiro e Administrativo – 30-04-2009 até presente data
Cemig Baguari Energia S.A. – Diretor – 30-04-2009 até a presente data
Cemig Serviços S.A. – Diretor Financeiro – 09-04-2008 até a presente data

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Professor de Equipamentos Elétricos do curso de pós-graduação de Engenharia de Manutenção da PUC de Minas Gerais.

Conselheiro Fiscal da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Vice-Presidente da ABRACEEL – Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica

Profissional de carreira, ingressou na Cemig em 1982, onde ocupou vários cargos, desde engenheiro, Gerente de Controle e Liquidação das Operações de Energia a Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado, cargo que ocupou entre 2007 e 2011.

Atualmente exerce o cargo de Diretor Comercial da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

Cemig:

Analista de Suporte no Grupo “Suporte e Apoio” - março/1984 a dezembro/1986

Líder de Grupo na Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática - janeiro/1987 a janeiro/1990

Adjunto da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática - fevereiro/1990 a julho/1994

Assistente do Departamento de Apoio a Informática - agosto/1994 a março/1995

Gerente da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática - abril/1995 a dezembro/1997

Gerente do Departamento de Apoio e Suporte a Usuários de Informática - janeiro/1998 a abril/2001

Superintendente de Telecomunicações e Informática - maio/2001 a julho/2003

Superintendente de Material, Logística e Serviços - agosto/2003 a maio/2007

Superintendente de Material e Serviços - maio/2007 a abril/2008

Assessor da Presidência da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG - abril/2008 até agosto/2008

Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG - agosto/2004 a junho/2007

Diretor de Geração e Transmissão da CEMIG - agosto/2008 até a presente data

Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia - CGET - agosto/2005

Clube de Investimentos dos Empregados da CEMIG – CLIC: Diretor Administrativo - abril/1999 a abril/2003

Membro do Conselho de Administração e Fiscal - abril/2003 até a presente data

Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de MG - SUCESU – MG

Diretor de Ação Social - dezembro/2000 a dezembro/2002

Presidente do Conselho do “Grupo de CIOs - Chief Information Office” de MG - janeiro/2003 a janeiro/2004

Diretor de Tecnologia - dezembro/2002 a dezembro/2004

Diretor de Soluções Corporativas - dezembro/2004 a dezembro/2006

Associação Intergerencial da Cemig – AIC

Diretor-Presidente - julho/2005 a julho/2007

Diretor-Presidente da Cemig Capim Branco Energia S.A., Central Termelétrica Cogeração S.A., Horizontes Energia S.A., Usina Termelétrica Barreiro S.A., Rosal Energia S.A.

Diretor Técnico da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.,

Diretor da Cemig PCH S.A., Sá Carvalho S.A., Usina Térmica Ipatinga S.A. e Cemig Baguari Energia S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Secretário-executivo-adjunto e secretário de Haveres e Riscos da Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda.

Secretário-executivo da Casa Civil da Presidência da República

Consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI), quando prestou assessoria para o Governo de Cabo Verde.

Presidente da BrasilPrev Previdência Privada, da Associação das Empresas de Previdência Privada (Anapp) e do Conselho de Administração do Banco do Nordeste.

Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais - (2003 - 2007)

Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais - (2007 - 2010)

Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig desde 03-01-2011

Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT desde 03-01-2011

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Jornalista econômico da Sucursal do Jornal Folha de São Paulo, em Belo Horizonte (1979 - 1985)

Integrou a editoria econômica do Jornal Estado de Minas (1986 - 1987)

Assessor de Imprensa da Fundação Dom Cabral (1984 e 1985)

Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais (1985 - 1987)

Profissional de carreira da Cemig, ingressou na empresa em 1985, onde ocupou os cargos de jornalista e Gerente de Imprensa, Relações Públicas e Publicidade, assumindo em 2003 a Superintendente de Comunicação Empresarial, na qual permaneceu de 2003 a 2011.

Desde 2006, integra como representante da Cemig e fundador da plataforma de empresas do Reputation Institute no Brasil.

Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

O Sr. Medeiros nasceu em 1969. Formou-se em direito pela UFMG em 1992. Foi Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça de MG de 1989 a 1998. Atuou como Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados de 1993 a 2002. Trabalhou como Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais entre 2003 e 2008 e Secretário-Geral do Governador de Minas Gerais entre 2008 a 2010. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestão Empresarial da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI,

membro da Câmara de Energia da Associação Comercial de Minas Gerais – ACOMINAS, membro do Conselho Deliberativo do SEBRAE e membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Mesbla S.A., Empresa Brasileira de Varejo S.A. - Embrava, Agência Jornalística Imagem, Associação Comercial de Minas, Asa Criação de Publicidade e Coteminas. Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Ocupa o cargo de Técnico Administrativo e Comunicador Visual na Cemig Distribuição S.A.. Atualmente é Diretor do Sindieleto, membro do Conselho do Prosaúde e membro do Comitê do PCR – Plano de Cargos e Remuneração da CEMIG.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Carlos Costeira Urquiza - 591.838.457-04

Chefe da base de Caxias pela Shell Brasil S.A. (1984 - 1989)

Gerente, Superintendente e Diretor de Produtos Banco Nacional S.A. (1989 - 1994)

Diretor do Unibanco 30 horas pelo Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A.. (1994 - 1995)

Conselheiro e Diretor Superintendente da Quatro/A, (1995 - 2000).

Sócio e diretor presidente do Banco 1.Net, primeiro banco virtual do Brasil (2000 - 2004)

Desde 2009 é membro dos Conselhos de Administração da Light e da Light SESA.

Atualmente ocupa o cargo de Conselheiro de Administração da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Cia Vale do Rio Doce - Membro do Comitê de Planejamento Estratégico (2003/05);

Acesita - Membro do Conselho de Administração (2003/05);

Arcelor – Membro do Conselho de Administração (2006/08);

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Presidente do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões - AGC, há 5 anos.

A AGC é uma holding do grupo Andrade Gutierrez focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura tanto no Brasil como no exterior.

A AGC possui também participações na Cia. de Concessões Rodoviárias-CCR na Dominó Hoildings (detentora de participação relevante na SANEPAR), na Aeris (concessionária do principal aeroporto de Costa Rica), na Quiport (Concessionária do aeroporto de Quito no Equador) e da Water Port (responsável pela operação do sistema de saneamento da margem direita do porto de Santos).

Os principais acionistas da AGC são o Grupo Andrade Gutierrez, com 83,50% e o Internacional Finace Corporation - IFC (braço privado do Banco Mundial), com 14,85%.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Foi senador de Minas Gerais, de 1995 a 2002 e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos de 1963 a 1979 e vereador da cidade Belo Horizonte de 1951 a 1954. De 1961 a 1966 foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais e Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. De 1985 a 1990 foi vice-presidente da administração do Banco do Brasil S.A. e diretor presidente da Acesita, de outubro de 1983 a agosto de 1984. Foi também professor e diretor da Escola Municipal de 2º Grau de Contabilidade em Belo Horizonte de 1955 a 1959. Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Técnico de Operação Sistema Elétrico da Companhia Energética de Minas Gerais S.A..
Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Pachal - 000.798.806-06

Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 28 anos alcançando a Presidência da Companhia.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Companhia Vale do Rio Doce – CVRD: Engenheiro de obras de 1949 a 1951,

Companhia Energética de Minas Gerais: Engenheiro de Planos Projetos e Obras de 1951 a 1961, Diretor Técnico de 1961 a 1967 e Presidente de 1967 a 1975.

Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais de 1975 a 1979.

Foi Ministro de Estado da Indústria e Comércio do Brasil de 1979 a 1984.

Presidente de Furnas Centrais Elétricas, de 1985 a 1989.

Durante os períodos relatados, foi, interinamente, Secretário de Administração de Minas Gerais, Membro do Conselho Monetário Nacional, Membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, Vice Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Diretor do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens e do Núcleo Brasileiro da Conferência Mundial de Energia.

A partir de 1990, exerceu funções de consultor e membro de Conselhos em empresas como a Companhia Siderúrgica Manesmann, Fundação Dom Cabral, Copersucar, Companhia Siderúrgica do Pará, Companhia Força e Luz Cataguazes – Leopoldina, Biobrás, Copasa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG.

De 1984 a 1992 foi Membro do Conselho de Administração da Itaipu Bi- nacional,

Presidente do Conselho do Instituto Horizontes na Atech- SIVAM. Na Coopers and Lybrand esteve na presidência do Comitê de supervisão do Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira.

Em 2002, foi Consultor Especial no preparo do Estudo “Minas Gerais no século XXI” de iniciativa e Coordenação do BDMG e Presidente da Assembleia da “Economia e Energia – E&E”, Organização Social. Membro da Comissão de Ética da Presidência da República, de 2000 a 2005. De 2004 a 2005 foi Membro do Conselho de Ética pública do Governo de Minas Gerais.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

O Sr. David nasceu em 1968. É formado em Administração de Empresas pela Faculdade Champagnat, tendo concluído o curso de especialização em Administração Financeira pela Fundação Dom Cabral, o Mestrado em Gestão Empresarial pela Amana-Key-SP e a Pós - graduação em Finanças e Controladoria pela FACE-UFMG;

Companhia Energética de Minas Gerais: Gerente de Programação e Controle Financeiro (1993-1998), Gerente de Orçamento e Custos (1999-2005), Superintendente de Controle e Gestão Empresarial (maio/2005).

Em sua vivência profissional o Sr. Vasconcelos participou dos seguintes projetos específicos:

Participação na implementação do Projeto de Balanced Scorecard da Cemig (2003), como coordenador da Diretoria de Finanças e Participações- DFN;

Participação no Projeto de Reestruturação Organizacional da Cemig como representante da Superintendência de Controle e Programação Financeira- FN (2001);

Secretário Executivo do Comitê de priorização de Orçamento - CPO da Cemig (1998-2005);

Membro do Comitê de Negociação Sindical (desde 2003);

Diretor financeiro do Clube de Investimentos da Cemig - CLIC (2001-2005);

Presidente do Clube (desde abril/2005).

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Antônio Athayde Vasconcelos - 194.921.896-15

Desde 2003, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais. De 1999 a 2003, Diretor da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 1995 a 1998, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais. De 1992 a 1994, Vice Presidente Financeiro do Banco Credireal S.A.. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Estela Kubitschek Lopes - 092.504.987-56

Decoradora de interiores e empresária. É sócia gerente da DF Consultores Ltda. e da Santa Júlia Importação, Exportação e Participações. É também conselheira do presidente da Fundação Municipal de Teatro da Cidade do Rio de Janeiro, e do presidente dos Amigos do Estado do Rio de Janeiro – AME-RIO, e do presidente do conselho da Casa Santa Ignez (uma entidade filantrópica responsável pela nutrição e educação de crianças e de famílias de baixa renda no bairro da Rocinha no Rio de Janeiro). Foi uma das fundadoras do Memorial JK, uma organização fundada em memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira (ex-presidente do Brasil), e exerceu o cargo de vice-presidente de setembro de 1981 a maio de 2000, e como presidente executiva desde outubro de 2000. Foi também presidente do conselho do Instituto Cultural Cesgranrio, vice-presidente do conselho do Banco da Mulher, presidente de Instituições Benéficas do Estado do Rio de Janeiro e membro do conselho da Casa das Palmeiras, um instituto cultural. Recebeu diversas honras ao mérito cultural e social.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/

A administradora acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC há 5 anos.

A AGC é uma holding do grupo Andrade Gutierrez focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura tanto no Brasil como no exterior.

A AGC possui também participações na Cia. de Concessões Rodoviárias-CCR na Dominó Holdings (detentora de participação relevante na SANEPAR), na Aeris (concessionária do principal aeroporto de Costa Rica), na Quiport (Concessionária do aeroporto de Quito no Equador) e da Water Port (responsável pela operação do sistema de saneamento da margem direita do porto de Santos).

Os principais acionistas da AGC são o Grupo Andrade Gutierrez, com 83,50% e o Internacional Finance Corporation - IFC (braço privado do Banco Mundial), com 14,85%.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Executivo da Andrade Gutierrez S/A - AGSA, há 5 anos.

A AGSA é a holding do grupo Andrade Gutierrez que atua na área de Construção Pesada, Concessões e Telecomunicações.

A AGSA possui também participações na Construtora Andrade Gutierrez e na AG Telcom.

Os acionistas da AGSA são as administradoras Santana, São Miguel e Santo Estevão, cada uma com 33,33% do Capital Social.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC há 5 anos.

A AGC é uma holding do grupo Andrade Gutierrez focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura tanto no Brasil como no exterior.

A AGC possui também participações na Cia. de Concessões Rodoviárias-CCR na Dominó Holdings (detentora de participação relevante na SANEPAR), na Aeris (concessionária do principal aeroporto de Costa Rica), na Quiport (Concessionária do aeroporto de Quito no Equador) e da Water Port (responsável pela operação do sistema de saneamento da margem direita do porto de Santos).

Os principais acionistas da AGC são o Grupo Andrade Gutierrez, com 83,50% e o Internacional Finance Corporation - IFC (braço privado do Banco Mundial), com 14,85%.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC há 5 anos.

A AGC é uma holding do grupo Andrade Gutierrez focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura tanto no Brasil como no exterior.

A AGC possui também participações na Cia. de Concessões Rodoviárias-CCR na Dominó Holdings (detentora de participação relevante na SANEPAR), na Aeris (concessionária do principal aeroporto de Costa Rica), na Quiport (Concessionária do aeroporto de Quito no Equador) e da Water Port (responsável pela operação do sistema de saneamento da margem direita do porto de Santos).

Os principais acionistas da AGC são o Grupo Andrade Gutierrez, com 83,50% e o Internacional Finance Corporation - IFC (braço privado do Banco Mundial), com 14,85%.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Subsecretário de Desenvolvimento Mineral e Metalúrgico do Estado de Minas Gerais

Especialista em recursos Minerais no Departamento Nacional de Produção Mineral do Estado de Minas Gerais

Gerente Geral da Vale S.A.

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC há 5 anos.

A AGC é uma holding do grupo Andrade Gutierrez focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura tanto no Brasil como no exterior.

A AGC possui também participações na Cia. de Concessões Rodoviárias-CCR na Dominó Holdings (detentora de participação relevante na SANEPAR), na Aeris (concessionária do principal aeroporto de Costa Rica), na Quiport (Concessionária do aeroporto de Quito no Equador) e da Water Port (responsável pela operação do sistema de saneamento da margem direita do porto de Santos).

Os principais acionistas da AGC são o Grupo Andrade Gutierrez, com 83,50% e o Internacional Finance Corporation - IFC (braço privado do Banco Mundial), com 14,85%.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Há 5 anos atuando com executivo, sendo nos 3 primeiros como executivo da Construtora Andrade Gutierrez S/A e nos últimos 2 anos como executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC.

A AGC é uma holding do grupo Andrade Gutierrez focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura tanto no Brasil como no exterior.

A AGC possui também participações na Cia. de Concessões Rodoviárias-CCR na Dominó Holdings (detentora de participação relevante na SANEPAR), na Aeris (concessionária do principal aeroporto de Costa Rica), na Quiport (Concessionária do aeroporto de Quito no Equador) e da Water Port (responsável pela operação do sistema de saneamento da margem direita do porto de Santos).

Os principais acionistas da AGC são o Grupo Andrade Gutierrez, com 83,50% e o Internacional Finance Corporation - IFC (braço privado do Banco Mundial), com 14,85%.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC, há 5 anos.

A AGC é uma holding do grupo Andrade Gutierrez focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura tanto no Brasil como no exterior.

A AGC possui também participações na Cia. de Concessões Rodoviárias-CCR na Dominó Holdings (detentora de participação relevante na SANEPAR), na Aeris (concessionária do principal aeroporto de Costa Rica), na Quiport (Concessionária do aeroporto de Quito no Equador) e da Water Port (responsável pela operação do sistema de saneamento da margem direita do porto de Santos).

Os principais acionistas da AGC são o Grupo Andrade Gutierrez, com 83,50% e o Internacional Finance Corporation - IFC (braço privado do Banco Mundial), com 14,85%.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC, há 5 anos.

A AGC é uma holding do grupo Andrade Gutierrez focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura tanto no Brasil como no exterior.

A AGC possui também participações na Cia. de Concessões Rodoviárias-CCR na Dominó Holdings (detentora de participação relevante na SANEPAR), na Aeris (concessionária do principal aeroporto de Costa Rica), na Quiport (Concessionária do aeroporto de Quito no Equador) e da Water Port (responsável pela operação do sistema de saneamento da margem direita do porto de Santos).

Os principais acionistas da AGC são o Grupo Andrade Gutierrez, com 83,50% e o Internacional Finance Corporation - IFC (braço privado do Banco Mundial), com 14,85%.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Professora do Instituto de Economia Industrial e da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ (1978-1980)

Professora do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (1983-1984)

Secretária Executiva do Ministério da Fazenda (1992)

Secretária Nacional de Economia (1991-1992)

Secretária de Planejamento Econômico Social (1988-1989)

Secretária de Emprego e Salários (1985-1988) e Técnica do IPEA (1975-2003)

Diretora da Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (1993-94 e 1998-99)

Gerente Especial da APEX (1999-2002)

Membro dos Conselhos da FUNCEX e da AEB (1999-2005)

Atualmente Secretária de Estado de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de Presidente do Conselho de Administração da Cemig.

/

A administradora acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC, há 5 anos.

A AGC é uma holding do grupo Andrade Gutierrez focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura tanto no Brasil como no exterior.

A AGC possui também participações na Cia. de Concessões Rodoviárias-CCR na Dominó Holdings (detentora de participação relevante na SANEPAR), na Aeris (concessionária do principal aeroporto de Costa Rica), na Quiport (Concessionária do aeroporto de Quito no Equador) e da Water Port (responsável pela operação do sistema de saneamento da margem direita do porto de Santos).

Os principais acionistas da AGC são o Grupo Andrade Gutierrez, com 83,50% e o Internacional Finance Corporation - IFC (braço privado do Banco Mundial), com 14,85%.

Membro dos Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Funcionário de carreira do BDMG, ingressou no banco em 1978, onde foi Gerente de Divisão Financeira (1988 - 1991)
 Presidente da Associação dos Funcionários do BDMG (1988 - 1990)
 Presidente da Federação Nacional das Associações e Conselhos de Representantes de Bancos Oficiais (1988 - 1990)
 Presidente da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – Casemg (1991 - 1995)
 Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – Indi (1995 - 1999)
 Secretário de Estado da Agricultura de Minas Gerais em 2006.
 Diretor de Gestão Empresarial da Cemig (2003 - 2011)
 Atualmente é membro suplente do Conselho de Administração da Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..
 Diretor da Capim Branco Energia S.A.;
 Diretor Técnico da Central Termelétrica de Cogeração S.A.;
 Diretor-Presidente da Sá Carvalho S.A.;
 Diretor Vice-Presidente de Rosal Energia S.A.;
 Diretor Administrativo de CEMIG Serviços S.A.;
 Diretor Técnico da CEMIG Telecom S.A. (ex-Empresa de Infovias S.A.);
 Conselheiro Vice-Presidente da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.;
 Conselheiro da TAESA, desde setembro de 2009;
 Conselheiro da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Ministro de Estado das Comunicações: Interino (de 23-12-1993 a jan/1994) e Efetivo (de jan/94 a jan/95)
 Petrobrás Distribuidora S.A.: Vice- Presidente – de 1995 a 98
 GASMIG: Presidente do Conselho de Administração (desde 29-01-99) e Diretor Presidente (de 29-01-99 a 15-12-2004)
 Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais: Diretor-Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração (ambos desde 14-01-99)
 Cemig Distribuição S.A.: Diretor-Presidente (desde 08-09-2004) e Vice- Presidente Conselho de Administração (desde 13-12-2004)
 Cemig Geração e Transmissão S.A.: Diretor-Presidente (desde 08-09-04) e Vice- Presidente Conselho de Administração (desde 13-12-04)
 Light S.A.: Membro do Conselho de Administração (desde 10-08-2006)
 Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Presidente do Conselho de Administração (desde 04-11-2009)

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

O Sr. Schuffner nasceu em 03 de janeiro de 1960 em Teófilo Otoni – MG. Graduiu-se em Engenharia Elétrica em 1982 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), com mestrado em Automação e Controle pela Universidade Estadual de Campinas – SP (UNICAMP) (1984). Curçou MBA em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Participou de diversos programas de educação executiva, dentre os quais o Finance for Executives, INSEAD – França. É funcionário da CEMIG tendo exercido os seguintes cargos: Gerente de Operação e Manutenção de Governador Valadares, Gerente Regional de Teófilo Otoni, Superintendente da Coordenação de Planejamento e Gestão da Distribuição, Superintendente de Coordenação, Planejamento e Expansão da Distribuição, Superintendente de Planejamento da Expansão da Distribuição e Mercado. Obteve os seguintes destaques em suas funções: Superintendente da Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (2004/2006). Professor do curso de Engenharia Elétrica da PUC – MG (1985/1986 e 2003/2005). Membro do Conselho do CREA – MG (1999/2001). Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros – Desde Março/2005. Membro do Conselho de Administração da Cemig (2002/2004 e desde 2007). Membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema – ONS (desde 2008). Membro do Conselho de Administração da Light (desde 2010). Presidente do Clube de Investimentos dos Empregados da Cemig – Clic (2002/2005). Diretor de Geração e Transmissão da Cemig (2007 – 2008). Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig (2008 – 2010). E desde 2010 é Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Economista com especialização em gestão de empresas de energia elétrica pela UFPR e mercado de capitais pelo IBMEC, professor de diversas disciplinas ligadas à área de finanças em cursos de Administração da PUCMINAS e membro suplente dos conselhos fiscais da Light S.A., Cemig, Cemig D e Cemig GT e Gasmig, e membro titular do conselho fiscal da CemigTelecom.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Trabalhou na ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR, CHESF, CEMAR e ELETROSUL. .

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais S.A.: Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Membro do Conselho de Administração da CEMAT – MT

Diretor da Trad. Ass. e Consultoria

Membro do Conselho Fiscal da Ligth S.A..

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Executivo da Construtora Andrade Gutierrez S/A (CONSAG), há 5 anos.

A CONSAG atua na área de copntrução pesada no Brasil.

O acionista da CONSAG é a Andrade Gutierrez S.A., com 100% do capital.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Diretor – RCG Engenharia e Empreendimentos Ltda.

Diretor – Jaguará Shoppings

Diretor – 7 Estrelas Agropecuária

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Trabalha na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Newton de Moura - 010.559.846-15

Foi diretor vice presidente da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis Ltda.

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rafael Cardoso Cordeiro - 037.496.966-32

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC, há 5 anos.

A AGC é uma holding do grupo Andrade Gutierrez focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura tanto no Brasil como no exterior.

A AGC possui também participações na Cia. de Concessões Rodoviárias-CCR na Dominó Holdings (detentora de participação relevante na SANEPAR), na Aeris (concessionária do principal aeroporto de Costa Rica), na Quiport (Concessionária do aeroporto de Quito no Equador) e da Water Port (responsável pela operação do sistema de saneamento da margem direita do porto de Santos).

Os principais acionistas da AGC são o Grupo Andrade Gutierrez, com 83,50% e o Internacional Finace Corporation - IFC (braço privado do Banco Mundial), com 14,85%.

Membro dos Conselhos Fiscais da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Diretor do Hospital Dr. João Felício Ltda. (Juiz de Fora – MG)

Sócio – Zenite empreendimentos.

Membro dos Conselhos Fiscais da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

Conselheiro Fiscal/membro do Comitê de Auditoria da TIM Participações S.A. (2006).

Membro dos Conselhos Fiscais da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A..

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Celeste Moraes Guimarães - 374.076.436-87

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Luiz Carlos Costeira Urquiza - 591.838.457-04

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Luiz Antônio Athayde Vasconcelos - 194.921.896-15

Maria Estela Kubitschek Lopes - 092.504.987-56

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Newton de Moura - 010.559.846-15

Rafael Cardoso Cordeiro - 037.496.966-32

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Adriano Magalhães Chaves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até a AGO de 2012
086.051.928-79	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro Eletricista		27/01/2011	0	0%
Não.						
Antonio Adriano Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até a AGO de 2012
056.346.956-00	Comitê de Recursos Humanos.	Administrador e Publicitário		27/01/2011	0	0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Cezar Manoel de Medeiros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
006.688.346-68	Comitês de Finanças, Auditoria e Riscos	Economiasta		04/08/2010	0	0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Cezar Manoel de Medeiros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
006.688.346-68	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Economista		04/08/2010	0	0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Cezar Manoel de Medeiros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
006.688.346-68	Comitê de Estratégia	Economista		04/08/2010	0	0%
Não exerce outras funções no emissor						
Djalma Bastos Morais	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
006.633.526-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Diretor Presidente.						
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Outros Comitês		Outros		27/01/2011	Até AGO de 2012.
261.863.817-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Economista	Coordenadora	27/01/2011	0	0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Eduardo Borges de Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até a AGO de 2012
000.309.886-91	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		27/01/2011	0	0%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Não exerce outras funções no emissor.						
Fernando Henrique Schuffner Neto 320.008.396-49	Outros Comitês Comitê de Estratégia	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	0	Até a AGO de 2012 0%
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas						
Fernando Henrique Schuffner Neto 320.008.396-49	Outros Comitês Comitê de Desenvolvimento Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro	Outros Coordenador	04/08/2010	0	Até AGO de 2012 0%
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas						
Francelino Pereira dos Santos 000.115.841-49	Outros Comitês Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Advogado	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	0	Até a AGO de 2012 0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Franklin Moreira Gonçalves 754.988.556-72	Outros Comitês Comitê de Apoio ao Conselho de Administração/Comitê de Gov Corporativa e Sustentabilidade	Tecnólogo em processamento de dados	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	0	Até a AGO de 2012 0%
Empregado.						
Guy Maria Villela Pachcoal 000.798.806-06	Outros Comitês Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	0	Até a AGO de 2012 0%
Não exerce outras funções no emissor.						
João Camilo Penna 000.976.836-04	Outros Comitês Comitês de Recursos Humanos	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	0	Até a AGO de 2012 0%
Não exerce outras funções no emissor.						
João Camilo Penna 000.976.836-04	Outros Comitês Comitê de Estratégia	Engenheiro	Outros Coordenador	04/08/2010	0	Até AGO de 2012 0%
Não.						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Lauro Sérgio Vasconcelos David 603.695.316-04	Outros Comitês Comitê Finanças, Auditoria e Riscos/Comitê Desenv. Neg. e Contr. Emprl. de Control e Coligadas.	Administrador	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até a AGO de 2012 0%
Empregado.						
Lauro Sérgio Vasconcelos David 603.695.316-04	Outros Comitês Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Administrador	Outros Coordenador	04/08/2010	04/08/2010 0	Até AGO de 2012. 0%
Empregado.						
Luiz Carlos Costeira Urquiza 591.838.457-04	Outros Comitês Comitê de Desenv Negócios e Controle Empr de Controladas e Coligadas/Comitê de Estratégia	Empresário	Membro do Comitê (Efetivo)	27/01/2011	27/01/2011 0	Até a AGO de 2012 0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha 292.581.976-15	Outros Comitês Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até a AGO de 2012 0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha 292.581.976-15	Outros Comitês Comitê Recursos Humanos/Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro	Outros Coordenador	04/08/2010	04/08/2010 0	Até AGO de 2012. 0%
Não						
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS 813.975.696-20	Outros Comitês Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Contador	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até a AGO de 2012 0%
Não e exerce outras funções no emissor.						
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro 269.960.226-49	Outros Comitês Comitês de Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até a AGO de 2012 0%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Não exerce outras funções no emissor.						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes 400.540.200-34	Outros Comitês Comitê Finanças, Auditoria e Riscos/Comitê Rec Humanos/Comitê Estratégia	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até a AGO de 2012 0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes 400.540.200-34	Outros Comitês Comitê Desenv Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até AGO de 2012. 0%
Não.						
Paulo Sérgio Machado Ribeiro 428.576.006-15	Outros Comitês Comitê Apoio Cons Administração/Comitê Recursos Humanos/Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até a AGO de 2012 0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Renato Torres de Faria 502.153.966-34	Outros Comitês Comitês de Estratégia.	Engenheiro de Minas	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até a AGO de 2012 0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Ricardo Antônio Mello Castanheira 130.218.186-68	Outros Comitês Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade; Recursos Humanos;	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até AGO de 2012 0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Ricardo Coutinho de Sena 090.927.496-72	Outros Comitês Comitê Gov Corporativa e Sustentabilidade/Comitê Desenv. Negócios.Contr. Empr. Contr e Coligadas	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até a AGO de 2012 0%
Não exerce outras funções no emissor.						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Saulo Alves Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até AGO de 2012
787.495.906-00	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração; de Estratégia; Desenv Neg Contr Empr Contr e Coligadas	Engenheiro Eletricista		27/01/2011	0	0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Tarcísio Augusto Carneiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
372.404.636-72	Comitê de Recursos Humanos.	Engenheiro Civil		04/08/2010	0	0%
Não exerce outras funções no emissor.						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79						
Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00						
Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68						
Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68						
Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68						
Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49						
Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49						
Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91						
Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49						
Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49						

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Luiz Carlos Costeira Urquiza - 591.838.457-04

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Luiz Carlos Costeira Urquiza - 591.838.457-04

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação familiar.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2009**Administrador do Emissor**

Sérgio Alair Barroso	609.555.898-00	Subordinação	Controlador Direto
----------------------	----------------	--------------	--------------------

Membro Efetivo do Conselho de Administração (Presidente do Conselho de Administração).

Pessoa Relacionada

Estado de Minas Gerais	18.715.615/0001-60		
------------------------	--------------------	--	--

O conselheira era também Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – desde fevereiro de 2009.

Observação**Administrador do Emissor**

Sergio Alair Barroso	609.555.898-00	Controle	Controlada Direta
----------------------	----------------	----------	-------------------

Membro Efetivo do Conselho de Administração (Presidente do Conselho de Administração).

Pessoa Relacionada

Cemig Geração e Transmissão S/A	06.981.176/0001-58		
---------------------------------	--------------------	--	--

Membro Efetivo do Conselho de Administração (Presidente do Conselho de Administração).

Observação**Administrador do Emissor**

Sergio Alair Barroso	609.555.898-00	Controle	Controlada Direta
----------------------	----------------	----------	-------------------

Membro Efetivo do Conselho de Administração (Presidente do Conselho de Administração).

Pessoa Relacionada

Cemig Distribuição S/A	06.981.180/0001-16		
------------------------	--------------------	--	--

Membro Efetivo do Conselho de Administração (Presidente do Conselho de Administração).

Observação**Administrador do Emissor**

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Djalma Bastos Moraes Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Companhia.	006.633.526-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Cemig Geração e Transmissão S/A Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Cemig Geração e Transmissão S.A.	06.981.176/0001-58		
Observação			

Administrador do Emissor			
Djalma Bastos Moraes Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Companhia.	006.633.526-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Cemig Distribuição S/A Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Cemig Distribuição S.A.	06.981.180/0001-16		
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2008**Administrador do Emissor**

Djalma Bastos Morais	006.633.526-49	Controle	Controlada Direta
----------------------	----------------	----------	-------------------

Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Companhia.

Pessoa Relacionada

Cemig Geração e Transmissão S/A	06.981.176/0001-58		
---------------------------------	--------------------	--	--

Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Observação**Administrador do Emissor**

Djalma Bastos Morais	006.633.526-49	Controle	Controlada Direta
----------------------	----------------	----------	-------------------

Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Companhia.

Pessoa Relacionada

Cemig Distribuição S/A	06.981.180/0001-16		
------------------------	--------------------	--	--

Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Cemig Distribuição S.A.

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2007**Administrador do Emissor**

Djalma Bastos Morais	006.633.526-49	Controle	Controlada Direta
----------------------	----------------	----------	-------------------

Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Companhia.

Pessoa Relacionada

Cemig Geração e Transmissão S/A	06.981.176/0001-58		
---------------------------------	--------------------	--	--

Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Observação**Administrador do Emissor**

Djalma Bastos Morais	006.633.526-49	Controle	Controlada Direta
----------------------	----------------	----------	-------------------

Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Companhia.

Pessoa Relacionada

Cemig Distribuição S/A	06.981.180/0001-16		
------------------------	--------------------	--	--

Membro efetivo do Conselho de Administração (Vice-Presidente do Conselho de Administração) e Diretor-Presidente da Cemig Distribuição S.A.

Observação

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

A Cemig possui Apólice de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e/ou Administradores de Sociedade Comerciais (Directors and Officers Liability – D&O), com abrangência no Brasil e no Exterior.

Constitui objeto do Seguro de D&O a garantia à indenização aos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretores e Gerentes das Empresas do Grupo CEMIG, bem como aos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretores, Gerentes das Empresas nas quais a CEMIG tem participação, desde que indicados pela CEMIG, ou por uma de suas subsidiárias/controladas, e empregados que atuem por delegação destes.

Os valores cobertos são os referentes a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais homologados pela Seguradora e sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções e durante a vigência do seguro, desde que não importem em violação da lei ou do estatuto.

Estão excluídos de cobertura as ofertas públicas secundárias de valores mobiliários no mercado aberto de capitais, ações movidas pelo governo brasileiro, bem como multas, penalidades, tributos e garantias concedidas espontaneamente.

O valor do prêmio anual do seguro D&O, para o período 2010/2011, foi de US\$1.152.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil Dólares dos Estados Unidos).

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração

O principal objetivo da política de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da administração que auxilie no alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas.

Conforme determina o Estatuto Social, o montante global ou individual da remuneração das Diretoria, do Conselho de Administração e Comitês, bem como do Conselho Fiscal será definido pela assembleia geral.

Para o exercício de 2010, as AGO/AGE da Cemig realizadas em 29-04-2010, destinaram, considerando a Companhia ter atualmente nove Diretorias, a Verba Global Anual para Remuneração da Administração e dos Conselheiros Fiscais, compreendendo o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, no valor de até R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), incluindo seguro saúde para os Diretores, a ser contratado no mesmo padrão do Plano de Saúde vigente para os empregados da Companhia, mantendo-se inalterados os valores atuais percebidos pelos Diretores a título de remunerações mensais, licenças remuneradas, gratificações e demais benefícios de qualquer natureza.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2009, foi fixado como valor mensal de remuneração de cada membro do Conselho de Administração o equivalente a 20% (vinte por cento) da remuneração que, em média, perceber Diretor da Companhia, sendo os membros suplentes remunerados apenas quando em substituição aos membros efetivos.

Os membros do Conselho de Administração têm sua remuneração mensal dividida em um componente pré-determinado (parcela fixa) e um componente proporcional à frequência, sendo o componente pré-determinado estabelecido em 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal estipulada. A parcela fixa é devida apenas aos Conselheiros efetivos, que recebem, ainda, uma gratificação anual equivalente a uma remuneração mensal integral. O componente proporcional à frequência é representado pelos demais 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal estipulada, sendo dividido em jetons pagos ao Conselheiro efetivo ou ao suplente que o substitui durante as reuniões. Caso haja mais de uma reunião no mês, o jeton é dividido proporcionalmente ao número de reuniões realizadas, e pago ao Conselheiro efetivo ou ao suplente que o tenha substituído; Caso não haja reunião no mês, o Conselheiro efetivo receberá o montante total da remuneração mensal; Caso haja reunião no mês e nela não compareçam nem o Conselheiro efetivo e nem o seu suplente, a parcela relativa ao jeton não é paga, recebendo o Conselheiro efetivo apenas a parcela fixa.

A remuneração pré-determinada (doze remunerações mensais mais uma gratificação anual de uma remuneração) visa recompensar os membros do Conselho de Administração pelo tempo dedicado ao desempenho de suas funções e por suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando, também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros, por parte do presidente do Conselho de Administração.

A remuneração proporcional à frequência objetiva motivar o comparecimento dos membros às reuniões convocadas, contribuindo para uma participação efetiva na condução dos negócios e o efetivo desempenho de suas funções.

A remuneração variável do Conselho de Administração é denominada Participação nos Lucros e Resultados da Companhia, sendo seu pagamento determinado anualmente pela Diretoria da Companhia. Os critérios utilizados são os mesmos estabelecidos para pagamento aos demais empregados, conforme negociação estabelecida em Acordo Coletivo Específico.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A remuneração variável tem por finalidade motivar os membros do Conselho a participarem mais efetivamente da condução dos negócios, através de uma retribuição atrelada ao desempenho da organização, nos mesmos moldes do pagamento da PLR aos empregados que é estabelecida em Acordo Coletivo de Trabalho.

Benefícios diretos: A remuneração dos membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Empresa, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção aérea e hospedagem necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, têm fixada como ajuda de custo, o equivalente a aproximadamente 10% (dez por cento) da remuneração total mensal de Conselheiro, por reunião que comparecerem. Esta ajuda de custo objetiva custear despesas com locomoção terrestre e alimentação.

Benefícios indiretos: A Companhia não oferece benefícios indiretos aos membros do Conselho de Administração.

b) Diretoria

Conforme determina o parágrafo segundo do artigo 18 da seção II do Estatuto Social, o montante global ou individual da remuneração da Diretoria, inclusive benefícios de qualquer natureza, é definido pela Assembléia Geral de acordo com legislação vigente.

Os membros da Diretoria têm sua remuneração fixa anual estabelecida em componente denominado Honorário nos doze meses do ano, podendo um deles ser convertido em licença remunerada equivalente a uma remuneração mensal integral mais 1/3 da licença remunerada, e ainda uma gratificação anual equivalente a uma remuneração mensal integral.

A remuneração fixa da Diretoria visa recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições extraordinárias à empresa, sendo estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades e do valor de seus serviços no mercado.

A remuneração variável para a Diretoria é denominada Participação nos Lucros e Resultados da Companhia, sendo seu pagamento determinado anualmente pela Diretoria da Companhia.

Essa remuneração variável objetiva motivar os membros da Diretoria Executiva a uma participação efetiva na condução dos negócios, através de uma retribuição atrelada ao desempenho da organização. Os critérios utilizados são os mesmos estabelecidos para pagamento aos demais empregados, conforme negociação estabelecida em Acordo Coletivo Específico.

Benefícios diretos: A Companhia concede a seus Diretores, mensalmente, no dia 25 de cada mês ou no primeiro dia útil anterior, o valor equivalente aos Tickets Refeição/Lanche estabelecidos para os empregados em Acordo Coletivo de Trabalho, relativos ao mês subsequente, na forma eletrônica (Tíquetes-Alimentação-Cartão), com base na co-participação conforme as faixas salariais.

A Companhia concede a seus Diretores a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela empresa.

A Companhia concede a seus Diretores a participação em Plano de Previdência Privada, de forma opcional. A Contribuição à Previdência Privada é parcialmente custeada pelo próprio Diretor - 50% (13,08% dos vencimentos do mês com dedução de R\$ 272,32), sendo os outros 50% custeados pela empresa.

A Companhia concede a seus Diretores a cobertura de Plano de Saúde e Plano Odontológico, de forma opcional, sendo custeado totalmente pela empresa. No caso de dependentes, o valor é custeado totalmente pelo Diretor.

A Companhia concede a seus Diretores, por liberalidade, o recolhimento mensal de contribuição ao FGTS.

A concessão desses benefícios diretos tem por finalidade tornar mais atraente o pacote de remuneração, complementando os honorários e os benefícios legais dos diretores, funcionando como uma ferramenta de estratégia

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

motivacional em relação aos Administradores, uma vez que sobre o valor pago não incidirão os encargos sociais que tanto oneram a contratação.

Benefícios indiretos: A Companhia não oferece benefícios indiretos aos membros da Diretoria Executiva.

c) Conselho Fiscal

De acordo com o estabelecido no parágrafo terceiro, artigo 162, da Lei no 6.404/76, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembléia Geral que os elege e não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, é atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros da Sociedade. Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa mensal baseada no mínimo legal, mais uma gratificação anual equivalente a uma remuneração mensal integral.

A remuneração fixa (doze remunerações mensais mais uma gratificação anual de uma remuneração) aos membros do Conselho Fiscal visa recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros.

Benefícios diretos: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Empresa, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção aérea e hospedagem necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, têm fixada como ajuda de custo, o equivalente a aproximadamente 10% (dez por cento) da remuneração total mensal de Conselheiro, por reunião que comparecerem. Esta ajuda de custo objetiva custear despesas com locomoção terrestre e alimentação.

Benefícios indiretos: A Companhia não oferece benefícios indiretos aos membros do Conselho Fiscal.

d) Comitê de Apoio ao Conselho de Administração

Todos os membros suplentes do Conselho de Administração que compõem o Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, exceto os Conselheiros que exerçam cargo de Diretores, recebem remuneração adicional e específica pelo fato de participarem do Comitê, equivalente à remuneração estabelecida para o Conselheiro de Administração efetivo.

A remuneração é dividida em um componente pré-determinado e um componente proporcional à frequência, sendo o componente pré-determinado estabelecido em 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal estipulada aos Conselheiros de Administração efetivos. O componente proporcional à frequência é representado pelos demais 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal estipulada dividido em jetons pagos. No caso de haver mais de uma reunião no mês, o jeton será dividido proporcionalmente ao número de reuniões realizadas; no caso de não haver reunião no mês, será pago o montante total da remuneração mensal; no caso de haver reunião no mês e o membro do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração não comparecer à mesma, não será devida a parcela relativa ao jeton, recebendo apenas a parcela fixa.

A remuneração pré-determinada (doze remunerações mensais) aos membros do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração visa recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros.

A remuneração proporcional à frequência objetiva motivar os membros do Comitê ao comparecimento às reuniões convocadas, a fim de garantir uma participação efetiva na condução dos negócios e o efetivo desempenho de suas funções de apoio ao Conselho de Administração.

Benefícios diretos: A remuneração dos membros do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Empresa, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção aérea e hospedagem necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, têm

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

fixada como ajuda de custo, o equivalente a aproximadamente 10% (dez por cento) da remuneração total mensal de Conselheiro, por reunião que comparecerem. Esta ajuda de custo objetiva custear despesas com locomoção terrestre e alimentação.

Benefícios indiretos: A Companhia não oferece benefícios indiretos aos membros do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração.

e) *Demais Comitês do Conselho de Administração*

Não existe qualquer remuneração ou benefício, direto ou indireto, adicionais pagos aos membros efetivos ou suplentes do Conselho de Administração pela participação nos demais Comitês do Conselho de Administração.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No exercício de 2010, para o Conselho Fiscal a remuneração fixa representa 100% da remuneração total anual.

No exercício de 2010, para o Conselho de Administração, a remuneração fixa anual corresponde a 81% (oitenta e um por cento) da remuneração total. A remuneração variável (Participação nos Lucros e Resultados) corresponde a 19% (dezenove por cento) da remuneração total anual.

No exercício de 2010, para o Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, a remuneração fixa representa 100% da remuneração total anual.

No exercício de 2010, para a Diretoria Executiva, a remuneração fixa anual corresponde a 80% (oitenta por cento) da remuneração total. A remuneração variável (Participação nos Lucros e Resultados) corresponde a 20% (vinte por cento) da remuneração total anual.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores são estabelecidos em Assembléia Geral. Não há metodologia de reajuste estabelecida para a remuneração paga pela Companhia aos seus administradores.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração justifica-se única e exclusivamente em razão de proposta do acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 30/04/2003, 28/04/2006 e 29/04/2009.

Ainda, a Assembléia Geral Ordinária de 29/04/2009 deliberou a destinação da Verba Global Anual e sua distribuição para composição das parcelas de remuneração do Conselho de Administração, do Comitê de Apoio, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a remuneração variável da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, são levados em conta indicadores de desempenho empresarial, cujas metas são definidas para o Orçamento Anual e pelo Planejamento Estratégico Empresarial, sendo acompanhadas através do Balanced Scorecard – BSC. O pagamento da PLR é negociado anualmente em Acordo Coletivo.

A Companhia constitui Grupo de Trabalho com representantes das Entidades Sindicais que assinaram acordos com a Empresa e representantes da CEMIG, para estabelecer as metas corporativas e demais condições que serão utilizadas

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

para a distribuição da PLR. A definição das metas corporativas é condição prévia para distribuição de qualquer valor a título de PLR, observando-se:

- *atingindo-se as metas, a CEMIG destinará valor cuja base de cálculo será de 3,0% (três inteiros por cento) do ROC para distribuição na proporção de 50% (cinquenta inteiros por cento), de forma linear, e 50% (cinquenta inteiros por cento), na forma proporcional aos salários;*
- *havendo superação das metas pactuadas e havendo consenso quanto à forma de distribuição, a CEMIG distribuirá um percentual adicional do ROC;*
- *para PLR 2008, cujo pagamento é efetuado em 2009, as metas serão associadas aos seguintes indicadores:*

I. TFTp – Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – Pessoal Próprio, a ser aplicada ao pessoal próprio.

A TFTp - Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – Pessoal Próprio, expressa o número de acidentados do trabalho com afastamento por milhão de horas trabalhadas; é definida como o número de acidentados no trabalho por milhão de horas-homem de exposição ao risco, em determinado período. Para a apuração deste indicador, consideram-se somente os acidentes do trabalho com afastamento e como hora de exposição ao risco toda hora trabalhada pelos empregados próprios. Calcular-se-á a TFTp por meio da fórmula:

$$TFTp = \frac{(N^{\circ} \text{ de Acidentados com Afastamento} - \text{Pessoal Próprio}) \times 106}{\text{Homens horas trabalhadas} - \text{Pessoal Próprio}}$$

O objetivo deste indicador é estimular a cultura da Segurança, através da prática de métodos seguros de trabalho.

II. MSO – despesas com Material, Serviços e Outros, apuradas mensalmente por meio dos gastos realizados e acumulados no ano até o período da apuração, considerando os custos de Material, Serviços e Outros, apropriados em Despesa Operacional na CEMIG, contabilizados através do sistema computacional SAP/R3 da CEMIG. O objetivo deste indicador é estimular a busca pela eficiência operacional, através da realização de despesas eficientes.

III. ROC-2009 – Resultado Operacional CEMIG em 2009, entendido como o resultado final constante da linha 42 (quarenta e dois) – “Remuneração obtida R\$”, constante do “Relatório de Informações Trimestrais – RIT”, referente aos dados realizados até o mês de dezembro de 2009, que integra a “Prestação Anual de Contas - PAC”, encaminhada ao Poder Concedente, para aprovação. O objetivo deste indicador é estimular a busca por resultados empresariais.

IV. Número de conjuntos DEC ou FEC violados, considerando-se o histórico de violações e o planejamento da Empresa. A apuração deve considerar os resultados enviados mensalmente à ANEEL.

O número de conjuntos violados indica o número de conjuntos com Indicadores DEC e FEC fora dos limites definidos pela ANEEL e apurados conforme Resolução ANEEL n° 660/2003. O objetivo da utilização deste indicador é a busca pela qualidade, estimulando a redução do número de conjuntos com violação de metas.

V. Indicador de Resultado Individual, Assiduidade, medida através do Absenteísmo Anual - ABT - Número de horas perdidas, pelo empregado, no ano. Indica o número de horas que o empregado esteve ausente do trabalho, de forma parcial ou integral. Será apurado através da soma das horas de ausência ao trabalho de cada empregado, durante um ano, apontadas no sistema computacional SAP R3. O objetivo deste indicador é estimular o comprometimento individual, através da redução do absenteísmo individual.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica evolução de indicadores de desempenho na determinação da remuneração fixa dos administradores da Companhia.

O pagamento da Participação nos Lucros e Resultados da Companhia aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração é determinado anualmente pela Diretoria Executiva da Companhia. Os critérios utilizados são os mesmos estabelecidos para pagamento aos demais empregados, conforme negociação estabelecida em Acordo Coletivo Específico. O valor da remuneração variável atribuída aos administradores e empregados pauta-se nos resultados da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A Cemig e as entidades sindicais celebram anualmente Acordo Coletivo Específico para a distribuição de lucros e resultados e, por livre negociação, os critérios, regras, indicadores de resultados e metas que regerão a Participação nos Lucros e Resultados. São determinadas as metas aplicáveis à Companhia, constantes do orçamento anual definidas pelo Planejamento Estratégico Empresarial, acompanhadas através do Balanced Scorecard - BSC.

Assim, qualquer mudança nos itens da remuneração variável denominada Participação nos Lucros e Resultados está diretamente atrelada à performance da Companhia e alcance das metas no período avaliado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo. Os resultados de curto prazo, assim considerados os anuais, alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento da remuneração variável denominada Participação nos Lucros e Resultados. Neste caso, os resultados da Companhia durante o ano definirão o montante a ser atribuído a cada administrador membro do Conselho de Administração e da Diretoria.

O alinhamento no médio e no longo prazo é resultado do elemento consistência no atendimento de metas relativas aos principais indicadores, de forma anual.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração é suportada pela Companhia. Não há remuneração de administradores suportada por controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,75	8,33	5,00	26,08
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	370.084,00	2.249.703,07	142.395,00	2.762.182,07
Benefícios direto e indireto	67.607,28	502.291,37	26.002,80	595.901,45
Participações em comitês	370.084,00	0,00	0,00	370.084,00
Outros	61.568,00	395.842,99	11.842,34	469.253,33
Descrição de outras remunerações fixas	Remuneração fixa – Outros: corresponde à Licença remunerada + 1/3 licença remunerada e Gratificação (Diretoria) ou à Gratificação (Conselho de Administração e Fiscal) + Comissões.	Remuneração fixa – Outros: corresponde à Licença remunerada + 1/3 licença remunerada e Gratificação (Diretoria) ou à Gratificação (Conselho de Administração e Fiscal).	Remuneração fixa – Outros: corresponde à Licença remunerada + 1/3 licença remunerada e Gratificação (Diretoria) ou à Gratificação (Conselho de Administração e Fiscal).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	188.912,00	656.718,79	0,00	845.630,79
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.058.255,28	3.804.556,22	180.240,14	5.043.051,64

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2008 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,08	7,17	5,00	24,25
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	370.396,00	1.957.363,40	142.465,00	2.470.224,40
Benefícios direto e indireto	70.969,08	378.584,80	27.295,80	476.849,68
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	61.958,00	401.574,77	11.717,00	475.249,77
Descrição de outras remunerações fixas	Remuneração fixa – Outros: corresponde à Licença remunerada + 1/3 licença remunerada e Gratificação (Diretoria) ou à Gratificação (Conselho de Administração e Fiscal) + Comissões.	Remuneração fixa – Outros: corresponde à Licença remunerada + 1/3 licença remunerada e Gratificação (Diretoria) ou à Gratificação (Conselho de Administração e Fiscal).	Remuneração fixa – Outros: corresponde à Licença remunerada + 1/3 licença remunerada e Gratificação (Diretoria) ou à Gratificação (Conselho de Administração e Fiscal).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	292.794,09	1.032.509,10	0,00	1.325.303,19
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	370.396,00	0,00	0,00	370.396,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.166.513,17	3.770.032,07	181.477,80	5.118.023,04

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2007 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	7,00	5,00	25,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	372.320,00	1.890.653,70	143.200,00	2.406.173,70
Benefícios direto e indireto	67.607,28	309.572,93	26.002,80	403.183,01
Participações em comitês	372.320,00	0,00	0,00	372.320,00
Outros	61.958,00	195.769,57	12.317,67	270.045,24
Descrição de outras remunerações fixas	Remuneração fixa – Outros: corresponde à Licença remunerada + 1/3 licença remunerada e Gratificação (Diretoria) ou à Gratificação (Conselho de Administração e Fiscal) + Comissões.	Remuneração fixa – Outros: corresponde à Licença remunerada + 1/3 licença remunerada e Gratificação (Diretoria) ou à Gratificação (Conselho de Administração e Fiscal).	Remuneração fixa – Outros: corresponde à Licença remunerada + 1/3 licença remunerada e Gratificação (Diretoria) ou à Gratificação (Conselho de Administração e Fiscal).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	380.064,21	1.195.560,38	0,00	1.575.624,59
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	167.964,64	0,00	167.964,64
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.254.269,49	3.759.521,22	181.520,47	5.195.311,18

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

O pagamento de participação nos resultados é feita de forma corporativa e nas mesmas bases dos empregados, vinculado a indicadores de desempenho corporativos e negociados com os sindicatos.

A remuneração variável para a Diretoria e Conselho de Administração é denominada Participação nos Lucros e Resultados da Companhia, sendo seu pagamento determinado anualmente pela Diretoria da Companhia. Os critérios utilizados são os mesmos estabelecidos para pagamento aos demais empregados, conforme negociação estabelecida em Acordo Coletivo Específico.

Os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração variável ou PLR.

Ano 2007	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	14	09
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	3.001,25	3.001,25
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	Salário-base de dezembro/2006 x 1,0987 + R\$ 3.001,25	Salário-base de dezembro/2006 x 1,0987 + R\$ 3.001,25
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável – Metas atingidas	Salário-base de dezembro/2006 x 1,0987 + R\$ 3.001,25	Salário-base de dezembro/2006 x 1,0987 + R\$ 3.001,25
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	380.064,21	1.195.560,38

Ano 2008	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	14	09
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	R\$4.067,45	R\$4.067,45
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	Salário-base de dezembro/2007 x 1,4238 + R\$4.067,45	Salário-base de dezembro/2007 x 1,4238 + R\$4.067,45
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável – Metas atingidas	Salário-base de dezembro/2007 x 1,4238 + R\$4.067,45	Salário-base de dezembro/2007 x 1,4238 + R\$4.067,45
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	292.794,09	1.032.509,10

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Ano 2009	Conselho de Administração	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	14	5	09
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	R\$ 4.344,94	0	R\$ 4.344,94
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	Salário-base de dezembro/2008 x 1,3946 + R\$4.344,94	0	Salário-base de dezembro/2008 x 1,3946 + R\$4.344,94
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável – Metas atingidas	Salário-base de dezembro/2008 x 1,3946 + R\$4.344,94	0	Salário-base de dezembro/2008 x 1,3946 + R\$4.344,94
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	188.912,00	0	656.718,79

Ano 2010 - Prevista	Conselho de Administração	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	14	5	09
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	R\$ 4.141,47	0	R\$ 4.141,47
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	Salário-base de dezembro/2009 x 1,240578 + R\$4.141,47	0	Salário-base de dezembro/2009 x 1,240578 + R\$4.141,47
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável – Metas atingidas	Salário-base de dezembro/2009 x 1,240578 + R\$4.141,47	0	Salário-base de dezembro/2009 x 1,240578 + R\$4.141,47
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	70.354,68	0	274.239,88

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

CEMIG		
31.12.2009	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN
Conselho de Administração	7902	438
Diretoria	9	436
Conselho Fiscal	0	0
Total	7911	874
LIGHT		
31.12.2009	Quantidade de ações ON	
Conselho de Administração	2	
Diretoria	2	
Conselho Fiscal	0	
Total	4	
TAESA		
31.12.2009	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN
Conselho de Administração	2	0
Diretoria	3	0
Conselho Fiscal	0	0
Total	5	0

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

<i>Órgão</i>	<i>Diretoria Estatutária</i>	<i>Conselho de Administração</i>	<i>Conselho Fiscal</i>
<i>Nº Participantes</i>	<i>7</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Nome do Plano</i>	<i>Forluz</i>	<i>Forluz</i>	<i>Forluz</i>
<i>Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Condições para se aposentar antecipadamente</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (1)</i>	<i>R\$ 131.752,36</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<i>Valor total atualizado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (2)</i>	<i>R\$ 131.752,36</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<i>Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições (3)</i>	<i>Há possibilidade de resgate antecipado. Mínimo de 10 anos de contribuição à Forluz, 25 anos de contribuição ao INSS para mulher e 30 anos para homem, conforme requisitos do</i>	<i>Há possibilidade de resgate antecipado. Mínimo de 10 anos de contribuição à Forluz, 25 anos de contribuição ao INSS para mulher e 30 anos para homem, conforme requisitos do</i>	<i>Há possibilidade de resgate antecipado. Mínimo de 10 anos de contribuição à Forluz, 25 anos de contribuição ao INSS para mulher e 30 anos para homem, conforme requisitos do</i>

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

	<i>regulamento próprio Forluz.</i>	<i>regulamento próprio Forluz.</i>	<i>regulamento próprio Forluz.</i>
--	----------------------------------------	----------------------------------------	----------------------------------------

- (1) As contribuições da Diretoria e Conselhos à entidade de Previdência privada foram autorizadas em 2009, portanto não há valores acumulados enquanto contribuição de diretoria. O valor informado se refere à Contribuição total efetuada em 2009 pela patrocinadora mais a Rentabilidade auferida em 2009 sobre o valor vertido para a conta de aposentadoria do Diretor
- (2) O valor informado se refere à Contribuição total efetuada em 2009 pela patrocinadora mais a Rentabilidade auferida em 2009 sobre o valor vertido para a conta de aposentadoria do Diretor.
- (3) Consideradas as condições estabelecidas pelo Regulamento da Forluz – Plano B (Tempo contribuição e Idade mínima 55 anos)

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Nº de membros	8,33	7,17	7,00	12,75	12,08	13,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	567.308,99	607.789,43	633.209,85	83.738,70	96.791,78	99.235,48	36.700,48	36.335,16	36.223,56
Valor da menor remuneraçãoReal	424.825,90	492.556,86	474.464,06	55.399,96	93.217,28	86.371,26	36.700,48	36.335,16	36.223,56
Valor médio da remuneraçãoReal	456.729,43	525.806,42	537.074,46	83.000,41	96.565,65	96.482,26	36.048,02	36.295,56	36.304,09

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Há previsão de pagamento de indenização correspondente a 40% do saldo de FGTS em caso de exoneração. Fazem jus a esta multa, tendo em vista seu caráter indenizatório, apenas aqueles Diretores que forem exonerados do cargo antes do vencimento do mandato, já que não se pode aplicar este entendimento se a exoneração se der atendendo ao pedido do próprio Diretor.

A CEMIG efetua os depósitos de FGTS para seus Diretores e, considerando o entendimento jurídico constante do Parecer JR-1809/2002 de 13/12/2002 de que deve ser aplicada a multa sobre os depósitos efetuados durante o mandato de Diretor àqueles que eram empregados da Empresa, o direito foi estendido aos Diretores que não eram empregados em atenção ao princípio constitucional da isonomia.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Os percentuais, para os três últimos exercícios sociais, foram:

Diretoria: 0%

Conselho Administração: 21%

Conselho Fiscal: 10%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Não há. Somente os honorários.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

<i>Critérios de Remuneração</i>					
<i>Membros</i>	<i>São remunerados, direta ou indiretamente, por controladores do emissor, de sociedades sobre controle comum e de controladas do emissor.</i>	<i>Especificação do título referente às remunerações atribuídas aos respectivos membros citados.</i>	<i>2009 (R\$)</i>	<i>2008 (R\$)</i>	<i>2007 (R\$)</i>
<i>Conselho de Administração</i>	<i>1 membro titular e 3 membros suplentes</i>	<i>São funcionários públicos ou assumem cargos de confiança no Estado.</i>	<i>523.417</i>	<i>327.264</i>	<i>237.473</i>
<i>Conselho Fiscal</i>	<i>1 membro suplente</i>	<i>É funcionário público ou assume cargos de confiança no Estado.</i>	<i>247.412</i>	<i>223.443</i>	<i>153.082</i>
<i>Diretoria Executiva</i>	<i>nenhum membro</i>	<i>nenhum membro</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Segmento de Negócios	Distribuição	Geração e Transmissão	Cemig (Controladora)	TOTAL	Localização - Brasil
2009	7.461	2.041	244	9.746	Região Sudeste
2008	8.031	2.166	225	10.422	Região Sudeste
2007	8.317	2.276	225	10.818	Região Sudeste

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Devido às características de atendimento a serviços sazonais, a Companhia não possui o número exato de terceirizados contratados por empresas prestadoras de serviços. A estimativa é de que o montante anual gire em torno de 9.000 empregados de empresas contratadas.

c. índice de rotatividade

Índice de rotatividade da Empresa foi:

2009 - 1,67%

2008 - 0,96%

2007 - 1,67%

Nos anos de 2007 e 2009 o índice de rotatividade foi mais expressivo em função de desligamento de empregados através de Planos de Desligamento Incentivado.

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Processos Judiciais		
Avaliação de Perda	Quantidade	Valor envolvido em R\$
Perda Remota	189	15.312.535,70
Perda Possível	3.200	182.571.731,99
Perda Provável	950	80.697.072,71
TOTAL	4.339	278.581.340,47

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

A Cemig instituiu no ano de 2008 um Programa Prêmio Desligamento – PPD de caráter permanente, que prevê incentivo financeiro para desligamentos de empregados.

No ano de 2009, com prazo de adesão delimitado e planejamento dos desligamentos para os anos de 2009 e 2010, a empresa instituiu um Programa de Desligamento Voluntário mais arrojado do que o PPD.

Representando um percentual de 5,89% de variação sobre o total de empregados da Cemig em 2008, os desligamentos de empregados por esses dois planos no ano de 2009 totalizou 614 empregados, conforme quadro abaixo:

<i>Desligamentos através de programas de incentivo em 2009</i>			
	<i>Cemig</i>	<i>Cemig Geração e Transmissão</i>	<i>Cemig Distribuição</i>
<i>PPD</i>	<i>3</i>	<i>43</i>	<i>181</i>
<i>PDV</i>	<i>7</i>	<i>76</i>	<i>304</i>
<i>TOTAL</i>	<i>10</i>	<i>119</i>	<i>485</i>

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A Cemig conta, desde janeiro/2004, com um Plano de Cargos e Remuneração – PCR baseado no método Hay, denominado Hay Guide Chart Profile Method, que mensura a importância e a complexidade relativas aos resultados esperados do cargo, analisa os conhecimentos técnicos, as habilidades, a intensidade e a complexidade do processo analítico requeridas pelo cargo e a responsabilidade por resultados.

Este Plano passa por um processo de atualização permanente, tendo em vista o contexto empresarial e mercado de trabalho.

O PCR abrange 238 funções gerenciais, 50 carreiras funcionais de nível universitário e 79 carreiras funcionais de nível técnico, administrativo e operacional. Para cada carreira funcional, existem de três a seis funções ascendentes (no Plano de Nível Universitário - PNU: Júnior, Profissional, Proficiente, Sênior I, Sênior II e Máster; no Plano de Cargos Técnicos, Administrativos e Operacionais - PTAO: níveis I, II, III, IV e Especialista), cujas respectivas descrições com os requisitos de acesso são disponibilizados para todos os empregados via rede interna (CemigNet).

Anualmente a Cemig realiza pesquisa de remuneração junto às principais empresas do setor elétrico e de outros setores, no mercado nacional e regional, e estabelece políticas de ajuste de sua tabela salarial em relação às práticas de mercado. Fato importante a considerar é que a média da faixa salarial da Cemig representa 112% da mediana do mercado e, atualmente, a Empresa tem cerca de 95% de seus empregados remunerados acima da mediana de mercado.

É política da empresa remunerar seus empregados de forma competitiva, em consonância com as melhores práticas do mercado visando a atração, retenção e valorização de sua força de trabalho. Com esse objetivo, periodicamente efetuam-se revisões no PCR, no todo ou em parte, visando adequá-lo às estratégias empresariais.

Ocorreu uma atualização significativa do PCR em 2009, gerando maior dinamismo na gestão e oportunidades de crescimento profissional para os empregados. As seguintes alterações merecem destaque:

- redução do número de carreiras;*
- fusão de funções, visando o enriquecimento de tarefas;*
- ampliação dos requisitos de formação;*
- flexibilização de regras relativas à movimentação funcional e salarial;*
- fortalecimento do braço técnico da carreira em Y;*
- formalização do papel de Gestor, cabível para os empregados que exercem, por tempo determinado, funções de coordenação ou representação da Empresa em novos negócios ou em projetos corporativos.*

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Quando de ajustes salariais individuais, que se dão em decorrência dos resultados obtidos na Avaliação de Desempenho, os empregados beneficiados são comunicados através de suas gerências. Cabe aos gerentes realizar uma reunião devolutiva com todos os empregados. Nessa reunião são destacados os pontos positivos e identificados pontos de melhoria no desempenho de cada empregado, com formulação do Acordo de Desenvolvimento Individual, que permite o alinhamento das expectativas dos empregados e seus gerentes na busca dos resultados - é a Gestão do Desempenho.

Todo o corpo gerencial está preparado e é incentivado a esclarecer dúvidas e prestar informações sobre as práticas de gestão de pessoas e tabelas salariais que norteiam a gestão da remuneração.

O processo formal da Avaliação de Desempenho na Cemig está em desenvolvimento e completou seu 4º ciclo em 2009. Foram avaliadas as Competências Essenciais, os Resultados Empresariais e as Competências Técnicas. Para os próximos ciclos está previsto o desmembramento dos Resultados Empresariais, por Superintendência e por Gerência, o que permitirá uma medição mais próxima do impacto do trabalho de cada empregado no resultado. As alterações individuais de salário na Cemig variam em razão do nível de desempenho alcançado e do posicionamento do empregado na respectiva faixa salarial, conforme critérios definidos na Avaliação de Desempenho.

Nos dois primeiros anos da Gestão de Desempenho, 3.893 empregados (cerca de 35% do quadro da Empresa) foram contemplados com alterações individuais de salário, seja por progressão horizontal ou progressão vertical. Em 2009, mais 2.337 empregados foram contemplados com alterações individuais de salário: 66 por abono desempenho, 715 por progressão vertical e 1.556 por progressão horizontal.

Através de informadores gerenciais extensivos aos empregados, são comunicadas as práticas adotadas pela Empresa, inclusive o número de empregados beneficiados. O Plano de Cargos e Remuneração - PCR e a Avaliação de Desempenho foram divulgados através da distribuição de cartilhas para todos os empregados e se encontram na CemigNet para consulta.

Também por esta via, estão disponibilizados aos empregados, através de Acordo Coletivo Específico com os Sindicatos e Instruções de Procedimentos, os critérios de movimentação dos empregados nas carreiras funcionais e entre as carreiras funcionais, os níveis salariais de cada cargo e as descrições dos cargos.

Essa transparência na divulgação das carreiras e dos critérios de movimentação possibilita o conhecimento necessário ao planejamento, pelos

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

gerentes e empregados, de desenvolvimento profissional e conseqüente evolução nas carreiras.

É importante registrar que, a partir de 2005, a Cemig retomou um programa que visa o acesso funcional dos empregados ocupantes de cargos do Plano de Cargos Técnicos, Administrativos e Operacionais - PTAO às carreiras do Plano de Nível Universitário - PNU, através de um processo de Seleção Interna. São preenchidos os cargos vagos, segundo critérios fixados em Instrução de Procedimentos própria e específica da Empresa, sendo garantida a mais ampla divulgação dos critérios de seleção fixados e, também, das relações de cargos vagos a serem preenchidos, em todos os locais de trabalho da Empresa. Dessa maneira, a Cemig ampliou as condições para o planejamento da carreira e conseqüente evolução profissional de seus empregados, aproveitando seus talentos internos.

Além disso, a Cemig atenta à importância de se ter práticas de remuneração atraentes, concede:

- Participação nos Resultados, cuja distribuição relativa ao Exercício de 2009 foi em média 4 (quatro) remunerações para cada empregado. Ressaltamos que o percentual aplicado e/ou o número de remuneração concedidas é igual para todos os empregados, sem distinção de cargo ou função;*
- Gratificação Especial mensal, antigos 14º e 15º salários, correspondente a 16,67% incidentes sobre a remuneração do empregado;*
- Concessão de Auxílio Creche para as Empregadas, até que seus filhos completem 7 anos. Em casos especiais, o benefício é estendido a Empregados;*
- Gratificação de Férias, conforme acordo sindical, aplicando a seguinte fórmula: $[(\text{remuneração} - \text{R\$}897,76) \times 0,20] + \text{R\$}897,76$, conforme o que for mais vantajoso para o empregado, garantido 1/3 de lei;*

A Empresa oferece, também: gratificação de função para gerentes / superintendentes / supervisores, incidentes sobre salário-base, além de salários diferenciados decorrentes do exercício de funções de maior complexidade e responsabilidade, de acordo com a metodologia Hay de avaliação, reconhecida e utilizada internacionalmente; prêmio de aposentadoria quando o empregado se desliga até 120 dias após o recebimento da carta do INSS, vinculado a remuneração mensal e ao seu tempo de casa; investimento em treinamento e desenvolvimento de alto nível, nacional e internacional, oferecendo inclusive o PPA – Programa de Preparação para a Aposentadoria, desenvolvido sob a forma de seminário, onde são abordadas e discutidas questões sócio-culturais, emocionais, previdenciárias, trabalho voluntário, empreendedorismo, saúde e projeto de vida, relacionadas à aposentadoria.

Dessa forma a Cemig vem tornando-se, cada vez mais, uma Empresa bastante assediada pelo profissional que busca uma ótima empresa para se trabalhar.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Após a promulgação da Constituição Estadual de Minas Gerais, datada de 21 de setembro de 1989, qualquer admissão na Cemig só pode ser efetuada através de concurso público e, quando de sua realização, é publicado o edital no jornal "Minas Gerais" e no site da Empresa. Contudo, temos o cuidado de preservar nossos talentos através de uma política de gestão do capital humano que cobre diversas áreas, tais como programa de treinamento que abrange não só os empregados, mas também nossos gestores; programa de progressão profissional; programa de saúde e de seguro; programa de remuneração baseado em desempenho - competências e resultados; bem como um plano de aposentadoria moderno suportado pela nossa fundação de seguridade, a Forluz, uma das mais bem estruturadas, confiáveis e saudáveis financeiramente de nosso País. Além disso, realizamos uma necessária renovação de nossos quadros, através da implementação de um programa de demissão voluntária abrindo, com isso, espaço para a incorporação de novos profissionais e jovens talentos, através de Concurso Público e Concurso para Trainees.

b. política de benefícios

A Cemig procura ser referência na prática de valorizar o ser humano e ter uma relação clara e respeitosa com os seus empregados, promovendo um ambiente que fortaleça o desempenho das pessoas e da Empresa. Por isso, a Cemig mantém vários compromissos com seus empregados oferecendo diversos tipos de benefícios como Abono de faltas para acompanhamento a parente enfermo, Auxílio educação/ajuda de custo para formação, auxílio funeral, complementação salarial, empréstimo habitacional, empréstimo saúde, adiantamento de férias, inventários de saúde, licença paternidade especial, licença sem vencimento, luto, materno-infantil, programa de apoio ao menor e ao eficiente especial, auxílio creche, seminário de preparação para a aposentadoria, prêmio aposentadoria, seguro de vida, vale refeição/alimentação, assistência odontológica, planos de benefícios previdenciários e programas de assistência à saúde.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários**
- ii. condições para exercício**
- iii. preços de exercício**
- iv. prazos de exercício**
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano**

Não aplicável. Não dispomos de plano de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

A CEMIG preza pelo compromisso com a transparência nas relações com todos os seus públicos de interesses, nos quais se incluem os sindicatos da categoria dos eletricitários. Uma vez por ano, realizamos reuniões para negociação coletiva com os sindicatos que representam nossos empregados. O contrato resultante permanece em vigor pelo período subsequente de 12 meses, com início em 1º de novembro. Aproximadamente 13 anos atrás, a CEMIG deixou de seguir a prática de mercado anteriormente adotada no Brasil de reajuste automático de salários com base na inflação.

A gestão das relações sindicais está presente na cadeia de valor de RH da Companhia, que possui área específica para tratativa das questões sindicais. A Empresa mantém uma política de negociação permanente com os representantes dos empregados, refletida nas negociações para celebração dos acordos coletivos de trabalho, de acordos coletivos específicos sobre temas relacionados a plano de saúde, salário mínimo profissional, acesso de dirigentes às instalações, reuniões setoriais de sindicatos e empregados nas dependências da empresa, participação nos lucros e resultados, dentre outros assuntos. Além disso, questões específicas de interesse dos trabalhadores são discutidas através de grupos de trabalho criados para avaliações e estudos, sempre visando à melhoria das condições de trabalho na Empresa.

Em novembro de 2009, após ampla discussão de todos os termos e condições com os sindicatos que representam nossos empregados, concluímos o acordo coletivo anual de salários para o período compreendido entre 1º de novembro de 2008 e 31 de outubro de 2009. O acordo coletivo resultante estabeleceu um aumento de 4,88% para todos os salários, efetivo em 1º de novembro de 2009. Foi celebrado ainda, um Acordo Coletivo Específico sobre PLR, que definiu metas e indicadores para o programa.

Não passamos por nenhuma greve trabalhista relevante nos últimos seis anos. Em 2009, verificamos a ocorrência de um dia (24 horas) de greve dos empregados, com participação de aproximadamente 46% do quadro, durante as negociações para a celebração do ACT 2009/2010. Em 20 de novembro de 2008, 10% dos empregados participaram de uma interrupção trabalhista, também de 24 horas, durante as negociações trabalhistas coletivas para 2008/2009. A Empresa mantém um comitê de emergência operacional que planeja a estratégia para os possíveis momentos de crise, decorrentes de greve, o que ocasiona um impacto ínfimo destas manifestações nas atividades da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	290.920	0,076	290.920	0,043
AGC Energia S.A.					
11.221.326/0001-65	Brasileira	Não	Não	16/06/2010	
98.321.592	32,964	0	0,000	98.321.592	14,408
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
BlackRock Inc.					
	Norte Americana	Não	Não	01/12/2009	
0	0,000	36.104.343	9,399	36.104.343	5,291
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Estado de Minas Gerais					
18.715.615/0001-60	Brasileiro	Não	Sim	29/04/2010	
151.993.292	50,958	0	0,000	151.993.292	22,273
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lazard Asset Management LLC					
	Norte Americana	Não	Não	14/04/2010	
0	0,000	28.673.232	7,464	28.673.232	4,202
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
47.954.784	16,078	319.076.419	83,061	367.031.203	53,784
TOTAL					
298.269.668	100,000	384.144.914	100,000	682.414.582	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGC Energia S.A.				11.221.326/0001-65		
OUTROS						
98.321.592	100,000	0	0,000	98.321.592	100,000	
TOTAL						
98.321.592	100,000	0	0,000	98.321.592	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BlackRock Inc.					
OUTROS					
0	0,000	36.104.343	100,000	36.104.343	100,000
TOTAL					
0	0,000	36.104.343	100,000	36.104.343	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Estado de Minas Gerais				18.715.615/0001-60	
OUTROS					
151.993.292	100,000	0	0,000	151.993.292	100,000
TOTAL					
151.993.292	100,000	0	0,000	151.993.292	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lazard Asset Management LLC					
OUTROS					
0	0,000	28.673.232	100,000	28.673.232	100,000
TOTAL					
0	0,000	28.673.232	100,000	28.673.232	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	20/01/2011
Quantidade acionistas pessoa física	111.018
Quantidade acionistas pessoa jurídica	3.044
Quantidade investidores institucionais	585

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	146.233.847	49,030%
Quantidade preferenciais	376.794.855	98,090%
Total	523.028.702	76,640%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

O emissor considera suficientes as informações disponibilizadas nos itens 15.1 e 15.2.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

- a. partes*
- b. data de celebração*
- c. prazo de vigência*
- d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle*
- e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores*
- f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las*
- g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração*

Não existe qualquer acordo de acionista arquivado na nossa sede nem o controlador é parte em acordo que regule o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de nossa emissão..

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Não ocorreram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia.

A companhia tem como política utilizar em suas transações com partes relacionadas condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas (quanto a preços, prazos, encargos, qualidade, etc.) que contratassem com base em sua livre vontade e em seu melhor interesse. As transações por si ou por seus efeitos não afetam de forma significativa a situação financeira e os resultados da companhia.

A seguinte relação demonstra as transações entre partes relacionadas divulgadas pela companhia

- *Compra ou venda de produtos e serviços que constituem o objeto social da empresa.*
- *Alienação ou transferência de bens do ativo.*
- *Alienação ou transferência de direitos de propriedade industrial.*
- *Saldos decorrentes de operações e quaisquer outros saldos a receber ou a pagar.*
- *Novação, perdão ou outras formas pouco usuais de cancelamento de dívidas.*
- *Prestação de serviços administrativos e/ou qualquer forma de utilização da estrutura física ou de pessoal de uma empresa pela outra ou outras.*
- *Avais, fianças, hipotecas, depósitos, penhores ou quaisquer outras formas de garantias.*
- *Aquisição de direitos ou opções de compra ou qualquer outro tipo de benefício e seu respectivo exercício.*
- *Direitos de preferência à subscrição de valores mobiliários.*
- *Empréstimos e adiantamentos, com ou sem encargos financeiros, ou a taxas favorecidas.*
- *Recebimentos ou pagamentos pela locação ou comodato de bens imóveis ou móveis de qualquer natureza.*
- *Manutenção de quaisquer benefícios para funcionários de partes relacionadas, tais como: planos suplementares de previdência social, plano de assistência médica, refeitório, centros de recreação, etc.*

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Cemig Distribuição S/A	31/12/2009	202.306.000,00	202.306.000,00	202.306.000,00		0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. Juros sobre Capital Próprio e Dividendos.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S/A	31/12/2009	21.639.000,00	21.639.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. Coligadas e Controladas ou Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S/A	31/12/2008	682.227.000,00	682.227.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. JCP e Dividendos					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S/A	31/12/2008	12.117.000,00	12.117.000,00			0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. Coligadas e controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S/A	31/12/2007	674.408.000,00	674.408.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. JCP e Dividendos.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S/A	31/12/2007	127.000,00	127.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S/A	31/12/2009	9.884.000,00	9.884.000,00			0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Passivo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S/A	31/12/2008	9.967.000,00	9.967.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Passivo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S/A	31/12/2007	2.463.000,00	2.463.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Passivo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S/A	31/12/2009	5.715.000,00	5.715.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Ativo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S/A	31/12/2009	917.054.000,00	917.054.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. Juros sobre Capital Próprio e Dividendos					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S/A	31/12/2008	539.042.000,00	539.042.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. JCP e Dividendos					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S/A	31/12/2008	394.000,00	394.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S/A	31/12/2007	564.780.000,00	564.780.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. JCP e Dividendos					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S/A	31/12/2007	351.000,00	351.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Ativo. Coligadas e Controladas ou Controladoras.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S/A	31/12/2009	668.000,00	668.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Passivo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
.....						
Natureza e razão para a operação						
.....						
Posição contratual do emissor						
.....						
Cemig Geração e Transmissão S/A	31/12/2008	36.000,00	36.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Passivo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros					
Rescisão ou extinção						
.....						
Natureza e razão para a operação						
.....						
Posição contratual do emissor						
.....						
Cemig Geração e Transmissão S/A	31/12/2007	2.694.000,00	2.694.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Passivo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros					
Rescisão ou extinção						
.....						
Natureza e razão para a operação						
.....						
Posição contratual do emissor						
.....						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2009	81.654.000,00	81.654.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada e Saúde					
Objeto contrato	Passivo. Obrigações Pós-Emprego – Circulante					
Garantia e seguros					
.....						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024.						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2009	1.066.686.000,00	1.066.686.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Gestor dos Planos de Previdência Privada e Saúde						
Objeto contrato						
Passivo. Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024.						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2008	74.969.000,00	74.969.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde						
Objeto contrato						
Passivo. Obrigações Pós-Emprego – Circulante						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024.						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fundação Forluzminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2008	1.146.791.000,00	1.146.791.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde					
Objeto contrato	Passivo. Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2008	73.133.000,00	73.133.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde					
Objeto contrato	Passivo. Outros					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2007	88.665.000,00	88.665.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde					
Objeto contrato	Passivo. Obrigações Pós-Emprego – Circulante.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024.						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2007	143.967.000,00	143.967.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde						
Objeto contrato						
Passivo. Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024.						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2007	89.410.000,00	89.410.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde						
Objeto contrato						
Passivo. Outros						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2009	126.758.000,00	126.758.000,00			0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde					
Objeto contrato	Despesa. Obrigações Pós-Emprego – Circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2007	101.696.000,00	101.696.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde					
Objeto contrato	Despesa. Obrigações Pós-Emprego – Circulante.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2008	207.876.000,00	207.876.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde					
Objeto contrato	Despesa. Obrigações Pós-Emprego – Circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024.						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2009	43.894.000,00	43.894.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde						
Objeto contrato						
Despesa. Pessoal.						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 24) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2008	48.678.000,00	48.678.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde						
Objeto contrato						
Despesa. Pessoal						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 24) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2007	34.274.000,00	34.274.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Despesa. Pessoal.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 24) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2009	14.576.000,00	14.576.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde					
Objeto contrato	Despesa. Custeio Administrativo.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção	Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					
Natureza e razão para a operação	Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 24) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2008	17.410.000,00	17.410.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde					
Objeto contrato	Despesa. Custeio Administrativo.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção	Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					
Natureza e razão para a operação	Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fundação Forluzminas de Seguridade Social – Forluz	31/12/2007	20.663.000,00	20.663.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada e Saúde					
Objeto contrato	Despesa. Custeio Administrativo.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	1.700.000,00	1.700.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Ativo. Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	207.792.000,00	207.792.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Ativo. Tributos compensáveis - ICMS - Circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	1.823.644.000,00	1.823.644.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Ativo. Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais - CRC					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 15.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	65.095.000,00	65.095.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Ativo. Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	60.619.000,00	60.619.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Ativo. Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	1.616.000,00	1.616.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Ativo. Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	165.307.000,00	165.307.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Ativo. Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	1.800.873.000,00	1.800.873.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Ativo. Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais - CRC					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 15.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	79.170.000,00	79.170.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Ativo. Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	17.200.000,00	17.200.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Ativo. Consumidores e Revendedores						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	2.021.000,00	2.021.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Ativo. Consumidores e Revendedores						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	167.308.000,00	167.308.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Ativo. Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	1.763.277.000,00	1.763.277.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Ativo. Contas a Receber do Governo do Estado – CRC						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 15						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	57.901.000,00	57.901.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Ativo. Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante						
Garantia e seguros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	36.795.000,00	36.795.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Ativo. Consumidores e Revendedores.						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	292.464.000,00	292.464.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	207.382.000,00	207.382.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. JCP e Dividendos						
Garantia e seguros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	37.053.000,00	37.053.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Debêntures						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate 130 após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	951.006.000,00	951.006.000,00			1,700000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Fundo de Direitos Creditórios						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	9.731.000,00	9.731.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Financiamentos BDMG						
Garantia e seguros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.)						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	210.149.000,00	210.149.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. JCP e Dividendos						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	32.936.000,00	32.936.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Debêntures.						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate 130 após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente,						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	990.280.000,00	990.280.000,00			1,700000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Fundo de Direitos Creditórios.						
Garantia e seguros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	10.372.000,00	10.372.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Financiamentos BDMG						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.).						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	268.302.000,00	268.302.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	125.677.000,00	125.677.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. JCP e Dividendos						
Garantia e seguros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	146.705.000,00	146.705.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Debêntures						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate 130 após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente,						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	990.386.000,00	990.386.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Fundo de Direitos Creditórios						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	18.392.000,00	18.392.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Passivo. Financiamentos						
Garantia e seguros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.)						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	81.026.000,00	81.026.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Receita. Consumidores e Revendedores						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	2.484.252.000,00	2.484.252.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Receita. Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	69.622.000,00	69.622.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Receita. Consumidores e Revendedores						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	65.870.000,00	65.870.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Receita. Consumidores e Revendedores						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	2.535.715.000,00	2.535.715.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						
Objeto contrato						
Receita. Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	123.335.000,00	123.335.000,00			0,000000
Relação com o emissor						
Controlador						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Receita. Contas a Receber do Governo do Estado – CRC					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	4.117.000,00	4.117.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Despesa. Debêntures.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate 130 após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	3.659.000,00	3.659.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Despesa. Debêntures.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate 130 após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente,					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2007	40.226.000,00	40.226.000,00			0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Despesa. Debêntures.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate 130 após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente,					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2008	281.134.000,00	281.134.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Passivo. Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Light S/A	31/12/2009	56.345.000,00	56.345.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto					
Objeto contrato	Ativo. Juros sobre Capital Próprio e Dividendos					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S/A	31/12/2008	61.922.000,00	61.922.000,00			0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controla em conjunto					
Objeto contrato	Ativo. JCP e Dividendos					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2009	7.091.000,00	7.091.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas					
Objeto contrato	Ativo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2009	186.745.000,00	186.745.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas					
Objeto contrato	Ativo. Juros sobre Capital Próprio					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2008	153.631.000,00	153.631.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlas e Coligadas					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Ativo. JCP					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2008	5.356.000,00	5.356.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas					
Objeto contrato	Ativo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2007	141.391.000,00	141.391.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controlas e Coligadas					
Objeto contrato	Ativo. JCP					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2007	4.785.000,00	4.785.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Controladas e Coligadas					
Objeto contrato	Ativo. Coligadas e Controladas ou Controladoras					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2009	287.000,00	287.000,00			0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas					
Objeto contrato	Passivo. Coligadas e Controladas ou Controladoras.					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

As transações com partes relacionadas devem ser realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores da Companhia. As transações devem estar refletidas nas demonstrações financeiras. Deve-se, também, evitar o mau uso dos ativos da companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas;

Além disso, o Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, do qual a Cemig é signatária, em sua cláusula 4.6, prevê que a Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas Controladas e Coligadas, seus Administradores, seu Acionista Controlador e, ainda, entre a Companhia e sociedades Controladas e Coligadas dos Administradores e do Acionista Controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ou valor igual ou superior a 1% (um por cento) sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/04/2010	3.412.072.910,00	Não se aplica	298.269.668	384.144.914	682.414.582
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações Unidade	Título	Condições para conversão		
		INEXISTENTES	Não se aplica		
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/04/2010	3.412.072.910,00	Não se aplica	298.269.668	384.144.914	682.414.582
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2010	3.412.072.910,00		298.269.668	384.144.914	682.414.582

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/04/2007	AGO/E	26/04/2007	810,769,095.13	Subscrição particular	35,437,083,962	45,639,825,551	81,076,909,513	50.00000000	0.01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O valor do patrimônio líquido da ação.								
Forma de integralização		Ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$0,01 cada								
25/04/2008	AGO/E	25/04/2008	49,200,285.00	Subscrição particular	4,300,891	5,539,166	9,840,057	2.02000000	5.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O valor do patrimônio líquido da ação								
Forma de integralização		Ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00 cada								
29/04/2009	AGO/E	29/04/2009	620,376,895.00	Subscrição particular	54,230,849	69,844,530	124,075,379	25.00000000	5.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O valor do patrimônio líquido da ação								
Forma de integralização		Ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00 cada								
29/04/2010	AGO/E	29/04/2010	310,188,450.00	Subscrição particular	27,115,425	34,922,265	62,037,690	10.00000000	5.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O valor do patrimônio líquido da ação								
Forma de integralização		Ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00 cada								

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação Unidade			Quantidade de ações depois da aprovação Unidade		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Bonificação						
29/04/2010	271,154,243	349,222,649	620,376,892	298,269,668	384,144,914	682,414,582

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução Unidade	Quantidade ações ordinárias Unidade	Quantidade ações preferenciais Unidade	Quantidade total ações Unidade	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação Unidade
26/04/2007	26/04/2007	5.38	385	153	538	0.00000200	0.00
Forma de restituição	Não houve.						
Razão para redução	Adequação de Capital Social para fins de grupamento.						

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	<p>Dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores:</p> <p>a) 10% (dez por cento) calculado sobre seu valor nominal;</p> <p>b) 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido das ações.</p> <p>As ações ordinárias e preferenciais concorrerão em iguais condições na distribuição de bonificações.</p> <p>Às ações do capital da Companhia emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particular, nos exercícios em que a Companhia não auferir lucro suficiente para distribuir dividendos a seus acionistas, o Estado de Minas Gerais assegurará um dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o artigo 109 da Lei 6.404/76 (Lei das S/A), nem o estatuto social nem a Assembleia-geral poderão privar o acionista dos direitos de (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista na Lei das S/A, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da citada Lei; (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos nessa mesma Lei.
Outras características relevantes	A Companhia não tem outras informações que considera relevantes.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores:</p> <p>a) 10% (dez por cento) calculado sobre seu valor nominal;</p> <p>b) 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido das ações.</p> <p>Às ações do capital da Companhia emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particular, nos exercícios em que a Companhia não auferir lucro suficiente para distribuir dividendos a seus acionistas, o Estado de Minas Gerais assegurará um dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.</p>
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	É assegurado aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho de Administração, respectivamente, na forma da lei.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações.
Restrição a circulação	Não

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações**Resgatável**

Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

De acordo com o artigo 109 da Lei 6.404/76 (Lei das S/A), nem o estatuto social nem a Assembleia-geral poderão privar o acionista dos direitos de (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista na Lei das S/A, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da citada Lei; (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos nessa mesma Lei.

Outras características relevantes

A Companhia não tem outras informações que considera relevantes.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

Não há cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**Exercício social 31/12/2009**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.389.655.000	22,93	20,10	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.709.437.000	24,98	21,30	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.877.148.000	24,88	22,08	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.873.087.000	30,03	22,74	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	264.915.000	24,76	18,24	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	101.712.000	14,25	16,58	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	146.988.000	18,33	16,23	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	116.340.000	19,01	19,98	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	132.820.000	22,71	17,97	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2008	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.669.235.000	21,19	16,68	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2008	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.616.032.000	26,30	19,21	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2008	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.181.809.000	27,62	18,81	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2008	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.982.768.000	25,72	18,16	R\$ por Unidade	0,00
30/03/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	132.344.000	20,04	15,27	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	127.599.000	22,24	16,21	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	116.499.000	21,95	15,68	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	197.548.000	21,00	13,36	R\$ por Unidade	0,00

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social 31/12/2007

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
30/03/2007	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.289.634.000	20,34	18,30	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2007	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.928.647.000	26,20	18,77	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2007	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.800.875.000	26,06	18,99	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2007	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.846.380.000	24,35	19,49	R\$ por Unidade	0,00
30/03/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	94.953.000	18,88	15,86	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	243.801.000	26,52	18,92	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	153.826.000	23,54	18,74	R\$ por Unidade	0,00

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia Energética de Minas Geras - CEMIG
Data de emissão	23/12/2010
Data de vencimento	18/12/2011
Quantidade	35
Unidade	
Valor total R\$	350.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	as Notas Promissórias (NP) somente poderão ser negociadas no NOTA – Módulo de Notas Comerciais entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 dias da respectiva subscrição e integralização. São considerados investidores qualificados: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as NP em circulação, sem pagamento de prêmio aos Titulares das NP. O resgate antecipado será pelo Valor Nominal Unitário das NP acrescido dos Juros Remuneratórios (pro rata temporis desde a data de emissão até a data do efetivo resgate).
Características dos valores mobiliários de dívida	Juros: 105,5% da taxa média dos DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis. Crédito quirografário. A Emissora deverá observar o prazo de 4 meses contados do encerramento da Emissão para realizar nova oferta pública de NP, nos termos do art. 9º da Instr. CVM 476.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A Emissora, os titulares de NP que representem 10%, no mínimo, das NP em Circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das Notas Promissórias, a qualquer momento, quando julgarem necessário. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das NP que representem, no mínimo, 75% das NP em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora. As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (a) à Remuneração das Notas Promissórias; (b) ao prazo de vencimento das Notas Promissórias; e/ou (c) aos Eventos de Vencimento Antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das NP que representem, no mínimo, 90% das NP em Circulação.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Outras características relevantes**

Eventos de Vencimento Antecipado:

- (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da EMISSORA, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da EMISSORA ou pedido de falência formulado pela EMISSORA; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da EMISSORA, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA cujo valor, individual ou agregado, não pago ultrapasse R\$50.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data de vencimento da obrigação;
- (c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da EMISSORA decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas;
- (d) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da EMISSORA, sem a prévia anuência dos Titulares das NP que representem 75%, no mínimo, das NP em circulação, salvo se por determinação legal;
- (e) incorporação da EMISSORA por outra empresa, cisão ou fusão da EMISSORA, salvo se por determinação legal;
- (f) privatização da EMISSORA;
- (g) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela EMISSORA que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da EMISSORA; ou
- (h) inadimplemento injustificado pela EMISSORA, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens "(a)" e "(c)" acima acarretará o vencimento antecipado imediato das Notas Promissórias, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial e qualquer consulta aos Titulares das Notas Promissórias

Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados nos subitens acima, deverá ser convocada, dentro de 48 horas da data em que qualquer dos Titulares das NP tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral dos Titulares das NP para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Notas Promissórias, que deverá ser definida por Titulares de NP que representem, no mínimo, 2/3 das NP em circulação da Emissão.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As ações da Cemig são admitidas à negociação na BM&FBovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros).

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Em 23 de abril de 2009, a Companhia adquiriu 65,85% de participação acionária da Terna Participações S.A. ("TERNA"), holding que atua no segmento de transmissão de energia, pertencente à Terna S.p.A, com presença em 11 Estados por R\$2,15 bilhões. A holding controla um total de seis empresas que, juntas, contam com mais de 3,71 mil quilômetros (informação não auditada pelos auditores independentes) de linhas de transmissão. A operação estava sujeita à condições suspensivas, inclusive aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou, em 05 de agosto de 2009, como alternativa à aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A ("TERNA S.p.A"), conforme facultado pelo Contrato celebrado entre a Cemig Geração e Transmissão e a TERNA S.p.A, a possibilidade de redução da participação final da Cemig Geração e Transmissão na referida aquisição para até 50% menos 1 (uma) ação ordinária e, quanto às ações preferenciais, até o percentual realizado pela Oferta Pública de Compra de Ações – OPA dos acionistas não controladores daquela Companhia, mediante parceria constituída com o Fundo de Investimento em Participações – FIP COLISEU.

O Conselho de Administração autorizou a cessão do contrato de Compra e Venda de Ações de aquisição da TERNA à Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. ("Atlântico"). O Conselho estabeleceu que a Cemig Geração e Transmissão mantivesse sua participação acionária na Atlântico correspondente a 49% das ações ordinárias emitidas por aquela SPE, em associação com o FIP Coliseu, detentor dos 51% restante das ações ordinárias.

A Companhia anunciou, em 19 de outubro de 2009, o Encerramento de Distribuição Pública de Quotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu, estruturado pelo Banco Modal S.A., totalizando o valor de R\$1,33 bilhões. O montante foi suficiente para que este fundo adquirisse 51% das ações ordinárias TERNA.

Em 30 de outubro de 2009, a Cemig Geração e Transmissão e o FIP Coliseu efetuaram aporte de capital na Atlântico.

Em 03 de novembro de 2009 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de ações celebrado com a TERNA S.p.A. com o pagamento e a transferência das ações de titularidade da TERNA para a Atlântico, na qual a Companhia detinha a participação de 49% do capital social. A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 65,85% do capital total da TERNA.

O ágio na aquisição da empresa Terna Participações S.A., correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido dessa controlada em conjunto e decorre da rentabilidade futura em função da exploração da concessão no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio, registrado no Intangível, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

A OPA foi realizada em maio de 2010, com uma adesão de 86,2% e por um preço corrigido de R\$ 12,91 por ação (R\$ 38,73 por unit). Ao final da oferta, a participação da Cemig alcançou 56,7% do capital total (48% das ações ordinárias e 86,2% das ações preferenciais).

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há previsão de plano de recompra.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Exercício social 31/12/2009****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial		ações em tesouraria	
Movimentação	Quantidade	Unidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	264.473		
Quantidade adquirida	26.447		5,00
Quantidade alienada	0		0,00
Quantidade cancelada	0		
Quantidade final	290.920		
Relação valores mobiliários em circulação	0%		

Exercício social 31/12/2008**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial		ações em tesouraria	
Movimentação	Quantidade	Unidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	211.579		
Quantidade adquirida	52.894		5,00
Quantidade alienada	0		0,00
Quantidade cancelada	0		
Quantidade final	264.473		
Relação valores mobiliários em circulação	0%		

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Exercício social 31/12/2007****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial		ações em tesouraria	

Movimentação	Quantidade	Unidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação	Unidade
Quantidade Inicial		207.385		
Quantidade adquirida		4.194		5,00
Quantidade alienada		0		0,00
Quantidade cancelada		0		
Quantidade final		211.579		
Relação valores mobiliários em circulação		0%		

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação

31/10/2002

Cargo e/ou função

São (i) Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas e Consultivas da CEMIG; (ii) Empregados e Executivos com acesso a informação relevante; e, ainda, (iii) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a CEMIG.

Principais características

A política tem como propósito estabelecer as práticas de divulgação e uso de informações, assim como a política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia a serem observadas pelas pessoas vinculadas. A política estabelece regras sobre periodicidade e forma de divulgação de informações, além de restrições à negociação de valores mobiliários.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

A CEMIG e as Pessoas Relacionadas não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das informações trimestrais (ITR) e das informações anuais (FR e DFP) da CEMIG. Também há restrições à negociação na pendência de divulgação de Fato Relevante.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que, nos termos deste Manual, é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa.

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, relativas a matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, naquilo que possa consubstanciar Informação Relevante, visando a que a eventual Informação Relevante seja divulgada simultaneamente ao mercado.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da CEMIG aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre Ato ou Fato Relevante perante a CVM, as Bolsas de Valores e a SEC, se for o caso.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas Bolsas de Valores, e ainda caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devem ser divulgadas ao mercado.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

As Pessoas Relacionadas com acesso a informação terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é responsável pela divulgação e comunicação acerca de Ato ou Fato Relevante, bem como por zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.